

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ECONOMIA DE GUERRA, BATALHA DA  
PRODUÇÃO E SOLDADOS-OPERÁRIOS: O  
impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos  
trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)

**Fernando Cauduro Pureza**

**Porto Alegre, agosto de 2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ECONOMIA DE GUERRA, BATALHA DA PRODUÇÃO E SOLDADOS-  
OPERÁRIOS: O impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de  
Porto Alegre (1942-1945)

Fernando Cauduro Pureza

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em História

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Regina Ferraz Petersen

Banca examinadora:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beatriz Ana Loner – UFPEL

Prof Dr. Alexandre Fortes – UFRRJ

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – UFRGS

Porto Alegre, agosto de 2009

## RESUMO

A seguinte dissertação tem como indagação central as transformações ocorridas nas experiências dos trabalhadores de Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial, centrando-se especificamente nas transformações da legislação do trabalho e no problema da alimentação do operariado urbano. Visando compreender as relações do proletariado porto-alegrense com Estado e burguesia como parte de uma complexa condição de estruturas e agentes, a pesquisa procura debater o período que vai de 1942 a 1945 como uma conjuntura específica onde repressão, direitos, propaganda, vigilância e disciplina fazem parte de uma demanda do regime do Estado Novo para ingressar no conflito mundial. Contudo, percebendo o operariado além das pretensões da ideologia trabalhista e dos anseios do empresariado, esse trabalho pretende demonstrar as nuances e contradições que encerram o período ditatorial e que abrem caminho para o período democrático brasileiro.

## **ABSTRACT**

The following dissertation has its focus on the changes that occurred in the Porto Alegre working class experiences during the Second World War, centering it specifically of the transformations in the labor laws and in the problem of the alimentation of the urban workers. Trying to comprehend the relations that the proletariat establishes with State and bourgeoisie as part of a complex condition of structures and agents, this research seeks to debate the period that goes to 1942 to 1945 as a specific conjuncture where repression, rights, propaganda, vigilance and discipline make are all together in a demand of Estado Novo regime to enter in the World War. Nevertheless, perceiving the working class beyond the trabalhista ideology pretensions and the craving of the bourgeoisie, this paper intends to demonstrate the nuances and contradictions that close the dictatorial period and open the way to the democratic period in Brazil.

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>p. 06</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>p. 09</b>
<b>Capítulo 1: A construção de uma economia de guerra.....</b>	<b>p. 31</b>
1.1: A entrada na batalha de produção: origens e estratégias.....	p. 31
1.2: Os articuladores da batalha da produção: o Estado e a burguesia.....	p. 48
1.3: As ações dos soldados-operários.....	p. 63
<b>Capítulo 2: Escassez generalizada e as ações dos atravessadores.....</b>	<b>p. 80</b>
2.1 Os operários diante da escassez.....	p. 80
2.2 Escassez: especuladores, fraudadores e atravessadores.....	p. 94
2.3 Estado e burguesia no combate à escassez.....	p. 104
<b>Capítulo 3: As trincheiras dos soldados-operários.....</b>	<b>p. 128</b>
3.1 A economia moral de guerra dos operários através das “Queixas do Público” p.	128
3.2 Usando leis como armas, sindicatos como trincheiras.....	p. 148
3.3 Criando novas armas: as greves de abril de 1945.....	p. 164
<b>Considerações finais.....</b>	<b>p. 189</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>p. 198</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>p. 205</b>

## AGRADECIMENTOS

Acredito que a máxima de que o trabalho do historiador é um trabalho solitário é uma meia-verdade. Ele pode ser um trabalho individual, já que a pesquisa nos arquivos e o próprio processo de escrita são tarefas feitas exclusivamente por ele. Por outro lado, inúmeras pessoas e instituições estão presentes nessa pesquisa, seja de forma direta ou indireta, o que a torna um projeto onde o trabalho coletivo está bastante presente. Portanto, por mais que eu tenha consciência das responsabilidades individuais que tenho com essa pesquisa, é fundamental agradecer a todos aqueles que possibilitaram, nos mais diferentes planos, que eu desenvolvesse a seguinte dissertação.

Em primeiro lugar, quanto ao apoio financeiro e institucional, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por disponibilizar uma bolsa de pesquisa durante os dois anos de duração do mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sem dúvida tal auxílio foi fundamental para a realização da pesquisa ao longo do período. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação da UFRGS por ter permitido meu ingresso após a seleção realizada em 2006/2007 e que garantiu uma formação realmente importante para a minha carreira. E por fim, agradeço à própria UFRGS, universidade onde realizei também minha graduação e que foi fundamental para o meu aprendizado (que, ousado dizer, ocorreu tanto dentro quanto fora das salas de aula). Nesse sentido, aproveito para agradecer também aos professores Enrique Padrós, Carla Rodeghero, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, Cláudia Mauch e Benito Schmidt, cujas aulas, debates e até mesmo conversas de corredor foram sempre um estímulo para a minha formação, assim como o interesse desses mesmos professores sobre minha trajetória. Agradeço também as professoras Beatriz Loner e Marluza Harres, presentes na apresentação do meu colóquio sobre essa dissertação e cujas opiniões, críticas e sugestões foram importantíssimas para o andamento da pesquisa. Por fim, agradeço imensamente à banca avaliadora dessa dissertação, composta pelos professores já referidos acima Benito Schmidt e Beatriz Loner, assim como o professor Alexandre Fortes. Suas apreciações sobre meu trabalho e os debates gerados foram estimulantes e seguramente pretendo incorporar suas críticas e sugestões na pesquisa.

Gostaria também de agradecer os funcionários dos seguintes arquivos e bibliotecas que visitei ao longo da pesquisa: o Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Arquivo Municipal Moysés

Velhinho, o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a Biblioteca Setorial de Ciências Sociais da UFRGS e a Biblioteca Irmão José Otão da PUCRS. Sem exceções, todas às vezes que recorri a esses lugares para realizar a pesquisa fui sempre muito bem tratado e bem atendido. Reconheço que diante do fato de que a maioria dessas instituições são públicas, é necessário que esse agradecimento seja redobrado, pois diante das escassas verbas que são direcionadas a elas, os funcionários são ainda mais responsáveis pelo seu bom funcionamento.

Permito-me aqui direcionar também um importante agradecimento aos historiadores João Marcelo Pereira dos Santos e Marcos André Jakoby, assim como ao Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, em especial ao responsável pelo acervo do sindicato, o senhor Ademir Bueno. Conheci João Marcelo por intermédio do prof. Alexandre Fortes e seus contatos com o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre foram essenciais para que eu pudesse ter acesso aos arquivos da entidade, sendo então apresentado ao senhor Ademir, que permitiu que a pesquisa fosse realizada. Assim, eu e Marcos acabamos investigando parte do acervo do sindicato, abismados com a quantidade de documentos lá presentes, das mais diferentes épocas. Tal pesquisa foi fundamental para a realização desta dissertação e abriu a possibilidade de trabalhar com fontes sindicais, uma carência que sentia em meu trabalho. Creio ter uma grande dívida com todos eles e, especialmente, com a entidade.

Contudo, esses agradecimentos não estariam completos sem um sincero agradecimento àquelas pessoas que tiveram uma participação bastante direta nesse trabalho. Creio que a primeira delas é a minha orientadora, Silvia Regina Ferraz Petersen. Devo dizer que, graças a ela, compreendi o significado do termo “professor”, admirado por sua dedicação e pelo seu empenho desde a graduação. Senti-me muito honrado quando ela aceitou me orientar nessa pesquisa e sinto-me da mesma forma agora que posso apresentá-lo. Da mesma forma, a sua amizade, a sua franqueza, sua constante preocupação com a dissertação e suas sempre solícitas sugestões estão presentes em todo este trabalho, de forma que a considero irrealizável se não fosse por ela.

Agradeço também aos meus familiares nessa dissertação, especialmente aos meus pais, Sergio Pureza e Elizabeth Cauduro. Em parte, agradeço por todo o enorme apoio dado durante esse período de formação, assim como agradeço também a sua constante paciência em ler os textos que produzi para essa dissertação e me ajudarem

em eventuais correções. Mas existe também outro aspecto do qual sou grato. Não foram poucos os momentos que os aborreci com perguntas sobre o cotidiano de meus avós e tios na Porto Alegre do período da guerra, movido tanto pela curiosidade como pela necessidade de algum “insight” que me ajudasse na dissertação. O “insight” não veio, mas certamente algumas das histórias permitiram que eu adquirisse uma visão mais atenta sobre algumas das fontes que consultei.

Porém, tal agradecimento remete para o débito que tenho com muitos dos meus amigos, que estiveram presentes nessa dissertação seja como críticos, como leitores, como debatedores, ou mesmo entre aqueles que estiveram presentes somente para manter-me tranqüilo nos momentos mais desesperadores da dissertação. Amigos como Alessandra Gasparotto, Ana Paula Salenave, Bárbara Lovato, Clarice Gonçalves, Frederico Duarte, Gabriel Aladrén, Gabriel Berute, Gabriel Focking, Glauco Araújo, Graciela Garcia, Joana d’Avila, Lauro Allan, Lívia Biasotto, Solano Lucena, Thaís Tanccini, entre outros, foram responsáveis por muitos desses momentos de descontração, tão fundamentais durante o período de escrita da dissertação. E por fim, agradeço especialmente à Nauber Gavski, Guinter Leibnitz e Rodrigo Bonaldo. Além da amizade, os debates e polêmicas (muitas delas falsas, porém divertidas) que marcam a nossa convivência são sempre enriquecedores, de forma que seria impossível deixar de expressar meu reconhecimento a eles, preparando-me para tantas outras que virão. Além disso, aproveito para dirigir um agradecimento especial a Juliane Welter, que ao acompanhar os últimos momentos dessa dissertação, acolheu algumas de minhas últimas inseguranças com carinho e bom humor. Se a sua presença não está visível no texto, certamente ela está visível no autor.

Para encerrar, gostaria de agradecer aos leitores atentos dessa pesquisa. A eles, afirmo que gostaria de abrir essa dissertação constatando que inícios são sempre difíceis. Isso não é apenas buscar uma justificativa para eventuais equívocos cometidos ao longo do trabalho, mas é também dizer que o processo de definir o início de uma pesquisa é uma tarefa árdua. Nem sempre o pesquisador se sente apto o suficiente para dizer como surgiu o interesse pelo tema e, muitas vezes, esse ponto de partida não é exatamente tão glorioso quanto se gostaria. Ainda assim, é necessário partir de algum lugar. E creio que para tornar essa tarefa menos complicada, os agradecimentos podem ao menos revelar não exatamente de onde parti, nem para onde fui, mas com quem e de que forma fiz essa trajetória.



## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa partiu de um projeto de bacharelado no ano de 2006 com o professor René Gertz, na UFRGS. O seu ponto de partida era questionar o grau de participação popular na entrada do Brasil na guerra. Mas, diante das fontes que começavam a surgir, outras dúvidas apareceram e o tema do projeto acabou sendo a economia de guerra em Porto Alegre e o impacto na classe trabalhadora diante da entrada do Brasil no conflito. A partir desses novos recortes e de um novo problema a trabalhar, e conforme fui realizando novas leituras, foi possível perceber que a temática poderia se ampliar e buscar contribuir com alguns dos debates da historiografia brasileira sobre o trabalhismo.

Mas qual era esse novo problema? De fato, acreditava que a conjuntura da guerra podia ser bastante fértil para que os historiadores investigassem as relações entre trabalho e capital no período.<sup>1</sup> Entretanto, uma série de questões surgiram nesse momento, permitindo que eu pensasse no conflito mundial não como algo exclusivamente político-militar, mas sim como um evento capaz de causar impactos no proletariado brasileiro. Como os operários experimentaram os efeitos de uma guerra cujos campos de batalha não chegaram até aqui? Como eles se portaram diante das campanhas de mobilização? Sentiram eles alguma mudança imediata em relação ao conflito? E como explicar os efeitos das mudanças econômicas que vieram com a implementação da “economia de guerra” e a subsequente inflação? E, principalmente, será que os efeitos da guerra não alteraram profundamente as relações entre o governo Vargas, a burguesia industrial e os operários brasileiros? De certa forma, todas essas perguntas acabaram por nortear o andamento da pesquisa.

Para responder essas perguntas, os recortes espacial e temporal acabaram sendo mais restritos. De fato, creio que priorizar Porto Alegre diante de uma conjuntura em que a guerra afetava praticamente todos os brasileiros – fosse pelas campanhas de nacionalização, fosse pelo momento de inserção da legislação social trabalhista no país – pode parecer uma restrição muito grande.<sup>2</sup> Mas a guerra se mostrou um acontecimento

---

<sup>1</sup> De fato, ao me deparar com o final da pesquisa, fiquei sabendo de um trabalho sobre os “soldados da borracha”, de Maria Verônica Secreto. A temática tem como objetivo central estudar a mobilização militar de retirantes para a região Norte do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, voltados para  
<sup>2</sup> É importante dizer que a questão da campanha de nacionalização no Estado Novo e a sua consequente perseguição étnica, já possuem uma bibliografia considerável que, ainda que não seja discutida com detalhes aqui, é relevante para que outros pesquisadores interessados possam se apropriar dela. Ver: GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Ed.

social em que muitos atores resolveram falar, assim como defender valores e posições. Uma pesquisa de maior envergadura, que tomasse o Rio Grande do Sul como recorte espacial, teria que lidar com a situação das greves na região carbonífera do estado, paralisações que levaram a política administrativa a uma intervenção militar na região, não apenas para contornar os conflitos com os trabalhadores, mas também para repreendê-los. Uma pesquisa assim também não poderia negligenciar as cidades de Rio Grande e Pelotas e a importância essencial do setor portuário diante da política de transportes que tinha de atender as novas necessidades causadas pela guerra. Além disso, também não poderia esquecer a região de Santa Maria, essencial para entender as greves de 1945 que estouraram no estado, especialmente entre a categoria dos ferroviários.

Diante de um quadro tão complexo e dinâmico em tão pouco tempo, pode se explicar a preferência para se deter em Porto Alegre como uma forma de conseguir cumprir o tempo requerido pelo programa de pós-graduação da UFRGS. Ainda assim, a ausência de pesquisas sobre esses temas citados servem como sugestão para futuros pesquisadores se debruçarem sobre a Segunda Guerra Mundial como um período de transformação social entre o operariado.

Surgiram, então, algumas hesitações na pesquisa: se a guerra é, a princípio, de fácil definição, o seu impacto sobre a classe trabalhadora já não é tão evidente. A própria noção de “classe trabalhadora” necessita de melhor precisão, apesar da influência presente nesse trabalho da historiografia marxista britânica – principal responsável pelos debates acerca do conceito nos últimos anos na historiografia brasileira.<sup>3</sup> Creio que a partir dessa necessidade pode se levantar algumas das noções defendidas nesse trabalho.

Em primeiro lugar, há uma distinção a ser feita. Definir “classe trabalhadora” é algo um tanto quanto complexo, tendo em vista que as transformações que ocorreram

---

Mercado Aberto, 1987. Ver também: GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991. Ver também: CYTRINOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. USP, 2000. Capítulos 7 e 8. Ver também: FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

<sup>3</sup> Marcelo Badaró Mattos, em artigo de 2006, revela a influência das obras de Edward Thompson na historiografia brasileira indo além da própria influência teórica e metodológica sobre a historiografia da classe trabalhadora. Na década de 80, os estudos sobre história da classe operária passaram a considerar cada vez mais o referencial “thompsoniano” como central em seus debates, o que o autor atribui em boa parte pelas lutas operárias de 1978 e pela necessidade de rever interpretações consolidadas nas ciências sociais como a idéia da classe operária brasileira ser submissa e desprovida de iniciativa histórica. Ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson no Brasil*. IN: Revista Outubro – revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Ed. Alameda. n. 14, segundo semestre de 2006. p. 92-107.

no mundo do trabalho recentemente (inclusive a partir dos anos 1980), permitiram que alguns cientistas sociais tenham decretado o seu fim enquanto “classe que vive do trabalho”.<sup>4</sup> O filósofo francês, Daniel Bensaid, por exemplo, defende que o melhor termo para conceitualizar esses trabalhadores é “proletariado”, pois mesmo com a redução quantitativa de operários industriais, a “condição operária” que cria esse “proletário” ainda existe, retomando a ideia de processo na formação do proletariado.<sup>5</sup> Baseando-se na concepção do historiador britânico, E. P. Thompson acerca da centralidade da “luta de classes” na formação da “classe”, Bensaid defende essa noção de processo e considera que a proletarização é um fenômeno comum desse antagonismo que existe na sociedade capitalista. Parece-me que a grande vantagem da concepção de Bensaid é de não negar a ideia de que esse proletariado, essa “classe trabalhadora”, também está ligado ao chamado trabalho “improdutivo”<sup>6</sup>, já que mesmo essa forma específica do trabalho implica formas específicas de reprodução do capital.<sup>7</sup> Isso sem dúvida permite uma noção ampla sobre a classe sem perder o eixo explicativo do conceito.

Tal noção de “proletariado” permite entender que mesmo algumas categorias, como a dos bancários por exemplo, não passavam pelas mesmas dificuldades durante o período e que muitas vezes eles se alinhavam com o próprio movimento operário e sindical. De fato, a categoria em Porto Alegre mostrava-se bastante ativa em suas reivindicações, salientando sempre que possível as suas precárias condições de vida. O mesmo faziam os empregados do comércio, comparando seus vencimentos com o dos trabalhadores fabris e que possuíam um sindicato bastante ativo nas investigações sobre o abuso de preços na capital gaúcha.<sup>8</sup>

Essa mobilização por direitos das categorias e sua atuação política enquanto “classe” indicam uma tensão entre antigas formas de organização e as novas experiências vivenciadas na conjuntura do Estado Novo, apresentando uma classe trabalhadora que tinha sua identidade em constante disputa. Thompson ressalta que esse

---

<sup>4</sup> Talvez o caso mais exemplar dessa perspectiva seja o estudo de GORZ, André. *Adeus ao proletariado – Para além do socialismo*. São Paulo. Ed. Forense Universitária, 1982.

<sup>5</sup> BENSaid, Daniel. *Os irreduzíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2008. p. 35-39.

<sup>6</sup> O chamado “trabalho improdutivo” parte do ponto de vista dos detentores do capital, pois ele se refere à troca de dinheiro por trabalho sem produzir capital, mas com a finalidade de acelerar a sua reprodução. Para mais, ver MARX, Karl. *O Capital – Livro 2*, vol. 1: as metamorfoses do capital e seu ciclo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. p. 96-97.

<sup>7</sup> ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 101-103.

<sup>8</sup> Nos capítulos 2 e 3 da seguinte pesquisa esses temas serão trabalhados com maiores detalhes.

duplo movimento possibilitava uma “moralidade” dual, onde tradição e experiência fariam parte da própria consciência teórica de classe, baseando-se diretamente na idéia de Antônio Gramsci sobre a “filosofia da práxis”.<sup>9</sup> Acredito que o mesmo pode ser verificável entre os trabalhadores do Estado Novo no Brasil, ainda que certamente as tradições e as experiências sejam completamente diferentes das que o historiador britânico analisa para o caso da cultura plebéia inglesa. Um exemplo dessa diferença está na própria dificuldade do movimento operário em reivindicar o seu passado de lutas diante de um regime autoritário que visava controlar toda e qualquer ação dos sindicatos no período. Tal situação obrigava esse proletariado a criar novas formas de agir contra essa determinada dominação que lhes era imposta. Essa práxis, ao mesmo tempo que buscava ser inovadora, também acabava por tomar determinadas formas já consolidadas como específicas da classe trabalhadora brasileira. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que construía sua consciência baseado em suas experiências vividas no presente, também a construía a partir da própria imagem que recebiam diretamente do passado.<sup>10</sup>

Porém, no caso do Estado Novo, devido à repressão política do governo Vargas, é importante que o historiador tenha uma certa cautela para evitar uma visão que separe o ato de conceber-se como classe e de organizar-se como tal. As mudanças políticas e sociais desencadeadas pelo regime ditatorial transformaram muitas das experiências desses trabalhadores, mas em nenhum momento apagaram o antagonismo inerente que envolveu sua condição de trabalhadores. Por mais que a vigilância e a repressão ao movimento operário fossem um fenômeno constante no período, não se pode tratá-la como algo absoluto correndo o risco de não entender sua reorganização. Em outras palavras, parece-me que ao separar esse ato de conceber-se como parte de uma classe e organizar-se enquanto tal, se corre o risco de acreditar na desarticulação total do “proletariado” enquanto classe e talvez até mesmo colocar em xeque a sua existência.

Para evitar tal procedimento, afirmo que esse trabalho está diretamente ligado ao conceito de “experiência”, entendido como uma forma de mediar as determinações

---

<sup>9</sup> Para Gramsci, a “filosofia da práxis” é um termo mais formal para designar o pensamento de Marx. Segundo o pensador italiano, através do marxismo é que se pode compreender que a unidade entre teoria e prática não se dá de forma mecânica, mas sim como um devir histórico em que muitas vezes coexiste essa contradição entre duas consciências distintas. Ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. p. 103-104. Ver também: THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005. p. 20-21.

<sup>10</sup> THOMPSON, Edward. *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*. IN: THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p. 274.

objetivas, assim como as formas específicas em que os indivíduos dão um sentido a elas.<sup>11</sup> Experiência, nesse sentido, remete à própria noção de classe thompsoniana, na clássica passagem do *Formação da Classe Operária Inglesa*, em que o autor afirma que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.”<sup>12</sup>

Ainda assim, admito que ao terem suas formas de organização política cerceadas e até mesmo controladas pelo Estado, os trabalhadores não poderiam simplesmente partir para uma “luta aberta” contra o empresariado e contra a ditadura de Vargas. De certa forma, o regime buscou construir limites bem rígidos à ação do proletariado brasileiro e esperar uma ação que simplesmente transpassasse-os, indo “por fora” dos limites impostos pelo Estado Novo, seria criar a expectativa de uma experiência que não existiu entre os trabalhadores em determinado momento. Creio que é falsa a idéia de adesão completa dos trabalhadores ao projeto político do governo Vargas, sendo que a alternativa de confronto que se pode analisar, evidencia-se em algumas das ações do período pelo seu caráter “subterrâneo”. Seja através da lógica de um conflito marcado pelo anonimato, seja através da lógica da deferência “oficial” que o regime exigia, deparei-me com uma série de “estratégias” durante o período da guerra que questionam tanto a idéia da passividade da classe como a sua continuidade histórica em relação ao período anterior ao do próprio Estado Novo.

Quando refiro-me à noção de “estratégias”, assumo que o termo é problemático. O historiador italiano, Giovanni Levi, por exemplo, conceitua o termo enquanto práticas locais adotadas por grupos diante de relações de dominação, de forma que a partir daí os agentes acabam criando resistências contra poderes externos a sua comunidade.<sup>13</sup> No entanto, parece-me que a definição de Levi não consegue agregar sociedades industriais. Tendo em vista que o caráter local em que essas práticas se articulam, me parece mais coerente que tal noção seja voltada para comunidades mais “fechadas” ou tradicionais,

---

<sup>11</sup> Quando faço referência à idéia de determinações objetivas, estou também buscando diferenciar que nesse processo não ocorre um “determinismo objetivo”, como se as relações de produção simplesmente levassem à classe imediatamente. Essa diferenciação entre determinação e determinismo teve sua origem na obra de Raymond Williams, mas foi bastante utilizada por Edward Thompson acerca da própria questão da formação da classe. Ver: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 89-90.

<sup>12</sup> THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa: volume 1, A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. p. 10.

<sup>13</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000. p. 44-45.

do que para uma comunidade onde a densidade demográfica do proletariado urbano aumenta tanto através de ondas migratórias como pela própria transformação do espaço industrial.<sup>14</sup>

Outra noção de “estratégia” que poderia ser considerada é a de Michel de Certeau, ao discutir a problemática da “história do cotidiano” nos anos 1970. Para o autor, a noção de “estratégia” está diretamente ligada à noção de “tática”. Porém, enquanto a primeira é conceitualizada como forma de estabelecer um controle sobre as relações através de uma “exterioridade distinta”, a “tática”, por sua vez, é apresentada como “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível.” Certeau conclui: “a tática só tem por lugar o do outro”.<sup>15</sup>

Porém, se essa concepção fosse levada adiante nessa pesquisa, ela passaria por dois problemas. O primeiro, de ordem conceitual, revela que a “tática” é um espaço privilegiado para as resistências, colocando-as em contraponto com as “estratégias” que ocorrem “por fora” da comunidade, obrigando o historiador a pensar as resistências mais locais como “táticas”, e não como “estratégias”. Porém, o segundo problema parece-me mais sério e que coloca, efetivamente, o uso do conceito em xeque. Se a “tática só tem por lugar o do outro”, isso não significaria que qualquer ação de resistência que adquirisse um caráter organizado e disciplinar, que visasse construir uma alternativa política, perderia esse caráter e se tornaria uma “estratégia”? Dito de outra forma, parece-me que o pesquisador corre o risco de cair em um argumento tautológico, onde a “estratégia” é uma constante, onde sempre que uma é desconstruída logo surge outra em seu lugar. Da mesma forma, a “tática” é um conjunto de práticas quase que rarefeitas e difíceis de serem rastreadas, impossibilitando que se pense nelas com um caráter de progressão, de uma ação espontânea e criativa para uma ação política disciplinar – como, por exemplo, a organização de uma greve.

Diante das impossibilidades que a noção de “estratégia” nesses autores acarreta à pesquisa, acredito que a melhor forma de determinar o que são essas “estratégias” esteja ligada diretamente a intencionalidade dos atores sociais que as organizam. A

---

<sup>14</sup> Ainda assim, existem recortes analíticos que privilegiam comunidades industriais como coletividades “fechadas” ou tradicionais em outros países. O exemplo mais claro é o trabalho etnográfico de Norbert Elias sobre uma comunidade operária do sul da Inglaterra em que as relações são pautadas por uma noção de pertencimento à comunidade pela tradição. Para mais, ver: ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2000.

<sup>15</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: volume 1, As artes de fazer. Petrópolis. Ed. Vozes, 1994. p. 46-47.

intencionalidade, por sua vez, permite uma combinação com a noção de “possibilidade”, ou a capacidade de realizar um determinado desejo. Para Alex Callinicos, as capacidades estruturais dos agentes determinam a forma em que ocorre a realização de seus interesses.<sup>16</sup> Dito de outra forma, as formas de resistência dos trabalhadores do Estado Novo passam por “estratégias” que são conseqüências de uma intencionalidade criada a partir de suas posições de classe, gênero, etnia, nacionalidade, etc. Ainda assim, como o eixo central da pesquisa são as experiências dos trabalhadores durante a Segunda Guerra, as relações de classe acabaram ganhando destaque diante de outras experiências.

Porém, afirmar que as práticas de resistência, por mais “subterrâneas” que sejam, estão moldadas em uma intencionalidade ligada à posição de classe, necessita que se explique de que forma se constrói esta “intenção”, assim como as formas em que elas são traduzidas em ações. Novamente, a idéia de “dupla consciência teórica” surge com força explicativa para auxiliar na questão, pois concebendo que a intencionalidade dos autores está ligada diretamente tanto ao passado como ao presente, essa relação permite que se compreenda como certos valores se estabelecem entre os agentes, perpassando tanto as ações individuais espontâneas até as ações políticas organizadas. Nesse aspecto, creio que a noção de “moral” que E. P. Thompson recupera em seu ensaio “A economia moral revisitada”, entendida como uma visão consistente “das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos da comunidade”, pode auxiliar na compreensão do caráter classista das ações dos trabalhadores de Porto Alegre.<sup>17</sup>

Admito ter afinidade com a proposta central do historiador britânico, ou seja, demonstrar que as relações sociais que se estabelecem em momentos de revoltas “econômicas” (as revoltas contra a fome que ocorriam entre os camponeses ingleses no século XVIII, estudadas por Thomposn) não são apenas espasmos provocados pela fome, ou pela escassez. Da mesma forma, creio que tal noção, ao ser pensada para esse caso específico do período da Segunda Guerra, auxilia a perceber as formas que os trabalhadores definiriam a sua ação através de condições econômicas que lhes eram desfavoráveis, especialmente no âmbito doméstico. Nesse sentido, creio que se cruzam tanto as transformações promovidas por Estado e burguesia para formarem “soldados-

---

<sup>16</sup> CALLINICOS, Alex. *Making history: agency, structure and change in social theory*. Boston. Brill Leiden, 2004. p. 147-151.

<sup>17</sup> THOMPSON, Edward. *Costumes em comum...* p. 212.

operários” para a batalha da produção como também as mudanças econômicas que a guerra acarretava que atingiram principalmente os lares desse operariado.

Essa ligação de situações distintas pode conduzir a uma análise economicista. Entretanto, a proposta central dessa análise é perceber como esses efeitos da guerra eram interpretados pelos operários e de que forma agiram para minimizá-los. Uma análise que revele somente os impactos econômicos, tanto acerca da carestia como da mobilização operária proposta pelo governo Vargas, acaba por ignorar como, quando e quem agia nos momentos de questionamento e até mesmo de revolta diante dessa condição, sem se interrogar sobre a “naturalidade” dessas ações “movidas pela fome”.<sup>18</sup> Nesse aspecto, concordo com E. P. Thompson ao afirmar que a reação a uma situação econômica desfavorável aos trabalhadores (a carestia, a fome, o desemprego etc.) não é necessariamente espasmódica, mas sim, algo que depende do “costume, da cultura e da razão”. Mas de que forma as pessoas, atingidas pela fome, pelo desemprego, pela carestia, podem fazer uso de seus costumes, de sua cultura e de sua racionalidade? Sendo mais preciso, na conjuntura específica da Segunda Guerra Mundial, como isso ocorreu em Porto Alegre?

Porém, é importante ressaltar que mesmo diante desses conflitos específicos, Thompson enfatiza que sua análise discutia a partir de uma condição onde os plebeus ingleses não constituíam precisamente uma classe “madura”. A sua concepção é exatamente de que havia uma luta de classes sem classe, ou seja, o conflito existia independente da articulação de uma classe trabalhadora definida, ou para colocar de uma forma mais precisa, com a própria classe se formando e se articulando na luta.<sup>19</sup> Ainda assim, acredito que o conceito de “economia moral” pode ser aplicado à uma classe “madura”, especialmente naquela que é uma das mais tradicionais diferenciações que existem entre o movimento operário: a das chamadas reivindicações econômicas e das reivindicações políticas, o que coloca em xeque se realmente existe uma separação tão clara entre o político e o econômico nas formas em que a classe se articula diante da luta.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Ver a crítica de Edward Thompson a essa “naturalização” das revoltas contra a fome na Inglaterra do século XVIII. Ver: THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. IN: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...* p. 151.

<sup>19</sup> Ver THOMPSON, E. P. *Algumas considerações sobre...* p. 273-274.

<sup>20</sup> Alguns autores na historiografia brasileira ressaltaram de forma negativa o fato da classe operária brasileira ser muito mais voltada para questões salariais e muito menos para questões políticas. Um exemplo dessa interpretação pode ser visto através do tratamento concebido à algumas das greves realizadas pela classe operária brasileira no período de 1945 a 1964. Historiadores como Caio Prado Júnior questionaram o grau de consciência de classe dos trabalhadores brasileiros em função das



Porém, por mais operacional que o conceito de “economia moral” seja para explicar essa importância dos aspectos econômicos nas lutas operárias, creio que ele serve especialmente para esse contexto brasileiro onde as formas tradicionais de organização da classe operária são controladas e vigiadas pelo Estado Novo. Esse contexto de repressão, por sua vez, é paradoxal durante a ditadura de Vargas, pois o proletariado vivenciou tanto a coerção repressiva legal, assim como a formação de um código jurídico que lhes possibilitava a luta por direitos em uma esfera institucional na Justiça do Trabalho. Dito de outra forma, ao mesmo tempo que as leis consolidavam o “possível” na ação política dos trabalhadores, eles, por sua vez, podiam fazer uso das leis para tentar modificar as relações de trabalho que vivenciavam, o que certamente gerou profundas transformações na sua organização política.<sup>21</sup>

Entretanto, correndo o risco de sair de uma explicação focada apenas na repressão para outra, que visualiza somente a autonomia da classe trabalhadora, creio que é possível achar uma explicação condizente para esse paradoxo. Acredito que tal caracterização de “estratégias” do proletariado não ignora, de forma alguma, a existência de uma “hegemonia” de classe no período do Estado Novo. Apoiado pela concepção da cientista política americana Ellen Wood, entendo hegemonia como um campo de forças que atuam sobre os atores sociais, mas em constante tensão, podendo ser significado e ressignificado conforme as experiências desses atores. Trata-se de um conceito apoiado na vivência dos indivíduos, portanto ela é não-singular e histórica, no sentido de que ela precisa constantemente se transformar para se legitimar. Esse termo acaba por “incorporar a luta de classes e trazer a marca das classes subordinadas, sua atividade e sua resistência.”<sup>22</sup>

Dessa forma, creio que junto com uma “hegemonia” que se constrói sempre tendo os subordinados como referentes, é possível também aplicar o conceito de “contra-hegemonia”, assim como ressalta o sociólogo britânico Raymond Williams. Para ele, nenhuma hegemonia consegue firmar-se como total, ou exclusiva.<sup>23</sup> Nas suas

---

reivindicações econômicas de muitas dessas greves. No entanto, análises mais recentes contrariam essa percepção, demonstrando que as chamadas “greves políticas” do período foram tão significativas quanto as chamadas “greves econômicas”, como pode ser visto em MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003. p. 47- 48. Ver: PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1966. p. 24.

<sup>21</sup> Para uma interessante referência ao papel das leis trabalhistas como legitimadoras da hegemonia de classe e da apropriação delas pelos trabalhadores, ver: SILVA, Fernando Teixeira da: *A carga e a culpa*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995. p. 102.

<sup>22</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003. p. 96.

<sup>23</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. cit. p. 115-116.

próprias palavras, “uma hegemonia estática, do tipo indicado pelas definições abstratas totalizadoras de uma ideologia dominante, ou de uma visão do mundo, pode ignorar ou isolar essas alternativas e oposição, mas, na medida em que são significativas, a função hegemônica decisiva é controlá-las, transformá-las, ou mesmo incorporá-las.”<sup>24</sup>

Ao meu ver, essa consideração da “hegemonia de classe” como um processo histórico de dominação, mas também de resistência, permite que se construam chaves analíticas que sustentam melhor o conceito de “economia moral”, apresentando-o como uma “contra-hegemonia” diante dos desígnios econômicos impostos pelo Estado e pelo capital. O próprio adjetivo “moral” remete a uma concepção específica de como a economia *deveria* ser, sendo indicativo de uma intencionalidade que permeia as ações dos agentes. Creio que na pesquisa, esse sentido de “moral” pode ganhar um caráter polissêmico, mas ele consegue apontar para os questionamentos dos operários acerca do “esforço de guerra”, da superexploração do trabalho e da vertiginosa alta do custo de vida da classe.

É importante afirmar que, tal caracterização do período tenta se inserir na recente tradição de estudos da historiografia do período. Tomando como “marco inicial” da retomada dos estudos sobre “trabalhismo”, “populismo” ou “período democrático”, o trabalho de Ângela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, sem dúvida inspirou muitas das questões originais dessa pesquisa. Admito que tomar a pesquisa de Gomes como um “marco da historiografia”, poderia levar a ignorar os trabalhos anteriores que se debruçaram sobre o chamado conceito de “populismo”. Entretanto, antes da pesquisa da historiadora, outros trabalhos como os de Miguel Bodea (*Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*), Luiz Werneck Vianna (*Liberalismo e sindicalismo no Brasil*) e Ernesto Laclau (*Política e ideologia na teoria marxista*) questionavam diretamente as interpretações tradicionais sobre o populismo oriundas das ciências sociais, que apontavam um vínculo direto entre as “massas” e as lideranças políticas baseado na “demagogia e no carisma”.<sup>25</sup> Porém, a obra de Ângela de Castro Gomes, publicada pela primeira vez em 1988, trouxe novas e importantes reflexões que valem a pena serem resgatadas.

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>25</sup> Talvez o exemplo mais clássico sobre essa concepção acerca do chamado “período populista” possa ser vista em IANNI, Octávio. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 25-28. Citado em FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. IN: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. p. 65. Ver também: WEFFORT, Francisco. *Estado e massas no Brasil*. IN: Revista Civilização Brasileira, nº7, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, maio de 1966.

Visando questionar “o processo histórico de construção da identidade coletiva da classe trabalhadora no Brasil para compreender melhor as razões do sucesso do projeto trabalhista”, o alvo da obra é exatamente identificar as disputas pela “palavra operária”. Dessa forma, o trabalhismo surge através de uma identificação entre o projeto desenvolvido durante o Estado Novo e o discurso que o movimento operário produzia sobre os próprios trabalhadores.<sup>26</sup> Assim, Gomes renega a idéia clássica da sociologia brasileira, melhor expressa em Francisco Weffort, onde o Estado Novo teria “dado uma legislação trabalhista” com o objetivo de “manipular as massas” urbanas.<sup>27</sup> Pelo contrário, para a autora, o trabalhismo é um discurso que dialoga diretamente com a identidade histórica construída pelos próprios trabalhadores e que visa “construí-los” conforme seus pressupostos, conforme seu próprio “fazer-se”. Por conta dessa relação de construção e de apropriação dos discursos do movimento operário, o trabalhismo teria se tornado inteligível a eles, podendo reinterpretá-lo conforme suas experiências.<sup>28</sup>

*A Invenção do Trabalhismo* foi uma obra inovadora não somente por sua crítica ao conceito clássico de populismo, mas também por fazer uso da noção de que haveria um “pacto trabalhista”, capaz de pensar as relações entre Estado e classe trabalhadora de forma negociada – e não exclusivamente ligada à repressão, ou à manipulação. Um pacto que, segundo Gomes, “procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente.”<sup>29</sup> Essa noção de “pacto trabalhista” permitia pensar em dimensões da construção de uma hegemonia além da repressão e da propaganda do Estado, voltada especialmente para a construção de uma legitimidade perante a classe trabalhadora. Essa, por sua vez, se revelaria ativa, consciente de sua existência e de suas formas de organização e, através dessa relação, poderia negociar com o Estado a própria dominação imposta por ele.

Diante das interpretações que se seguiram ao trabalho de Ângela de Castro Gomes, talvez possa se definir três eixos específicos sobre as novas obras que abordaram o tema do trabalhismo e contribuíram para o debate teórico acerca do conceito de “populismo”. Esses três eixos são correspondentes a três das principais obras de interpretação da historiografia do trabalhismo atualmente, ou seja, o livro de

---

<sup>26</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice e IUPERJ, 1988. p. 23-24.

<sup>27</sup> WEFFORT, Francisco. Op. cit. p. 79.

<sup>28</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 31.

<sup>29</sup> GOMES, Ângela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil*. IN: FERREIRA. op. cit. p. 47.

Jorge Ferreira, *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular*, (bem como seu artigo *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*), o livro organizado por Marcelo Badaró Mattos, *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964* e os artigos de Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*, assim como o artigo *Trabalhadores, sindicatos e política: (1945-1964)*, também de Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro, assim como o livro *A carga e a culpa*, também de Fernando Teixeira da Silva, sobre os trabalhadores do porto de Santos de 1937 até 1968.

Entre esses autores, destaca-se o fato de que Jorge Ferreira tem como enfoque central de suas obras a cultura política dos trabalhadores diante da construção do trabalhismo como projeto político. Enquanto Mattos, Silva, Negro e Costa, que pesquisam diretamente o movimento operário, centram suas análises em categorias ativas no movimento sindical através de suas fontes (documentação sindical, processos criminais do DOPS, depoimentos orais entre trabalhadores etc.), Ferreira tem como alvo as “pessoas comuns”, que teriam “participado ativamente da política brasileira naquele período, engajando-se no projeto político conhecido como trabalhismo”.<sup>30</sup>

Essa “indefinição teórica” sobre o objeto, tal como Ferreira afirma, abre espaço para que sejam feitas certas cobranças sobre o seu trabalho. Boa parte de suas fontes são jornais da grande imprensa, que durante o período democrático de 1945 a 1964 dividiam-se conforme os projetos políticos correntes. Entre esses jornais, a voz dos trabalhadores é sempre mediada pelo discurso editorial, gerando uma situação em que, diante da escassez de fontes, o trabalhador aparece na fala dos outros, com uma “fala silenciada”, como salienta Maria Célia Paoli.<sup>31</sup> O trabalho de Ferreira permite que se observe a disputa pelo direito de falar pelos trabalhadores, uma disputa política que não está colocada diretamente “entre eles”, mas no “direito de falar para eles e sobre eles”, de lhes dar uma definição, de lhes conceber uma identidade. Sobre essa disputa política, Pierre Bourdieu lembra que uma característica do “jogo político” se dá na disputa entre aqueles dentro do “jogo” e aqueles “fora” (os profanos), marcada exatamente pela

---

<sup>30</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2005. p. 13.

<sup>31</sup> PAOLI, Maria Célia. *O trabalhador urbano na fala dos outros*. IN: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987. p. 58.

concorrência que faz pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome dos “profanos”.<sup>32</sup>

Colocando a questão nesses termos, seria o caso de interrogar se Ferreira estaria buscando retrair essa “cultura política popular”, ou se o seu interesse seria perceber como ela era debatida na imprensa conforme se aproximava, ou se afastava, de seus interesses, mostrando-se como uma disputa pela palavra operária. A sua definição de que o “trabalhismo traduziu uma consciência de classe”, diante dessa perspectiva, pode permitir que o leitor inverta a afirmativa em forma de pergunta: foram os trabalhadores que traduziram o trabalhismo como expressão de sua consciência de classe?<sup>33</sup> Nesse sentido, não há uma resposta possível em seu trabalho que possa ajudar a solucionar essa questão.

Por outro lado, Silva e Costa discutem outro aspecto importante da idéia de “consciência de classe” no chamado “período populista”. Apoiando-se na noção de “paradoxo da consciência de classe” do historiador inglês Daniel James, os autores apontam uma ambigüidade inerente ao populismo marcada tanto pela lealdade à ideologia e ao projeto político como pela possibilidade de resistência de classe e uma cultura política de oposição.<sup>34</sup> Ao contrário da conclusão de Ferreira, para esses dois autores os trabalhadores traduziram o trabalhismo como expressão de sua consciência de classe, de forma que sua relação com a ideologia e o projeto político não era de completa simultaneidade, mas sim de uma ambigüidade em que enquanto subordinava seus interesses ao projeto, ao mesmo tempo reformulava outros através da luta. Negando a questão da “manipulação” através das leis sociais, mas também não considerando que havia uma reciprocidade tão homogênea entre trabalhismo e trabalhadores, ambos os autores buscam resgatar o conceito de “consciência legal dos trabalhadores”, desenvolvido por Maria Célia Paoli e reproduzido por John French. Para eles, essa noção poderia explicar um determinado modelo de consciência de classe em que as formas de organização política dos trabalhadores passaram a se estabelecer através das exigências pelo cumprimento da CLT.<sup>35</sup> Em outras palavras, é exatamente

---

<sup>32</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 185.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>34</sup> SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio da. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. IN: FERREIRA. op. cit., p. 217. Ver também a entrevista de Daniel James e John French: JAMES, Daniel. FRENCH, John. *Pensar a América Latina: entrevista de Daniel James e John French*. IN: FORTES, Alexandre. (et. alli) *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do trabalho*. Campinas. Ed. Unicamp, 1999.

<sup>35</sup> FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 10.

nessa “luta por direitos” que a consciência de classe dos trabalhadores teria ganho uma nova forma.

Tais discussões podem revelar que, falar numa “consciência de classe trabalhista” como faz Ferreira, implica considerar uma relação de simetria entre interesses políticos de agentes desiguais no processo, o que não se reflete em algumas pesquisas. Marcelo Badaró Mattos critica essa concepção lembrando que a assimetria entre os atores – Estado e classe trabalhadora – é um ponto essencial na obra de Ângela de Castro Gomes e que a noção de que haveria uma “consciência de classe trabalhista” ignoraria dois postulados da concepção teórica de Edward Thompson, da qual o próprio Jorge Ferreira assume como sua inspiração teórica: a primeira, de que a luta de classes precede a consciência de classe e a segunda, de que a consciência de classe seria a última etapa do seu processo de formação.<sup>36</sup> Diante desses dois postulados, Mattos busca demonstrar que uma interpretação que vislumbra uma situação onde Estado e trabalhadores encontram interesses comuns é “anti-thompsoniana”. Se a classe constrói sua consciência na luta, em oposição a outros atores sociais como o Estado ou a burguesia, ela nunca se aproxima deles através das mesmas práticas, dos mesmos discursos e dos mesmos valores.

Ferreira não nega, por sua vez, que houve intervenção estatal na configuração da identidade da classe trabalhadora. Porém, o autor defende que essa intervenção ocorreu através de um contexto e não de uma imposição.<sup>37</sup> Segundo o autor, “em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influências dos contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem. No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns.”<sup>38</sup> Ângela de Castro Gomes, por sua vez, corrobora com essa visão e critica Daniel James e John French por estabelecerem uma visão “maniqueísta” da cultura política. Para a autora, esse é o enfoque central das pesquisas que avaliam o trabalhismo, vendo-o como “conjunto de referências (normas, valores, vocabulário,

---

<sup>36</sup> MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). Op. cit. p. 28-29.

<sup>37</sup> FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa...* . p. 102. Ângela de Castro Gomes, por sua vez, considera que o PTB é um partido que nasceu *de e para* Vargas, o que permite questionar o quanto a imagem de Vargas não se sobreponha ao projeto trabalhista para a classe trabalhadora brasileira. Ver: GOMES, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. IN: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2007. p. 62.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 103.

gestos, rituais, símbolos etc.), mais ou menos formalizadas (no caso, partidos e sindicatos) em instituições e mais ou menos difusas na sociedade.”<sup>39</sup>

No entanto, até que ponto se pode retomar a ideia de “interesses comuns” do projeto trabalhista, expressa no trabalho de Ferreira? Hélio da Costa, em seu estudo sobre as comissões de fábrica do final da Segunda Guerra Mundial, lembra que os sindicatos passaram por um árduo período de questionamento de sua legitimidade pelas próprias categorias que buscavam representar quando as greves passaram a surgir através de comissões organizadas espontaneamente nas fábricas e locais de trabalho e que o primeiro impulso das diretorias implementadas pelo delegado regional do trabalho era, de fato, desestimular as greves.<sup>40</sup> No mês de abril de 1945, como será visto no terceiro capítulo da dissertação, diversas categorias entraram em greve em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, completamente à revelia de suas entidades sindicais, seguindo o exemplo de greves que já ocorriam em São Paulo.<sup>41</sup>

Creio que essa conjuntura de greves – a maioria delas de curta duração, mas de grande repercussão na mídia – permite perceber no mínimo uma desconfiança em relação à capacidade dos sindicatos em resolver conflitos entre patronato e trabalhadores. Além disso, os presidentes dos sindicatos eram escolhidos em assembleias em que estavam presentes o próprio delegado regional do trabalho e o chefe do DOPS do Rio Grande do Sul, para garantir a total sintonia entre o órgão do governo e o sindicato. Certamente, se havia reciprocidade de interesses entre Estado e trabalhadores, ela não se refletia através da intimidadora presença dessas autoridades na escolha dos membros da diretoria.

Por outro lado, uma ampla parcela dos trabalhadores brasileiros participou ativamente de movimentos políticos ligados ao trabalhismo e ao PTB.<sup>42</sup> Ao meu ver, a noção de “ambiguidade da consciência de classe” acaba sendo uma explicação mais precisa para esse fenômeno, pois ela não nega o conflito entre os interesses dos agentes

---

<sup>39</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Reflexões em torno de populismo e trabalhismo*. IN: *Varia História*, nº 28. Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Ed. UFMG, dezembro de 2002. p. 68.

<sup>40</sup> COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato*. São Paulo: Ed. Scritta, 1995. p. 30.

<sup>41</sup> Um exemplo de como a contradição de “interesses comuns” é visível entre o operariado pode ser visto no trabalho de Gláucia Konrad, onde a autora busca retratar as lutas da classe durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul, demonstrando que, seja de forma aberta, seja de forma mais sutil, o conflito continuava existindo. Ver: KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Campinas: Unicamp, 2006 (Tese de Doutorado). p. 8-12.

<sup>42</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996. Capítulo 2: os sindicatos vão ao partido.

sociais, mas também não nega a aproximação política de trabalhadores com o projeto trabalhista. O conceito permite, por sua vez, uma análise mais próxima da heterogeneidade das formas de organização política da classe trabalhadora no período, questionando a ideia de uma “cultura política” sem atores que a reproduzam e a ressignifiquem.

Creio que é importante salientar também outro elemento que gradualmente a história social do trabalho vem tratando diante da questão do “populismo” que é a relação dos setores empresariais com o Estado e a classe trabalhadora. Dessa forma, através da análise da participação da burguesia, os antagonismos vivenciados pelos trabalhadores se revelam ainda mais complexos. A brasilianista Barbara Weinstein, por exemplo, ao pesquisar as interpretações do patronato sobre o processo de modernização da mão-de-obra e das indústrias de São Paulo consegue relacionar diretamente projetos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com as disputas entre patrões, trabalhadores e Estado sobre esse processo. Mais do que um projeto unilateral por parte dos empresários, a racionalização da produção foi campo de disputa com o Estado e mesmo a resistência dos trabalhadores não teria se colocado de forma sistêmica, mas sim de forma isolada e muitas vezes espontânea.<sup>43</sup> Dessa forma, mesmo o discurso da racionalização da produção acabou sendo ressignificado pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que Estado e empresariado disputavam sobre o modelo de modernização industrial a seguir.

Em outra interpretação, que visa também estabelecer o papel do patronato no período, está o trabalho de Alexandre Fortes: *Nós do quarto distrito*. Na sua conclusão, Fortes afirma que o trabalho de Ângela de Castro Gomes e outros subsequentes, como os de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis sobre o populismo, passam por um processo que ele chama de “deslizamento conceitual”, sem diferenciar a “produção de um público” através do discurso político com a “constituição da classe”.<sup>44</sup> Dessa forma, disposto a aprofundar-se nesse segundo elemento, o trabalho de Fortes não ignora o discurso trabalhista, mas está mais interessado em perceber a interpretação dos próprios trabalhadores sobre ele em um contexto de lutas sociais. O autor compreende, então, que as relações sociais onde a classe operária está imersa implicam um conceito dinâmico de classe social, numa interpretação que admite tanto os seus conflitos

---

<sup>43</sup> WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 20-21.

<sup>44</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul. EDUCS, 2004. p. 436.



internos como sua coesão. A própria burguesia surge não apenas como um grupo com um projeto de dominação totalizante e claustrofóbico, mas sim como uma classe antagônica que tinha seu projeto contestado muitas vezes pela ressignificação de interesses por parte dos trabalhadores, o que pode ser visto na própria questão do paternalismo empresarial, tema abordado no segundo capítulo da dissertação.<sup>45</sup>

Além disso, outro aspecto relevante de seu trabalho é o enfoque específico sobre a situação de Porto Alegre em um período posterior à Primeira República, que por muito tempo dominou a historiografia operária no Rio Grande do Sul. O trabalho de Fortes abriu a possibilidade de que novas pesquisas se realizassem no estado no período Vargas tanto quanto no período chamado democrático. Também sobre o período do Estado Novo, pode se citar a recente tese de doutorado de Gláucia Vieira Ramos Konrad, *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*.

O trabalho de Gláucia Konrad realiza um recorte temporal particularmente importante para a minha pesquisa. Konrad busca mostrar que o período do Estado Novo não foi apenas um período de dominação unilateral, em que os trabalhadores estavam todos submissos à constante repressão e a todo o aparato de propaganda do regime. Mas a autora discorda do trabalho de Alexandre Fortes no que diz respeito à ideia de retomada das lutas dos trabalhadores em 1945. Segundo ela, as noções de “retomada” e “reconstrução” são insuficientes para entender as greves de 1945, defendendo o argumento de que “a intensa repressão” os levava a um período de acúmulo de forças na primeira metade do Estado Novo para, em um novo momento, continuar sua luta por direitos e mesmo radicalizar essa luta através das greves.<sup>46</sup>

Mas havia, de fato, esse cálculo tão preciso em uma classe tão heterogênea? O trabalho de Konrad mostra que mesmo diante de períodos de intensa repressão, o movimento sindical também fora palco de reivindicações. Ao mesmo tempo, os sindicatos estavam muitas vezes atrelados à máquina estatal e mais propensos a apoiar Vargas do que sua própria categoria, como será visto nas seções 3.2 e 3.3.

Creio que a questão que se pode levantar é que se o movimento sindical for pensado com uma certa constância no período, não estaria aí se subestimando importantes transformações na vida dos trabalhadores como a situação da guerra, a escassez de alimentos, a queda de salários, as leis trabalhistas etc.? Essa conjuntura de

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 439.

<sup>46</sup> KONRAD, Gláucia. Op. cit. p. 36.

1942 a 1945 tomada como recorte temporal da pesquisa revela uma certa “criatividade” por parte dos trabalhadores ao buscarem confrontar as formas de dominação que estavam vivendo. Poderia até mesmo se perguntar quais eram os princípios de legitimidade que faziam com que a classe reconhecesse ou deslegitimasse os sindicatos em suas lutas. Nesse ponto, faltam evidências que consigam demonstrar como era feita essa distinção e esta pesquisa não pôde fazer mais do que lançar hipóteses diante das fontes aqui trabalhadas.

Esta observação introduz a questão do material empírico com que essa pesquisa dialoga. Como poderá ser visto ao longo do trabalho, a maioria das fontes provém diretamente do jornal *Correio do Povo* do período, do qual foi feito um minucioso levantamento de dia após dia para tentar investigar os diversos problemas que surgiam na vida dos trabalhadores de Porto Alegre. Além disso, o *Correio* também é considerado uma fonte importante por permitir acesso às cartas enviadas ao jornal que traziam, muitas vezes, a temática do custo de vida dos trabalhadores.

Outras fontes, por sua vez, dizem respeito ao material cedido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, a que sou muito grato desde então. A *Revista Orientação Econômica e Financeira*, cujos exemplares se encontram na biblioteca da PUCRS – exceto os do ano de 1943, que se encontram no Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS – também merece destaque, apesar de não ter sido uma fonte exaustivamente trabalhada. Cito também os Boletins Municipais da Intendência de Porto Alegre, que permitiram algumas análises sobre os programas municipais e estaduais para controlar o problema do aumento do custo de vida. Além disso, outras fontes como processos-crime do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul foram consultadas, assim como os processos da pasta “Rio Grande do Sul” do arquivo policial do DOPS, encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Somado a esse conjunto de fontes, os *Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* também foram importantes para avaliar muitas das perspectivas do próprio Estado Novo para a criação de uma “economia de guerra”. Por fim, faço a ressalva para algumas fontes que não foram devidamente analisadas por terem sido descobertas quando a pesquisa já se encaminhava para o final, como os relatórios do Departamento Estadual de Estatística, localizados na atual Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Entretanto, a consulta a esses relatórios corroborou algumas análises de autores como René Gertz e Alexandre Fortes sobre a economia do período, dando maior fôlego para outras questões que procurei apresentar no capítulo 2 dessa pesquisa.

Sobre esse conjunto de fontes, gostaria de fazer duas considerações: a primeira se refere exatamente aos problemas da heterogeneidade das fontes que são trabalhadas na pesquisa, enquanto a segunda tenta reafirmar a ênfase do jornal *Correio do Povo* entre as fontes. Sobre a primeira, afirmo que esse pode ser um problema, pela necessidade de articular tantos materiais e informações diferentes no trabalho. Entretanto, são poucas as fontes utilizadas na pesquisa que foram produzidas diretamente pela classe trabalhadora. Tanta heterogeneidade acaba sendo uma forma de tentar recuperar os discursos e práticas de um operariado que era constantemente mantido sob vigilância pelo Estado Novo. Assim, acredito que o uso de tantas fontes diferentes pode ser considerado, senão um mérito dessa pesquisa, ao menos um recurso para evitar o “silenciamento” dos operários.

Porém, como já afirmei anteriormente, o jornal *Correio do Povo* foi uma das principais fontes consultadas na pesquisa. Existiam, é claro, outros jornais que circulavam em Porto Alegre na época, como a *Folha da Tarde* (também ligado ao grupo Caldas Júnior) e o *Diário de Notícias* (do grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand). No entanto, o *Correio* tem duas vantagens que pude perceber enquanto fazia esse levantamento. A primeira é a disponibilidade e a própria continuidade dessas fontes tanto no acervo Museu de Comunicações do Rio Grande do Sul como no Arquivo Municipal Moisés Velinho. A segunda vantagem fica por conta de um dado apresentado pela historiadora Andréa Sanhudo Torres, que afirma que o *Correio do Povo* era o jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul na época.<sup>47</sup>

A partir dessa difusão do jornal, há também outro fator que possibilita o seu uso como fonte de pesquisa, já que ele era considerado o principal instrumento da política do Estado Novo na imprensa escrita de Porto Alegre. Segundo o trabalho de Torres, “o *Correio do Povo* se colocou permanentemente como instrumento de propaganda política do regime vigente. Tanto nos seus editoriais quanto nas linhas condutoras de suas notícias, é possível verificar sua aproximação com a figura de Getúlio Vargas e sua exaltação e justificação do Estado Novo.” Por sua vez, o *Diário de Notícias* sofria “com o ajuste às imposições do poder. Passa o Estado Novo ansiando por horizontes mais amplos referente à vida constitucional e política do país.” Com a suspensão da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda em fevereiro de 1945, o *Diário de Notícias*, assume claramente a posição de oposição ao regime Vargas.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EdiPucrs, 1999. p. 149.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 140-141.

Diante da defesa do regime Vargas feita pelo *Correio do Povo*, pode se perceber que a linha editorial do jornal revelava preocupações que eram comuns ao governo. Algumas das notícias sobre as condições de vida dos trabalhadores, por exemplo, são reveladoras exatamente porque partiam de pesquisas que interessavam a órgãos oficiais – ou mesmo produzidas por eles. Dessa forma, as discussões sobre os impactos da escassez de alimentos e a busca por “responsáveis” pela inflação ganharam bastante destaque no jornal, como será visto na seção 2.2.

E, como referi anteriormente, há também outro motivo para o *Correio do Povo* ser umas de minhas principais fontes de pesquisa. O jornal possuía uma seção chamada “Queixas do Público”, em que transcrevia as cartas dos leitores do jornal, como pode ser observado na primeira seção do capítulo 3. Ainda que sem uma periodicidade fixa, as cartas tinham algum impacto na redação do jornal, tendo em vista as mais de 300 cartas encontradas durante o período (sendo que cerca de um quinto dessas cartas durante o período analisado eram voltadas para as questões sobre o custo de vida).

Pode-se perguntar se essas cartas não eram criações dos próprios redatores dos jornais. No entanto, creio que tal hipótese entra em contradição com a ideia de Torres sobre a defesa que o *Correio do Povo* fazia com o governo Vargas. Não só pelo fato do conteúdo delas muitas vezes contestarem as autoridades políticas, a censura na imprensa era ativa o suficiente para coibir esse tipo de estratégia para criticar o Estado Novo e os governos estaduais e municipais. Por minha vez, prefiro desenvolver a hipótese de que as cartas selecionadas tiveram um espaço de produção ligado aos problemas dos trabalhadores, ainda que não possa comprovar se elas realmente foram escritas por operários. De certa forma, creio que elas possibilitam revelar tanto algumas das experiências dos trabalhadores durante o período da guerra assim como revelar uma forma diferenciada de protesto em uma ordem autoritária.

Os próprios estilos usados para escrever as cartas permitem observar condições sociais ao mesmo tempo em que exigem o cumprimento de deveres por parte do Estado.<sup>49</sup> De fato, creio que elas revelam muito pouco sobre os próprios autores, mas também não deixam de ser, dentro da concepção entendida por Ângela de Castro

---

<sup>49</sup> Esse ponto é melhor discutido na parte 3.1 do trabalho, mas vale ressaltar que essa questão das cartas reivindicativas se inclui dentro da ideia de “Estado-regulador”, que segundo Eduardo Silva, era uma das formas que a autoridade estatal aparecia nas cartas de cidadãos do Rio de Janeiro para o *Jornal do Brasil* durante a Primeira República. Ver: SILVA, Eduardo. *As queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998. p. 33-34. Para uma abordagem sobre a escrita de cartas aos jornais durante o Império no Rio de Janeiro, ver: BASILLE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Jornais e cidade; a queixa do povo*. IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História e Imagem*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1998. p. 235-250.

Gomes, como uma forma de “escrita de si”. Pode se questionar se os indivíduos que assinavam as cartas realmente existiam, mas mesmo supondo que os autores das cartas criavam personagens, eles também tinham de constituir um “cenário” factível para ter credibilidade.<sup>50</sup> Dito de outra forma, é possível perceber um estilo de escrita que recorria às experiências de quem vivia o problema do aumento do custo de vida na capital.<sup>51</sup>

Por fim, gostaria de encerrar essa Introdução explicando a estrutura do texto da dissertação com o qual pretendi expor os resultados das indagações que orientaram essa pesquisa. Como será visto, ela está dividida em 3 capítulos, cada um com 3 seções que o dividem.

O primeiro capítulo tem como eixo explicativo a construção da “economia de guerra” no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Na primeira seção discute-se o que é a “batalha da produção”, suas origens e a forma como foi estruturada pelo Estado Novo e pela burguesia. Na segunda seção são analisadas as medidas concretas tomadas na construção da “batalha da produção”, procurando discutir os interesses do empresariado em tempo de guerra e como isso envolvia a necessidade do “soldado-operário”. Na terceira seção, o enfoque são os próprios operários porto-alegrenses, analisando tanto as tentativas do Estado em fazer com que os trabalhadores internalizassem a lógica da mobilização para a guerra, assim como as respostas que foram dadas pela classe.

O segundo capítulo se volta para as dificuldades causadas pela economia de guerra para a classe trabalhadora. Na primeira seção, o objetivo central é debater as dificuldades vividas por esses trabalhadores numa situação de aumento do custo de vida. Na continuidade, a segunda seção volta-se para o antagonismo que se desenvolve entre os operários e os comerciantes, que eram responsabilizados pela inflação dos preços dos gêneros alimentícios. Na terceira seção, são discutidas as formas com que o regime Vargas e a burguesia tentaram agir para combater a crise de escassez que ameaçava as condições de vida dos trabalhadores de Porto Alegre.

---

<sup>50</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. IN: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 15.

<sup>51</sup> É importante mencionar o trabalho de Jorge Ferreira sobre a correspondência recebida pelo gabinete da presidência da República. Entretanto, ainda que elas estivessem cobrando certos deveres, ou fazendo certos pedidos, essas cartas não poderiam desrespeitar a autoridade de qualquer forma e revelam uma diferença tanto no estilo como nos temas das cartas do *Correio do Povo*. Ver: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. Capítulo 1: A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas.

O terceiro e último capítulo busca, por fim, mostrar mais especificamente as formas com que os operários reagiram diante da conjuntura da guerra, discutindo a sua própria transformação em “soldados-operários”. Na primeira seção é feita uma análise baseada na noção de “economia moral de guerra”, previamente discutida através das cartas enviadas para o jornal *Correio do Povo*. Na segunda seção, a estrutura sindical e legal onde os trabalhadores atuavam é o principal ponto de reflexão, salientando que tal ponto não está descolado de questionamentos sobre a estrutura repressiva do Estado Novo. Por fim, na terceira seção, a discussão se volta para as greves de abril de 1945, que marcam uma retomada das lutas do movimento operário em um âmbito mais intenso de mobilização, mas que revelam também as transformações que o cenário da guerra causou nas próprias estruturas organizativas dos trabalhadores.

No final da dissertação, incluo também algumas fotos da época em uma seção de anexos, a maioria delas relacionadas ao acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Esses anexos têm como objetivo ilustrar algumas das fontes utilizadas e revelar a própria possibilidade documental que esse material possui, mesmo que as fotos não sejam devidamente analisadas na pesquisa.

Finalmente, encerro a introdução da pesquisa com a esperança de que as escolhas feitas ao longo da dissertação tenham sido explicitadas, seja pela minha postura teórico-analítica, seja pelo tratamento que dei às fontes, na esperança de que o desenvolvimento do trabalho tenha sido coerente com elas. Se tais escolhas foram acertadas, ou não, todas elas são de minha exclusiva responsabilidade.

## CAPÍTULO 1

### A CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA DE GUERRA

*"Olha aqui, na continuação de seu sonho  
 Encontrou várias autoridades  
 Na fila da comprovação  
 Tinha muitos civis e militares  
 Um parlamento completo  
 E até chefe de nação  
 Foi aí que o chifrudo chefe  
 Deu aquela explicação:  
 Lá na justiça da Terra  
 Vocês não devem nada a ninguém  
 Porque a lei dos homens é somente aplicada  
 Em cima daqueles que nada têm"*  
 ("O Sonho do Operário" – Bezerra da Silva)

#### 1.1 – A entrada na batalha da produção: origens e estratégias

É difícil dizer quando começou a guerra para o trabalhador brasileiro. O historiador que se debruce sobre essa questão vai encontrar diversos marcos para trazer à luz uma resposta coerente a essa indagação. Pode se tomar como eixo analítico o marco oficial, ou seja, a declaração de guerra do governo Vargas contra os países do Eixo, no final de agosto de 1942, com a ruptura das relações entre Brasil e Alemanha. Ou então, mudar o enfoque, e traçar a origem da guerra nos inúmeros protestos nas grandes cidades, onde multidões se reuniam em comícios – os poucos comícios políticos do regime do Estado Novo – indignadas com o afundamento de navios brasileiros na costa do Atlântico por navios da Alemanha nazista. Ou então, buscar um enfoque mais próximo da geopolítica internacional e tomar o ataque à Pearl Harbor como um marco, pois ele teria lançado os Estados Unidos à guerra e à procura de aliados no continente americano, levando o país a uma rápida e efetiva aproximação política com o Brasil a partir da declaração de “solidariedade continental” que o governo Vargas então fazia ao governo Roosevelt.<sup>52</sup> Enfim, existem diversos eventos

---

<sup>52</sup> É válido ressaltar que mesmo entre essas interpretações, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos já estava em andamento a partir do segundo semestre de 1941, mas ambos os países se declaravam neutros diante do conflito europeu. No entanto, é somente após o ataque de Pearl Harbor que o governo de Vargas decide declarar solidariedade à política externa norte-americana. Para mais, ver: SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Ed. Manole, 2003. p. 254-259.

possíveis de serem definidos como marcos de quando o povo brasileiro entrou na guerra.

No entanto, boa parte dessas referências são estabelecidas por uma cronologia militar-política que, ainda que seja importante, estabelece uma relação diferente com os trabalhadores urbanos brasileiros. É relevante salientar que durante a Segunda Guerra Mundial, o conflito ganhou proporções de uma “guerra total”, acenando que não havia uma distinção clara entre militares e população civil nos países beligerantes, levando a um conflito onde incontáveis bombardeios atingiram homens, mulheres e crianças que estavam afastados das frentes de batalha. Logo, não é surpresa que muitos historiadores insistam na percepção de que os marcos da guerra, para seus “objetos”, não obedecem exatamente essa cronologia mais oficial, mas sim uma mais próxima do campo da memória e das experiências.

O trabalho de Alessandro Portelli sobre o massacre de Civitella Val di Chiana, uma cidadezinha no sul da Itália, na Toscana, pode ajudar a pensar nas reapropriações sobre a cronologia de uma história e o seu desenlace em tempos de guerra. Trabalhando com a ideia de “memória dividida”, Portelli mostra que se por um lado se constitui uma “memória oficial” sobre os acontecimentos, por outro lado, as lembranças criadas e preservadas pelos sobreviventes, viúvas e filhos passam a se desenvolver com relativa autonomia, muitas vezes inclusive batendo de frente com a “memória oficial”. Dessa forma, a própria cronologia do massacre – que converge em seu início com a morte de soldados alemães na cidade – está no centro da disputa pela memória que existe dentro da comunidade.<sup>53</sup>

O artigo de Portelli permite que se pense que a cronologia da guerra também poderia ser ressignificada pelos trabalhadores diante de seu contexto particular, das suas relações de trabalho, de sua situação doméstica e até mesmo de seu lazer. Ou seja, essa cronologia não se apresentou alheia à classe trabalhadora, mas foi mediada por suas experiências. Nesse sentido, talvez a grande transformação, o momento em que os trabalhadores se sentiram parte do conflito mundial, tenha surgido a partir do discurso de Vargas aos operários no Primeiro de Maio de 1942. Pode se dizer que pela primeira vez a guerra lhes dizia respeito de uma forma direta. Eles estavam sendo convocados

---

<sup>53</sup> A discussão em Portelli não é exatamente uma discussão voltada para as apropriações classistas sobre a memória do massacre, embora ela auxilie a revelar a distinção existente entre a memória oficial e a memória subjetiva no caso de uma batalha, uma guerra, ou um massacre. Para mais, ver: PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana* (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 103-130.



pelo presidente para ingressarem em uma “batalha da produção”. Alguns trechos do discurso do presidente, proferido no estádio São Januário, no Rio de Janeiro, são bastante reveladores dessa preocupação que fazia parte da própria ideologia trabalhista:

“A conflagração avassala todas as terras, todos os mares e todos os céus e exige dos povos – beligerantes, ou não – resoluções prontas e enérgicas. Ninguém a ela pode se furtar por completo. Por isso mesmo, cada um deve aceitar o seu setor na luta de acordo com as circunstâncias e as próprias possibilidades. **O nosso é o da produção. O exército, sois vós, obreiros do Brasil.** E o objetivo a alcançar é a libertação completa do país dos retardamentos, fraquezas e dependências do passado.

[...]

A política trabalhista do meu governo tem sido invariável no sentido de estabelecer a harmonia entre os fatores da produção, base do equilíbrio social e fundamento do progresso humano. A nossa organização peculiar afasta-se igualmente do erro dos regimes do liberalismo individualista que legalizam a greve como elemento solucionador de conflitos e dos estatutos de natureza totalitária, que instituíram o trabalho escravo.

O Estado, entre nós, exerce a função de juiz nas relações entre empregados e empregadores, porque corrige excessos, evita os choques e distribui equitativamente as vantagens. Assiste-lhe por isso mesmo, o direito de solicitar o concurso das vossas energias, a dedicação completa dos vossos esforços. Nesta emergência, deve cada homem conservar o seu posto sem pensar em si próprio, sem pensar na família, sem pensar nos bens. Em momentos supremos, os riscos não se contam porque é preferível perder a vida a perder a razão de viver.

Trabalhadores:

Antes do atual regime, a aproximação do Primeiro de Maio era motivo de apreensões e sobressaltos, reforçavam-se as patrulhas de polícia, recolhiam-se as tropas aos quartéis, na expectativa de desordens. Temia-se [que] aproveitassem os trabalhadores o dia que lhes é consagrado, para reivindicar direitos. O Estado Nacional atendeu-lhes as justas aspirações. A data passou então a ser comemorada com o júbilo e a fraternidade que emprestam esplendor a esta festa, na qual aos soldados das forças armadas, cuja sagrada missão é manter a ordem e defender a integridade do solo pátrio, reúnem-se aos operários, soldados das forças construtivas do nosso progresso.

**Soldados, afinal, somos todos a serviço do Brasil** e é nosso dever enfrentar a gravidade da hora presente para merecermos que as gerações vindouras lembrem-se de nós com orgulho, porque trabalhamos cheios de fé, sem duvidar um só momento do destino imortal da Pátria Brasileira.”<sup>54</sup>

<sup>54</sup> “A nossa solidariedade aos Estados Unidos é um imperativo de obrigações solenemente assumidas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/05/1942. p. 3. Grifos meus.

Um elemento interessante que pode ser percebido nesse discurso é que o pronunciamento, ao se dirigir aos trabalhadores, buscava realizar (e ressaltar) uma comparação entre operários e soldados, convocando-os para a guerra que se aproximava e para uma estrondosa batalha que estava prestes a começar, algo que era inédito na história brasileira até então.<sup>55</sup> A analogia entre soldados e operários foi levada adiante a partir do discurso de Vargas, sendo que palavras semelhantes eram usadas para comparar o esforço de guerra dos trabalhadores com a vida de caserna.<sup>56</sup> Tais comparações geralmente apelavam para a mobilização dos civis e não pretendiam somente garantir a disciplina industrial em busca da vitória, mas também estabelecer como deveriam ser os trabalhadores brasileiros. Nas palavras de Gomes, entendendo que “a mobilização econômica era o fundamento da mobilização militar”, era necessário exigir disciplina, participação, trabalho e sacrifícios.

Se o 1º de maio de 1942 seria a data central da entrada dos trabalhadores na guerra, eles precisavam agora se preparar para as ordens de seus comandantes principais, ou seja, o Estado e a burguesia industrial. O Estado, encarnado na figura de Getúlio Vargas, era sem dúvida alguma o “carro-chefe” no esforço de guerra brasileiro para converter a sua economia em uma “economia de guerra”. No entanto, a burguesia também tinha interesse na defesa desta “economia de guerra”, especialmente no que dizia respeito à mobilização dos trabalhadores brasileiros.

E que mobilização era necessária! Segundo um artigo de Aldo M. de Azevedo no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* (BMTIC) de dezembro de 1942, o país deveria mobilizar seis milhões de homens para a guerra (equivalente a 15% da população em 1942), exigindo, no mínimo, 30 milhões de trabalhadores na indústria brasileira – isso sem contar serviços e funcionalismo público que também teriam de ser ampliados nessa conjuntura. A proporção de cinco trabalhadores industriais a cada civil mobilizado para a guerra era um levantamento plausível para muitas realidades, mas não exatamente para o Brasil que possuía apenas 1,25 milhão de trabalhadores

---

<sup>55</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 244.

<sup>56</sup> É importante aqui fazer um pequeno parêntese no texto, pois também foi criado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o termo “soldados da borracha”, se referindo à migração de retirantes para a região Norte do Brasil para trabalhar nos seringais e auxiliar no esforço de guerra na indústria da borracha. O termo inclusive passou a fazer parte do vocabulário de muitos industriais norte-americanos que exigiam a modernização nas práticas de extração dos seringais e que ficavam chocados com a exploração dos trabalhadores. Para mais, ver: CYTRINOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: ed. USP, 2000. p. 219-223.

industriais.<sup>57</sup> Qualquer esforço no âmbito da produção industrial passava, então, por um aumento no trabalho urbano, o que poderia implicar uma dilatação do mercado de trabalho nas grandes cidades. Os “soldados da produção” precisavam engrossar suas fileiras, mas precisavam seguir determinadas orientações.

A palavra de ordem, sem dúvida, era “produção”. Era preciso produzir “mais e melhor”, como cita um dos editores do BMTIC Belgrano Mont’Alverne em maio de 1943. No seu texto, o autor ressalta que “tão necessário é o fuzil como a pena; tão valorizado é o avião como o rádio, tão indispensável é o ribombar dos canhões como o martelar das bigornas. A preparação das retaguardas é tão difícil e complexa quanto a das vanguardas.”<sup>58</sup> Mas mais do que a ênfase na produção, há uma ênfase na pátria e na nação. Nas palavras de Aldo M. de Azevedo, se dirigindo aos trabalhadores através do *Boletim do Ministério do Trabalho*, “todos os bens que possuímos agora, nossa força, nossa inteligência, rigorosamente não são mais de cada um de nós individualmente, mas, sim de todos, da nação unida, da família brasileira em guerra contra o inimigo comum.”<sup>59</sup>

A idéia de “batalha” apresenta-se como uma metáfora que, ao ser usada pelo regime de Vargas, propõe representar esse desprendimento como o de um soldado que vai para a guerra apenas por amor à pátria. Se essa imagem parece implicar uma submissão absoluta, é válida a ressalva de Eric Hobsbawm ao lembrar de milhares de jovens britânicos, alemães e franceses nos primeiros dias da Primeira Guerra Mundial, marchando orgulhosamente pelas ruas das capitais, despedindo-se em um clima de euforia e ufanismo de seus compatriotas – o que incluiria também os trabalhadores, que mesmo expressando sua consciência de classe revelavam-se adeptos da defesa nacional em movimentos de massa.<sup>60</sup> Mas então, como os operários deveriam ser preparados para a guerra que se aproximava?

Pode se dizer que, para preparar o operariado para a “batalha da produção”, existiam três eixos centrais: a *disciplinarização*, a *especialização* e a *sindicalização*. De uma forma ou de outra, Estado e burguesia convergiam para conseguir atingir esses objetivos de tal forma que a produção brasileira não apenas se direcionasse para artigos

<sup>57</sup> O artigo de Aldo M. de Azevedo é citado no livro de Cytrinowicz. Ver: CYTRINOWICZ. op. cit., p. 199-200.

<sup>58</sup> ALVERNE, Belgrano. *A Guerra e a Seleção Profissional*. IN: Brasil – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Nº 105, volume 9, maio de 1943, p. 184.

<sup>59</sup> CYTRINOWICZ. op. cit., p. 133.

<sup>60</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo – desde 1870*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002. p. 146-148.

militares, mas que em seu conjunto conseguisse conformar um modelo ideal de trabalhador brasileiro. A “batalha da produção” apontava exatamente para a construção de um trabalhador específico, que pudesse lidar com as “trincheiras-civis” da guerra.

Somado a esse elemento, não se pode perder de vista que, por um lado, o regime de Vargas estava estabelecendo uma concepção própria sobre a classe trabalhadora, dando os primeiros passos em direção ao chamado “pacto trabalhista”.<sup>61</sup> Mas por outro, a burguesia também tinha interesse em solidificar a suposta harmonia entre capital e trabalho que o próprio regime defendia, colocando-se como “fiadora” da batalha da produção. Assim, ambos convergiam em direção ao tripé *disciplina, especialização e sindicalismo* de forma relativamente harmônica. Mas o que esse tripé propunha especificamente?

No que diz respeito à disciplina, a proposta do Estado Novo era bastante clara desde a lei de Segurança Nacional, promulgada dois anos antes da ditadura de Vargas ser instaurada: abolir a noção de luta de classes. No seu artigo 14, a lei de 4 de abril de 1935 possibilitava criminalizar a simples percepção de que a sociedade se constituía em classes com interesses opostos – estabelecendo pena de 6 meses a dois anos. No artigo 23, garantia a punição de 1 a 3 anos de prisão celular a qualquer propaganda para subverter a ordem política.<sup>62</sup> Com o conseqüente fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a implementação do Estado Novo, a abertura política para o debate classista ficou bastante limitada. Os trabalhadores, induzidos a abdicar de sua força e de sua inteligência, já estavam avisados de que força e inteligência só seriam válidas em prol da nação e não em prol de uma “ideologia subversiva”. Esse tema será retomado novamente ao longo do terceiro capítulo.

Mas a disciplina necessária para a “batalha da produção” tinha de ter um sentido mais prático do que a suposta conciliação entre capital e trabalho que fazia parte do ideário trabalhista. Ela envolvia também a disciplina fabril, o cumprimento dos horários, a diminuição na evasão dos empregos, a vigilância sobre o corpo e as práticas dos trabalhadores – dentro e fora dos seus respectivos locais de trabalho. “Visibilidade e vigilância”, como ressalta Michelle Perrot, era o binômio da disciplina fabril, fundada muito mais em trabalhadores transformados em instrumentos do que em máquinas

---

<sup>61</sup> GOMES. op. cit, p. 244-245.

<sup>62</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1989. p. 200. A lei pode ser encontrada em seu texto integral na internet, graças à excelente iniciativa do Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON). Ver: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=47634> . Última consulta em 10 de março de 2008 às 22:00 horas.

propriamente ditas.<sup>63</sup> Nesse sentido, o empresariado brasileiro tinha um interesse concreto em contribuir diretamente no incentivo à produção.

Não se pode esquecer também que esses mecanismos disciplinares contemplavam um processo de higienização e ordenamento do espaço fabril e eram anteriores ao período da guerra, com efeitos já na década de 1910, ainda que somente nos anos 30 tais mecanismos seriam amplamente valorizados.<sup>64</sup> Da mesma forma, à luz de novas pesquisas, é necessário descartar a dicotomia ligada à questão da modernização fabril, que atribui ao capital o papel de agente da modernidade e ao trabalho a resistência à disciplina. Segundo Bárbara Weinstein, apesar do empresariado se colocar num papel ativo quanto à modernização industrial, muitas lideranças operárias denunciavam as péssimas condições dos locais de trabalho e defendiam a modernização da produção e o progresso como formas de tirar o Brasil do “atraso”.<sup>65</sup>

Em um quadro onde disciplina e modernização da indústria convergiam, o esforço de guerra que se impunha na economia nacional era a oportunidade de ouro para elevar a produção industrial brasileira. Segundo Cytrynowicz, essa oportunidade se tornou tão concreta que, de 1942 a 1945, o Brasil atingiu o índice de crescimento industrial de 9,4% por ano (em contraste com o aumento de 3,9% por ano de 1939 a 1942).<sup>66</sup>

As leis de exceção para o incentivo à produção industrial, voltadas para um controle ainda maior da mão-de-obra operária (e que serão vistas com mais detalhes na seção 1.2), talvez sejam o principal ponto de convergência entre os projetos de disciplina política e fabril que Estado e burguesia exigiam dos trabalhadores para que se tornassem “soldados da produção”. Mas não era o único, pois o operário disciplinado ainda precisava ser um trabalhador especializado para ser mais produtivo, mostrando outro lado dessa convergência entre modernização e disciplina.

Nesse ponto, talvez seja importante destacar que a concepção do “atraso” da produção e da “origem rural” do operariado urbano estavam entre as maiores preocupações dos empresários e do governo. Dentro desta mesma lógica, esta mão-de-obra era mais barata, implicando, por outro lado, uma força produtiva menos

---

<sup>63</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992. p. 56.

<sup>64</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890 – 1930)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985. p. 38.

<sup>65</sup> WEINSTEIN, Barbara. *A (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo. Ed. Cortez, 1999. p. 68-69.

<sup>66</sup> CYTRINOWICZ. op. cit., p. 207.

especializada. A própria esquerda, durante a abertura democrática de 1945 a 1964 tinha, entre suas teses, a concepção de que a razão do “atraso” do trabalhador brasileiro – caracterizado como indisciplinado, fisicamente débil e conformista – era ligada à sua origem rural.<sup>67</sup>

Entre as próprias lideranças do movimento operário, muitas vezes havia a defesa da especialização. Weinstein lembra que muitos militantes operários “usavam sua própria exigência de uma especialização técnica para criticar os “piores” patrões – aqueles que não largavam seu maquinário antiquado e seus métodos precários, retardando, assim, o crescimento econômico”.<sup>68</sup> Mesmo o Partido Comunista do Brasil (PCB) afirmava, durante um bom tempo, que a “falta de consciência de classe” dos trabalhadores urbanos era decorrente da sua “origem rural” e da ausência de uma tradição de lutas nas cidades.<sup>69</sup>

Por outro lado, em argumentação diferenciada, mas também na defesa da especialização, o governo Vargas afirmava que a “origem rural” era empecilho para que o Brasil ampliasse a sua produção para enfrentar a guerra nas trincheiras da indústria. É exatamente por isso que o trabalhador precisava ser ensinado e especializado, o que levou o governo a criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em parceria com associações regionais de industriais – em especial a Federação dos Industriários do Estado de São Paulo (FIESP) já no ano de 1942.<sup>70</sup>

Na verdade, ao contrário do que se pode imaginar, não parece ter existido uma convergência muito clara entre os projetos da burguesia e do Estado no que diz respeito à especialização operária. O Decreto-Lei 1.238, do dia 02 de maio de 1939, é uma interessante forma de notar os atritos que existiam na construção dos “soldados-operários”. O decreto era dividido em duas partes, sendo que a primeira dispunha que toda a empresa com mais de 500 operários deveria ter refeitórios para atender todo o seu pessoal (o que será visto mais adiante na seção 2.3). No entanto, a segunda parte é mais reveladora, pois determinava que as mesmas empresas, além dos refeitórios, também deveriam oferecer cursos de aperfeiçoamento profissional para menores e para adultos, estando sujeitas a multas de 1.000\$000 a 10.000\$000 caso ignorassem a lei. A FIESP,

---

<sup>67</sup> NEGRO, Antônio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005. p. 49-50.

<sup>68</sup> WEINSTEIN, Barbara. Op. cit. p. 22.

<sup>69</sup> NEGRO, Luigi Antônio. SILVA, Fernando Teixeira da. Op. cit. p. 54-55.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 19.

no entanto, ainda que concordasse com a primeira parte, acreditava que a segunda parte da lei logo seria alterada e que os empresários poderiam muito bem ignorar a deliberação sobre a criação de cursos de especialização aos operários.<sup>71</sup>

Para os empresários brasileiros, o interesse era de que o próprio governo cuidasse dos cursos de especialização. Para o Estado Novo, a burguesia industrial é que deveria se responsabilizar pelos cursos e pelos seus próprios operários. Foi apenas através da própria criação do SENAI que pode se apontar um acordo entre Estado e burguesia para resolver esse impasse, onde o objetivo era garantir que pelo menos 15% de cerca de 1,2 milhão de trabalhadores tivessem formação profissional. Em janeiro de 1942, por conta de uma aliança entre FIESP, Vargas, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, o SENAI foi criado tendo como base para os seus objetivos os relatórios do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) dos anos de 1939 a 1941, salientando o caráter “científico” necessário para a especialização dos operários brasileiros.<sup>72</sup>

Embora a preocupação pela especialização parecesse estar disseminada até mesmo entre operários, o SENAI tratou de eliminar qualquer participação dos sindicatos nos cursos de especialização. Barbara Weinstein define essa exclusão em uma relação onde o SENAI estaria combinando os “melhores” elementos do Estado e da burguesia: a capacidade de coerção do primeiro e a valorização da autonomia do setor privado no segundo. Ou seja, usaria o aparato estatal para impedir que os sindicalistas pudessem interferir no processo de especialização por um lado, mas por outro garantiria que os próprios industriais teriam autonomia em decidir sobre as áreas de formação dos operários.<sup>73</sup>

Para os operários e seus respectivos sindicatos havia outros planos, traçados especialmente pelo Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho. Defendendo o corporativismo sindical estabelecido já no Decreto-Lei nº 1402, de 5 de julho de 1939 e a tutela do Estado sobre os sindicatos<sup>74</sup>, o governo Vargas substituiu o Ministro Valdemar Falcão por Marcondes Filho, voltando-se para a implementação de novos instrumentos trabalhistas. O salário mínimo, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a Justiça do Trabalho faziam parte da herança do ministério do Trabalho para o ano de 1942, quando Marcondes se tornara ministro. Mas era preciso

---

<sup>71</sup> FIESP, Circular nº 94/40, 2 de setembro de 1940. Citada em WEINSTEIN, Barbara. Op. cit. p. 107.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 116-118.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 119-120.

<sup>74</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit. p. 223-224.

avançar mais, especialmente diante da conjuntura da “batalha da produção” que se avizinhava.

Enquanto Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Marcondes consolidou duas metas essenciais ao sindicalismo oficial brasileiro nos anos posteriores: a cobrança do imposto sindical e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esses dois elementos eram essenciais para que se consolidasse um processo de sindicalização efetivo, nos moldes do corporativismo defendido por intelectuais do Estado Novo, como Oliveira Vianna. Dessa forma, se conseguiria atingir tanto a questão da disciplina rígida para os trabalhadores e o intervencionismo estatal nas relações de trabalho, como também seria possível garantir a especialização dos empregados sindicalizados através de mecanismos estatais de forte participação do empresariado – como os cursos técnicos do próprio SENAI, por exemplo.

Mas tornar a campanha de sindicalização efetiva ia além das disposições legais do Estado Novo. Aqui tiveram um papel de suma importância os pronunciamentos do ministro no rádio, todas as quintas-feiras durante o programa *Hora do Brasil*, sendo que nas sextas-feiras o jornal *A Manhã* transcrevia a fala de Marcondes aos seus leitores, assim como os *Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* publicavam a cada mês a transcrição das palestras radiofônicas. É questionável se havia uma grande audiência aos programas do Ministério, mas sem dúvida as temáticas centrais – a sindicalização e as leis trabalhistas – eram voltadas aos trabalhadores urbanos brasileiros. Como lembra Ângela de Castro Gomes, independente do “lucro político” que o programa trazia ao regime de Vargas, “é significativo atestar o quanto se apostava na possibilidade destes lucros, isto é, na validade do meio escolhido e na importância da mensagem divulgada”.<sup>75</sup>

Esses programas tinham que seguir um determinado roteiro: defenderiam as novas leis do trabalho e reforçariam a sindicalização como forma de garantir os direitos dos trabalhadores. Os pronunciamentos afirmavam também a “clareza governamental” ao criar dispositivos legais para “proteger os trabalhadores” e, finalmente, deveriam se dirigir aos próprios trabalhadores para que tivessem “consciência” sobre a proteção que o governo lhes garantia.<sup>76</sup>

Os trabalhadores poderiam concordar com os rumos que a campanha de sindicalização tomava – ou até mesmo discordar, ainda que nem sempre pudessem fazer

---

<sup>75</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 231.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 232.



uso dos canais legitimados pelo regime (como será discutido no capítulo 3), mas o fato é que a campanha de sindicalização tinha que lidar com um revés quantitativo. Somente no Distrito Federal, nos anos de 1936 a 1941 o número de empregados sindicalizados caíra de 189.619 para 127.871, ao mesmo tempo em que o número de sindicatos na mesma época caíra de 86 para 58.<sup>77</sup> Pode se colocar em dúvida se a campanha de sindicalização dos trabalhadores brasileiros proposta pelo governo constituía uma necessidade da própria classe. Ao contrário, uma hipótese plausível, sustentada por Luiz Werneck Vianna, é de que essa campanha constituía uma necessidade do Estado, para legitimar-se diante dos trabalhadores como alternativa para solucionar os conflitos entre capital e trabalho.<sup>78</sup>

Para os próprios empresários, a alternativa da sindicalização era perfeitamente plausível enquanto conseguisse solucionar esses conflitos. De preferência, uma solução que contemplasse os encargos que a burguesia tinha ao financiar a “batalha da produção”. A sindicalização garantiria não apenas que os conflitos seriam resolvidos dentro da Justiça do Trabalho – a única instância onde reivindicações coletivas poderiam ganhar forma de dissídio e, portanto, serem reconhecidas pelo patronato após a Lei Sindical de 1939<sup>79</sup> – mas também, a partir de 1943, passava a garantir que todo e qualquer dissídio coletivo seria resolvido pelo próprio sindicato, já que a Justiça do Trabalho passara a vetá-los.<sup>80</sup> Ela também possibilitava a existência de um “exército de trabalho” disciplinado e rigidamente controlado pelo Estado – que anualmente recebia relatórios das Delegacias de Ordem Política e Social estaduais acerca de cada sindicato – e que em momentos de expansão industrial, era perfeitamente compatível com a ambição de crescimento da produção.

É certo também que a sindicalização não foi meramente um complemento do projeto de “batalha da produção”. Inclusive pode se questionar se a guerra teria acelerado os planos de sindicalização que a ideologia trabalhista buscava durante o final

---

<sup>77</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit. p. 228-229. Um detalhe relevante é de que no ano de 1941 o número de sindicatos de empregadores ultrapassa o número de sindicatos de empregados no Distrito Federal. Além disso, Ângela de Castro Gomes ressalta que a criação do Imposto Sindical possibilitou que os sindicatos recebessem uma determinada quantidade de verbas independente da quantidade de filiados que reunissem, o que ajuda a explicar o porque a campanha de sindicalização tinha de enfrentar o próprio desinteresse das lideranças sindicais. Ver: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 271.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 235.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 238.

<sup>80</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *A Carga e a Culpa*. Santos: Editora HUCITEC, 1995. p. 85. O Decreto-Lei 5.821 de 16 de setembro de 1943 passava a permitir os dissídios apenas através dos sindicatos enquanto durasse o estado de guerra.

do Estado Novo, ou se a efetivação do sindicalismo trabalhista de 1942 a 1945 teria ocorrido dentro do mesmo prazo, independente da conjuntura de guerra que o Brasil enfrentava. No entanto, faltam evidências que apontem para uma resposta precisa acerca desse processo. O que se sabe é que a preocupação com a questão do corporativismo sindical já era anterior ao período da guerra, mas que somente em 1942 o governo investiu com fôlego na questão, através da nomeação de Alexandre Marcondes Filho para a pasta do Trabalho, do seu programa de rádio e até mesmo do aumento de alocação de verbas para o ministério – indo de 1,8% para 3,8% nos 5 últimos anos do Estado Novo.<sup>81</sup> A magnitude do investimento político e financeiro feito na campanha de sindicalização não pode ser desprezada.

Acerca dessa questão, cabe observar que não há nada de paradoxal ao capital em ter de contar com o Estado para realocar suas forças produtivas, no caso, o trabalho. No caso brasileiro, esse movimento pode ser percebido pela lógica da expansão da produção – legitimada e buscada pela “batalha da produção” –, permitia que se vislumbrasse também um quadro de expansão do próprio mercado interno – como inclusive defendia a FIESP na questão da implementação do salário mínimo aos trabalhadores. Logo, as leis trabalhistas e a sindicalização não foram exatamente afrontas ao empresariado, mas, ao contrário, acabaram por servir aos seus interesses inclusive porque eles próprios estavam sendo beneficiados pelo processo de construção dessas leis. A aceitação, por parte da burguesia industrial, de uma economia dirigida não implicava submeter o capital ao Estado, mas sim garantir que o Estado submetesse o trabalho ao capital.<sup>82</sup>

Acerca dessa questão, o filósofo István Mészáros afirma que a lógica da “reprodução sócio-metabólica do capital” depende do próprio papel do Estado. Segundo o autor, a própria ascensão do Estado moderno surgiu como forma de garantir a eficiência econômica ao se promover como árbitro entre capital e trabalho. Pensando na relação de “simultaneidade” entre Estado e capital na tentativa de extrair o excedente do trabalho, Mészáros ressalta a importância do Estado em proteger as relações de força estabelecidas. Em suas palavras, “graças a esta salvaguarda, as diversas ‘personificações do capital’ conseguem dominar (com eficácia implacável) a força de trabalho da

---

<sup>81</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 268.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 210-211.

sociedade, impondo-lhe ao mesmo tempo a ilusão de um relacionamento entre iguais “livremente iniciado” (e às vezes até constitucionalmente ficcionalizado).”<sup>83</sup>

Talvez possa parecer um tanto limitado atribuir à sindicalização e à Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil o caráter de simples relação de dominação unilateral de classe e que todo o conjunto legal constituiu um instrumento do capital, ou uma “hipocrisia” por parte do Estado e da burguesia. Edward Thompson, ao se referir à questão das apropriações sobre o direito comum entre os plebeus ingleses no século XVIII afirma que:

“Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficiência da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. (...) E, ademais, não é freqüente que se pode descartar uma ideologia dominante como mera hipocrisia; mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar o seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos.”<sup>84</sup>

No caso do governo Vargas, a sindicalização e as leis trabalhistas, tinham, de fato, a função de construir uma concepção de justiça por parte do governo. Enquanto “árbitro das disputas” entre empresários e trabalhadores, ele deveria garantir a harmonia entre ambos, nem que para isso tivesse de usar a força – que também se apresentaria como um “recurso legítimo”. Contudo, a intervenção nos sindicatos era dirigida muito mais àqueles que possuíam um potencial de “subversão”, ou seja, os sindicatos dos trabalhadores, os únicos capazes de tentarem burlar a lei de greve.

No entanto, como foi visto, não era apenas o Estado que estava interessado em preparar os operários para a “batalha da produção” e exigir isso como uma contrapartida às suas “doações”. Havia também um papel definido à burguesia industrial brasileira, ainda que apenas recentemente ele tenha sido explorado pela historiografia.<sup>85</sup> Diante das

<sup>83</sup> MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006. p.107.

<sup>84</sup> THOMPSON, E. P.. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. p. 354.

<sup>85</sup> Uma dessas exceções talvez seja o trabalho de Alexandre Fortes, “Nós do quarto distrito”, onde há uma série de capítulos que investigam exatamente o paternalismo do empresariado porto-alegrense diante dos trabalhadores da capital. É válido mencionar também o livro “A (Re)Formação da Classe Operária”, de Bárbara Weinstein, onde se discute a formação do SESI e do SENAC através das posições dos empresários brasileiros. Cabe também um papel importante ao livro já clássico de John French, “Afogados em leis”. Apesar de se centrar na manipulação e na ressignificação das leis por parte dos operários, French mostra que o espaço desse uso das leis era um espaço de lutas entre trabalhadores e empresários. Ver: FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul. Ed. Garamond e EDUCS, 2004. Ver também: WEINSTEIN, Barbara. *A (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo. Ed. Cortez, 1999. Ver também:

mudanças com a legislação trabalhista, pode-se perceber que os empresários conseguiram alguma abertura, dentro da conjuntura de guerra, para consolidar um papel de destaque na formação do “soldado-operário” brasileiro. Seja por vias tradicionalmente paternalistas, seja por mediações nos conflitos com os operários para evitar que suas empresas caíssem nos tribunais, a burguesia industrial tinha bastante interesse na constituição do que seria esse “operário”.

Mas toda essa construção de um “soldado-operário” não foi um processo onde burguesia e Estado manipulavam os trabalhadores como se fossem fantoches sem autonomia alguma. O discurso de mobilização de guerra foi internalizado e, muitas vezes, até mesmo pautado pelos próprios operários. Havia, sim, pontos de convergência, especialmente com a entrada iminente do Brasil na guerra, inclusive com manifestações de massa exigindo o envio de forças armadas para os conflitos na Europa e na África. Mas em outros pontos, como será visto na seção 1.3, os rumos que o país deveria tomar na guerra eram alvos de discussões entre setores da burguesia e do Estado e as próprias manifestações populares na época não estavam exatamente sob controle do Estado Novo.

Diante desse tripé quase indissociável de disciplina (política e fabril), especialização do trabalho, proteção e amparo a esse mercado de trabalho ainda incipiente, é que se pode perceber os desafios que a “batalha da produção” impunha ao Estado, burguesia e trabalhadores urbanos e como ela poderia revelar os conflitos existentes entre eles. A noção de “soldado-operário” passou a englobar esses três elementos, sendo que para isso, os operários precisavam acreditar que tornar-se um “soldado” era um movimento legítimo.

Com certeza construir uma relação subjetiva diferenciada no plano do trabalho era fundamental, inclusive para garantir a expansão industrial no país. Mas havia também, entre os promotores da “batalha”, a necessidade de criar uma devoção quase que cega à pátria e aos símbolos nacionais (incluindo os símbolos do regime, como o retrato de Vargas nos sindicatos e desfiles públicos de trabalhadores).<sup>86</sup> Além disso, toda essa devoção que precisava ser construída tinha que ter como base a própria noção de “doação” que o Estado Novo procurava estabelecer com a classe trabalhadora.

---

FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

<sup>86</sup> Uma curiosidade que talvez seja digna de nota é que parte dessa pesquisa foi realizada com a consulta ao acervo documental do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, que inclusive ainda guarda o retrato oficial de Vargas que o sindicato exibia já a partir de 1938. Para ver uma das fotos originais dos desfiles sindicais dos anos 1940, ver a parte de anexos.

Ângela de Castro Gomes aponta 1942 como o ano central para se compreender a formação de uma “ideologia da outorga”, ou seja, a formação de uma ideologia centrada na idéia de “doação” de um pai benevolente (o Estado, personificado na figura de Getúlio Vargas). Um pai que “doa” aos seus filhos (os trabalhadores) leis e direitos sociais antes mesmo deles exigirem, o que ignorava as próprias lutas e reivindicações desses trabalhadores no passado. Mas essa ideologia da outorga mostrava-se complexa por colocar que a própria relação familiar que ela construía possuía um fluxo de reciprocidade.<sup>87</sup>

A reciprocidade, por outro lado, se enfrenta à desigualdade entre esses atores sociais. O pai e o filho, ou o Estado e os trabalhadores, não se encontram em situação de igualdade. Quando o primeiro realiza um ato de doação, o segundo deve retribuir esse ato que é baseado na generosidade – e, como salienta Gomes, citando o antropólogo Marshall Sahlins, uma generosidade que não é altruísta.<sup>88</sup> É exatamente por conta desse “ato de generosidade” que o Estado se sente em condições de exigir dos trabalhadores certos comportamentos que selam a reciprocidade entre eles. Dessa forma, a reciprocidade acaba se consolidando na própria desigualdade entre esses atores.

Essa complexa relação de “doação”, que busca remeter à relação entre “pai e filho” tem seus limites. Edward Thompson ressaltou que a própria definição de paternalismo passa por problemas, especialmente no que diz respeito à forma como ele incorpora as relações sociais, tendo como centro que se trata uma visão “de cima” e que confere aos “pais” uma consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho. O filho, por sua vez, “é submisso ou complacente” – ou mesmo insubordinado, mas ele só o é porque não atingiu determinada consciência sobre o papel de seu pai.<sup>89</sup> Mas ainda assim, a relação entre “pai” e “filho” que Ângela de Castro Gomes atribui ao Estado Novo e a forma como ele se dirige aos trabalhadores não ignora o papel da “teatralização” dessa relação e as formas como ela se consolidara. O “pai” se dirige aos seus filhos, que precisam ter “consciência” de que são, de fato, filhos – e, portanto, submissos à hegemonia política do Estado. Mas a ironia dessa relação – e que o próprio Thompson salienta – é que essa hegemonia política estabelecia limites ao próprio “pai”, obrigando-o a seguir a própria teatralização criada por ele.<sup>90</sup>

<sup>87</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 196.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 196.

<sup>89</sup> THOMPSON, Edward. *Patrícios e Plebeus*. IN: THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 29-30.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 69-70.

Quando Vargas conclamara os operários a se prepararem para a guerra que estava por vir e em seu discurso afirmava que eles deveriam se tornar “soldados da produção”, estava se buscando a “compreensão” dos trabalhadores de que os sacrifícios que estavam por vir eram parte dessa relação de reciprocidade que o Estado Novo estabelecera entre eles. Mas havia a contra-parte dessa relação, pois se o papel do Estado estava definido através dessa relação, isso significava que a própria classe trabalhadora poderia exigir a doação por parte do Estado. Se o objetivo do discurso trabalhista era ignorar as reivindicações do movimento operário durante a Primeira República<sup>91</sup>, como fazer para ignorar as novas demandas dos operários que poderiam surgir em meio ao Estado Novo? Assim, as regras dessa hegemonia cultural – que não foi construída somente pelo Estado, mas também com o beneplácito e, muitas vezes, com a atuação direta da burguesia – também podiam servir aos próprios trabalhadores. Era, de fato, uma reciprocidade entre atores desiguais e que consolidara a base fundamental do chamado “pacto trabalhista”, mas que como toda dominação hegemônica permitia também que os pobres impusessem aos ricos alguns dos deveres e funções que essa relação lhes obrigava.<sup>92</sup>

Um dos elementos em que se consolida essa relação pode ser visto na questão da “vigilância”. Em 1942 o governo lança o slogan “trabalho e vigilância”. Não bastava apenas preparar os “soldados da produção”, era preciso defender a lógica da guerra mesmo na “retaguarda”. Começa a se implementar um clima de desconfiança generalizado, conclamando todos os brasileiros a denunciarem aqueles que estariam interessados em impedir a “orquestração do trabalho”.<sup>93</sup> “Sabotagem” e “deserção” passaram a fazer parte do vocabulário do governo. As próprias transformações na legislação passaram a indicar a mudança da conjuntura de guerra na forma como o governo se dirigia aos trabalhadores. Exigia-se deles não apenas a reciprocidade da doação, mas também uma vigilância que inclusive colocava em risco às relações de solidariedade entre os trabalhadores. Qualquer um poderia ser um “quinta-coluna”, inclusive membros do próprio governo Vargas.

Um dos grandes sucessos de venda nas livrarias em Porto Alegre no ano de 1942 foi o livro do Tenente-Coronel Aurélio da Silva Py, “A 5ª Coluna no Brasil”. Py era

---

<sup>91</sup> Ângela de Castro Gomes afirma que em todas as transmissões do programa de rádio “Falando aos Trabalhadores Brasileiros” não houve nenhuma menção ao sindicalismo dos anos 10 e 20 e suas conquistas, visando consolidar a idéia de que anos de 1930 “nada existia” e que a questão social era tratada como questão policial. Ver GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 267.

<sup>92</sup> THOMPSON. E. P. *Patrícios e plebeus...* p. 78.

<sup>93</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 245.

oficial no DOPS e se envolveu diretamente nas investigações acerca das atividades de germanófilos e do próprio Partido Nazista no Rio Grande do Sul e, aproveitando a mudança de posição política do regime nos últimos meses, lançou um livro com uma ampla documentação acerca das suas investigações, mas com um leve tom de paranoia que a própria política de vigilância exigia, como pode ser visto nessa passagem:

“Vamos, pois, considerar as provas dos fatos que ocorreram à sombra, entre nós, e aprender, através delas, a lição que tão caro saiu a outros países, inclusive aos Estados Unidos, onde os acontecimentos mostraram finalmente que os crentes em isolamentos geográficos não passavam de sabotadores, embora inconscientes muitas vezes.”<sup>94</sup>

Em uma situação onde um sabotador pode existir mesmo sem ter consciência de como prejudica o Brasil, todos devem vigiar todos. A lógica da vigilância fez parte, é claro, da concepção de cidadania do século XX em tempos de guerra – bastaria lembrar do popular lema lançado pelo governo americano durante a Segunda Guerra, “loose lips, sink ships” (o que em uma tradução não-literal significaria “línguas soltas afundam navios”). Portanto, independente se os civis deveriam se tornar “soldados da produção”, eles certamente deveriam vigiar todos aqueles capazes de sabotar a “batalha” na retaguarda.

Poderia se comparar a lógica da vigilância com a questão da disciplina exigida no contexto da “batalha da produção”. Ângela de Castro Gomes lembra que pela ideologia do regime, “era preciso combater tanto o subversivo, identificado com o inimigo externo, com o estrangeiro de pátria e de idéias, quanto o malandro, o inimigo interno que se definia como avesso ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída.”<sup>95</sup> Mas essa comparação é problemática, pois a vigilância marcial não se dirige somente ao trabalho, mas se estende por praticamente toda sociedade e a todas as atividades (na seção 1.3 será discutida a internalização da lógica da vigilância no contexto de Porto Alegre dos anos 40 e como ela se manifestou no apoio à guerra).

Diante dessa conjuntura de construção da “batalha da produção”, pode-se dizer que os trabalhadores tiveram, por um lado, seu papel limitado pelas relações de poder entre capital e Estado durante a entrada na guerra, por outro eles também se revelaram como sujeitos ativos na sua própria construção do “soldado da produção”. Nas partes

---

<sup>94</sup> PY, Tte. Cel. Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Livraria do Globo, 1942. p. 10.

<sup>95</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 266-267.

subseqüentes serão examinadas tanto a articulação entre burguesia e Estado na batalha da produção (seção 1.2: “Os articuladores da batalha da produção: o Estado e a burguesia”) como também as ações dos trabalhadores porto-alegrenses diante do discurso de mobilização do Estado Novo (seção 1.3: “A construção dos soldados-operários e sua ação”).

## **1.2 – Os articuladores da batalha da produção: o Estado e a burguesia**

Na seção anterior, pôde se perceber que a articulação da economia de guerra no Brasil dependia de toda uma nova lógica produtiva, que envolvia não apenas “produzir mais”, mas sim garantir que o operariado estivesse preparado para essa tarefa. Nessa relação de “batalha da produção”, os trabalhadores eram convocados então à função de “soldados-operários”, onde a mobilização para a guerra passava pela necessidade de tornar a economia brasileira mais produtiva. Nessa seção, por sua vez, o objetivo será mostrar o papel ativo em que Estado e burguesia tiveram na “batalha da produção” e o seu interesse com a formação de um verdadeiro “soldado-operário”.

Nesse sentido, as principais ações por parte do Estado Novo vieram através de uma série de Decretos-Lei que visavam reorganizar as chamadas “indústrias de guerra”, que produziam materiais considerados essenciais para a militarização do país. De fato, a primeira lei registrada que demonstra o envolvimento direto do governo Vargas com tais indústrias foi o Decreto nº 8.567, de 19 de janeiro de 1942, antes mesmo do país entrar em conflito. Em um texto de artigo único, o Decreto afirmava que por ser “considerado de interesse militar”, deveria ser criado “o cargo de Diretor Técnico nos seguintes estabelecimentos da indústria civil”: Fábrica Electro-Aço Altona, em Santa Catarina; a Companhia Brasileira de Cartuchos, a Laminação Nacional de Metais e a Companhia Nitro-Química Brasileira, todos de São Paulo; e, por fim, a fábrica Lindau & Comp. e Amadeu Rossi, ambas no Rio Grande do Sul.<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> A lei pode ser encontrada em seu texto integral no banco de dados do Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON): <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=38198>. Última consulta em 20 de fevereiro de 2009 às 19:00 horas. Em março de 1942, o Decreto nº 9.080 exigia a criação do mesmo cargo, pelo interesse do serviço militar, na indústria Aliança Comercial de Anilinas Limitada, sediada no Rio de Janeiro. Ver: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=38923>. Última consulta em 21 de fevereiro de 2009 às 20:00 horas.



É plausível presumir que a criação de um cargo não seja um dos maiores indicativos da importância da indústria militar no período. No entanto, é possível defender a hipótese de que a criação do cargo de Diretor Técnico visava garantir um maior controle da produção diante da demanda que o próprio governo brasileiro poderia vir a fazer perante a situação de beligerância que se avizinhava a partir da declaração de guerra do governo americano de Franklin Roosevelt contra os países do Eixo, como visto na seção anterior. Dessa forma, a vigilância sobre a produção deveria ser redobrada diante da possibilidade de que o Brasil entrasse na guerra e, com isso, tivesse de adquirir os produtos dessas companhias.

A historiadora Ângela de Castro Gomes afirma, no entanto, que as mudanças diretas na legislação referente ao trabalho decorrem já do estado de beligerância promulgado pelo Governo Vargas no final de agosto de 1942.<sup>97</sup> Um exemplo disso seria o Decreto-Lei nº 4.639, de 31 de agosto desse ano. O texto que lhe serve de preâmbulo é exemplar da necessidade política do governo acerca da criação da economia de guerra. Segundo ele, o presidente brasileiro:

“Considerando que o estado de beligerância em que se encontra o Brasil impõe à produção o máximo de seu rendimento a fim-de [sic] que possam ser atendidas as necessidades internas de consumo bem como as que interessam à defesa nacional;

Considerando que, em face da grave situação a que a Nação foi levada pela ação de inimigos externos se impõe a todas as classes sua quota de sacrifício para atendimento dos superiores interesses do país;

Considerando que o trabalhador brasileiro jamais regateou à Pátria sua colaboração eficiente e dedicada e que nos momentos mais graves tem demonstrado sua estreita solidariedade com o Governo;

Considerando que dos próprios trabalhadores teem [sic] partido patrióticos e nobilitantes apelos para que lhes seja facultada a prestação de serviços por tempo maior do que aquele permitido na lei, em indústrias e empresas que interessam à produção e à defesa nacional,

Decreta:”

Não é um mero detalhe que o estilo retórico de “evocação aos trabalhadores”, explícito nos discursos políticos de Vargas, estivesse também presente na legislação e isso merece ser salientado. O chamado para a participação na chamada “batalha da produção” dependia diretamente do seu entendimento de que o melhor papel que poderiam prestar era a de transformação do nacionalismo em disciplina fabril. Para isso,

---

<sup>97</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 244.

os artigos do Decreto-Lei eram bastante claros: permitir o trabalho de dez horas nas empresas que interessavam “à produção e à defesa nacional” (ainda que as duas horas acrescidas receberiam uma remuneração de 20%), assim como permitir a facultações do trabalho contínuo.<sup>98</sup>

Ainda assim, é importante fazer a ressalva de que a ampliação da jornada de trabalho para a guerra não era exatamente novidade. Ela já ocorria anteriormente em diversas indústrias e dependia apenas das ainda incipientes iniciativas da Justiça do Trabalho para controlar tais descasos com as horas diárias de trabalho dos operários. De fato, mesmo durante a guerra, há uma série de notícias do *Correio do Povo* que mostram que em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul não havia um controle rigoroso sobre a jornada de trabalho em diversos estabelecimentos fabris. As reclamações de que a jornada de oito horas não era obedecida pelo patronato eram constantes, revelando que muitos industriais tentaram aproveitar-se da legislação especial de guerra para conseguir aumentar o tempo de trabalho de seus funcionários.<sup>99</sup>

Em novembro do mesmo ano é promulgado o Decreto-Lei nº 4.937, que assegurava “o pleno funcionamento dos estabelecimentos fabris militares e civis, produtores de materiais bélicos”. Em suma, o Decreto-Lei definia como “crime de deserção” que qualquer trabalhador faltasse ao serviço por oito dias, sem justificativa, em indústrias pertencentes ao esforço de guerra. Mais do que isso, ele também estabelecia que um dia de falta de um trabalhador nessas indústrias era equivalente a uma multa de três dias do seu salário. Por fim, a legislação definia que mesmo os estrangeiros que trabalhavam como operários no Brasil estariam sujeitos à mesma lei, o que impedia qualquer tentativa de “não-cooperação” por parte de operários alemães, italianos e japoneses com as indústrias de guerra brasileiras. Nesse ponto, a questão étnica parece ter uma centralidade importante. Segundo Alexandre Fortes, no Quarto Distrito de Porto Alegre havia uma grande presença não apenas de trabalhadores de origem polonesa, mas também de trabalhadores de origem alemã.<sup>100</sup> Ainda assim,

---

<sup>98</sup> A lei pode ser encontrada em seu texto integral no banco de dados do Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON): <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=25739>. Última consulta em 21 de fevereiro de 2009, às 20:00 horas.

<sup>99</sup> De fevereiro a abril de 1943, surgem diversas notícias denunciando patrões que não respeitavam a jornada de oito horas de trabalho. Para mais detalhes, ver: “Procurando burlar a lei das oito horas de trabalho diário”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/02/1943. p. 3.

<sup>100</sup> Ver: FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...* capítulo 4: *Os “polacos” e outros*. Além disso, em um levantamento realizado no Relatório Anual do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos de Porto Alegre, percebe-se também que o número de estrangeiros sindicalizados no ano de 1942 era bastante considerável. Ver também: *Relatórios da Diretoria do*

desconhece-se casos de operários estrangeiros residentes no Rio Grande do Sul que durante o conflito mundial tenham se recusado a acatar as medidas definidas pelas leis de esforço de guerra.

Além disso, é difícil saber se houve casos de “desertores” em Porto Alegre durante a guerra, já que não se sabe ao certo quais eram as chamadas “indústrias de guerra” do período. Porém, em âmbito nacional, certamente existiram trabalhadores que foram enquadrados nessa legislação e tiveram de passar por um Tribunal Militar para justificar a sua ausência de oito dias, ou mais, nos locais de trabalho. Maria Célia Paoli inclusive afirma que cerca dos 800 casos que eram considerados de “deserção” e “sabotagem” teriam sido objetos de julgamento em janeiro de 1945, segundo o jornal *Estado de São Paulo*.<sup>101</sup> No entanto, ainda faltam estudos mais específicos sobre essa forma de repressão militar que existiu sobre o trabalho nos anos que duraram a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Ainda assim, vencer a “batalha da produção”, como afirmava o Ministro do Trabalho, significava o caminho mais rápido para vencer a guerra também.<sup>102</sup> Segundo seu pronunciamento em rádio no dia 20 de julho, explicando a promulgação do Decreto-Lei nº 6.688, a centralidade da produção da indústria têxtil era um fenômeno mundial decorrente da guerra. O texto argumentava:

“Da guerra propriamente, da guerra no sentido heróico e consumado, não venho agora falar. Nela estamos, de consciência pura e ânimo viril, em defesa da honra nacional e não lhe regatearemos sacrifícios até o dia do triunfo. [...] Mas as necessidades materiais da guerra e da reconstrução do mundo aí estão, permanentes e renovadas, a desafiar, pela primeira vez, a nossa frente interna, com exigência inapelável da solidariedade humana, porque esta guerra é uma guerra total, que vulcanizou territórios e arrasou cidades na retaguarda das tropas. Mais de um milhão de teares e cerca de sessenta milhões de fusos foram destruídos nos bombardeios. A semi-nudez ameaça muitos países da Europa, no próximo inverno, prognosticando novas mortandades, sob a neve, de populações desnutridas e desabrigadas.

Todas as fábricas de tecidos do mundo, por isto, estão perentoriamente[sic] vinculadas à resolução dessa consequência trágica e devem responder ao emocionante apelo que de tão longe vem. Esse apelo também nos chegou à mais velha indústria do Brasil

---

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre (1942-1943-1944)*, Relatório de 1942, Sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre. Sem página.

<sup>101</sup> PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira*. IN: LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1998. p. 46-49.

<sup>102</sup> Brasil – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Nº 111, volume 10, novembro de 1943. p. 141-149.

através do Escritório de Acordo Têxtil (Combined Textile Board), que funciona nos Estados Unidos, filiado ao Departamento de Produção de Guerra, e se integra de todas as Nações de produção têxtil organizada para o grande trabalho comum.

O estudo do problema, por meio de representantes nossos, à conferência de técnicos, que lá se realizou há pouco tempo e que considerou também a manutenção das exigências normais dos outros mercados colocou o Brasil em terceiro lugar na capacidade do fornecimento, por meio da mobilização têxtil o aumento da produção na seguinte ordem: Estados Unidos, Índia, Brasil e Inglaterra.

Esta foi a inadiável imposição da guerra e de seus terríveis efeitos que o decreto de 13 de julho veio resolver. Pela primeira vez, o esforço do capital e do trabalho não irá para o exterior como simples mercadoria da vida civil. Será também uma expressão da assistência humana, uma prova da comunhão de todos os povos por um mundo melhor e solidário.

O decreto, por ser transitório, não anula nenhuma das conquistas sociais. **É apenas uma lei suspensiva, verdadeiramente de guerra, porque dispensa os trabalhadores de convocação para o serviço militar, tendo em vista exatamente as exigências da própria guerra. O trabalho de cada um tem aqui caráter nacional.** Por outro lado, o decreto restringe temporariamente alguns direitos dos empregadores. O capital é precipuamente considerado pelo decreto como energia social concentrada para fecundo movimento coletivo. Tudo isto porque é obrigatório atender a um fato excepcional, a uma dramática anormalidade.

Assinalado esse aspecto fundamental do problema – minorar um flagelo do mundo – os pormenores da execução se tornam quase inexpressivos. Concede-se, por exemplo transitoriamente, o trabalho feminino noturno. É simples consequência de um característico das fábricas chamadas a resolver a exigência de uma época. A indústria de tecidos começou mesmo nos lares, no lidar das mulheres com as velhas rocas caseiras e, depois, com o tear doméstico movido a mão. Na grande indústria, em todo o mundo, o traço ainda perdura, porque o elemento feminino representa mais de 40% da massa operária. Em compensação, o salário noturno é maior do que o diurno e o decreto não permite aumento de horas de trabalho. Admite-se também o trabalho noturno de operários de mais de 16 anos. Mas é sabido que a idade de 18 anos, adotada na Europa e fixada na Consolidação, é um resguardo entre nós porque nos países tropicais a juventude madrega no corpo e no espírito. Além disso, o trabalho do menor constitui também uma peculiaridade da indústria, pois é de mais de 20% a sua contribuição na mão-de-obra. Quero dizer: sem mulheres e sem menores, não há indústria têxtil e, sem o esforço desta, não se atenderá ao problema fundamental, que faz depender da nossa direta ajuda e socorro de outros povos.<sup>103</sup>

---

<sup>103</sup> Brasil – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Nº 120, volume 10, agosto de 1944. p. 348-350. Grifos meus.

No que consistia então o Decreto-Lei nº 6.688 de 13 de julho de 1944?<sup>104</sup> Chamada de “Lei de Mobilização Industrial”, ele contava com um pomposo preâmbulo que evocava, mais uma vez, a retórica do dever cívico dos operários durante tempos de guerra, visando mobilizá-los para o “esforço de guerra” – o que segundo indica o pronunciamento do Ministro do Trabalho, contemplava também mulheres (pelo argumento de uma vocação quase natural) e menores de idade (através de uma espécie de determinismo geográfico que transparece no discurso). O texto do preâmbulo supostamente partia diretamente de Vargas e buscava evocar o mesmo discurso de solidariedade que aparece no pronunciamento de Alexandre Marcondes Filho:

“Considerando os deveres de solidariedade do povo brasileiro para com os povos que foram diretamente atingidos pelos horrores da guerra;

Considerando que se torna necessária a cooperação internacional para atender às inadiáveis exigências desses[sic] povos, especialmente daqueles cuja libertação está sendo agora realizada;

Considerando, também, a importância da produção têxtil para o abastecimento do exército nacional e dos demais exércitos das nações unidas;

Considerando que a produção têxtil do mundo atravessa situação crítica e, por isso, deve ser aumentada a produção brasileira;

Considerando que se torna necessário que empregados e empregadores, em igualdade de esforços, colaborem com a mesma intensidade para a solução dos problemas de interesse[sic] nacional.”

Em suma, o conteúdo da lei estendia aos mais diversos campos da indústria têxtil o status de “interesse nacional”. Dessa forma, os operários de qualquer “estabelecimento de produção de fio natural ou sintético, tecelagens, malharias ou de acabamento têxtil” estariam sujeitos aos efeitos dos dois Decretos-Lei de 1942 vistos anteriormente: seriam submetidos a jornada de trabalho de 10 horas e receberiam punições severas em casos de faltas não justificadas. Além disso, predeterminava que o trabalho noturno feminino seria agora permitido, ainda que com uma jornada de oito horas. Esse último dado é impressionante, já que como será visto na seção 2.1, o trabalho feminino compunha uma importante parte da mão-de-obra têxtil de Porto Alegre.

No entanto, talvez seja mais relevante perceber aqui o contexto da expansão da jornada de trabalho das indústrias têxteis em 1944. Na cidade de São Paulo, Roney

---

<sup>104</sup> Para ver a legislação em sua versão integral, ver no endereço eletrônico: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=4859>. Última consulta em 22 de fevereiro de 2009, às 18:00 horas.

Cytrinowicz aponta que o impacto do Decreto-Lei não fora especialmente sentido entre os empregadores e empregados. Segundo o autor:

“Na indústria têxtil, a lei ‘veio apenas legislar sobre uma situação já existente’, segundo o presidente da Comissão Executiva Têxtil (CETEX), encarregada de coordenar a produção na indústria têxtil para encomendas feitas pela França e pela Administração das Nações Unidas de Socorro e Reconstrução UNRRA em 1943. Um levantamento realizado pela própria CETEX em 1944 mostrou que em São Paulo os operários da indústria têxtil já cumpriam, na média, as jornadas mais longas do país, como 13h30 nas seções de tecelagem (12h20 no país), ou seja, em muito excedentes da jornada fixada pela CLT.”<sup>105</sup>

Tal informação é bastante importante para entender inclusive o crescimento vertiginoso pelo que passou a indústria têxtil brasileira no período. De 1939 a 1943, ela cresceu a uma taxa de 15,8%, representando praticamente 20% do valor das exportações brasileiras.<sup>106</sup> Em 1938, segundo dado de Cytrinowicz, 58% da produção industrial do país estava concentrada nos setores têxteis e alimentícios.<sup>107</sup> Em um pronunciamento no programa de rádio *Falando aos trabalhadores brasileiros* no dia 15 de junho de 1944, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio afirmava que a importância da produção industrial para a guerra é que determinaria o seu fim.<sup>108</sup> No que dependesse da indústria têxtil, o seu crescimento indicava que o conflito logo estaria terminado para o Brasil.

Sem dúvida tal prosperidade industrial tinha reflexos também no Rio Grande do Sul, ainda que o estado não tivesse nenhum industrial na CETEX quando ocorreu sua criação, em 1944, conjuntamente com o Decreto-Lei nº 6.688. Um exemplo que pode auxiliar a compreensão de como o aumento da produção, defendido pela política de esforço de guerra, incentivou o crescimento da indústria têxtil gaúcha pode ser visto através das indústrias Renner. Fundada em 1912, por Antônio Jacob Renner, na cidade de São Sebastião do Caí, a Renner era uma pequena fábrica de tecidos mas que ao longo das décadas seguintes passou a ganhar força como uma das principais indústrias têxteis do Rio Grande do Sul. Em 1916, a indústria fora transferida para Porto Alegre, consolidando-se como uma das principais fábricas do Quarto Distrito da cidade. Na

<sup>105</sup> CYTRINOWICZ. op. cit. p. 203.

<sup>106</sup> VILLELA, Aníbal Villanova. WILSON, Suzigan. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro. IPEA/Inpesm 1975. p. 215.

<sup>107</sup> CYTRINOWICZ. op. cit. p. 204-205.

<sup>108</sup> Brasil – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Nº 119, volume 10, julho de 1944. p. 285-287.

década de 30 a empresa passou por um intenso processo de mecanização das suas oficinas, mas ainda mantendo boa parte dos ateliers de alfaiates.<sup>109</sup>

Esse breve histórico teve suas informações retiradas do *Pequeno Manual dos Empregados* das indústrias Renner, confeccionado em 1946 para os trabalhadores que ingressassem no trabalho nas oficinas e fábricas da empresa. No entanto, apesar de se tratar de um texto excessivamente enaltecendo o tino empresarial do presidente da indústria, ele traz subsídios para uma análise diferenciada. No que diz respeito ao “panorama atual das indústrias Renner”, a parte específica sobre a produção é bastante reveladora sobre o momento específico da guerra, ainda que sem sequer mencioná-la no texto:

“Os anos de 1944/1945 assinalaram o máximo de produção oriunda da atividade plena da fábrica, tendo alguns departamentos trabalho em 2 e até 3 turnos. A capacidade de produção atingiu o seu auge e o alto índice alcançado foi devido a diversos fatores, entre os quais se podem citar: aperfeiçoamento dos métodos de tratamento; continuidade e desenvolvimento da especialização da mão-de-obra; novos aparelhamentos e novos sistemas de produção postos em prática; generalização dos sistemas de fitas transportadoras automáticas; ampliação[sic] da maquinaria pela construção de diversas máquinas nas próprias oficinas da fábrica; etc.”<sup>110</sup>

Pode se perguntar o porquê de não haver nenhuma menção sobre o Decreto-Lei nº 6.688 no pequeno texto das indústrias Renner. Ainda assim, a causa do aumento produtivo da empresa não parece estar de todo equivocada. A intensificação da produção, de certa forma, dependeu sim de diversas melhorias tecnológicas que visavam aumentar a produtividade, assim como de novos sistemas organizacionais de trabalho dentro das fábricas. Além disso, não se pode esquecer que esse texto faz parte de um manual destinado aos empregados e, portanto, a linguagem mais direta sobre as melhorias que a própria indústria produzia eram muito mais valorizadas do que as iniciativas do Estado Novo no período. Porém, essa não é uma resposta exatamente satisfatória.

A implementação tecnológica da maquinaria em fábricas não pode ser tomada como um fenômeno neutro, mas sim como algo capaz de controlar ainda mais a força de trabalho. O sociólogo Stephen Marglin ressalta que a dinâmica tecnológica da produção depende de uma desigual distribuição das invenções, sendo elas monopolizadas pelos

<sup>109</sup> RENNEN, A. J. *Pequeno manual dos empregados*. Porto Alegre. A. J. Renner S. A., 1946. p. 32-45.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 46.

donos de fábrica com o objetivo de controlar, dentro do espaço fabril, o trabalho de seus empregados.<sup>111</sup> O que se demonstra com este princípio do próprio sistema de trabalho industrial (o chamado “*putting-out system*”) é que a principal função da máquina é organizar o trabalho humano a ponto dele seguir o seu ritmo. Portanto, afirmar que a produção aumentou em decorrência do maquinário pode remeter a uma tautologia, onde este é o único sujeito da produção, exigindo que se retome o papel do trabalho humano nesse processo.

No caso das indústrias de A. J. Renner, o aumento da produção parece passar pelo mesmo problema. O que o manual criado para os empregados não consegue explicar aos funcionários é que eles eram os principais responsáveis pelo aumento da produção durante os anos de 1944/1945. No entanto, tal explicação poderia implicar maior dificuldade em controlar a mão-de-obra. Trazer à tona que, tanto a repressão exercida pelo Estado Novo sobre os trabalhadores da indústria têxtil que não se adaptassem à disciplina fabril necessária para o “esforço de guerra”, como o controle cada vez maior do trabalho pelas máquinas das fábricas, foram os principais responsáveis pelo aumento da produção poderia trazer conseqüências não muito apropriadas para a empresa. E de fato, o trabalho nas indústrias Renner era bastante valorizado por muitos operários no período, como será visto na seção 2.3.

Porém, esse aumento da produtividade das indústrias Renner parece estar sendo tomado apenas dentro dos limites das oito horas da jornada de trabalho definida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como em 1944 a legislação permitiu a jornada de 10 horas e o trabalho noturno feminino, tais mudanças provavelmente também permitiram o aumento da produtividade. Talvez seja nesse ponto que o manual acabe se apresentando como uma fonte bastante complexa ao ser trabalhado, pois ele não faz nenhuma referência ao aumento da jornada de trabalho decorrente do “esforço de guerra”. Pode até mesmo se supor que a legislação, como no caso de São Paulo, não tenha gerado um impacto tão profundo nas relações fabris de trabalho. Como visto anteriormente, a CETEX admitia que a jornada de trabalho média nacional era de 12 horas e 20 minutos. Ainda assim, isso indicaria o desrespeito no cumprimento da legislação trabalhista. Por outro lado, o próprio manual indica que o aumento da produtividade dependeu dos anos de 1944 e 1945, onde o Decreto-Lei nº 6.688 esteve em vigor. Em suma, tudo parece indicar que, apesar do tripé apresentado na seção

---

<sup>111</sup> MARGLIN, Stephen. *Origem e funções do parcelamento de tarefas: para quê servem os padrões?* IN: GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1980. p. 63-64.



anterior, a *especialização*, a *disciplinarização* e a *sindicalização* não eram suficientes para dar conta de um aumento da produtividade sem que houvesse uma legislação capaz de ampliar a jornada de trabalho em indústrias específicas.

No entanto, ainda há algo que parece não ficar claro sobre a Lei de Mobilização Industrial. Apesar do discurso de solidariedade internacional que transparecia na fala do Ministro Alexandre Marcondes Filho e no preâmbulo do Decreto-Lei, é bem provável que o aumento de produtividade acarretado por ela tenha também garantido um aumento nos lucros dos industriários.<sup>112</sup> Se a indústria têxtil era responsável por uma boa parte das exportações brasileiras, tudo indica que ela também crescera no período, o que poderia implicar considerá-la como “lucrativa”, mesmo que não existam muitos dados quantitativos para comprovar essa afirmação. Talvez por isso surpreenda que dois anos antes, em novembro de 1942, o jornal *Correio do Povo* publicasse o discurso do reitor da Universidade de Porto Alegre, Edgar Schneider com a sugestiva manchete: “A maior glória da indústria do Rio Grande do Sul é a de ser uma indústria sem magnatas e sem argentários”.<sup>113</sup>

No dia 7 daquele mês, o Centro da Indústria Têxtil comemorava 12 anos de sua criação e convidara diversos representantes para a cerimônia. No entanto, foi o discurso do professor Schneider que ganhou destaque na imprensa, sendo inclusive reproduzido no Rio de Janeiro pelo jornal *A Notícia* um mês depois.<sup>114</sup> O discurso traz uma série de dados que são interessantes para analisar o crescimento industrial do período. Segundo Edgar Schneider:

“São mais importantes dentre todos, seus labores fabris consagrados à fiação e tecelagem à metalurgia, à alimentação, às bebidas, aos artefatos de couro e de borracha, às manufaturas de madeira, aos produtos químicos, à siderurgia e aos misteres da refinação.

Em conjunto, as respectivas produções já ultrapassam ‘de Cr\$ 1.000.000.000,00 e os seus estabelecimentos não pararam de crescer, tanto que, sendo de 5.597 em 1938, 5.712 em 1939 e 6.134 em 1940,

---

<sup>112</sup> Ainda assim, é válido ressaltar que o lucro do capital não depende por si só da jornada de trabalho, podendo ser medido pela intensidade com que ele é realizado. A teoria do valor marxiana argumenta que a chamada “mais-valia relativa” está diretamente ligada à intensificação do trabalho em um tempo determinado, o que implica em não tomar o tempo de trabalho como dado absoluto – o que Marx tenta desfazer ao demonstrar que pode haver um aumento da mais-valia mesmo diante da redução da jornada de trabalho. Ver: MARX, Karl. *O Capital* – Livro 1, vol. 1: o processo de produção do capital. Capítulo 3: Conceito de mais-valia relativa. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. p. 363-372.

<sup>113</sup> “A maior glória da indústria no Rio Grande do Sul é a de ser uma indústria sem magnatas e sem argentários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/11/1942. p. 20.

<sup>114</sup> “Uma indústria sem magnatas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1942. p. 8.

perfaziam em 1941 ao todo 6.315, não somando menos de 70.000 os industriários como tais.

[...]

Um fato que nunca se enaltecerá demais em nosso Estado, é o da formação da maioria de suas indústrias, que se originaram e desenvolveram de baixo para cima, vindas do espírito tenaz, empreendedor e laborioso de humildes obreiros, sem outro concurso que o da iniciativa e trabalho próprios, em cujo desempenho houveram os recursos indispensáveis ao crescente progresso da manufatura primitiva.

[...]

Os dirigentes de fábricas não passavam antes de simples proletários e, por isso mesmo, estão hoje, par a par de seus trabalhadores, nas labutas quotidianas, e, dessarte[sic], explica-se que as leis trabalhistas invariavelmente deparassem entre nós uma compreensão sadia e os propósitos de imediata e sincera execução.

Dedicados e absorvidos pelo árduo labor, não tiveram à mão outros capitais, para subsistir e prosperar, que os derivados do próprio trabalho, ou do crédito pessoal, acrescido da cooperação de prestimosos e infatigáveis auxiliares.

Cifra-se nisso, talvez, a maior glória da indústria do Rio Grande do Sul – a de ser, positivamente, uma indústria sem magnatas e sem argentários.”

Essa defesa dos industriários gaúchos como uma espécie de “self made men” acaba levando à ideia de que o trabalho intenso foi o que possibilitou a ascensão social de trabalhadores que se tornaram, então, burgueses. Tal forma de ascensão social não é de todo impossível, ainda que pareça improvável. O historiador Alex Callinicos argumenta que a possibilidade de um trabalhador “fugir” das determinações que o impelem a sua condição de ter de vender sua força de trabalho depende diretamente da liberdade que outros trabalhadores possuem para fazer o mesmo. Dessa forma, trabalhando com a noção de “liberdade coletiva”, Callinicos não nega a capacidade de ascensão social de um agente pertencente à classe trabalhadora, mas a coloca como alternativa possível somente diante de uma situação onde outros trabalhadores não terão a mesma liberdade para atingir esse fim.<sup>115</sup>

No entanto, segundo o raciocínio apresentado no discurso do reitor, pelo fato de ter um sentimento de identificação com o de seus operários, esse empresariado teria então características “morais” ideais para o crescimento da indústria, pois poderia garantir o que era justo aos seus próprios “prestimosos e infatigáveis” empregados. Para ele, A. J. Renner era talvez o melhor exemplo de um desses empresários que, ao invés de ter em conta seus lucros, visava principalmente o bem-estar dos seus trabalhadores.

---

<sup>115</sup> CALLINICOS, Alex. *Making History: agency, structure, and change in social theory*. Boston. Brill Leiden, 2004. p. 98-99.

Mesmo essa sendo uma imagem anterior do grande salto produtivo das indústrias Renner, ela é reveladora tanto por demonstrar a defesa de uma noção paternalista do empresariado (que será vista com mais detalhes na seção 2.3) como para colocá-lo acima de qualquer suspeita em tempos de guerra e de Estado Novo.

Tal concepção parece um tanto quanto absurda, mas sem dúvida ela retomava a lógica da produção para tempos de guerra: uma produção racionalmente organizada e voltada para o bem da nação e, não necessariamente, para a acumulação dos capitalistas. No entanto, talvez a indústria têxtil gaúcha seja um dos poucos exemplos de intenso crescimento produtivo, apesar de haver uma grande expectativa de que o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul atingisse grandes proporções por decorrência da guerra. Em um editorial do *Correio do Povo* de 06 de julho de 1943, a posição do jornal era de que não se desperdiçasse o momento histórico que impulsiona a produção. Como a publicação afirmava:

“O Rio Grande do Sul não está vivendo a sua hora mais movimentada, os seus momentos de maiores realizações. O espetáculo de trabalho generalizado, a ânsia da produção, o sonho de conquistas mais amplas que domina outras regiões e que, embora sendo uma decorrência da guerra, ou, pelo menos, uma antecipação devido à guerra, irá de qualquer modo, transformar o panorama da vida nacional, elevar em muitas zonas o padrão de vida, proporcionar o florescimento de núcleos de prosperidade e de trabalho, contribuir para a maior grandeza do Brasil – toda essa vertigem realizadora não encontrou campo no extremo sul do Brasil.”<sup>116</sup>

É difícil saber ao certo no que o jornal se baseava para afirmar que as indústrias do Rio Grande do Sul não estavam aproveitando o momento histórico que a guerra propiciava para a industrialização do país. Porém, é válido ressaltar que, segundo dados quantitativos de pesquisas econômicas e estatísticas da época, o setor industrial gaúcho realmente não acompanhou o mesmo crescimento que a categoria dos têxteis atingira. Em seu estudo sobre a economia do Rio Grande do Sul de 1939 a 1955, Cláudio F. Accurso afirma que de 1939 à 1948 apenas quatro setores apresentaram algum crescimento: papel e papelão (10,5%), bebidas (2,3%), fumo (3,5%) e têxtil (7,5%).<sup>117</sup> Entre todas essas é importante notar que a única indústria que cresceu mais do que a têxtil foi a de papel e papelão, que atingiu seus melhores resultados em 1946-1947,

<sup>116</sup> “O Rio Grande e a industrialização”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/07/1943. p. 4.

<sup>117</sup> ACCURSO, Cláudio F. *Estudo macroeconômico de uma região: estado do Rio Grande do Sul (1939-1955)*. Porto Alegre. ED. UFRGS, 2005. p. 64-65.

enquanto a primeira teria atingido seus melhores resultados em 1945-1946. Por outro lado, outras indústrias, como a de calçados (-12,4%) e a metalúrgica (-4,3%), não acompanharam o crescimento e tiveram queda na sua produção durante o período da guerra e além.

Em 1943, o *Correio do Povo* anunciava que as indústrias que participassem do “esforço de guerra” poderiam conseguir maiores rendimentos, através de uma demonstração do Setor de Produção Industrial do Rio Grande do Sul. Com visitas nas mais diversas indústrias, os técnicos buscavam acompanhar o ritmo de trabalho das fábricas, “providenciando para que o rendimento seja cada vez maior”.<sup>118</sup> Não foram encontradas outras fontes que demonstrassem o quanto era relevante tal cooperação do “esforço de guerra” no período, mas de fato, cruzando os dados, percebe-se que se houve realmente cooperação das indústrias gaúchas, isso pode ser visto na indústria têxtil, que atingiu seu melhor resultado. Tudo indica que a fabricação de borracha e de munição não tinham uma grande participação no setor industrial gaúcho, o que implica considerar que a única indústria capaz de adequar-se perfeitamente ao “esforço de guerra” no Rio Grande do Sul – e especialmente em Porto Alegre – era realmente a indústria têxtil.

Assim sendo, é válido fazer mais uma consideração sobre a articulação da batalha da produção em Porto Alegre. Não necessariamente ela passava pelo ambiente fabril, mas acabava passando, de qualquer forma, pela centralidade da organização do trabalho durante o período. A empresa de transportes urbanos, a Companhia Carris Porto Alegrense, ganhou muito destaque na imprensa local durante o ano de 1942 por sua participação na guerra.

De fato, já mesmo antes da entrada do Brasil no conflito mundial ela teria ganho destaque, sendo a principal organizadora da chamada “Campanha do Alumínio”, voltada para a coleta de material de alumínio, cobre e zinco na capital para contribuir ao esforço de guerra. Em notícia do *Correio do Povo* de 11 de abril de 1942, meses antes do afundamento de navios brasileiros pelos alemães, os leitores eram avisados de que um bonde circularia naquele mesmo dia por diversas linhas, coletando esses materiais da população. Segundo a notícia, “quem tiver objetos de alumínio, cobre ou zinco que quiser entregar para fabricar aviões e armamentos para a nossa defesa, não terá senão

---

<sup>118</sup> “Maior rendimento das indústrias que contribuem para o esforço de guerra”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/06/1943. p. 5.

que aguardar o momento da passagem, no sábado, ou no domingo, do bonde da linha mais próxima a sua residência.”<sup>119</sup>

Não se sabe ao certo o grau de reconhecimento que a Carris teria tido pela organização da “Campanha do Alumínio”. Ainda que o jornal *Correio do Povo* divulgasse a campanha, depois de abril não havia mais notícias sobre a coleta de materiais para os “aviões e armamentos” feita pela empresa. De toda forma, a colaboração com o esforço de guerra existiu em algum momento e talvez a Companhia Carris esperasse o reconhecimento por seu patriotismo por parte do governo e da população. No entanto, ao longo dos anos de guerra, a Carris passou a ganhar destaque como uma empresa despreparada para a guerra. A “economia de guerra” acabou obrigando a empresa a tirar de circulação os ônibus da capital (como será visto na seção 2.1), assim como a forçou a poupar uma série de materiais metálicos para a construção e manutenção dos bondes, fazendo com que a frota não conseguisse acompanhar o volume diário de passageiros em Porto Alegre. Além disso, começaram a surgir diversas matérias na imprensa que revelavam que o principal problema da companhia era o de ter uma “falta de braços” para realizar as tarefas, o que somado aos outros contratemplos, acabava reforçando a imagem de uma empresa em crise.<sup>120</sup>

O caso da mão-de-obra da Carris foi bastante noticiado e dá uma idéia de como o esforço de guerra não foi completamente benéfico para certos campos do patronato. Em uma matéria do *Correio do Povo* de 25 de abril de 1944, o tom é de pedir paciência ao público. De fato, na legenda de uma das fotos da oficina da empresa, se pode ler: “Há uma coisa que o público precisa compreender. Sem operários especializados nada se pode fazer. E a Carris está chamando pessoal, há serviço para todos que se apresentarem, especializados ou não.”<sup>121</sup> Novamente o problema da especialização dos operários parece surgir como algo que assombra o patronato, já que 3 dias depois seria noticiado pelo mesmo jornal que havia 200 vagas disponíveis na Companhia Carris Porto Alegrense.<sup>122</sup> Mas esse não parece ser o único problema que a empresa enfrentava

<sup>119</sup> “Alumínio, cobre e zinco para a defesa do país”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/04/1942. p. 5.

<sup>120</sup> Ver: “O diretor do tráfego da Carris focaliza o problema do transporte coletivo em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/06/1943. p. 2. Ver também: “O bonde como símbolo de uma época”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/04/1944. p. 10. Ver também: “Vem de longe os pingentes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/05/1944. p. 10. Ver também: “A Carris está bancando o pobre que costura as meias”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/11/1944. p. 2.

<sup>121</sup> “Material humano, fator imprescindível para a solução do problema”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/05/1944. p. 5.

<sup>122</sup> “200 empregos à disposição de quem interessar possa”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/05/1944. p. 10.

com a mão-de-obra no período. Muitos dos seus empregados não tinham frequência assídua nas oficinas, o que mostrava que não era apenas a falta de operários especializados o problema enfrentado pela Carris.

Tal situação ao longo da guerra revela alguns problemas: o primeiro, é claro, que a companhia não tinha condições de importar materiais para a manutenção dos bondes. Isso implicava então maior intensidade de trabalho nas oficinas para a reparação dos veículos, de forma que não havia operários suficientes para esse aumento do trabalho. Soluções como o emprego da mulher no sistema de bondes, visando o barateamento da mão-de-obra, eram comuns na imprensa porto-alegrense.<sup>123</sup> Mas ainda assim, o trabalho feminino nas oficinas não parecia ter a mesma aceitação. A situação da escassez de força de trabalho era tão grande, que o próprio *Correio do Povo* no final de 1944 começa a destacar em suas páginas alguns dos funcionários da Carris como “homens da Carris”, empregados ideais que seguiam o padrão disciplinar da empresa.<sup>124</sup>

Essa situação de escassez de mão-de-obra pode levar a outro problema: tal posição específica na produção podia impelir e até mesmo estimular os trabalhadores a negociarem a própria questão disciplinar que era imposta pela empresa. A historiadora Michelle Perrot salienta um fenômeno semelhante entre os operários franceses da segunda metade do século XIX. Diante de uma situação em que os “operários profissionais” apresentavam-se como “seguros do seu saber”, eles podiam exercer um refreamento constante sobre a produção.<sup>125</sup> Não seria o mesmo válido para os empregados da Carris, que diante de uma situação onde sabiam do valor do seu trabalho em tempos de guerra, tinham clara a noção de que não deveriam acatar a intensa disciplina de trabalho exigida nas oficinas da Companhia?

Tal concepção parece acertada, mas há algo que torna essa questão mais complexa: como ficavam os chamados de mobilização aos trabalhadores feitas pelo Estado Novo, pela imprensa e pelo próprio patronato, contando com a mobilização dos “soldados-operários” para a guerra? Não se pode considerar que uma espécie de “dever cívico” impelia muitos dos operários a uma disciplina de trabalho constante, assim como a uma busca pela especialização e a afiliação sindical? Na seção seguinte será colocada em evidência esse chamado aos “soldados da produção”, tentando resolver

---

<sup>123</sup> “O emprego da mulher implica no barateamento da mão-de-obra”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/08/1943. p. 3.

<sup>124</sup> Ver: “Homens da Carris”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/12/1944. p. 23. Ver também: “Homens da Carris”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/12/1944. p. 14.

<sup>125</sup> PERROT, Michelle. Op. cit. p. 63.

uma das principais questões desse capítulo: qual o grau de envolvimento dos operários na mobilização para a guerra, que estava diretamente ligado à “batalha da produção”?

### 1.3 – As ações dos soldados-operários

É difícil saber exatamente o grau de envolvimento dos milhares de trabalhadores de Porto Alegre no esforço de guerra. Faltam dados que permitam afirmar uma correlação direta entre o discurso mobilizador que Estado e burguesia defenderam durante a guerra com o esforço dos “soldados-operários”. O caso da Companhia Carris Porto Alegrense, apresentado na seção anterior, revela uma situação atípica e que não consegue dar conta da complexidade da situação de muitos trabalhadores na capital gaúcha. A mesma afirmação é válida para os empregados das indústrias têxteis, que mesmo sendo bem sucedidas durante o período vigente da guerra e da Lei de Mobilização Industrial, não representam a totalidade da indústria gaúcha. Ainda assim, esses casos revelam limites que o tripé *disciplina, especialização e sindicalização* enfrentava na mobilização operária. Dessa forma, ampliando a idéia dos “soldados-operários” além desse tripé, pode se tomar a mobilização civil para a entrada do Brasil na guerra como eixo para perceber até que ponto o discurso em prol dos “soldados-operários” conseguiu ganhar apoio entre os trabalhadores. Em suma, mais do que mostrar os efeitos diretos das campanhas de *disciplina, especialização e sindicalização*, o principal ponto dessa seção é tentar jogar um pouco mais de luz sobre o grau de compreensão e envolvimento que existia entre os trabalhadores de Porto Alegre durante a guerra.

Na seção 1.1 foi afirmado que um possível marco inaugural para a entrada dos operários brasileiros na guerra foi o discurso de Vargas do 1º de maio, no estádio São Januário, chamando os trabalhadores para participarem do esforço de guerra. Entretanto, creio que tal marco inaugural pode passar a ideia de uma “passividade” dos operários diante do chamado de Vargas à guerra. Para evitar tal concepção, creio que é possível demonstrar que a mobilização civil para a guerra iniciou antes mesmo do chamado do líder do Estado Novo aos “soldados-operários”.

Para defender tal concepção basta ressaltar que a notícia de afundamento do navio Cairú pelos submarinos alemães no Atlântico gerou imensa comoção popular nas

principais capitais do Brasil e Porto Alegre não foi exceção. O jornal *Correio do Povo*, visando enaltecer a posição dos porto-alegrenses que foram às ruas protestar contra o afundamento, afirmava que:

“Guardando uma posição de absoluta calma, embora vigilante na defesa da integridade nacional, o povo brasileiro, porém, atingido em seus elevados sentimentos patrióticos, em face dos brutais atentados que vem sofrendo a nossa navegação mercante, levantou-se num brado de revolta e lançou publicamente o seu protesto, demonstrando que cessara a sua tolerância, que já não é mais possível acompanhar calado e indiferente a marcha dos acontecimentos que se desenrolam pelo mundo e que o envolve totalmente.”<sup>126</sup>

O interessante é que essa notícia vinha acompanhada de quatro fotos: uma que exibia a quantidade de manifestantes que se encontravam à frente do *Correio do Povo* durante o protesto, ostentando a bandeira nacional; outra com o Tenente Coronel Aurélio Py, chefe do DOPS no período, pedindo calma aos manifestantes; outra mostrando a depredação do Monumento ao Colono Alemão, em São Leopoldo; a última, que mostrava a alteração da placa da avenida Germânia, transformada em avenida Cairú por “vontade popular”. As duas primeiras fotos chamam a atenção exatamente por demonstrar o clima da manifestação contra o afundamento do Cairú. Os manifestantes se concentraram na Repartição Central de Polícia, à rua Duque de Caxias e dali partiram em marcha por várias ruas da capital, encerrando a caminhada na redação do jornal. O ponto de partida da manifestação pode parecer inusitado diante de um governo autoritário como era o regime de Vargas, mas há uma explicação plausível para ele. O Tenente Coronel Aurélio Py havia publicado, já em 1941, seu livro *A 5ª Coluna no Brasil* e era considerado referência no estudo de grupos nazi-fascistas que viviam no país. Em que pese todo o efeito político de perseguição aos estrangeiros que pode ser visto em seu livro, era inegável que nesse momento a sua reputação era vista como positiva por um grupo de manifestantes nacionalistas que defendiam a entrada do Brasil na guerra. Parece claro que a noção de vigilância interna como parte da necessidade de mobilização que vinha com a guerra, ganhou força antes mesmo da entrada do Brasil no conflito. Um exemplo disso é que a Liga de Defesa Nacional, em

---

<sup>126</sup> “O povo de Porto Alegre protesta publicamente contra o afundamento dos navios brasileiros pelo Eixo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/03/1942. p. 5.



nota emitida no *Correio do Povo* no dia 15 de março, conclamava os cidadãos gaúchos a ficarem atentos com a chamada “quinta coluna”.<sup>127</sup>

Todavia, não faltaram autoridades que desejavam que a manifestação se dispersasse sem que houvesse qualquer ato de violência contra alemães ou italianos. Porém, duas situações indicam que o controle sobre os manifestantes não era tão simples quanto gostariam. Em primeiro lugar, nas sedes do Banco Alemão-Transatlântico e do Banco Pfeiffer a multidão arrancou as placas dos estabelecimentos e ameaçou invadi-los, sendo controlada pela polícia. Sem sucesso, muitos decidiram então fazer um ato de desagravo no jornal *A Nação*, assim como no “Café ABC”, todos estes estabelecimentos de alemães ou de descendentes. O controle da polícia, ao que tudo indica, não dependeu da violência, mas teve de contar com o Tenente-Coronel Aurélio Py, que não participara do início das manifestações.

A outra situação, onde o controle das autoridades não fora suficiente para conter o caráter anti-germânico das manifestações, pode ser visto no Quarto Distrito, no qual se concentravam os bairros operários de Porto Alegre. Muitos manifestantes modificaram os nomes das avenidas Berlim, Italiana, Germânia, Veneza e Napolitana para Gal. Nascimento Vargas, Arabutan, Cairú, Buarque e Olinda, sendo que um grupo entre eles mandou uma carta defendendo a mudança de nomes como forma de responder à agressão dos países do Eixo, assinada por Luiz Felipe Coelho, Corlotano da Rosa Coelho, Edwiges Garcia da Rosa, Salvador Correa da Silveira e Nair Pereira Reis de Menezes, em um texto onde não há nenhuma indicação sobre as atividades profissionais dos assinantes. Alguns dias depois, também os ferroviários do Rio Grande do Sul pediram em ofício ao governo do estado que fossem modificadas os nomes de estações que tivessem associação com os países do Eixo.<sup>128</sup> O que chama a atenção nessas medidas é que, como se pode ver, elas são as únicas que contam com uma “assinatura”, diferente dos atos de depredação que ocorreram em Porto Alegre.

Talvez seja exatamente por isso que tais manifestações geraram um certo temor entre comerciantes, banqueiros e industriais locais que tinham ascendência italiana, ou alemã, pois o sentimento patriótico de vigilância (e também de revanchismo) poderia

---

<sup>127</sup> “Um apelo da Liga de Defesa Nacional”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/03/1942. p. 5. A Liga de Defesa Nacional foi criada em 1916, no Rio de Janeiro, por figuras célebres como Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmon e Rui Barbosa, defendendo o apoio do Brasil aos Aliados na Primeira Guerra Mundial. Para mais detalhes, ver o endereço eletrônico do CPDOC: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos20/ev\\_centindep\\_ligadefesa.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_centindep_ligadefesa.htm). Última consulta: 27 de março de 2009, às 18:00 horas.

<sup>128</sup> Moção dos ferroviários sobre a mudança de nomes de estações”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/04/1942. p. 3.

atingir seus estabelecimentos. Um exemplo disso pode ser visto no jornal dois dias depois da manifestação, quando a diretoria do Banco Pfeiffer – atacado pelos manifestantes na noite do dia 14 – emitiu uma nota ao jornal declarando a sua “brasilidade”. Segundo ela:

“Sociedade anônima constituída em conformidade com as leis do país e autorizada a funcionar pelo Governo Federal, o Banco Pfeiffer S/A, tem a maioria de seu capital em mãos brasileiras, representando os acionistas estrangeiros cerca de 10% do capital e igual percentagem do número total das pessoas. Dos três diretores do Banco, dois são brasileiros natos e o terceiro é suíço. Na lista geral dos 301 empregados da Matriz e Agências, 274 são brasileiros e 27 estrangeiros, de nacionalidades diversas.

Desnecessário é assinalarmos que, pessoalmente, compartilhamos sem reservas do sentimento geral, que domina o país, em face do sacrifício de bens e vidas brasileiras, como consequência dos afundamentos de navios indefesos, pensando e sentindo, como sempre, em consonância com todos os bons brasileiros.”<sup>129</sup>

A manifestação do Banco Pfeiffer de solidariedade ao “sentimento geral” não ignorava o fato de que o assunto da guerra era capaz de mobilizar muitos brasileiros. Se tais movimentações consideradas populares refletiam algum sentimento de xenofobia entre os trabalhadores da capital é difícil chegar a uma resposta conclusiva. Ao debater as memórias dos moradores do Quarto Distrito em Porto Alegre, Alexandre Fortes ressalta que os imigrantes de origem eslava, por mais que se reunissem e se organizassem em determinados grupos, compartilhavam espaços com trabalhadores “nacionais” e até mesmo com outros imigrantes.<sup>130</sup>

Nesse ponto talvez seja importante fazer uma ressalva. Ainda que a discussão sobre etnicidade e nacionalidade dos operários não seja o eixo central dessa pesquisa, é importante questionar até que ponto essas identidades não influenciaram a mobilização para a guerra. O historiador americano, Daniel James, referindo-se à importância do peronismo na cidade argentina de Berisso, que contava com um grande contingente de operários imigrantes, ressalta que certas políticas que colocavam a condição de trabalhador como fundamental para a cidadania permitiram que a identidade proletária

<sup>129</sup> “O Banco Pfeiffer e as manifestações anti-nazistas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/03/1942. p. 5.

<sup>130</sup> FORTES, Alexandre. *Os outros “polacos”*: classe e identidade étnico-nacional entre imigrantes do leste europeu em Porto Alegre. IN: BATALHA, Cláudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. (org.). Campinas. Editora Unicamp, 2004. p. 352-354.

se fortalecesse diante da identidade de imigrante, mantida por muitas famílias.<sup>131</sup> Ainda que os projetos políticos do peronismo e do trabalhismo tenham suas diferenças, no que diz respeito à questão étnica parece haver indícios de uma semelhança. De certa forma, em ambos os projetos que evocavam a identidade de classe dos operários, a relação com os imigrantes encontrava-se diluída por uma noção onde a cidadania dependia, basicamente, da sua condição de trabalhador assalariado.<sup>132</sup>

Porém, há dúvidas se em certos episódios a identidade nacional não se sobrepôs a uma identidade de classe. Do dia 15 ao dia 17 de agosto de 1942, os navios mercantes brasileiros Baependi, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará foram afundados por submarinos alemães U-507, no litoral dos estados de Bahia e Sergipe. Novamente formou-se uma manifestação popular em desagravo aos atos cometidos pela Alemanha nazista, que se concentrou na Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre e partiu até o palácio do governo entoando canções patrióticas e o Hino Nacional. A forma de organização da manifestação era enaltecida pelo *Correio do Povo*, que a transformava em espontânea “mobilização popular”. Segundo o jornal:

“Uma única exclamação, um só brado, um unânime protesto. Não houve preparação de espécie alguma, sequer uma palavra concitando “mobilização da multidão”. Os brasileiros se reuniram impelidos pela necessidade irresistível de um protesto imediato. Não houve líderes.

Foi o povo que se moveu. Não houve cartazes. Foi o pavilhão nacional que conduziu a manifestação.”<sup>133</sup>

A opinião do jornalista que redigiu a matéria era de que, independente de classe social, idade, ou gênero, todos uniram-se, “sem líderes”, numa espécie de “massa popular homogênea”. O fator de homogeneidade era a devoção pela pátria e, segundo ele, era isso que motivava a multidão. Mas tal descrição parece colocar a identidade nacional acima de outras identidades, especialmente acima da identidade de classe. Contudo, uma série de perguntas podem ser levantadas: qual o grau de envolvimento dos operários no “esforço de guerra”? Apesar do nacionalismo cívico, é possível falar em uma disciplina operária para tempos de guerra perfeitamente realizada? Não

<sup>131</sup> JAMES, Daniel. *Doña María: historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires. Ed. Manantial, 2004. p. 30-31.

<sup>132</sup> Para mais sobre a noção de cidadania ligada diretamente à condição de trabalhador no Estado Novo, ver GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002. Capítulo 1.

<sup>133</sup> “Vibrante protesto popular contra a agressão do Eixo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/03/1942. p. 12.

existiram resistências? Creio que essa mesma manifestação permite outra interpretação, que questiona essa relação tão estreita dos trabalhadores com a identidade nacional brasileira durante a guerra, a ponto de se colocar acima de sua identidade de classe.

A manifestação seguiu pelas ruas do centro da capital gaúcha, com o detalhe de que em certo momento uma turma de reservistas do Exército saiu às ruas para acompanhar a manifestação, que ao marcharem eram aplaudidos pela população. Chama a atenção também o fato de que o interventor federal, o General Osvaldo Cordeiro de Farias, estava na manifestação, “confundido com os manifestantes”. Porém, ao contrário da manifestação de março, essa dispersara “em perfeita ordem”. Ou pelo menos é o que o jornal divulgava. No dia seguinte, entretanto, a situação se invertia e em uma notícia de página inteira havia destaque para as ações de retaliação contra a agressão nazista na cidade de Porto Alegre.

Ao contrário da imagem de uma manifestação dispersada em ordem, o tom da notícia anunciava que a agressão nazista havia provocado “uma onda de revolta e indignação entre o povo brasileiro, que não pôde assistir impassível a uma tão brutal agressão”.<sup>134</sup> De certa forma, a interpretação do jornal era de que o “pacifismo” com que o povo brasileiro demonstrava seu patriotismo havia sido colocado de lado e alguns excessos haviam sido cometidos. De fato, em uma noite chuvosa de agosto, milhares de pessoas percorreram o centro da cidade e os “arrebaldes industriais de São João e Navegantes” apedrejando todos os estabelecimentos comerciais identificados com os países do Eixo. Ao que tudo indica, foram muitos lugares atingidos pelos apedrejamentos, de forma que a própria equipe de reportagem do *Correio do Povo* não conseguiu nem mesmo relacioná-las. Em alguns casos, como na Sociedade Germânia, os manifestantes tinham entrado no edifício, retirado os imóveis e queimado eles em praça pública. Agremiações esportivas e outras sociedades de imigrantes alemães também foram apedrejadas. Até então, essa era a maior depredação já registrada em Porto Alegre desde a guerra anterior, onde uma onda de xenofobia também atingira diversos estabelecimentos alemães na capital.

No dia posterior, a cidade se manteve agitada, com mais demonstrações de patriotismo e xenofobia. Outros estabelecimentos foram atacados, como a Casa Guaspari, a firma Jacobi, o Cinema Vera Cruz e diversos outros. Em alguns estabelecimentos como a Casa Lindolfo Bohrer e Cia. a manifestação acabou ganhando

---

<sup>134</sup> “Exaltada a revolta popular contra a agressão do Eixo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/03/1942. p. 2.

um tom quase que anedótico, onde alguns dos manifestantes invadiram a loja e saquearam todos os materiais de alumínio, indo depois à Companhia Elétrica Rio-Grandense para entregar os objetos à “Campanha do Alumínio”.<sup>135</sup> O próprio Tenente Coronel Aurélio da Silva Py, assinando uma nota em nome da Repartição Central de Polícia, concebera que “para a garantia da ordem pública” era melhor determinar um toque de recolher na capital, o que incluía fechamento de bares e botequins às 20 horas e garantir que não houvesse ninguém na rua após às 22 horas.<sup>136</sup>

A situação se tornara tão tensa diante do apedrejamento de certos lugares que a Delegacia Regional do Trabalho emitiu uma nota um dia depois, dirigindo-se a todos os sindicatos e trabalhadores em geral do Rio Grande do Sul. Segundo a nota, os bens dos “súditos do Eixo” que moravam no Brasil, agora pertenciam à nação e, portanto, não faria sentido destruí-los. O Delegado Regional do Trabalho, Norival Paranaguá de Andrade fazia então um apelo para que os trabalhadores voltassem às suas “ocupações normais”, evitando qualquer ato de agressão contra estabelecimentos comerciais e industriais.<sup>137</sup>

Os industriais, por sua vez, temiam mais uma vez que a retaliação de cunho patriótico – e até mesmo xenófobo – ganhasse dimensões cada vez mais classistas, o que implicaria em ataque às fábricas de muitos descendentes de alemães e italianos na capital. Na manhã do dia 19, o presidente da Federação das Indústrias, Caleb Leal Marques, foi até o palácio do governo, expressando o receio de que a agitação popular pudesse atingir certos empresários. A resposta do interventor, no entanto, tentou acalmar o industrial, respondendo que as fábricas poderiam funcionar “normalmente, pois não faltariam garantias, tanto aos estabelecimentos, como aos operários”. Ao que tudo indica, a situação realmente havia sido controlada pelo governo do estado, pois o próprio Caleb Leal Marques retornou ao palácio para agradecer ao interventor, já que “nada de anormal se registrara na zona industrial, situada nos bairros de Navegantes e São João”.<sup>138</sup>

Diante de tais situações, pode se perguntar: qual o grau de participação dos operários nas manifestações que, ao defenderem a entrada do Brasil na guerra, acabaram caindo em retaliações de caráter nacionalista e xenófobo? Sem outras evidências, fica

---

<sup>135</sup> “Prosseguiram ontem nesta capital e em todo estado as enérgicas manifestações de protesto aos atentados nazistas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/08/1942. p. 3.

<sup>136</sup> “Determinações da chefatura de polícia”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/08/1942. p. 3.

<sup>137</sup> “Apelo aos sindicatos e aos trabalhadores em geral”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/03/1942. p. 3.

<sup>138</sup> “Prosseguiram ontem nesta...”. p. 3.

difícil provar que existisse realmente uma participação notoriamente classista nas manifestações. Ainda assim, a atenção que os sindicatos, autoridades políticas e a imprensa dirigiam aos trabalhadores revelam um receio de que as manifestações de caráter popular atacassem indústrias e lojas de Porto Alegre, algo que também era demonstrado com o encontro da representação da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) com o interventor federal do Rio Grande do Sul. Tal temor não parece infundado, mas ao tentar recuperar as memórias do período no Quarto Distrito, Alexandre Fortes não vê nenhuma menção de ações xenófobas por parte do operariado durante a entrada do Brasil na guerra. Ao que tudo indica, as ações de uma “turba enfurecida” eram tomadas como ações descontroladas. A cobertura feita pela imprensa era de que se tratava de uma “multidão” no sentido mais pejorativo que o termo pode ter.

Diante de tal situação, as autoridades teriam como “dever” conterem a “revolta popular” e o jornal tentava colaborar com essa proposta. Chama a atenção que próprio *Correio do Povo* fez questão de publicar as declarações de Friedrich Kniedstedt, histórico militante anarquista alemão morando no Rio Grande do Sul, identificado pelo jornal como “o mais antigo anti-nazista do Brasil”, sobre a agressão dos países do Eixo. A nota de Kniedstedt no jornal era curta, mas interessante, pois revela uma posição de consenso contra o Eixo e que diante da posição de alemão, declarava sua solidariedade aos brasileiros no combate ao nazismo. Da mesma forma, vindo de um militante anarquista histórico, era praticamente uma maneira de afirmar que não se dependia da depredação para assumir-se como “popular” nas manifestações. Segundo ela, os “alemães livres”, estavam “contra a brutalidade hitlerista, revelada mais uma vez no afundamento dos cinco navios brasileiros atacados em águas brasileiras.”<sup>139</sup>

No mesmo dia, o *Correio do Povo* também lançara um editorial comentando os “excessos da exaltação patriótica”, considerando que a agressão “covarde” dos submarinos do Eixo teria sido responsável pela manifestação de solidariedade e patriotismo dos brasileiros. A partir dessa justificativa o editorial prosseguira afirmando que:

“Semelhantes atentados, em vista da incrível crueldade que os revestia, deveriam necessariamente provocar, dentro do país, a expansão do patriotismo supremo e indignado.

---

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 3.

Foi o que se verificou, nesta capital, onde as manifestações de repúdio e desagravo não demoraram a exteriorizar-se de todas as formas, unindo e solidarizando, nas suas explosões perfeitamente explicáveis, as diferentes camadas da população.

Não poderiam, os súditos do Eixo subtrair-se, portanto, à justa exacerbação popular, que vingava, assim, o morticínio de brasileiros, aos quais a inesperada agressão não possibilitara sequer os meios mais elementares de salvamento.

As demonstrações que se sucederam, culminaram entretanto nas depredações de centenas de estabelecimentos da indústria e do comércio e, como não vingasse entre os seus componentes qualquer sugestão mais serena e menos arrebatada, a multidão extravasou em excessos realmente deploráveis, atingindo muitas casas comerciais absolutamente estranhas à nacionalidade dos submarinos responsáveis pelo afundamento dos navios brasileiros.

Ora, tais transbordamentos da exaltação cívica não encontram, como quer que seja, nenhuma justificação e atenta a própria gravidade que os assinalou, além de condenáveis, é imperioso obstar a que se reproduzam, sob pena de marear, nas suas fontes de generosa inspiração, os sentimentos que devem animar todos os cidadãos nesta altura dos acontecimentos internacionais.

É preciso observar que nesses momentos não são poucos os agitadores suspeitos, que se insinuam sob a capa de fementido patriotismo nas massas do povo, para abrir margem às perturbações mais perigosas.

Felizmente, a oportuna proclamação lançada pelo general interventor federal, que teve a nobre virtude de coibir maiores extravagâncias entre as muitas que caracterizaram as primeiras expansões, é uma sadia advertência ao povo rio-grandense, de molde a preveni-lo contra a possível exploração dos empreiteiros de confusões e desordens sociais.

Não teve outro sentido, por certo, a palavra do ilustre presidente da República, quando exortou o país inteiro a confiar nas medidas que, em desafronta da dignidade e altivez nacionais, serão oficialmente adotadas.

A ordem e a tranqüilidade, sobre imperiosas nesta hora inquieta e sombria, não excluem antes possibilitam, pois um desagravo satisfatório e completo da soberania ofendida e, neste particular, são suficientemente expressivas as declarações governamentais.<sup>140</sup>

O que chama a atenção no teor do editorial é que exorta o patriotismo popular, esperando dele uma resposta às agressões do Eixo. Fica clara também a dicotomia que esse tipo de discurso estabelecia, em que manifestações patrióticas “positivas” eram “espontâneas” enquanto as manifestações “negativas” tinham no seu seio a má fé de “empreiteiros de confusões e desordens sociais”. No entanto, revela também que não concordava com a forma violenta na qual ele se expressava. De certa forma, ele revelava um problema desses dias de agosto que é recorrente na imprensa e nas

<sup>140</sup> “Os excessos da exaltação patriótica”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/08/1942. p. 4.

manifestações e discursos de autoridades políticas: como incentivar um sentimento patriótico diante da agressão dos submarinos nazistas e evitar que ele ganhe formas violentas, se as formas de participação política tradicionais das democracias estavam cerceadas?

Ainda assim, é válido ressaltar que não se sabe ao certo o grau de envolvimento de entidades de classe e mesmo de trabalhadores nessa onda de depredação que antecipou a entrada do Brasil na guerra. Mas, apesar disso, se poderia lançar a hipótese de que, se existiu realmente um movimento de teor xenófobo entre os operários, ele havia sido estimulado – ainda que não tenha sido de todo intencionalmente – pelo governo do estado, pela prefeitura, pela presidência e pela imprensa, que chamavam os operários a demonstrarem seu patriotismo diante da guerra que se aproximava? E sendo assim, como esperavam controlar o sentimento nacional “popular” que decorria de tais situações? E de fato, mesmo que contando com o aparato repressivo da polícia e até mesmo da Delegacia Regional do Trabalho<sup>141</sup>, o risco de que o patriotismo fosse algo a ser apropriado dentro dos termos das “multidões revoltadas” ainda existia.

É possível que nas horas subsequentes ainda existisse um temor de que as manifestações continuassem. Entretanto, no dia 22 de agosto, no horário da *Hora do Brasil* os rádios anunciavam oficialmente a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. As manifestações populares que seguiram à participação brasileira no conflito, no entanto, parecem não ter sido caracterizadas pela mesma noção de “multidão” que era tão pejorativa nos dias anteriores. Novamente a manifestação era tomada como “espontânea”, com diversas pessoas esperando o anúncio oficial, feito às 17:30 horas. A partir daí, novamente a bandeira nacional entrou em cena, em uma passeata que percorreu a Rua da Praia e foi em direção ao palácio do governo. Fazendo sinais de vitória e dando “vivas ao Brasil”, os manifestantes teriam se dispersados de forma harmoniosa. Parecia que o clima de retaliação violenta fora devidamente controlado.<sup>142</sup>

Mesmo assim, a Casa Guaspari, estabelecimento comercial que havia sido atacado recentemente durante a onda de xenofobia que atingiu a capital, emitiu uma nota no *Correio do Povo*. Segundo ela garantia que era uma firma brasileira, divulgando

---

<sup>141</sup> Pode parecer exagerado afirmar que a Delegacia Regional do Trabalho era parte do aparato repressivo do Estado Novo, tendo em vista que ela permitia a ação jurídica dos trabalhadores contra o patronato no período. Ainda assim, é importante lembrar que ela exercia um papel de constante vigilância nas entidades sindicais e que isso auxiliava a repressão policial. Para um quadro mais nítido sobre essa noção de repressão inerente à Delegacia Regional do Trabalho, ver a seção 3.2 da pesquisa.

<sup>142</sup> “A cidade recebeu o estado de guerra entre vibrantes manifestações de civismo e de aplausos à atitude do governo da República”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/08/1942. capa.



o nome de seus sócios e esclarecendo que os estrangeiros estavam naturalizados. Também esclarecia que não possuía uma rádio transmissora na sede da firma, que era patriota e que sentia o mesmo que todos os brasileiros naquele momento, esperando restabelecer a confiança de diversos “fregueses e amigos”.<sup>143</sup> Sem dúvida, o temor de que novos ataques e depredações poderiam acontecer a qualquer instante existia. No entanto, se eles ocorreram, isso não foi noticiado pela imprensa. Ao que tudo indica, as manifestações de “fervor patriótico” ganharam outras características, deixando de lado ações violentas e xenófobas para se concentrarem em dois tipos específicos: a mobilização civil para um cenário de guerra que ainda não chegara no Brasil e as campanhas de coletas de fundos para que o Exército brasileiro construísse abrigos e armas para enfrentar as tropas do Eixo.

No que diz respeito à mobilização civil, as primeiras semanas de guerra revelaram que todo o temor de que os bombardeios aéreos chegassem em terras gaúchas era bastante real, mesmo que isso estivesse ainda longe de acontecer. Na verdade, já no início de março começavam as discussões sobre a necessidade de construir abrigos anti-aéreos nas principais cidades da costa brasileira<sup>144</sup>, especialmente quando o antigo diretor do Gabinete de Pesquisas Científicas da Polícia Civil do Distrito Federal, Epitácio Timbaúba da Silva declarou no jornal *O Globo* que, no caso de uso de armas químicas, os abrigos anti-aéreos eram mais seguros do que o uso de máscaras contra gás.<sup>145</sup> Sendo assim, no mês de abril já havia divulgações na imprensa para o primeiro livro instruindo a chamada defesa aérea passiva urbana produzido no Brasil, escrito pelo coronel Orozimbo Martins Pereira, intitulado *Alerta!*.<sup>146</sup>

Diante de tanta mobilização, a situação na capital gaúcha não era diferente. Em maio de 1942, o engenheiro Paulo de Aragão Bozano, diretor geral da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, estava se dirigindo ao Rio de Janeiro para discutir a criação de abrigos anti-aéreos em Porto Alegre. Na época, o prédio da Sul América Capitalização (SULACAP) estava prestes a ser construído e havia o desejo de que ele fosse o primeiro prédio da capital gaúcha a ter proteção contra ataques aéreos. Projetado para ser um alto edifício na esquina da avenida Borges de Medeiros com a rua

---

<sup>143</sup> “Casa Gaspari ao público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/08/1942. p. 5. Segundo relatos de meu tio avô, uma das cenas que mais impressionava nas manifestações do período era de rolos gigantescos de tecidos sendo jogados das janelas da loja enquanto os manifestantes, no andar de baixo, passavam a tesoura neles, rasgando-os completamente.

<sup>144</sup> “Serão construídos abrigos anti-aéreos nas cidades do estado do Rio”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/03/1942. p. 3.

<sup>145</sup> “Melhor o abrigo que as máscaras contra gás”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/03/1942. p. 2.

<sup>146</sup> “Para instruir o povo contra ataques aéreos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/04/1942. p. 3.

dos Andradas, no centro da cidade, ele seria uma obra que combinaria “beleza”, “modernidade” e “funcionalidade” para a guerra, com seu abrigo anti-aéreo localizado no subsolo.<sup>147</sup> É difícil saber ao certo se o prédio realmente foi construído com tal abrigo, mas é inegável que ele tenha sido pensado como o primeiro projeto de arquitetura para a Segunda Guerra Mundial em Porto Alegre.

Porém, uma notícia do *Correio do Povo* de setembro de 1942, praticamente um mês após declarado o estado de beligerância brasileiro, revelava que a construção de abrigos anti-aéreos na capital ainda era vista como necessidade. A Interventoria Federal havia incumbido o engenheiro diretor da Defesa Passiva da Cidade, Egídio Soares da Costa, para realizar projetos para a proteção de uma das peças das creches São Francisco e Navegantes, do Asilo Providência e do Orfanato Pão dos Pobres. O objetivo era proteger esses estabelecimentos “contra os estilhaços, os efeitos da explosão e as bombas incendiárias.”<sup>148</sup> O custo das obras seria de 20\$000,00 (vinte mil contos de réis), prometendo a proteção de órfãos, velhos e crianças diante dos horrores da guerra. A preocupação com a guerra que estava ocorrendo era tanta que o temor de que Porto Alegre se tornasse uma espécie de Londres, sitiada por bombardeios nazistas, era bastante concreto. A cidade chegou a organizar inclusive alguns exercícios de “blackout”, a partir do dia 11 de setembro, organizados pela Comissão de Defesa Passiva Anti-aérea da cidade, que começariam tão logo soassem alarmes na capital.<sup>149</sup>

Pode parecer um tanto caricato, segundo os olhares retrospectivos de hoje, ver tamanha mobilização para o conflito. Mas o fato é que a guerra gerou um clima de tensão e preocupação em muitos brasileiros. Roney Cytrinowicz, ao investigar os efeitos do conflito na cidade de São Paulo, defende (e com razão) que mesmo sem existir qualquer “percepção de ameaça objetiva” à cidade, a política de mobilização fora bastante frutífera.<sup>150</sup> Certamente não se deve tomar construções de abrigos aéreos e exercícios de “blackout” como meras anedotas, tratando agentes históricos de forma indulgente, como se eles fossem “estúpidos” por acreditarem que a guerra se avizinhava

---

<sup>147</sup> “A construção de abrigos anti-aéreos em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/05/1942. p. 10.

<sup>148</sup> “Vão ser construídos abrigos anti-aéreos nas creches de São Francisco e Navegantes, Asilo Providência e Orfanato Pão dos Pobres”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/09/1942. p. 10.

<sup>149</sup> Ver: “Realizado o primeiro exercício de blackout em Porto Alegre.” *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/09/1942. p. 5. Ver também: “Porto Alegre sob blackout”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/08/1942. p. 3. Ver também: “Provavelmente amanhã o primeiro blackout em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1942. p. 2. Ver também: “Experiências de sirene”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/09/1942. p. 5.

<sup>150</sup> CYTRINOWICZ, Roney. Op. cit. p. 24.

e poderia atingir cidades brasileiras. A orientação de tais construções por parte das autoridades políticas do Estado Novo não visava ludibriar os cidadãos brasileiros, mas sim dar uma dimensão real da necessidade de mobilização civil de que dependia a guerra e o mesmo valia para os exercícios de “blackout”.

Um exemplo que pode relativizar a “ingenuidade” aparente das campanhas de mobilização civil está nas coletas de fundos em Porto Alegre para contribuir tanto para a construção desses abrigos como para auxiliar na compra de armamentos para a guerra. Dessas campanhas, duas se destacam particularmente. Uma delas foi encabeçada pelo próprio *Correio do Povo*, para angariar fundos para a construção de abrigos anti-aéreos na capital. A outra foi articulada pelo Sindicato dos Metalúrgicos para motivar os trabalhadores a contribuírem com parte de seu salário para a compra de caças para a Força Aérea Brasileira. Em ambas as campanhas revela-se a preocupação com a guerra como fator de mobilização para que muitos trabalhadores disponibilizassem parte de seus salários para então participarem efetivamente do “esforço de guerra”. De certa forma, essas ações eram o “pontapé inicial” da campanha que o governo começava a articular para enfrentar as potências do Eixo.

No caso da campanha do *Correio do Povo*, é difícil precisar exatamente quando ela começou.<sup>151</sup> No entanto, diante das notícias sobre a construção de abrigos na cidade, é possível que muitas doações tenham sido feitas de forma espontânea ao jornal. O *Correio*, por sua vez, noticiava as contribuições em uma enorme lista e, em alguns casos, divulgava a forma como era feita essa coleta, e durante um mês, em toda edição de domingo, a lista de contribuições era apresentada e amplamente noticiada com manchetes bombásticas. No dia 6 de setembro, foi divulgado que mesmo os policiais do DOPS enviaram contribuições ao jornal. E não apenas eles! Uma comissão de funcionários do Banco do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, entregou um cheque de 4:000\$000 (4 contos de réis) para a redação, em nome da campanha. A guarda civil também contribuíra com um dia de seus vencimentos, assim como os próprios funcionários do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde* – ambos do Grupo Caldas Júnior –, times de futebol, sindicatos, choferes de praça e mais centenas de donos de fábrica, de lojas comerciais e seus empregados.<sup>152</sup>

---

<sup>151</sup> Alguns dias depois, essa campanha passou a ser encabeçada pelo Grupo Caldas Júnior, com seus jornais e rádios da cidade, incluindo aí, é claro, o *Correio do Povo*.

<sup>152</sup> “Acentua-se o sentido popular da campanha em prol da construção de abrigos anti-aéreos no estado”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/09/1942. p. 18.

Sobre isso, é importante perguntar como funcionavam os mecanismos de coletas entre os trabalhadores. As notícias do *Correio do Povo* não esclarecem o suficiente, mas dão alguns indícios de como funcionavam essas “campanhas de patriotismo” no interior de fábricas, no comércio e em outros setores. Um exemplo disso pode ser visto na fábrica de chocolates Woltmann, cujo proprietário, Lothar Schlesinger (possivelmente descendente de alemães, ou mesmo natural da Alemanha) fez a doação de quinhentos e quarenta mil réis à campanha, sendo que 270 mil haviam sido arrecadados entre os seus próprios funcionários. Terminando a carta com um “viva ao Brasil”, é possível que o empresário quisesse aproveitar a coleta para demonstrar todo seu sentimento patriótico, ainda temendo retaliações que o vissem como um “súdito do Eixo”. Parece comum, entre muitas das firmas uma espécie de pacto onde os chefes dariam a metade (ou mais) do que o arrecadado entre os empregados, gerando um montante mais elevado para ser destacado pelo jornal. É possível apenas imaginar as implicações de “status” que tal atitude poderia ter, tanto entre os empregados – admirados com a generosidade de seus patrões – como com os leitores do *Correio do Povo*, que passariam a confiar numa empresa envolvida no “esforço de guerra”.

Os empregados contribuía com valores variados. Os trabalhadores da pedreira da Serraria, por exemplo, contribuía com o valor diário das pedras que quebravam. Ou, melhor dizendo, contribuía com as próprias pedras que eles lapidavam. Segundo sua carta ao *Correio do Povo*, esses operários colocavam à disposição do diretor do jornal cerca de 1.130 pedras – cerca de 56.500 metros de granito, pronto para ser utilizado, no valor de mais de 1\$300. “Produto de um dia inteiro de trabalho”, todas elas eram destinadas à construção dos abrigos anti-aéreos. A carta é encerrada com um texto de apoio à campanha, revelando que “duras foram as rochas de que extraímos estas pedras que, neste momento, oferecemos à construção dos abrigos anti-aéreos. Mais dura, porém, será a resistência que, unidos em torno de nossos chefes, oferecemos ao inimigo número um não só do Brasil, mas de todos os povos civilizados.”<sup>153</sup>

No final da campanha tinham sido arrecadados 460:521\$600 (ou 460 contos, 521 mil e seiscentos réis).<sup>154</sup> Outras contribuições seriam ainda somadas, vindas do interior do estado, mas não se sabe ao certo quanto chegou essa cifra e nem o destino que lhe foi dado. Ao que tudo indica, o dinheiro arrecadado foi repassado à Liga de

<sup>153</sup> “Expressivos gestos de operários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/09/1942. p. 10.

<sup>154</sup> “Com 460:521\$600 de contribuições foi encerrada ontem a campanha popular em prol dos abrigos anti-aéreos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/10/1942. p. 10.

Defesa Nacional sob os auspícios do governo de Cordeiro de Farias, sendo que há o registro de todas as doações nas edições dominicais do *Correio do Povo*. Porém, não se sabe ao certo quantos abrigos anti-aéreos foram construídos no Rio Grande do Sul e, diante da realidade da guerra, é possível que muitas autoridades tenham visto que seria realmente muito difícil que bombardeios nazistas atingissem o Rio Grande do Sul. Além disso, há outro elemento importante aqui. Não se pode ignorar que diante do anúncio da construção de diversos abrigos anti-aéreos nos orfanatos e asilos de Porto Alegre, o investimento tinha sido estimado pela interventoria federal em cerca de 20:000\$000. A soma arrecada pelo Grupo Caldas Júnior, no entanto, ultrapassava de longe esse valor. Mesmo que a ideia fosse construir abrigos em diversas cidades do interior, ao que tudo indica, boa parte da verba ainda “sobraria” para outros tipos de obras. Ao fim e ao cabo, entretanto, não se sabe ao certo o destino da renda coletada nessa “campanha patriótica”.

A outra campanha de coleta que se destaca no período foi chamada de “Asas para o Brasil”, da qual participou o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos de Porto Alegre. As fontes encontradas sobre essa iniciativa do sindicato se resumem a algumas páginas do seu relatório anual para o DOPS. Segundo o que foi possível apurar, a iniciativa partira originalmente dos ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e visava angariar fundos para a compra do avião “Baependy”, que seria oferecido à Força Aérea Brasileira.<sup>155</sup> A campanha ainda seria patrocinada pela rádio PRH 2 Farroupilha de Porto Alegre, de propriedade dos filhos do General Flores da Cunha e fundada em 1935. Logo, os metalúrgicos apenas se somaram a essa campanha, mas nem por isso deixou de haver uma organização por parte deles, já que o próprio sindicato fazia a coleta entre os trabalhadores da categoria.<sup>156</sup>

É possível presumir que os trabalhadores que faziam a doação recebiam uma espécie de recibo, que era então encaminhado ao sindicato. De alguns desses recibos, a

---

<sup>155</sup> Essa não foi a única campanha organizada pelos ferroviários. No final do ano de 1944, por sua vez, houve a organização de uma campanha do “Cruzeiro”, para arrecadar dinheiro para a compra de agasalhos para os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira que estavam lutando na Europa. Entretanto, cabe ressaltar que a iniciativa tinha partido da direção da VFRGS, encabeçada pelo Tenente Coronel José Diogo Brochado da Rocha. Ver: “Os ferroviários iniciam vigorosa campanha de ajuda à FEB”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/12/1942. p. 5.

<sup>156</sup> Os dados referentes à campanha para a compra do avião “Baependy” são todas retiradas do livro de relatórios dos metalúrgicos. Ver: *Relatórios da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre (1942-1943-1944)*, Relatório de 1942, Sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre. Sem página [293 à 340].

única informação mais consistente são as cifras doadas e a data. A partir desses dados, pode se deduzir que a campanha se desenvolveu ao longo do mês de setembro, terminando com algumas doações no início de outubro. No que diz respeito aos valores dessas contribuições, eles eram variados: em alguns casos podiam passar de 500\$000 e em outros mal chegavam à 5\$000. Isso provavelmente porque os recibos não especificavam os doadores, podendo se tratar de montantes doados por vários operários ou de apenas um trabalhador. Dessa forma, mesmo contabilizando 163 recibos, não é possível saber ao certo quantos metalúrgicos fizeram doações.

Um exemplo da dificuldade em estimar corretamente quantos operários contribuíram para a “Asas do Brasil” pode ser visto através das listas de contribuições, que o sindicato também possuía. Uma dessas listas, referente à firma Renner Hermann & Cia. Ltda., indica 23 doadores, sendo que todos assinaram confirmando o valor doado (que variava de 1\$000 a 5\$000). A soma atingida era de 91\$000, mais 91\$000 que os próprios patrões haviam depositado, somando 182\$000, que foram encaminhados à Rádio Farroupilha. Nesse caso, pode se perceber claramente quem e quantos eram os doadores. No entanto, essa era a lista de número 113, sendo que somente 37 foram encontradas no relatório do sindicato. Pode ser que o número das listas seja apenas um número de série, que não esteja diretamente ligado ao número de listas emitidas. Além disso, para ser aceita a lista ela tinha de ter um carimbo da tesouraria do sindicato, sendo que talvez muitas listas tenham sido entregues, ainda que a entidade não tenha autorizado sua publicação. Ainda assim, a ausência de listas de contribuições de trabalhadores de indústrias metalúrgicas importantes como a da Wallig e da Zivi se destacam entre o material encontrado.

É importante salientar que as doações dos metalúrgicos eram complementares, mas que atingiam parte de seus rendimentos. A pergunta que se pode fazer então é sobre a espontaneidade dessas contribuições para o “esforço de guerra”. Até que ponto o patronato, os sindicatos, prefeitura, governo e presidência, Delegacia Regional do Trabalho e DOPS não geravam uma certa pressão para que as doações fossem feitas? Essa pergunta, contudo, também pode ser flexionada: poderia se perguntar até que ponto as pressões populares pela entrada do Brasil na guerra não colocavam a necessidade de que patrões, sindicatos, autoridades políticas e a polícia passassem a contribuir e organizar esse “esforço de guerra”? Para nenhuma das perguntas parece haver uma resposta satisfatória. O que se pode deduzir através do que foi apresentado é que o envolvimento dos trabalhadores desde os ataques à costa brasileira até os primeiros

meses da entrada do Brasil na guerra foi bastante acentuado. Um envolvimento que pode ter pendido para manifestações xenofóbicas, ou meramente de orgulho nacional e que ganhou significação concreta através das doações salariais. Independente do grau de coerção que existia entre os trabalhadores brasileiros durante o Estado Novo, a idéia de que a sua contribuição ao “esforço de guerra” tenha sido motivada somente pela imposição de autoridades acaba lhes atribuindo uma equivocada passividade diante do cenário político atual.

Creio que, ao longo desse capítulo, foi possível demonstrar que a criação dos “soldados-operários” era algo que dependia de um projeto político que enfatizava tanto a disciplina no trabalho como o sentimento patriótico entre os trabalhadores. Entretanto, a realização desse projeto era confrontada por outras situações que a guerra trazia aos operários de Porto Alegre. Diante dessa questão, é possível perceber o surgimento de contradições entre o que Estado e burguesia esperavam dos “soldados-operários” com a realidade vivida por eles, especialmente no que se refere à economia doméstica.

## CAPÍTULO 2

### ESCASSEZ GENERALIZADA E AS AÇÕES DOS ATRAVESSADORES

*“Apertar o cinto pra onde?  
 Se já não tem mais lugar  
 Estou com a barriga nas costas  
 Meu Deus, eu nem sei onde vou parar.  
 Há muito tempo que não como carne  
 Isso lá no meu barraco já virou tabu  
 Chego na cozinha, destampo a panela  
 E dou graças à Deus que ainda tem angu”*  
 (“Apertar o cinto” – Barbeirinho)

#### 2.1 Os operários diante da escassez

Se na parte anterior pôde ser observada a lógica da “batalha da produção” e das estratégias de mobilização necessárias para preparar os trabalhadores para a guerra, é importante ressaltar que outro ponto se levanta diante dessa conjuntura: a escassez de gêneros motivada pela economia de guerra passara a fazer parte da realidade dos operários porto-alegrenses, algo que, de certa forma, era concomitante com a sua transformação em “soldado da produção”.

A primeira referência por parte dos trabalhadores sobre a escassez encontrada nas fontes foi a ata de uma assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Em uma noite de inverno, às vésperas da declaração de guerra do governo Vargas, onde os exercícios de black-out ainda pareciam algo exclusivamente europeu, o sindicato resolvera convocar seus sócios para aquela que seria a sua oitava assembléia do ano. Às 20 horas, no dia 04 de agosto de 1942, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre realizava mais uma assembleia, uma das últimas na sua antiga sede na rua Riachuelo, no centro da cidade. Novamente o quorum de sócios se apresentava baixo, mas o presidente do sindicato, José Baldolino de Freitas, considerava-o suficiente para que se desse início à reunião. Mas havia uma diferença nos pontos de pauta dessa vez, que não trataria apenas das questões relativas à organização sindical: em discurso do próprio presidente, os membros decidem que a entidade enviará uma moção ao Tribunal Regional do Trabalho acerca da falta de gasolina na cidade e como ela estava atrapalhando os trabalhadores de Porto Alegre. Além disso, Freitas pedia também que os sócios ali presentes mandassem



seus documentos e seus endereços para o Delegado Regional do Trabalho, o senhor Paranaguá de Andrade. Com a posse dos endereços dos trabalhadores, o delegado poderia então calcular o trajeto de ônibus que os empregados tinham de fazer para chegar aos seus empregos.<sup>157</sup>

A ideia de que a escassez de gasolina estaria “atrapalhando os trabalhadores” talvez não seja exatamente o termo correto, já que os trabalhadores que estavam restringidos a ordenados mensais de 240 mil réis não poderiam comprar um carro.<sup>158</sup> Mesmo os automóveis movidos a gás – os simpáticos e nada práticos “gasogênios” – que foram massivamente construídos durante o período para driblar a escassez de combustível, ainda não faziam parte da realidade cotidiana de boa parte da população porto-alegrense, sendo vistos apenas de forma irônica enquanto um meio de transporte nada elegante e bem menos potente. Roney Cytrinowicz, ao descrever o cotidiano de São Paulo durante a guerra, enfatizara como o gasogênio era visto como um veículo “pobre”, já que o gás de carvão que o movia reduzia a potência do motor. Ainda assim, o governo Vargas não viu nisso um impedimento para criar a Comissão Nacional de Gasogênio já em fevereiro de 1939.<sup>159</sup>

O fato é que a gasolina era um artigo que não entraria para o que muitos chamavam de “gêneros de primeira necessidade”, tendo em vista que não fazia parte do consumo da classe trabalhadora brasileira. No entanto, o sistema de transporte público da cidade alternava entre os bondes elétricos e os ônibus da antiga companhia Carris. É no mês de junho de 1942, já depois de definidas inúmeras quotas de racionamento para a gasolina, que a Companhia decide tirar os ônibus de circulação, deixando apenas os bondes para atenderem a capital.

Os jornais da época divulgavam fotos do caos do transporte urbano. Nos horários de almoço e no final de tarde, a cidade entrava em polvorosa. Multidões a espera dos bondes se aglomeravam no centro da cidade, organizadas em longas filas. A superintendência de Loureiro da Silva, sabendo dos problemas ocorridos com os transportes, decide alterar os horários de saída dos comerciários de seus estabelecimentos na hora do almoço e no final do expediente, para que não

---

<sup>157</sup> A descrição dessa assembléia foi baseada na Ata nº 8 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de 04 de agosto de 1942. *Livro de atas do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre*. p. 11-13. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

<sup>158</sup> Registro acerca dos índices do salário mínimo do período disponível no endereço eletrônico: [www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf](http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf). Consultado pela última vez em 10 de março de 2008, às 21:00h.

<sup>159</sup> CYTRINOWICZ, Roney. Op. cit. p. 72-73.

aumentassem ainda mais as filas para o bonde na capital.<sup>160</sup> Porém, é ao redor do Mercado Público que o centro parecia ainda mais efervescente. Por ser o “fim da linha” de muitos bondes, ali se concentravam no mesmo lugar, as impertinências do transporte e as impertinências do custo de vida, demonstrando assim os primeiros efeitos negativos da guerra na vida dos cidadãos.

É notório que a falta de gasolina se fazia sentir em outro setor importante da economia porto-alegrense: o transporte de mercadorias para a capital. Já durante o mês de abril, com a falta de banha em Porto Alegre, é que se pode falar dos primeiros impactos mais concretos da escassez atingindo os trabalhadores da cidade.<sup>161</sup> Se a gasolina não atingia os seus bolsos e estômagos diretamente, indiretamente a sua escassez vinha prejudicando a relação entre produção e circulação em todo o Estado. Ela se tornara artigo de luxo a ser poupado para aviões, navios e até mesmo veículos motorizados em situação de guerra. No entanto, a rede comercial que abastecia os mercados urbanos fora atingida pela escassez de combustível, prejudicando a circulação de mercadorias como o trigo, o arroz e a carne bovina, que inclusive eram produzidos no Estado como artigos de exportação.

É certo dizer que os aumentos no custo de vida não eram exatamente uma novidade. O trabalhador urbano no Brasil vivenciava uma situação limite de um ordenado que raramente lhe garantia poder de compra suficiente para sustentar a própria economia doméstica e em Porto Alegre isso não era diferente. Gláucia Konrad, em pesquisa recente, estudou as manifestações contra o alto custo de vida em Porto Alegre, meses antes da guerra ser declarada na Europa, em maio de 1939, além de outros problemas como o da carne em Santa Maria e do custo de vida em Carazinho.<sup>162</sup> Há que se lembrar também o personagem literário de Dyonélio Machado, médico e escritor, no romance *Os Ratos*. O protagonista, Nazazieno Barbosa, funcionário público porto-alegrense, acaba endividando-se com o seu leiteiro e não possui dinheiro sequer para conseguir suprimentos como manteiga para a família. O desenrolar do romance – uma trama psicológica extremamente profunda e que investiga toda a ansiedade de um sujeito vivendo no limiar da sobrevivência por um dia – aponta todos os percalços do humilde funcionário público em conseguir a soma necessária para pagar a sua dívida.

---

<sup>160</sup> PORTO ALEGRE. *Boletim Municipal da Prefeitura*. Volume 5. Decretos de 20 de julho de 1942: decreto nº 283. Sem página. Arquivo Municipal de Porto Alegre Moyses Velinho.

<sup>161</sup> “A falta de banha explicada por um varejista local”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/04/1942. p. 5.

<sup>162</sup> Ver: KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Op. cit. p. 158-174.

Enquanto obra de ficção, talvez o desenrolar da trama pouco diga ao historiador de hoje. Mas para um romance escrito em 1935, em uma Porto Alegre que ampliava cada vez mais a população urbana, a preocupação com a sobrevivência é visível em cada capítulo. Uma sobrevivência marcada ainda pelas lembranças de um tempo mais “simples” no interior e de um temor constante sobre a vida que se enfrentava agora na cidade. Um interessante diálogo entre Naziazeno e sua esposa talvez sirva exatamente para demonstrar a angústia dos trabalhadores porto-alegrenses diante da constante luta pela sobrevivência que enfrentavam, partindo do momento em que o personagem sugeria que suspendessem o consumo de leite da mesma forma que haviam feito com a manteiga:

“- Quando foi da manteiga, a mesma coisa, como se fosse uma lei da polícia comer manteiga. Fica sabendo que eu quando pequeno, na minha cidadezinha, só sabia que comiam manteiga os ricos, uma manteiga de lata, amarela. O que não me admirava, porque era voz geral que eles ainda comiam coisa pior. [...] Aqui não! É a disciplina. É a uniformidade. Nem se deixa lugar para o gosto de cada um. Pois fica sabendo que não se há de fazer aqui cegamente o que os outros querem. [...] Gelo... manteiga... Quanta bobice inútil e dispendiosa...  
 - Tu queres comparar o gelo e a manteiga com o leite?  
 - Por que não?  
 - Com o leite?! [...]  
 - Não digo com o leite – acrescenta depois – mas há muito esbanjamento.  
 - Aponta o esbanjamento.  
 - Olha, Adelaide (ele se coloca decisivo na frente dela), tu queres que eu te diga? Outros na nossa situação já teriam suspenso o leite mesmo.  
 Ela começa a choramingar:  
 - Pobre do meu filho...  
 - O nosso filho não haveria de morrer por tão pouco. Eu não morri, e muita vez só o que tinha para tomar era água quente com açúcar.  
 - Mas, Naziazeno... (A mulher ergue-lhe uma cara branca, redonda, de criança grande chorosa)... tu não vês que uma criança não pode passar sem leite?...”<sup>163</sup>

A partir daí a luta pela sobrevivência de Naziazeno se torna uma tragédia. As palavras da esposa lhe calam fundo e a preocupação de que o filho, que recém se recuperava da tuberculose, passasse sem leite, fazem com que a mente do personagem se volte para a corrida pelo dinheiro do leiteiro. Toda a odisséia do protagonista remete à ideia de “insegurança estrutural”, definida pelo historiador inglês Mike Savage. O autor defende uma caracterização da classe trabalhadora apoiada nessa noção, em

<sup>163</sup> MACHADO, Dyonélio. *Os Ratos*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2004. p. 9-10.

contrapartida à concepções marxistas e weberianas acerca do conceito de classe trabalhadora. Assim, para Savage, os trabalhadores são privados dos meios de subsistência no modo de produção capitalista, sendo constrangidos a buscarem estratégias para lidar com “a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências”.<sup>164</sup>

A reflexão de Savage é bastante ousada e talvez ainda problemática, já que as determinações que implicam nessa “insegurança estrutural” parecem ficar em um segundo plano. Um exemplo disso seria a própria relação de trabalho onde os homens são lançados dentro da sociedade capitalista, impelindo-os à condição de produtores de mercadoria e, portanto, condicionando-os a terem de elaborar estratégias de sobrevivência.<sup>165</sup> Contudo, o autor parece indicar um interessante caminho que pode se somar à caracterização do trabalho como categoria central na conceitualização da classe trabalhadora, e que diz respeito principalmente à “insegurança estrutural”, que caracteriza o seu ambiente doméstico. Dito de outra forma, questões como “consumo”, “salário” e “oferta de mão-de-obra” faziam parte da realidade doméstica dessas famílias, o que ajuda a explicar um certo receio e insegurança que existia entre os trabalhadores ao lidarem com tais assuntos.

Essa questão não é exatamente nova e implicou outras discussões, como por exemplo, sobre “padrão de vida” e “modo de vida” que Edward Thompson travou com historiadores liberais ingleses acerca da Revolução Industrial. Para o historiador britânico, o “padrão de vida” seria uma medida quantitativa e estatística voltada para o consumo da classe trabalhadora, enquanto o “modo de vida” estaria ligado diretamente à própria visão da classe acerca de sua vida. Se uma análise mais quantitativa demonstraria que o consumo aumentara – como poderia se dizer com o personagem Naziazeno, que em sua idade adulta podia consumir manteiga e leite – uma análise mais qualitativa poderia demonstrar que esse aumento do consumo não implicaria

---

<sup>164</sup> SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. IN: BATALHA, Cláudio H. M.. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004. p. 33-34.

<sup>165</sup> Savage considera a questão acerca do valor do trabalho um tanto quanto complexa diante de uma historiografia de abordagem feminista que vem ressaltado a questão do trabalho doméstico. Ainda assim, pode se sustentar que mesmo o trabalho doméstico é um trabalho a serviço do capital, voltado à reprodução da própria força de trabalho, atuando no âmbito privado das relações sociais. Como ressalta o sociólogo Ricardo Antunes, “sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas.” Para mais, ver ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006. p. 105-111.

diretamente uma melhora da qualidade de vida. Nas palavras de Thompson, “o povo pode consumir mais mercadorias e sentir-se menos feliz ou livre ao mesmo tempo”.<sup>166</sup>

É difícil dizer precisamente se os trabalhadores estavam consumindo menos mercadorias diante da conjuntura de guerra e mesmo saber que mercadorias faziam parte de sua rotina doméstica. No entanto, a imprensa mostrava-se bastante preocupada sobre o quão baixo era o padrão de vida tanto de industriários como de comerciários diante da alta de preços decorrente da guerra. Uma pesquisa realizada pela Associação Comercial de Porto Alegre sobre a alta do preço dos produtos ganhou amplo destaque no jornal *Correio do Povo* de 25 de outubro de 1942. A pesquisa tomava como base os gastos médios mensais de uma família de 5 pessoas, o que consistia no consumo de 20 kg de carne com osso, 12 kg de arroz, 15 kg de feijão, 30 litros de leite, entre outros produtos, comparando os mesmos gastos de 1942 com os gastos de 1935. O saldo total do custo de vida calculado era de 880\$700, sendo que em 1935 esse mesmo gasto seria de 559\$200, indicando um aumento de 57,5% durante esse período. É claro que, diante da conjuntura política, o jornal defendia uma solução “pacífica” para a crise, apostando na “harmonia que reina entre as duas classes – capital e trabalho”. No entanto, a mesma notícia ainda enfatizava que um custo de vida de 900\$000 (apenas contando com “quantidades mínimas e estritamente necessárias”) não contemplava a maioria dos comerciários, que recebiam apenas 240\$000 de salário enquanto auxiliares.<sup>167</sup>

Mas o que a notícia também ajuda a revelar é que, mesmo antes da guerra, a classe trabalhadora tampouco conseguiu manter o padrão mínimo de vida na relação entre consumo e salário. Por outro lado, nem sempre esse limiar da sobrevivência vivenciado tirava o sono dos trabalhadores – tal como ocorrera com o personagem de Dyonélio Machado às vésperas de poder quitar a sua dívida com o leiteiro. Alexandre Fortes, em sua pesquisa sobre os trabalhadores do Quarto Distrito de Porto Alegre, transcreve o depoimento do operário tecelão Abrelino Freitas, identificado como um “sindicalista conservador”:

“A condição de vida da família [...] assalariada depende muito da organização da própria família. [...] Se tirava da cooperativa o necessário pra alimentação da família. Não tinha, como tem hoje, muita diversificação no sistema alimentar, o acondicionamento do

---

<sup>166</sup> THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*: volume 2, A maldição de Adão. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1988. p. 37.

<sup>167</sup> “Quanto precisa uma família para o seu sustento mensal?”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/10/1942. p. 4.

leite e outras coisas. Então ele levava o leite em pó, feijão, o arroz. Ficava então a carne pra comprar, umas coisinhas assim, a verdura, que aquilo também na época era insignificante. Aquele salário que era pequeno, na época, se tornava grande pelas facilidades que tinha. De sorte que ficava tudo dependendo da organização da família. Como criava os filhos, a maneira de vestir. Não tinha também assim muito onde gastar, as diversões eram poucas. [...] O trabalhador, o assalariado [que era de] sair do serviço, receber o salário dele, [...] formar o grupinho e ir pro bar do Chico [...] chegava em casa [e] o dinheiro já não dava pra pagar o caderno [no armazém]. [Essas famílias] hoje estão sofrendo nas agruras numa vila popular.”<sup>168</sup>

O depoimento de Abrelino revela o papel das cooperativas de consumo no período da guerra, onde começavam a surgir iniciativas por parte do Estado que buscavam garantir a subsistência do operariado (que serão melhor analisadas futuramente na seção 2.3). Mas ele também revela uma condição de vida que, regulada por “bons hábitos”, garantia a vida da família. “Bons hábitos” que não se resumiam a abdicar da bebida e do jogo, mas que também podiam ser simplesmente manter boas relações com os superiores, como aponta outro depoimento, coletado por Alexandre Fortes, do operário Paulo Kalakun, onde este afirmava que bastava conseguir o tecido e pedir para o chefe para que o alfaiate lhe costurasse uma calça.<sup>169</sup>

Por um lado, Fortes ressalta que as memórias coletadas por ele “tendem a subestimar as restrições ao poder de compra do trabalhador, e a generalizar uma visão favorável sobre o período, confrontado com as dificuldades atuais.”<sup>170</sup> Outras fontes corroboram o ponto de vista de Fortes, mostrando a relação entre renda familiar e custo de vida dos trabalhadores. Uma tabela de salários divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística antes da entrada do Brasil na guerra comparava salários rurais e urbanos, mostrando que os operários homens recebiam 7\$000 réis por dia, enquanto as operárias mulheres recebiam apenas 5\$000 (sendo que os menores de idade recebiam 3\$000). Os comerciários, por sua vez, recebiam 200\$000 por mês, o que comparado com os operários masculinos – que recebiam cerca de 168\$000 mensais trabalhando 6 dias por semana – os colocava em um patamar superior de rendimentos no Rio Grande do Sul antes da guerra começar.<sup>171</sup>

<sup>168</sup> Entrevista feita por Alexandre Fortes com Abrelino Freitas em 12/01/1996. Citado em FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...* p. 74-75.

<sup>169</sup> Entrevista feita por Alexandre Fortes com Paulo Kalakun e Leda Kalakun em 22/07/1999. *Ibidem*, p. 74.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>171</sup> “Média do salário dos trabalhadores rurais e urbanos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/08/1942. p. 5. Chama a atenção, no entanto, que o salário mínimo da época era considerado no valor de 240\$000, ou

Entretanto, os comerciários eram responsáveis por reclamações na imprensa através dos líderes de seu sindicato, tentando mostrar que o seu padrão de vida era pior do que o dos operários, confirmando que seu salário não sofrera alteração substancial nos últimos 10 anos (na verdade, a alteração salarial havia sido de Cr\$ 80,00 desde 1942, já depois da conversão monetária em cruzeiros), enquanto o custo de vida subia para mais de 90%. Não se tratava, no entanto, de competir com os trabalhadores fabris, mas de mostrar que suas condições de vida não eram menos complicadas. O temor generalizado era o mesmo na opinião do representante do sindicato dos comerciários, Cristiano Costa: de que os trabalhadores do comércio não apenas fossem presas fáceis da tuberculose com a péssima alimentação que tinham, mas também que se tornassem inúteis e que produzissem cada vez menos.<sup>172</sup>

Mas essa pesquisa do Departamento Estadual de Estatística permite também se analisar uma outra importante informação: o fato de que o trabalho feminino operário recebia a modesta remuneração de 120\$000, ainda mais modesta do que os vencimentos que recebiam os operários do sexo masculino.<sup>173</sup> Isso é ainda mais impressionante se for levado em consideração que em setores como os da indústria têxtil e vestuário, elas eram a maioria em Porto Alegre e no total eram mais de 5 mil, mais de 25% do total da mão-de-obra da capital gaúcha em levantamento estatístico de 1941.<sup>174</sup> Não obstante, a indústria têxtil foi considerada pelo governo como indústria central da guerra, o que em 1944 foi devidamente concretizado com o Decreto-Lei 6.688. Como foi visto anteriormente na seção 1.2, tal medida estabelecia as indústrias têxteis como parte do interesse nacional – o que significava jornadas de 10 horas de trabalho no mínimo, permitindo o trabalho noturno feminino de 8 horas, coisa que seria considerada pelos próprios industriais têxteis como a aprovação por lei de uma prática que já era frequente.<sup>175</sup>

Segundo Fortes, ainda que não houvesse restrição entre os operários porto-alegrenses para que as mulheres trabalhassem, existem depoimentos revelando que havia muito mais aceitação de que a mulher casada vivenciasse o ambiente fabril do que

---

seja, o salário real – segundo o levantamento estatístico – estava em defasagem de mais de 32% em relação ao valor estipulado pelo governo Vargas para o mínimo. Além disso, é importante destacar que a terminologia “operário” na pesquisa não faz distinção quanto às categorias dos trabalhadores urbanos.

<sup>172</sup> “A miséria ronda os empregados no comércio”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/061943. p. 2.

<sup>173</sup> Diante do valor do salário mínimo de 240\$000, a defasagem entre o salário real e o mínimo ultrapassava a marca de 51%. Ainda assim, o trabalho feminino não era visto ainda em iguais condições ao do masculino em diversas indústrias, o que pode ajudar a caracterizar esse déficit de outra forma.

<sup>174</sup> FORTES, Alexandre. Op. cit., p. 43.

<sup>175</sup> CYTRINOWICZ, Roney. Op. cit. p. 201.

as mulheres solteiras.<sup>176</sup> Dessa forma, era mais “aceitável” que as mulheres casadas se submetessem à exploração do trabalho fabril como forma de complementar a renda da casa. Além disso, crianças e adolescentes já a partir dos 10 anos também podiam trabalhar, geralmente em empregos bem menos especializados e ganhando cerca de 72 mil réis antes da guerra. A renda familiar, na mesma família de 5 pessoas, supondo que pelo menos três crianças trabalhassem, podia chegar a 500\$000 mensais, ou Cr\$ 500,00 nos anos seguintes. No entanto, os seus gastos eram, no mínimo, de 900\$000, levando a um “déficit” na renda doméstica que podia atingir até 126%.<sup>177</sup>

É importante lembrar que aqui se trata do ano de 1942, numa conjuntura ainda anterior à entrada do Brasil na guerra. Mas a questão se torna mais delicada quando se observa o rápido aumento dos preços em relação aos salários dos trabalhadores do período. No final de 1944, o salário mínimo já atingia a casa dos Cr\$ 380,00, subindo em relação aos 240\$000 (equivalentes a Cr\$ 240,00) de antes da guerra, totalizando um aumento no salário de 58,3% (ainda maior se considerarmos que o salário real que muitos desses operários recebiam não atingia o patamar do salário mínimo). No entanto, o preço dos gêneros alimentícios também disparara. A renda familiar pode ter aumentado consideravelmente, mas os preços aumentavam em uma margem inflacionária impressionante. Alguns produtos como a banha, o açúcar refinado e a manteiga atingiram aumentos que variavam de 96 a 56% no período que vai de 1939 a 1945.<sup>178</sup> A mesma carne com osso que custava Cr\$ 1,60 o quilo em 1939 aumentara para Cr\$ 2,80 em 1945.<sup>179</sup> Carne essa que era cada vez mais rara no mercado porto-alegrense, mesmo sendo considerada “carne de segunda”, e substituída por peixe

---

<sup>176</sup> FORTES, Alexandre. Op. cit. p. 62.

<sup>177</sup> Já em 1943, divulgando uma pesquisa preliminar sobre o padrão de vida dos trabalhadores do estado, o Departamento Estadual de Estatística afirmava que a receita mensal média de uma família chegava à Cr\$ 4.675,00, enquanto suas despesas atingiam a marca de Cr\$ 7.012,00, revelando um déficit de 56,40% nas rendas familiares, sendo que esse mesmo índice poderia aumentar para 126% em casos mais extremos. Além disso, o Correio do Povo também publicava no jornal uma ficha a ser preenchida por quem desejasse participar da pesquisa do Departamento, bastando apenas enviá-la preenchida para o jornal. O problema é que a notícia não revelava a amostragem precisa com que fora divulgado o resultado parcial, o que permite somente uma apreciação sobre o seu resultado. No entanto, é bem possível que se trate da mesma pesquisa divulgada pela Revista Orientação Econômica e Financeira de 1944, que discutia os índices de uma pesquisa do DEE-RS de outubro de 1943, onde apresentava respostas de 83 funcionários públicos, 165 operários em Porto Alegre e mais 360 no interior do Estado, somando ao todo 608 fichas preenchidas. Ver: “Salário e custo de vida”. *Revista Orientação Econômica e Financeira*. n. 22, ano II, março de 1944. p. 1-2. Biblioteca Irmão José Otão da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>178</sup> Ver tabela nominal com vários produtos em GERTZ, René. *O Estado Novo e o Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005. p. 60. Segundo a tabela feita pelo autor, apenas o feijão reduziu o seu preço no período citado, caindo de Cr\$ 1,30 para Cr\$ 1,25.

<sup>179</sup> *Revista Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre. Ano III. n. 32, 1945, p. 21. Citado em GERTZ, René. Op. cit. p. 60-61.



quando possível – o que se tornou difícil já em julho de 1942, quando uma matéria do *Correio do Povo* já denunciava os abusos no preço da venda do peixe no mercado e a ausência de fiscalização.<sup>180</sup>

Alguns produtos ganhavam mais destaque na conjuntura da escassez, sendo que carne e leite eram os principais para a imprensa porto-alegrense. O cronista Fernando Borba, do *Correio do Povo*, ironizava a situação dos trabalhadores em uma crônica de julho de 1942 intitulada *O Leite e o Bife*, que segue abaixo:

“Exatamente na ocasião em que lia o comentário de um jornal sobre a dificuldade encontrada pelos pobres, para conseguirem um pedaço de bife, mesmo batendo antecipadamente com o dinheiro no balcão do marchante, um cidadão surrado e de barba crescida, suplicava [que] lhe cedessem um litro de leite que levaria para casa. Para sua casa pobre e desconfortada, possivelmente, – a julgar pela roupa e pela barba – cheia de frestas adrede preparadas para que o destino assobie por ali a costureira vaia aos desafortunados. E o roliço proprietário do café teimava em não vender nenhum, para não desgostar um também roliço freguês acostumado a ingerir todas as noites, antes de resfolegar na cama, o seu copázio de leite com quéques.

Bife macio não foi feito para gente pequena e o leite é privilégio, em época de escassez, de pessoas robustas de corpo e de algibeira.

Em regra, é mais fácil um garoto sadio e bem alimentado, filho do palacete da esquina, conseguir uma só garrafa de leite, do que o rapazinho magro e doente, que apreçoou jornais e bilhetes desde manhãzinha e que desde a véspera não come nada.

Quem foi que disse que o dinheiro é igual?

Um mil réis na mão de um rico, vale cem. Na mão de um pobre não vale nada.

Enfim, Cristo, o homem mais autorizado do mundo já teria dito isso, há dois mil anos, em forma de parábolas. Eu, que não sou Cristo, sou obrigado a falar assim, no duro. E não tomo leite.”<sup>181</sup>

Ao afirmar que “bife macio não foi feito para gente pequena e o leite é privilégio, em época de escassez, de pessoas robustas de corpo e de algibeira” poderia se presumir que não era apenas o simples aumento inflacionário de preços das mercadorias que impedia o consumo, mas de uma conjuntura onde eles desapareceram da mesa dos trabalhadores. Mas, ainda assim, “desaparecer” talvez não seja o caso tendo em vista as denúncias que saíam no jornal *Correio do Povo* acerca do “mercado negro” que se constituía em Porto Alegre: elas indicavam a existência de produtos àqueles que

<sup>180</sup> “O alto preço do pescado e suas causas”; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/07/1942, p. 3.

<sup>181</sup> “O leite e o bife”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1942. p. 4.

tivessem no bolso o exorbitante valor cobrado pelos comerciantes.<sup>182</sup> Denúncias sobre pessoas que escondiam os seus estoques esperando que eles valorizassem, ou sobre o aumento abusivo de gêneros alimentícios no comércio varejista e no atacado ganhavam destaque nas páginas da imprensa porto-alegrense.

Mas antes de examinar as chamadas “causas” da escassez, é importante desmistificar a ideia de uma classe trabalhadora à míngua, desamparada e sem estratégia alguma para lidar com o aumento de preços e a escassez de alimentos. Mesmo o personagem Naziazeno foi capaz de buscar no jogo, ou na solidariedade dos amigos, alguma forma de conseguir pagar o seu débito ao leiteiro. Seria ilusório pensar que não havia estratégias capazes de superar um déficit familiar tão acentuado como o da época.

Para isso, talvez seja importante remeter para a questão do próprio leite, como mercadoria de grande procura. No verão de 1942-1943, diante de uma violenta seca que atingiu o Rio Grande do Sul e prejudicou as forragens, a produção de leite diminuiu drasticamente, atingindo também Porto Alegre. Na época o leite era produzido e distribuído pela Sociedade Anônima Beneficiadora do Leite (SABEL), que tinha uma concessão da interventoria federal do Gal. Cordeiro de Farias. Diante da guerra e do perigo de escassez de gêneros alimentícios, já em 1942, a diretoria da empresa, em parceria com o governo estadual, lançou uma campanha de distribuição de leite nos bairros São João e Navegantes no Quarto Distrito, através de carros tanque que podiam levar até 500 litros de leite. A promessa da SABEL era de inclusive passar a distribuir também em bairros como Cidade Baixa, Partenon, Menino Deus e Azenha com o mesmo sistema de caminhões. Os carros tinham dois auxiliares, sendo que um dirigia e o outro se encarregava de fazer a distribuição à população, que trazia suas garrafas vazias e comprava o litro da bebida por 1.000 réis. Na época, o jornal *Correio do Povo* glorificava a medida, dizendo que a solução para o problema do leite “fora perfeitamente encontrada.”<sup>183</sup>

A escolha dos bairros para começar o serviço de entrega do leite, ao que tudo indica, não foi nada aleatória e buscou contemplar exatamente a região operária de Porto Alegre. Havia problemas na pasteurização do leite, como afirmavam entrevistas com o diretor da SABEL dois dias depois da matéria sobre os carros tanques, mas ainda assim, a importância central era garantir a distribuição do leite a um preço acessível

---

<sup>182</sup> “Os varejistas queixam-se do mercado negro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/08/1943. p. 8.

<sup>183</sup> “Carros tanque para a entrega de leite à população”. *Correio do Povo*, 17/05/1942. p. 7.

para a população.<sup>184</sup> É claro, no entanto, que a empresa tinha alguma margem de lucro previamente estabelecida, mas as compras dos carros tanque e da nova usina para a pasteurização de leite foram realizadas pelo governo de Cordeiro de Farias, o que permite se deduzir que quem realizava esse investimento para garantir a distribuição do leite não era apenas a SABEL.

Esse quadro, no entanto, mudou com a seca mencionada anteriormente. A ausência de forragem diminuiu a produção de leite da SABEL, e segundo depoimento de um dos “produtores” de leite para o *Correio do Povo* em abril de 1943, a produção estava decrescendo, tendo em vista que para os pecuaristas a forragem deveria ser destinada principalmente para o gado que ia para o abate e, em menor quantidade, para as vacas leiteiras.<sup>185</sup> Essa explicação, no entanto, toma apenas a produção como esfera responsável para fornecer uma resposta do porquê da falta de leite em 1943, ignorando a parcela de culpa da SABEL, cuja principal responsabilidade era a distribuição de leite na capital.

Enquanto o leite se tornava mercadoria escassa nos armazéns e botequins, reclamações começavam a surgir no jornal, sendo que a entidade só se pronunciaria sobre o caso semanas depois da falta de leite, atribuindo a culpa à seca. O *Correio do Povo* já dizia que o leite oferecido mal chegava à metade da remessa normal e citava o caso de um chefe de família que depois de andar uma hora pelo centro desabafou na redação do jornal:

“Isso é uma vergonha, meu amigo! Pergunte pelo ‘Correio’ porque não existe leite em Porto Alegre. Sou um chefe de família, estou com duas filhas doentes, alimentando-se unicamente de leite e de frutas e ando, há mais de uma hora, por aí, sem nada conseguir. Peça ao governo uma providência, porque isso não está direito.”<sup>186</sup>

A situação do chefe de família que corre até o jornal para ser ouvido não é a única e, como poderá ser visto adiante na seção 3.1, era um mecanismo bastante comum entre trabalhadores porto-alegrenses. Ainda que não se saiba a que classe pertencia essa voz praticamente anônima, publicada pelo *Correio do Povo*, a notícia mostrava um canal de divulgação dos problemas que os próprios trabalhadores enfrentavam.

---

<sup>184</sup> “O fornecimento de leite em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/05/1942. p. 5.

<sup>185</sup> “As verdadeiras causas da falta de leite em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/04/1943. p. 10.

<sup>186</sup> “Por que está faltando leite em Porto Alegre?”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/04/1943. p. 5.

Mas quem não reclamava diretamente no jornal podia também reclamar nas filas, esperando alguma quantidade de leite em armazéns, botequins e leiterias da cidade. Já em maio o jornal publicava uma foto com uma fila gigantesca de pessoas esperando por leite vindo de um dos caminhões da SABEL no bairro Cidade Baixa, mostrando-se preocupado com a situação alimentar de crianças e temendo que a tuberculose atingisse os trabalhadores e suas famílias desnutridas. Na legenda da foto, segue o comentário: “o leite é adquirido pelo pobre e pelo rico. O operário, porém, está diante de um problema seríssimo: seus minguados cruzeiros não lhe permitem a aquisição de leite condensado. Ele precisa do leite que o entreposto vende para poder alimentar seus filhos.”<sup>187</sup>

Ao historiador cabe apenas “imaginar” o que se comentava nessas filas, as histórias que se contavam entre vizinhos, familiares e amigos que, como o chefe de família que fora ao *Correio do Povo*, perambulavam pela cidade até encontrar leite. Essa troca de informações, de desgraças, de histórias, tendo em comum a busca pelo leite – leite que talvez não fosse suficiente para as exigências da família – poderia ser muito mais amena do que as notícias nos fazem crer. Mas não se pode esquecer que durante essa crise do leite em 1943 algumas revoltas esporádicas estouravam em bairros, onde pessoas indignadas com a situação, recorriam à agressão e ao roubo do leite dos caminhões. Bastaria lembrar de duas situações para mostrar o quanto esta tensão era palpável entre trabalhadores porto-alegrenses:

No dia 6 de abril de 1943, um dos caminhões de leite da SABEL passava pela avenida Bastian, no bairro Menino Deus, prestes a começar a distribuição de leite diária nos arredores. No entanto, atendendo apenas pouco menos de 10% de milhares entre os populares, o motorista do caminhão decidiu ir embora, alegando que o leite acabara. As pessoas que não haviam sido atendidas ficaram surpresas pelo fato do motorista e seu companheiro de trabalho ignorarem suas necessidades e correram até o veículo, cercando-o. Enfurecidos, os consumidores passaram a atirar garrafas, panelas e pedras contra o caminhão, que só conseguiu escapar graças à sua velocidade.<sup>188</sup> A outra situação foi no dia 4 de maio do mesmo ano, quando um caminhão do entreposto do leite foi assaltado perto de um dos regimentos da Brigada Militar. O jornal falava em

---

<sup>187</sup> “A falta de leite em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/05/1943. p. 8.

<sup>188</sup> “Ainda a escassez de leite para o consumo da população da cidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1943. p. 5.

“centenas de populares”, que obrigaram o condutor a fugir em grande velocidade, mas sem explicar maiores detalhes.<sup>189</sup>

Ambas as notícias parecem indicar ações isoladas de “uma turba enfurecida”, um ato espontâneo que simplesmente “brotara da indignação”. Que foram ações isoladas, parece não restar dúvidas – mas as fontes podem indicar ao menos que esse tipo de ação exigia um grande contingente de pessoas para ganhar um destaque na imprensa. Também pode se dizer que as constantes filas esperando pelo leite geravam alguma espécie de debate onde essas ações passaram a ser vistas como possibilidade para enfrentar a “arrogância” dos distribuidores. Da panela de leite vazia em casa às filas dos caminhões-tanque, havia uma constante possibilidade de indignação e que acabava sendo levada às “vias de fato” não por um, dois, ou três, mas por centenas, ou milhares de moradores (ainda que os números apontados pelo jornal possam, é claro, conter algum exagero).

Assim, pensar nessas ações remete a uma interessante reflexão de Edward Thompson acerca da economia, enfatizando que a vida “pública” emerge de dentro das densas determinações da vida “doméstica”.<sup>190</sup> Salários, consumo, oferta de mão-de-obra, esses eram os principais elementos que permitiam uma politização da vida cotidiana dos trabalhadores, que relacionavam esses elementos – causadores da “insegurança estrutural”, parafraseando Savage, a que estavam submetidos – com os efeitos da própria economia de guerra.

Por sua vez, a ideia de que a partir dessa “insegurança estrutural” podiam emergir episódios de revolta, não isenta o historiador de debater até que ponto os trabalhadores estavam atingindo os “alvos certos” no que dizia respeito às causas da escassez. Isso o obriga a investigar então de quem era a responsabilidade por essa condição de insegurança que as famílias enfrentavam e como lidavam com ela. É a partir dessa questão que talvez seja importante discutir quem eram aqueles que a imprensa porto-alegrense passou a chamar indiscriminadamente de “especuladores”, “fraudadores e “atravessadores”, e buscar investigar suas ações que incidiram no custo de vida dos trabalhadores.

---

<sup>189</sup> “Agrava-se a falta de leite na cidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/05/1943. p. 5.

<sup>190</sup> THOMPSON, E. P. *Folclore, antropologia e história social*. IN: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 235.

## 2.2 Escassez: especuladores, fraudadores e atravessadores

Talvez seja necessário explicar um pouco melhor como um fenômeno aparentemente tão genérico como “escassez” tem desdobramentos bastante específicos na vida dos trabalhadores. Até agora, ele fora tratado como um problema relativamente simples que atingia trabalhadores por conta da “ganância” dos comerciantes. Dito isso, como visto anteriormente, era diante da escassez da gasolina – direcionada para a guerra – que começou a surgir um quadro de inflação e escassez generalizada de alimentos em Porto Alegre e demais centros urbanos brasileiros. Mas é preciso entender melhor como essa situação surgira a ponto de se tornar concreta nas mesas dos lares de milhares de trabalhadores. Em primeiro lugar, é importante dar contornos bem específicos a esse fenômeno.

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, partindo da questão do abastecimento, concluem que é necessária a interação entre três elementos centrais para o seu estudo, sendo eles a produção (o que se produz? onde? para que mercado?), a circulação – englobando aí transporte, comercialização e armazenagem – e o consumo (e, é claro, envolvendo a questão da distribuição/centralização da renda, pois, se em determinados momentos desaparecem certos produtos indispensáveis, na maioria dos casos existem gêneros, o que falta é dinheiro).<sup>191</sup> A partir dessa definição qualquer problema em um desses três âmbitos pode alterar as próprias condições de abastecimento de uma determinada região. Logo, por definição, a escassez se apresenta como uma crise econômica generalizada, pois implica uma ruptura entre esses três elementos, que deixam de coexistir de forma harmônica. Mas mais do que uma crise econômica, ela se reflete também no âmbito social, no âmbito onde se entrecruzam esses problemas e eles ganham uma dimensão concreta.

István Mészáros, por sua vez, argumenta que não há uma relação harmoniosa entre produção, circulação e consumo sob o regime do capital. Pelo contrário, pois o que caracterizaria o capitalismo (o que Mészáros chama de “ordem sociometabólica do capital”) seriam três elementos: a separação radical entre a produção e o controle produtivo, a separação da esfera da produção da esfera do consumo e a expansão global

---

<sup>191</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979. p. 18.

da circulação ao mesmo tempo em que ela se contradiz com a própria produção.<sup>192</sup> Isso não implica, é claro, que esses elementos deixem de operar, mas sim que por questões estruturais eles nunca se encontram de forma estável. Portanto, o capital seria sempre um elemento de crise e, dessa forma, as crises (incluindo aí as crises de abastecimento) seriam características do próprio capitalismo.

Mas então, pressupondo que é característico do capitalismo essa desarmonia entre diferentes estruturas, como conseguir localizar o elemento de partida de uma crise econômica como a inflação – e a conseqüente escassez – durante a guerra? Para isso talvez seja necessária uma breve análise dessas três esferas em separado durante o período no Rio Grande do Sul para, a partir delas, dirigir-se às suas inter-relações.

Diante da escassez que atingia os mercados de Porto Alegre, por exemplo, não deveria ser surpreendente que a produção de gêneros alimentícios tivesse um crescimento moderado no estado. Apesar de alguns declínios setoriais na produção (como o caso do arroz, onde a produção caíra em torno de 1%) ela ainda era crescente.<sup>193</sup> No entanto, como visto anteriormente, no verão de 1942-1943 uma grave seca atingiu o estado, causando problemas em diversas colheitas, sendo que o ano de 43 acabou tendo uma queda na produção agrícola em diversos gêneros como o arroz, o feijão, o milho, a mandioca e o trigo – o que provavelmente pode estar interligado à demanda do pão de guerra, fabricado com macarrão dissolvido para aproveitar a farinha de trigo dele e misturando com outras farinhas (de milho, de mandioca etc.).<sup>194</sup>

Em âmbito nacional, a produção agrícola também sofria queda com a guerra, de forma que a agricultura do Rio Grande do Sul possuía um índice de crescimento setorial superior ao da agricultura brasileira em geral.<sup>195</sup> Durante a guerra, a agricultura brasileira teve um significativo decréscimo na produção, enquanto no Rio Grande do Sul esse índice aumentara, sendo responsável por mais de um terço do crescimento setorial da agricultura nacional. Por outro lado, a indústria gaúcha registrou um índice decrescente, enquanto a indústria nacional registrara índices de crescimento ainda maiores. Em suma, apesar das turbulências, não se pode atestar que a produção sofrera alguma espécie de estagnação no período.

No entanto, talvez o mesmo não possa ser dito do âmbito da circulação, onde a falta de gasolina se consolidava como o principal problema, mas não o único. Os

---

<sup>192</sup> Ver MÉSZAROS, István. Op. cit. p.105.

<sup>193</sup> Ver ACCURSO, Cláudio. Op. cit. p. 156.

<sup>194</sup> CYTRINOWICZ, Roney. Op. cit. p. 52.

<sup>195</sup> ACCURSO, Cláudio. Op. cit. p. 39.

transportes naval e automotivo estavam operando em uma baixíssima proporção devido ao uso de combustíveis em veículos voltados para a guerra. As linhas ferroviárias eram poucas e escassas em território nacional, exigindo um maior investimento na questão, o que teria levado inclusive a uma sobrecarga das funções dos ferroviários (como será trabalhado na seção 3.3, acerca das greves de 1945). Além disso, diante da demanda de mercados externos, cada vez mais carentes de produtos por causa da guerra, é plausível presumir que o volume de exportações do Rio Grande do Sul atingiu índices significativos (basta lembrar que em 1943, 6% da produção brasileira foi destinada à exportação).<sup>196</sup>

Pode se dizer que a prioridade para o mercado externo diante de um mercado interno em crise teria sido suficiente para elevar os preços, mas a escassez de combustíveis foi responsável pela desestabilização da circulação, que ajudou a elevar o custo de vida. Porém, não se pode ignorar que em ambos os casos não está se lidando com uma “economia de mercado neutra”, que nada mais é do que uma “máscara ideológica” para esconder interesses particulares, como define Thompson.<sup>197</sup> Pelo contrário, pode se perceber que são respostas extremamente “humanas” sobre essas crises econômicas. A decisão de priorizar os mercados externos por parte dos produtores – especialmente no caso da carne, principal produto exportado pelo Rio Grande do Sul no período – levou a uma política de transportes centrada nas demandas vindas do exterior, e que de certa maneira pode ter sido responsável pela desestabilização da esfera da circulação no período.

Essa situação, por sua vez, permite que se aprofunde um pouco mais os problemas acerca do consumo de mercadorias na capital gaúcha. Problemas generalizados que se refletiam especialmente no consumo de produtos alimentícios e que atingiam exatamente aqueles que possuíam um menor poder aquisitivo se tornaram uma constante em Porto Alegre. O baixo poder aquisitivo dos trabalhadores não melhorara com a criação do salário mínimo em 1938 e os seus respectivos aumentos em julho e dezembro de 1943. Apesar de ser apresentado como uma reivindicação já consolidada entre o movimento operário, a criação desse dispositivo salarial não resolveu os problemas do custo de vida como o governo esperava.

---

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>197</sup> THOMPSON, Edward. *Economia moral revisitada*. IN: THOMPSON, Edward. *Costumes em comum...*p. 235.



Francisco de Oliveira ressalta que a criação do salário mínimo no ano de 1938 não conseguira resolver os problemas do custo de vida dos trabalhadores, mas que tampouco tinha tal pretensão. A concepção do salário mínimo não se baseou em uma política redistributiva de lucros – ainda que ela certamente tenha gerado alguma espécie de retorno político ao regime getulista. Mais do que isso, a idéia era criar um “salário de subsistência”, ou seja, um salário a serviço somente da reprodução de mão-de-obra. O grande problema que então surgiu ao Estado Novo foi a elevação cada vez mais rápida do custo de vida em relação aos salários. Logo, economicamente o padrão de vida da classe operária sofrera um baque, sendo reduzido ao mesmo tempo em que era nivelado.<sup>198</sup>

Através de alguns exemplos se pode perceber esse processo de aumento do custo de vida da classe trabalhadora. A carne, por exemplo, permite essa visualização, já que os produtores priorizavam as escassas forragens para o gado que ia para o abate, como visto na seção anterior. Essa carne, no entanto, chegava em quantidade muito reduzida no mercado porto-alegrense e ao mesmo tempo em que a demanda aumentara no mercado interno, no mercado externo ela era supervalorizada, tornando-se um artigo de valor excessivo. Como o salário dos trabalhadores não aumentava na mesma quantidade que a demanda do produto exigia, a carne se tornou um verdadeiro “artigo de luxo” para os trabalhadores, sendo que o seu consumo decrescia de ano a ano na capital gaúcha, atingindo, em 1944, a média de 18 quilos por pessoa por ano.<sup>199</sup>

Porém, se ainda ficarmos restritos à questão da carne, não se pode dizer que ela ia direto do abate ao prato dos trabalhadores – ou aos navios frigoríficos que a vendiam para a Europa e Estados Unidos. Há um outro elemento aqui que não pode ser ignorado que é o dos referidos “atravessadores” e que se tornou central conforme a conjuntura de guerra se prolongava. Os “atravessadores” se caracterizavam, segundo algumas definições do próprio jornal *Correio do Povo*, como “sanguessugas insaciáveis”, uma

---

<sup>198</sup> Ver OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e O Ornitórrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006. p. 36-38. Francisco de Oliveira ainda ressalta que a própria especialização – elemento-chave da “Batalha da Produção”, como visto no capítulo 1 – teria um papel conflitante com esse nivelamento. À medida que a indústria brasileira passava a exigir cada vez mais uma mão de obra especializada para as demandas da guerra, ao mesmo tempo essa especialização continuava limitada pelo salário mínimo, já que ela não aumentava diretamente o salário de certos operários.

<sup>199</sup> “O consumo de carne decresce de ano para ano no Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/08/1944, p. 3. O valor significa cerca de 50g diárias de carne e, como me apontou Nauber Gavski da Silva, há um decréscimo significativo nesse consumo, tendo em vista que mesmo o menor índice de consumo de carne entre os operários, registrado durante a República Velha, indicava um consumo de 105g diárias no ano de 1920.

“horda nefasta” que cobra preços “exorbitantes”.<sup>200</sup> Mas, dispensando o que podem parecer descrições agressivas e um tanto vagas, bastaria dizer que eles compravam a mercadoria do produtor por preços baixos e o vendiam a preços altos para consumidores e varejistas.<sup>201</sup>

Essa definição aparentemente simples revela que a ação desses “atravessadores” nada mais era do que a ação de valorização da mercadoria que compravam dos produtores, garantindo um lucro extra sobre o investimento que faziam na transação. Em pronunciamento de Vargas na virada do ano de 1942 para 1943, o chefe do Estado Novo acusava um outro segmento, “os especuladores” de, com toda sua ganância, estarem prejudicando as “famílias de prole numerosa”, parte da camada mais pobre da população.<sup>202</sup> Atribuindo a “ganância” especificamente aos especuladores, acaba se ignorando a própria vantagem em que se encontravam os chamados “atravessadores”, diante da escassa oferta de produtos no mercado municipal. Dessa forma, não haveria como distingui-los – ou mesmo separá-los – dos “especuladores”, ou seja, ao mesmo tempo em que a sua situação era definida como algo movido pela ganância, ela também possibilitava que, tanto o atacadista que possuía armazéns próximos do mercado público, como o varejista dono de um botequim nos bairros residenciais da capital gaúcha, pudessem ser movidos por esse “sentimento”.

É possível se perguntar até que ponto os atacadistas e os varejistas eram os grandes vilões do custo de vida do porto-alegrense, mas não faltam casos onde se acusaram ambos de agirem em prol do aumento de preços. Este aumento, no entanto, se produzia através do expediente da fraude e, talvez a melhor categoria para defini-los seja “fraudadores”. Leite, pão e carne eram os produtos favoritos para a realização de fraudes, ou pelo menos os que tinham mais destaque nas denúncias da imprensa local.

O pão, por exemplo, era um artigo onde a majoração dos preços ganhava destaque especial na imprensa local. Segundo um padeiro entrevistado em outubro de 1943, o povo exigia o “pão puro”.<sup>203</sup> No entanto, a farinha mista era um dos principais ingredientes do pão no período, composta de uma mistura entre farinha de trigo e farinha de mandioca. Uma alternativa acessível aos fregueses era o “pão de guerra”, que

---

<sup>200</sup> “A horda nefasta dos intermediários e o encarecimento da vida”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/02/1943, p. 8.

<sup>201</sup> “O preço das verduras em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/03/1945. p. 4.

<sup>202</sup> “A ganância dos especuladores consiste seus propósitos de obter lucros exagerados”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/01/1943. p. 14.

<sup>203</sup> “Trigo, farinha e pão”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/10/1943. p. 10.

também possuía uma grande quantidade de farinha mista. E mesmo assim, o preço do pão aumentara enormemente, com o *Correio do Povo* responsabilizando os próprios panificadores. Estes, em resposta, divulgaram no jornal uma tabela demonstrativa da alta da matéria-prima para a fabricação de pães dos anos de 1940 a 1943. Alguns produtos – como o óleo vegetal e o papel – tiveram aumentos de mais de 200% no seu custo, e ironicamente o produto que teve o menor aumento fora justamente a farinha de trigo, que teve um aumento de “apenas” 55,5%. No entanto, o Sindicato das Indústrias em Panificação e Confeitarias, Massas Alimentícias e Biscoitos de Porto Alegre alegava que o aumento do preço do pão era somente de 13%. Mas parece que não constringia nenhum pouco ao sindicato argumentar que o aumento do custo da mão-de-obra era de míseros 25%, ligados ao reajuste do salário mínimo.<sup>204</sup>

O que ficava subentendido era que o aumento do pão se devia, é claro, aos atravessadores e não era responsabilidade da indústria panificadora. Mas quem eram os atravessadores do pão? Os padeiros da esquina? Ironia, ou não, é exatamente isso que alegava uma notícia do *Correio do Povo* de agosto de 1944, ao relatar o caso da prisão de um padeiro pela Seção de Ordem Econômica do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (que terá sua atuação devidamente discutida na parte 2.3 desse trabalho). O padeiro José Cestari, proprietário da padaria Cestari, nas imediações do bairro do Caminho do Meio, vendia pães faltando até 50 gramas do peso original e, graças a uma denúncia anônima, a polícia foi atrás do padeiro. Preso por cometer crime contra economia popular, Cestari prestaria depoimento e o processo seria mandado para o Tribunal de Segurança Nacional, provavelmente a ser acusado de “sabotagem”.<sup>205</sup> Porém, sem conseguir localizar o processo, resta apenas a curiosidade de saber se o padeiro teria sido realmente indiciado nesse crime.

Outros comerciantes que tentaram alterar o pão tiveram melhor sorte, mas ainda receberam uma fama inglória de “adulteradores”. É interessante analisar o caso de Frederico Rodenque, “um cidadão pacato, destes que pagam para não se incomodar”.<sup>206</sup> Após uma manhã de trabalho, o “seu Frederico” se deu ao “luxo” de ir até um restaurante “chique” no Caminho do Meio, “com um apetite que não tinha desde o início da guerra” e pediu um “à la minuta” e, enquanto esperava, resolvera mastigar um pedaço de pão para “desenferrujar” os dentes. Porém, de repente o inesperado

<sup>204</sup> “A questão do pão”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/09/1943. p. 4.

<sup>205</sup> “Crônica policial – A prisão do padeiro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/08/1944. p. 2.

<sup>206</sup> As informações a seguir são retiradas da notícia “Pão com parafuso – Os padeiros estão usando agora a vitamina F”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/08/1944, p. 20.

aconteceu: na segunda dentada, o “seu Frederico” acabou quebrando dois dentes! Dentro do pão havia um “parafuso”! O garçom prontamente o acudiu, dizendo que o restaurante não tinha culpa e que todo pão era comprado na padaria Cruzeiro. A partir daí, uma sucessão de fregueses se dirigiu ao infeliz trabalhador. Um senhor de bigodes lhe dissera que era comum os padeiros colocarem objetos no pão para aumentar o seu peso. Outro sujeito, provavelmente mais bem humorado, disse que aquele pão era “rico em vitamina F”. E um estudante de economia que também almoçava no local felicitou o “seu Frederico” por encontrar um parafuso, que em tempos de guerra certamente valia o dobro do pão. Ora, até o dono do restaurante quis lhe comprar de volta o parafuso!

O caso do “seu Frederico”, supondo uma certa confiança em uma história que, ao observador atual, parece mais uma anedota do que uma notícia, só ficou conhecida porque diante daquela cena, o trabalhador se dirigiu até a redação do *Correio do Povo* com pão, parafuso e os dois dentes na mão. O jornal tratou a história com um misto de ironia e alerta, mas encerrara falando que recolhera o pão e guardara em um museu do jornal. Já o parafuso, por sua vez, ficava com “seu Frederico” que o guardara para poder comprar um “gasogênio” – coisa que não demoraria muito se ele continuasse comendo pão dessa maneira.

Mas quando se trata essa história com uma certa desconfiança, há de se perguntar por que o “seu Frederico” não resolvera denunciar a padaria Cruzeiro na polícia por crime contra a economia popular? Outras dúvidas podem surgir também, como o fato de que a padaria Cruzeiro e a padaria Cestari serem ambas da mesma família e os dois incidentes citados ocorrerem praticamente no espaço de dois dias, o que pode ser tratado tanto como coincidência ou como uma medida restrita apenas à produção das duas padarias.

São questões que não são respondidas com facilidade, mas revelam algumas das práticas entre padeiros para garantir o peso do pão maior do que o que ele possuía. Se o Sindicato dos Panificadores lavava suas mãos, os donos de estabelecimentos não podiam fazer o mesmo. O que lhes dava certeza acerca de uma “não denúncia” de caráter jurídico nesse caso? Há uma consideração que Karl Marx faz no primeiro volume de “O capital” que talvez seja interessante relacionar com a situação de Porto Alegre, já que relaciona a insegurança salarial do trabalhador à inevitabilidade de adquirir produtos de baixa qualidade. Para Marx, o valor do trabalho funcionaria como um sistema de crédito ao capitalista, onde o proletariado estaria “empenhando” esse valor sem receber um retorno imediato pela mercadoria produzida, sendo isso parte

essencial da condição de assalariado. A partir dessa concepção, ele ressalta que tal condição coloca o trabalhador em uma situação de insegurança onde a falência do capitalista pode simplesmente fazer com que desapareça esse crédito (que não retornaria como “salário” para o trabalhador). Porém, o exemplo de Marx é ainda mais específico, pois nessa espera do salário, os trabalhadores ingleses tinham de se contentar com pão vendido por “undersellers”, comerciantes de produtos de baixa qualidade. O pão produzido era caracterizado como uma mistura que incluía não apenas farinha, mas também sabão, cal, potássio etc. O que ainda é mais impressionante nesse relato de Marx, que remete a uma Londres do ano de 1861, é que os trabalhadores não tinham outra opção senão comprar o pão que muitas vezes sabiam que era prejudicial à sua saúde.<sup>207</sup> Portanto, alguma demanda havia a esses pães, ainda que motivada pela própria “insegurança estrutural” que a condição de trabalhador acarretava.

Talvez o mesmo possa se dizer do caso porto-alegrense, o que pode levar o historiador a não aceitar a “ganância” dos padeiros como explicação, tentando compreender que até mesmo ela tinha uma certa “legitimidade” enquanto transação econômica. Mesmo sabendo da péssima condição da comida que compravam e das fraudes realizadas na sua produção, os operários acabavam muitas vezes não tendo escolha pois seus vencimentos não eram suficiente para adquirir pão de melhor qualidade. Diante da produção do “pão de guerra” em escala cada vez maior, tudo indica que as fraudes também aumentavam, colocando os trabalhadores na delicada situação em que comprar um “pão com parafuso” era uma possibilidade bastante concreta – e talvez até mais comum do que se possa imaginar.

O leite também era alvo de fraudes por parte dos comerciantes porto-alegrenses. Tão logo o Brasil declarara guerra ao Eixo, um curioso incidente ocorrera em um bar no bairro Moinhos de Vento, o “bar Orfeu”.<sup>208</sup> O gráfico Eurico Machado pedira um “cafezinho” no bar por volta das 20h, quando de repente viu o irmão do proprietário, Eduardo Correa de Melo, servindo um copo de leite e adicionando um copo de água de igual quantidade à garrafa de leite. O gráfico então deu voz de prisão ao dono do bar, informando-o que aquilo constituía crime e o sujeito foi obrigado a se apresentar à delegacia. No entanto, o que também poderia parecer uma anedota, se revela mais complexo. O processo-crime, nesse caso acessível, detalha melhor a situação,

---

<sup>207</sup> MARX, Karl. *O Capital* – Livro 1, vol. 1: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. p. 204-205.

<sup>208</sup> Ver: “Crônica policial – Preso quando misturava água no leite”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1942. p. 3.

explicando que “seu Eurico” era um gráfico do jornal *Correio do Povo* e que conseguira outras testemunhas para provar a alteração do leite, que dera voz de prisão ao comerciante e que esperaram pela chegada da polícia que o levou para a repartição.

O processo, na verdade, revela ainda mais, dizendo que o irmão do comerciante conseguira lucrar cerca de dois mil réis juntando água no leite distribuído pelo Entrepósito.<sup>209</sup> As garrafas tinham um lacre de papelão que ele retirava e colocava novamente com todo cuidado, para não perceberem que o leite havia sido violado, o que fez com que a polícia decidisse apreender 5 garrafas de leite e levá-las para exames laboratoriais, onde foi comprovado que 3 delas pelo menos tinham sido alteradas com água. O processo também revela que Eduardo Correia de Melo fez questão de livrar seu irmão, dono do estabelecimento, de qualquer responsabilidade, afirmando que ele fraudara o leite e seu irmão nada sabia. O irmão, Manoel Correa de Melo por sua vez, sendo chamado a depôr afirmou que seu irmão era inocente pois assim haveria dito para ele. Estranhamente, uma semana depois, Eduardo mudou seu depoimento, afirmando que estava apenas “lavando” as garrafas e que por isso a confusão que as testemunhas fizeram e os resíduos de água no leite. E mais: Eduardo só confessara o crime pela primeira vez porque o policial prometera soltá-lo se ele assim procedesse.

As alterações no depoimento revelam o temor de ser preso – que no final não foram bem sucedidas, já que o comerciante teve de cumprir pena de um ano de reclusão. Mas o processo parece bastante claro em suas evidências, comprometendo realmente a honestidade de Eduardo Correa de Melo. O fato de ter alterado o leite parece relativamente banal, mas o seu azar foi ter feito isso justamente na frente de um gráfico do *Correio do Povo*, durante um período de grande mobilização popular para a guerra que o Brasil entrara, encabeçada em Porto Alegre pelo próprio jornal.

Dizer que a alteração do leite é algo “banal” não significa menosprezar a ação do comerciante – que constituía crime, assim como alterar o peso do pão, da carne, ou de outros produtos. Em realidade, significa afirmar que esse tipo de procedimento parecia bastante normal no comércio varejista da capital. Se em alguns casos não se vê uma denúncia direta para a força policial, como na história do pão com parafuso, isso pode também revelar uma certa desconfiança em relação aos poderes públicos. As denúncias nominais poderiam se tornar problemáticas, como no caso do comerciante que alterou o

---

<sup>209</sup> As informações a seguir são retiradas do processo-crime de EDUARDO CORREA DE MELO, nº 5548, maço 319, estante 29, Porto Alegre, janeiro de 1943. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

leite, sendo que suas duas testemunhas se negaram a prestar depoimento na polícia. Por que não quiseram comprovar a inocência de Eduardo Correa Melo é difícil saber. Mas pode se imaginar que o desgaste de participar de um inquérito por algumas garrafas de leite não fosse de seu interesse, assim como pode se dizer que “seu Frederico” tampouco desejava ir até a polícia fazer a sua queixa formal sobre a questão do pão “batizado” que comera, passando por um processo contra a padaria.

Provavelmente o maior impedimento que existia em ir registrar nominalmente essas queixas seria o grau de generalização de fraudes econômicas no comércio, tornando-o relativamente “banal”. Não apenas algo restrito a alguns comerciantes varejistas desonestos, mas algo muito mais disseminado e que existia pela própria necessidade desse comércio de gêneros alimentícios se manter competitivo. Nesse sentido, o comércio varejista aproveitava o espaço no *Correio do Povo* para denunciar os abusos cometidos pelos atacadistas que fraudavam, ou mesmo que especulavam sobre seus preços. Segundo eles, os grandes comerciantes do atacado não apenas alteravam o peso dos produtos mas, principalmente, guardavam estoques de mercadorias para deixar que valorizassem, gerando uma espécie de “mercado negro”.<sup>210</sup> Tal afirmação pode parecer exagerada, mas as páginas do jornal mostravam graves denúncias de verdadeiros “açambarcadores”, que guardavam mercadorias nos seus armazéns e negociavam por preços acima dos tabelamentos oficiais (cujas consequências serão vistas novamente na seção 2.3), isso quando não obrigavam os varejistas a comprarem todas suas outras mercadorias para poderem adquirir o produto desejado em um sistema de “venda casada”.<sup>211</sup>

Mas ao falar de uma série de incidentes relativamente “banais”, não se estaria supondo que esses abusos eram vistos com certa naturalidade? Como saber o limite onde a falta de alimentos deixava de ser “banal” para ser visto como algo criminoso – se é que esse limite era realmente bem definido? Thompson cita que no caso dos motins de fome, havia um limite estrutural para a revolta, ou seja, ela tinha que ocorrer antes do ponto em que a inanição ameaçasse diretamente a sua vida.<sup>212</sup> Mas esse limite, no entanto, não define as formas pelas quais uma “contra-hegemonia” se articula e se

---

<sup>210</sup> “Os varejistas queixam-se do 'mercado negro’”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/08/1943. p. 8.

<sup>211</sup> “Mercado negro, operações forçadas e outras irregularidades”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/10/1943, p. 4.

<sup>212</sup> THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. IN: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...*p. 182.

concretiza, seja em uma revolta violenta, uma greve, ou mesmo através de uma carta anônima.

O temor de que essa “contra-hegemonia” silenciosa pudesse se articular em torno de noções (ou ações) perigosas ao Estado Novo e aos capitalistas fizeram com que ambos tivessem de pensar em soluções para reduzir os efeitos do aumento do custo de vida dos trabalhadores. Soluções que envolveriam desde relações legais para garantir as condições de vida mínimas para os trabalhadores, até relações entre estes e o empresariado porto-alegrense, que podem ser consideradas como “paternalistas”.

### **2.3 Estado e burguesia no combate à escassez**

É difícil precisar exatamente as formas pelas quais os poderes públicos e o empresariado atuaram sobre a questão da escassez dos gêneros de primeira necessidade em Porto Alegre. Em primeiro lugar, porque o uso do termo “Estado” parte do pressuposto de que tanto o governo federal, o estadual e o municipal atuavam juntos. Diante da ditadura de Vargas isso é bastante plausível, ainda mais partindo do princípio de que todas as instâncias do poder político eram subordinadas ao ditador.

Mas é válido fazer uma ressalva antes de explicar as ações do Estado no combate à escassez. A correlação entre prefeitos, interventores e Vargas não era exatamente tão automática quanto se pensa. Para lidar com a carestia em Porto Alegre, as medidas podiam partir primeiro da prefeitura, ou da interventoria do Rio Grande do Sul para, depois, chegarem ao governo federal. Mesmo que correlacionadas, as medidas passavam pelo próprio grau de urgência que os poderes enfrentavam. No âmbito local, ou mesmo regional, havia mais contato com órgãos reguladores e, principalmente, com os produtores assim como com os comerciantes. Portanto, quando se tomam as medidas do poder político como medidas do “Estado”, é preciso estar atento para saber em que instância elas foram articuladas e colocadas em prática.

A partir dessa consideração é que se pode delimitar as ações empreendidas pelos poderes públicos, genericamente definidos como “Estado”. Aqui parte-se do princípio de que havia três tipos de medidas pelas quais o poder político-institucional poderia fazer frente ao alto custo de vida: as *medidas reguladoras*, as *medidas preventivas* e as *medidas repressivas*.



As *medidas reguladoras* constituíam um conjunto de ações que visavam configurar órgãos fiscalizadores e, através deles, definir as tabelas de preços de diversos gêneros. No âmbito do tabelamento, seria possível listar as diversas medidas do Estado Novo diante da escassez, o que implicaria entender o seu papel tanto em questões como o tabelamento de preços de diversos gêneros a partir de 1942, até a portaria de 3 de dezembro de 1943, que estabeleceu quais eram os gêneros de primeira necessidade (chamados de artigos “populares”) cujo preço seria reduzido em 10%.<sup>213</sup> No entanto, o tabelamento de preços passa a ter um caráter fundamental na economia brasileira da época no momento da criação da Coordenação de Mobilização Econômica, em setembro de 1942.

A Coordenação não foi a única instituição criada com o fim de regular a economia popular brasileira, embora seja emblemático que seu surgimento tenha sido exatamente no mês da entrada do Brasil na guerra. Pode-se citar também, como organismos reguladores dos preços e da alimentação popular, o Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS), criado em agosto de 1940, e a Comissão Nacional de Alimentação, criada em fevereiro de 1945. Tanto o SAPS quanto a Comissão Nacional de Alimentação tinham, como objetivo principal, a alimentação dos trabalhadores. A SAPS era uma seção de subsistência que não apenas buscava baratear preços de alimentos, mas que também visava pressionar as empresas com mais de 500 funcionários para a implementação de refeitórios para seus trabalhadores, segundo o Decreto-Lei 1238 de maio de 1939.<sup>214</sup> Já a Comissão Nacional de Alimentação tinha como centro de sua ação “estudar e propor normas da política nacional de alimentação”, bem como “estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida.”<sup>215</sup>

Mas dos três órgãos, sem dúvida quem possuía maior poder era a Coordenação da Mobilização Econômica. Ao ser criada em setembro de 1942, ela visava “estabelecer a mobilização completa dos recursos econômicos existentes no território nacional”. A Coordenação era responsável por: orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria, coordenar os transportes, planejar e fiscalizar o racionamento de combustíveis, intervir no mercado de trabalho e fixar ou limitar a quantidade de

---

<sup>213</sup> LINHARES, Yedda Maria. Op. cit., p. 113.

<sup>214</sup> Em janeiro de 1945 foi promulgado um novo Decreto-Lei afirmando a necessidade de fábricas com mais de 300 operários criarem postos de subsistência aos seus trabalhadores para vender produtos de primeiras necessidades, como feijão, arroz, macarrão e carne seca. Para mais, ver WEINSTEIN, Barbara. Op. cit. p. 126.

<sup>215</sup> LINHARES, Yedda Maria. Op. cit., p. 117.

mercadorias a serem vendidas, fornecidas, ou distribuídas.<sup>216</sup> Basicamente, todo o processo de controle de preços desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial passou por essa entidade, cujo principal nome era o ministro João Alberto.

No Rio Grande do Sul, a interventoria de Ernesto Dornelles possuía um órgão ligado diretamente ao controle de preços, a Comissão de Abastecimento Público (CAP), presidida por João Dahne. Entretanto, ocorrera uma mudança bastante séria a partir da crise inflacionária do final de 1943. O salto no custo de vida fizera com que o ministro João Alberto voasse às pressas para o Rio Grande do Sul para tentar solucionar o problema. Conversando com membros da interventoria estadual e conseguindo o apoio de produtores e distribuidores, a decisão tomada, em janeiro de 1944, foi a criação da Comissão de Abastecimento do Rio Grande do Sul, a CAERGS. João Dahne pediu demissão e fora definido, então, a criação de um conselho consultivo da entidade.<sup>217</sup> A substituição da CAP pela CAERGS reforçara as tarefas de controle de mercado em âmbito regional. Conforme o terceiro artigo do estatuto da comissão, competia a ela, entre outros pontos,

“a) regular no estado do Rio Grande do Sul o mercado de gêneros alimentícios, estudando os fenômenos econômicos da produção, circulação, distribuição e consumo, promovendo e assegurando medidas e possibilidades do normal abastecimento da população; b) fixar preços máximos dos gêneros alimentícios no comércio atacadista e varejista, observadas as contingências da produção, conciliando os justos interesses do produtor e do consumidor, e permitindo ainda uma razoável remuneração ao distribuidor; c) fixar as quotas de distribuição dos gêneros alimentícios das diferentes localidades sujeitas à sua jurisdição; d) requisitar as mercadorias em estoque ou de safras futuras, tomando ainda outras medidas que visem o mesmo objetivo...”

As funções da CAERGS no que dizia respeito ao controle de preços parecem bastante pretensiosas. De fato, acompanhando os problemas da época, fica claro que sua atuação tinha limites bem definidos. No entanto, é válido ressaltar que a organização do seu conselho, no final de janeiro, passou a ter em sua composição dois representantes dos trabalhadores: Artur Garcia, presidente do Sindicato dos Bancários e Darci Gross, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio. Porém, na hora da votação, Artur Garcia foi derrotado e o titular do seu lugar no conselho consultivo da CAERGS

---

<sup>216</sup> *Ibidem.* p. 115.

<sup>217</sup> “Criada pelo ministro João Alberto a Comissão de Abastecimento do Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/01/1944. p. 12.

acabou sendo Humberto Vital Faccini, também do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio.<sup>218</sup>

É difícil saber ao certo qual era o peso desses dois conselheiros na comissão, mas algumas de suas declarações indicam que a sua pressão tinha algum efeito prático. Em abril de 1944, diante de uma nova crise do leite, vem do próprio conselho consultivo a decisão de tomar o controle da SABEL, o Entrepasto do Leite em Porto Alegre.<sup>219</sup> Semanas depois, em nova reunião do conselho da CAERGS, a situação já se tornara tensa. Darci Gross e Humberto Faccini foram chamados para uma reunião pela Delegacia Regional do Trabalho a fim de resolver a questão do leite para a classe trabalhadora, com representantes de vários dos sindicatos de Porto Alegre. No entanto, a proposta da entidade de distribuir cerca de 1.000 litros diários para os trabalhadores sindicalizados não fora bem aceita, tendo em vista que o seu número em Porto Alegre era de mais de 50.000 trabalhadores. Segundo a reportagem do *Correio do Povo*, somente uma distribuição de 15.000 litros diários poderia “atender as necessidades mínimas dos trabalhadores.” Mas, apesar de não haver acerto entre os líderes sindicais e os seus representantes na CAERGS, fora decidido que todas as segundas-feiras eles passariam a se reunir com os representantes do conselho da entidade para discutir assuntos que fossem de seu interesse.<sup>220</sup>

No dia 30 de maio de 1944, o *Correio do Povo* voltava a noticiar os acordos que os sindicalistas tentavam fechar acerca da questão do leite. Na última reunião, do dia 29, os trabalhadores decidiram por pleitear uma quota de 3.000 litros de leite para a CAERGS a todos os sindicalizados.<sup>221</sup> Na reunião da CAERGS, com a presença de Alberto Pasqualini, a proposta fora aceita, ainda que a sua declaração seja emblemática sobre os limites que a pressão dos trabalhadores poderia exercer na entidade: “A comissão tudo procura e procurará fazer em benefício do povo. É necessário, porém, que se lhe não exijam milagres, porque esses não estão dentro das possibilidades humanas.”<sup>222</sup>

---

<sup>218</sup> “Representação dos trabalhadores na comissão de abastecimento”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/01/1944, p. 5.

<sup>219</sup> “Passará hoje ao controle da CAERGS o entreposto do leite”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/04/1944, p. 2.

<sup>220</sup> “Os representantes das classes trabalhadoras não aceitaram a quota de leite que lhes foi oferecida”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/05/1944, p. 5.

<sup>221</sup> “Pleiteada cota de 3 mil litros para os sindicalizados”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/05/1944, p. 3.

<sup>222</sup> “Resultados da reunião das comissões de abastecimento”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/06/1944, p. 10.

Poderia se presumir, a partir desse questionamento sobre o papel da CAERGS diante dos trabalhadores de Porto Alegre, que havia uma forte tensão dentro do conselho consultivo. Por um lado, a relação com os produtores não poderia ser levada ao ponto da desapropriação de mercadorias. Por outro, os estabelecimentos comerciais não poderiam ficar sem qualquer margem de lucro. E por fim, ficavam os trabalhadores, que exigiam um preço justo para as mercadorias que consumiam. Essa tensão fica mais explícita em episódios como o do racionamento de carne de março de 1945.

A guerra já parecia encaminhar-se para o final, conforme a ofensiva dos Aliados avançava no continente europeu, sendo noticiada pelas páginas dos jornais. No entanto, a carne tornara-se um artigo em falta nos mercados de Porto Alegre e a CAERGS não estava conseguindo fazer com que o abastecimento à cidade fosse condizente com as metas estabelecidas. Darci Gross e Adílio Viana (que havia substituído Humberto Faccini na representação dos trabalhadores no conselho) começaram explicando aos presentes – 41 representantes sindicais de Porto Alegre – porque a CAERGS havia adotado um sistema de racionamento de carne nas segundas e nas sextas (sendo que esse último dia fora argumentado pela razão do Brasil ser uma “nação cristã”).<sup>223</sup> Mas a entidade passara a ser alvo de críticas dos próprios representantes por não ter acesso a dados como o número de cabeças de gado para o abate. Dessa forma, a CAERGS não teria condições para decidir sobre o preço tabelado do produto.<sup>224</sup> A crítica gerou divergências internas entre o conselho consultivo. No dia seguinte, em nota da CAERGS, publicada no *Correio do Povo*, um parágrafo explicita o problema causado pela reunião do dia anterior:

“Lamentavelmente, entretanto, é que se diga, que os senhores Conselheiros, que representam os Sindicatos de classe, sejam aqui desconsiderados. Atendemos sempre, e imediatamente suas sugestões e estranhamos que os mesmos não tenham, espontaneamente, rebatido essas inverdades, fazendo assim justiça ao nosso procedimento.”<sup>225</sup>

O resultado da queda de braço entre a CAERGS e os seus representantes trabalhadores parecia ter sido exitoso para estes últimos. Uma nova tabela com os preços da carne entraria em vigor no dia 16 de março, mas como será visto posteriormente, isso não aconteceu. Os levantamentos e os estudos acerca do gado

<sup>223</sup> “O governo do estado interveio na questão da carne”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/12/1944. p. 2.

<sup>224</sup> “O momentoso problema da carne”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/03/1945. p. 3.

<sup>225</sup> “A superintendência da CAERGS exime-se das acusações que lhe foram feitas”. *Correio do Povo*, 04/03/1945. p. 14.

foram feitos e entregues pelos próprios Darci Gross e Adílio Viana. A responsabilidade caía sobre produtores que estavam evitando o abate para poder valorizar mais o preço da carne segundo a reportagem.<sup>226</sup> As tensões voltaram à cena, em parte, pelo fim do Estado Novo e pela abolição da lei de censura em fevereiro, mas em parte também pelas próprias dificuldades de se conseguir um sistema de tabelamento de preços que, como exigia o estatuto da CAERGS, deveria ser “justo” a todos os pontos da cadeia de produção, distribuição e consumo.

É nesse sentido que é importante destacar o segundo tipo de medidas do Estado para lidar com a crise. As *medidas preventivas* para evitar a crise tinham um interesse focado na construção de armazéns e restaurantes para os trabalhadores, de forma que poderiam assim garantir que o alto custo de vida não colocaria as classes populares em condições de subsistência precária. E pode se dizer que boa parte dessas medidas dependiam da ação conjunta da SAPS com as interventorias estaduais e as superintendências municipais.

A SAPS, como já fora mencionado anteriormente, não trabalhava diretamente com o tabelamento de preços, mas sim com a efetivação de medidas que pudessem reduzir o custo de vida dos trabalhadores, tais como o já citado Decreto-Lei 1.238, de 02 de maio de 1939, que determinava a criação de refeitórios em fábricas, ou exigindo que se formassem cooperativas de consumo em fábricas para garantir o acesso a gêneros alimentícios para os trabalhadores por preços mais baratos. É difícil saber o grau de eficiência da SAPS, mas parece correto aferir que seu papel não se resumiu ao âmbito legal apenas e que disposições concretas foram tomadas para lidar com esses problemas. Em Porto Alegre, por exemplo, é possível tomar dois exemplos da ação da SAPS para conter o problema do custo de vida: a criação dos armazéns populares e a criação do restaurante operário perto do porto da capital.

No primeiro caso, a capital gaúcha passou por algumas dificuldades, tanto no que diz respeito aos sindicatos não terem conseguido estabelecer armazéns em suas sedes, assim como do problema dos armazéns patronais acabarem muitas vezes servindo aos interesses diretos dos empregadores. A alternativa acabou ficando, então, por parte do Estado. No dia 6 de março de 1944, Paulino Pierle, delegado do SAPS no Rio de

---

<sup>226</sup> “Na CAERGS – O levantamento de necessidades da carne”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/03/1945. p. 4. O problema da carne, no entanto, gerou uma série de conflitos. Temendo que faltasse peixe para a Sexta Feira Santa que se aproximava, a CAERGS exigiu fiscalização ostensiva no Mercado Público para a venda de peixes e frutos do mar. O resultado foi que não houve falta de peixe para consumo no feriado. Ver: “Na CAERGS – Peixe durante a semana”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/03/1945. p. 4.

Janeiro, determinou a criação de diversos armazéns na capital gaúcha, sendo que o primeiro deles se localizaria no porto e estaria funcionando em quinze dias. Outros dois, a seguir, seriam criados nos bairros São João e Navegantes, visando atender a região operária de Porto Alegre.<sup>227</sup>

No dia 18 de abril do mesmo ano, com mais atraso do que o previsto, o primeiro armazém do SAPS é criado em Porto Alegre. Localizado no armazém B-3 do cais do porto, a esperança era de que os trabalhadores sindicalizados conseguissem um comprovante em sua representação de classe para, então, poder comprar as mercadorias mais acessíveis do SAPS.<sup>228</sup> No entanto, apesar de sua criação ter sido em abril, é somente em junho do mesmo ano que ele é inaugurado. A promessa era de que os produtos seriam vendidos com preços abaixo do tabela estipulada pela CAERGS. Na notícia do *Correio do Povo* acerca da inauguração, há também uma informação extra: em iniciativa conjunta entre governo federal e governo estadual, graças à viagem de Alberto Pasqualini para o Rio, o SAPS acenava já com a construção de um restaurante em Porto Alegre com produtos mais baratos.<sup>229</sup>

A proposta para a criação do restaurante operário em Porto Alegre era anunciada pelos jornais no final de dezembro. Contudo, apenas após a reunião de Pasqualini com o governo federal é que o estabelecimento foi inaugurado, mais precisamente no dia 27 de maio. O evento foi marcado pela presença do interventor Ernesto Dornelles, que junto com uma comissão responsável pela criação do restaurante operário, almoçara no restaurante. Recebidos com uma “alimentação sadia e adequada”, junto com Dornelles estavam figuras públicas como o próprio Alberto Pasqualini (Secretário do Interior), Valter Jobim (titular das Obras Públicas), Ricardo Weber (Médico-Chefe do Serviço de Assistência do Porto), entre outros. Nenhum dos presentes decidiu discursar em meio ao almoço e todos eles tiveram o mesmo cardápio que os trabalhadores: sopa portuguesa, salada, feijão, arroz e laranja. Depois do almoço, todos os presentes foram convidados a visitar a cozinha, aparelhada com alguns dos mais modernos equipamentos da metalúrgica Wallig.<sup>230</sup>

---

<sup>227</sup> “Criação de armazéns de subsistência – o tabelamento do feijão no Rio”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/03/1944. p. 6.

<sup>228</sup> “A instalação do primeiro armazém de abastecimento – venda de milho a preço de custo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/04/1944. p. 3.

<sup>229</sup> “Primeiro armazém do SAPS”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/04/1944. p. 2.

<sup>230</sup> “O interventor Ernesto Dornelles visitou, ontem pela manhã, as novas instalações do porto”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/05/1944. p. 2.

A iniciativa do SAPS foi assim coroada pela presença das principais lideranças políticas do estado. Esperava-se cerca de 5 mil operários diariamente, todos eles tendo de ser sindicalizados para ter acesso aos serviços do restaurante. E apesar de ser um cardápio simples – e com reduzida quantidade de carne – havia a garantia de alimentação barata aos trabalhadores de Porto Alegre. É difícil saber o alcance do restaurante entre os operários. No entanto, algumas coisas podem ser concluídas a partir das medidas preventivas por parte do Estado.

A primeira é que havia um interesse direto de que houvesse uma contra-partida por parte dos operários. Novamente o Estado colocava-se num papel de doador, visando poupar os trabalhadores das angústias da carestia. Mas, toda doação exigiria uma noção de reciprocidade que, por sua vez, deveria ter um caráter prático: a filiação sindical. Essa questão acerca da relação entre o sindicalismo e os trabalhadores no período será analisada posteriormente na seção 3.2. No entanto, ela leva a uma outra suposição importante acerca da questão das medidas preventivas: o trabalhador sindicalizado não poderia, então, queixar-se dos problemas do custo de vida. Tendo acesso aos bens mais baratos, ele não precisaria passar por problemas com atravessadores e um comércio de práticas corruptas.

Porém, há um forte indício de que mesmo essa relação entre os trabalhadores e as *medidas preventivas* por parte do governo não eram tão efetivas quanto as páginas do *Correio do Povo* parecem indicar. Há um terceiro grupo que pode ser chamado de *medidas repressivas* que, de certa forma, demonstra que mesmo diante das tentativas de garantir que os trabalhadores não teriam de recorrer ao comércio da capital (no varejo e no atacado), eles ainda se viam diante de atravessadores e comerciantes corruptos.

Mas o que poderiam ser essas medidas repressivas? Talvez a melhor forma de defini-las seja pelo conjunto legal e policial que foi criado na época. O decreto-lei 869 de 1938, por exemplo, definia os crimes contra a economia popular como práticas que visavam “destruir ou inutilizar, [...] com o fim de determinar alta de preços, [...] matérias primas ou produtos necessários ao consumo do povo”; “reter ou açambarcar matérias primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo [...]” e “fraudar pesos ou medidas padronizados em lei ou regulamento; possuí-los ou detê-los, para efeitos de comércio, sabendo estarem fraudados.”<sup>231</sup> Logo, havia um certo

---

<sup>231</sup> Para ver o Decreto-Lei 869 na íntegra, acessar o endereço eletrônico do servidor do Senado Federal (SICON): <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=28104> . Acessado no dia 10 de setembro de 2008.

campo legal que permitia a denuncia dessas práticas já em 1938. Ainda assim, existem poucos registros das denúncias de abusos contra a economia popular no Rio Grande do Sul até pelo menos o ano de 1943, o que permite concluir que até então essa não era uma prática comum entre os consumidores.<sup>232</sup>

Mas há também uma outra razão para o número de denúncias encontradas na documentação ser bastante reduzido. Diante de nova alta de preços no final de 1943, a Assistência Regional da Mobilização Econômica, na figura do Sr. João Dahne, dirigiu o seguinte ofício à Delegacia de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, transcrito pelo jornal *Correio do Povo* no dia seguinte:

“Ilmo. Sr. Capitão Darci Vignolli, d. d. chefe de polícia – N. capital – Dispondo esta Assistência Regional de um número muito reduzido de fiscais, não lhe é possível exercer a repressão que se faz necessária aos infratores do tabelamento que praticam o chamado ‘mercado negro’.

Por esta razão, venho solicitar a v. excia. a colaboração da polícia para essa repressão, a exemplo do que está sendo feito no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde essa medida está a cargo da polícia.

A forma dessa colaboração poderá ser combinada entre a autoridade que v. excia. designar para orientar esse serviço a esta Assistência Regional.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a v. excia. meus protestos de estima e consideração.

João Dahne – assistente regional do coordenador da Mobilização Econômica”<sup>233</sup>

Foi então que o DOPS do Rio Grande do Sul organizou a sua Seção de Ordem Econômica (SOE), para poder reprimir o “mercado negro” de Porto Alegre, no mesmo modelo que já era feito em São Paulo e Rio de Janeiro. Talvez o pedido de João Dahne não tivesse sido o suficiente para o capitão Darci Vignolli acatar a decisão, mas é possível que outras autoridades tenham dado ordens diretas ao DOPS para agir. De qualquer forma, ainda que sem ter a localização dos processos-crimes encaminhados pela SOE, pode se acompanhar pelas páginas do jornal *Correio do Povo* algumas de suas ações durante o mês de dezembro. Segundo a portaria de sua criação, o órgão passou a acumular a função de fazer sindicâncias em torno dos crimes contra a

---

<sup>232</sup> Em levantamento de processos criminais no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, as primeiras denúncias de abuso à economia popular datavam de 1946-1947, excetuando o processo de EDUARDO CORREA DE MELO, de setembro de 1942, citado na seção 2.2.

<sup>233</sup> “Combate ao mercado negro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/11/1943. p. 8.



economia popular, previstos no Decreto-Lei 869, em colaboração com a prefeitura municipal de Porto Alegre e a assistência regional da Mobilização Econômica.<sup>234</sup>

Não faltaram casos onde a ação do SOE pode ser verificada. Geralmente com denúncias anônimas, os investigadores iam pelas praças comerciais de Porto Alegre, ou pelas feiras livres, autuando comerciantes que violavam a lei da economia popular na capital.<sup>235</sup> No entanto, já em janeiro as notícias sobre as “batidas policiais” da seção pararam de aparecer nas páginas do *Correio do Povo*. Se as ações da SOE ocorreram apenas nas primeiras semanas de sua criação, não é possível afirmar. Talvez os jornais não estivessem mais acompanhando a fiscalização em mercados, armazéns e botequins como antes. Mas também é possível que a fiscalização realmente diminuísse após prender vários comerciantes da capital gaúcha. De qualquer forma, partindo da idéia de que o SOE era um órgão de atuação repressiva, ele poderia aceitar denúncias populares contra o comércio, mas essa é apenas uma suposição que necessita de maiores evidências para ser comprovada.

Ainda assim, esse conjunto de medidas reguladoras, preventivas e repressivas permite algumas considerações. É notório que a heterogeneidade de tais ações por parte do Estado tinha dois interesses bastante definidos: o primeiro deles era, de fato, reduzir o custo de reprodução da mão-de-obra dos trabalhadores para os capitalistas. Isso fica claro devido às pressões que surgem em prol do aumento de salários, mesmo que no campo da restrita legalidade sindical da ditadura do Estado Novo, como aponta o trabalho de Gláucia Konrad.<sup>236</sup> Essa pressão exigia uma resposta por parte da ditadura de Vargas e dos poderes públicos para tentar consolidar um valor fixo aos salários que não sofresse com a inflação que acometia as inúmeras mercadorias que faziam parte da vida dos trabalhadores. Mas o impedimento central para essa política era controlar o custo de vida, o que por si só era mais problemático ao Estado do que controlar os salários.

---

<sup>234</sup> “Por meio de um órgão especial, agora criado, a polícia está reprimindo o ‘mercado negro’ em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/11/1943. p. 20.

<sup>235</sup> Para mais, ver: “A polícia prendeu ontem 5 infratores da tabela de preços”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/12/1943. p. 8. Ver também: “Também as vendas efetuadas a caderno serão examinadas pela polícia”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/12/1943. p. 8. Ver também: “93 mil dúzias de ovos retidos no frigorífico do cais do porto”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1943. p. 20. Ver também: “26.457 kg de toucinho depositados no frigorífico do cais do porto”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/12/1943. p. 12. Ver, por fim, “Fraudadas quase todas as balanças do mercado livre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/12/1943. p. 2.

<sup>236</sup> KONRAD, Gláucia. Op. cit. p. 22. A temática da ação sindical no período será vista com maiores detalhes na seção 3.2.

No seu discurso do 1º de maio de 1944, no estádio Pacaembu em São Paulo, Getúlio Vargas falava para milhares de trabalhadores sobre os problemas de uma política que visasse apenas aumentar os vencimentos dos trabalhadores:

“O aumento de salários e vencimentos será sempre inoperante enquanto o custo de vida continuar a elevar-se, e todos nós sabemos, ou remediamos com serenidade e o justo senso das circunstâncias, os males que afligem o povo, ou este perde a confiança em si mesmo, caindo em excessos condenáveis. Se pretendemos verdadeiramente viver como civilizados cumpre-nos não admitir, como condição para prosperar, o predomínio brutalizante da lei da seleção animal, a exploração do homem pelo homem.”<sup>237</sup>

Ainda assim, o Estado Novo aceitou difundir a prática dos abonos salariais baseados no tamanho das famílias dos operários. A garantia era de que enquanto uma família tivesse seis filhos com menos de 18 anos, ela teria direito à abonos salariais que, em setembro de 1943, partiram do patamar de Cr\$ 50,00 por filho. O primeiro beneficiado pela política de abono familiar em Porto Alegre, o Sr. Anfiloquio Madeira, tinha seis filhos menores de idade e sua esposa estava por esperar o próximo e, portanto, seu pedido fora acatado pela Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul.<sup>238</sup>

O grande problema da política de abono salarial, no entanto, era que sua eficiência era duvidosa. Promulgada em abril de 1941, é de se estranhar que a lei só tivesse seu primeiro beneficiado no Rio Grande do Sul em 1943. Além disso, como revela o relatório da intendência municipal dos anos da guerra, o abono era cancelado logo que uma família perdia um de seus filhos (ou quando eles atingissem a maioridade), caindo o número mínimo de seis para cinco. Levando em consideração os índices de mortalidade infantil em Porto Alegre na época, é de se questionar se o abono realmente conseguia ter uma efetividade.<sup>239</sup>

É importante perceber que a lógica intervencionista de Vargas no mercado de trabalho tinha limites. Como fora dito, mesmo estipulando o salário mínimo com um valor que reduzira e nivelara os rendimentos dos trabalhadores urbanos, ele não poderia ser simplesmente aumentado, pois poderia ser “engolido” pela inflação da época. Os abonos, como visto acima, tampouco conseguiam resolver os problemas de boa parte da

<sup>237</sup> “O aumento de salários e vencimentos será sempre inoperante enquanto o custo de vida continuar a elevar-se”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/05/1944. p. 20.

<sup>238</sup> “Concedido o primeiro abono familiar no Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1943. p. 6.

<sup>239</sup> “Cassa o abono familiar concedido ao extra-numerário diarista João Evangelista”. *Boletim municipal de Porto Alegre*. Volume 7. Seção de decretos-lei. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1944, p. 25.

população pauperizada de Porto Alegre. Pode se questionar então, qual solução poderia ser apresentada nessas condições de inflacionamento de preços, aumento de jornada de trabalho e escassez nos lares de famílias operárias.

É possível concluir também que uma política econômica de auto-regulação liberal dos salários não fosse considerada como solução pelos trabalhadores. Nesse sentido, o economista Karl Polanyi afirma que tais soluções, que passavam pela falta de controle estatal do preço da mão-de-obra, acabavam gerando um abundante desemprego, o que os liberais classificam “como o desejo de não trabalhar pelo salário que podem obter num mercado de trabalho.”<sup>240</sup> Dito de outra forma, a regulação liberal dos salários implicaria em uma queda desses valores que poderia colocá-los ainda mais abaixo do mínimo necessário para a reprodução da mão-de-obra. Sendo assim, o impasse que o Estado Novo criava é que ele era obrigado a intervir cada vez mais na economia sem, ao mesmo tempo, criar condições de vida para o sustento do trabalhador com o seu próprio salário.

Um importante exemplo dos limites práticos que se colocavam nessa política de reduzir o custo de vida podem ser recapitulados a partir do Decreto-Lei 5.978 de 10 de novembro de 1943. Assinado por Vargas e pelo Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, o decreto visava criar um aumento nos salários dos trabalhadores industriais para poder acompanhar a alta de preços dos gêneros de primeira necessidade. Segundo a notícia, publicada no *Correio do Povo*, o salário adicional seria extensivo “a todo empregado adulto, sem distinção de sexo, que, sob qualquer forma de remuneração, trabalha em empresa ou organização de transporte, ou comunicação, inclusive as de caráter urbano”. Além disso, a notícia também divulgava os valores regionais do adicional, incluindo em Porto Alegre, onde ele seria de Cr\$ 370,00, o terceiro maior do país – perdendo apenas para os Cr\$ 410,00 do Distrito Federal e os Cr\$ 390,00 de São Paulo.<sup>241</sup>

No entanto, a medida não parece ter atingido o seu objetivo prático. Menos de uma semana depois, o *Correio do Povo* já anunciava que o aumento havia sido absorvido por uma nova alta de preços que atingira Porto Alegre. A notícia é bastante elucidativa, afirmando que “quando tudo indicava o aparecimento de melhoria para as

---

<sup>240</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 2000. p. 213.

<sup>241</sup> Para ver o decreto-lei 5978 na íntegra, acessar o endereço eletrônico do Sistema de Informações do Congresso Nacional: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=99859> . Ver também: “Criado o salário adicional para os industriários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/11/1943. p. 4.

atuais condições de vida em que se debatem os consumidores, a imprensa registra nova majoração no preço do açúcar, arroz, pão, café, farinha de mandioca e trigo, manteiga e óleos de algodão.” A seguir ela mostra as declarações do presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre, Darci Gross, que após um longo elogio ao discurso de Vargas no último dia 10 de novembro, afirmava que a alta de gêneros atingiu a capital logo dois dias depois do anúncio do salário adicional. O discurso de Gross vai ainda mais longe, pois ele afirmara taxativamente que não era apenas a guerra que encarecia os preços, mas sim os “eternos aproveitadores”, que se valiam do mercado negro em Porto Alegre para aumentar seus lucros.<sup>242</sup>

Tal polêmica acabaria por possibilitar a criação da SOE do DOPS-RS, mas também revela a inoperância de uma política salarial que não conseguia lidar com o aumento inflacionário dos preços. Na mesma notícia, Gross citava como exemplar o caso das panificadoras em relação aos abusos que o comércio cometera ao saber do adicional salarial definido pelo governo.

“Porém, o que custa compreender, isso falando do pão, é que se majore agora o produto, quando somente daqui a trinta dias se verificará para os panificadores, o aumento no preço da farinha. Nada mais natural que – dizem os interessados – sendo o pão feito de farinha, este seja elevado, a fim de acompanhar a alta da matéria de que é feito. O que não se justifica é que se pague já mais caro este alimento quando é certo que só no fim do corrente mês, ao que nos informaram, os panificadores farão a aquisição da farinha a preço mais elevado. Embora não nos caiba averiguar esses casos, a verdade é que justificada, ou injustificadamente, a vida se torna mais árdua para os trabalhadores. Chegamos à conclusão de que de nada adiantam os reclames, porque nenhuma solução tem sido encontrada. Daí o não reclamar esta entidade contra as majorações recentemente feitas.”<sup>243</sup>

Independente se as informações do presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre estavam certas ou não acerca das panificadoras, cruzando com o decreto-lei assinado em 10 de novembro, pode-se deduzir que sua reclamação estava correta. É revelador que o último inciso do documento assinado por Vargas definia que a lei entraria em vigor no dia 1º de dezembro de 1943. Ou seja, duas semanas antes do mês de novembro terminar já se registrava a alta de preços na capital, antes mesmo do adicional entrar em vigor. A situação se tornara tão escandalosa que o

<sup>242</sup> “O salário adicional absorvido pela nova majoração dos gêneros de primeira necessidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/11/1943. p. 2.

<sup>243</sup> *Ibidem*. p. 2.

ministro da Coordenação de Mobilização Econômica, João Alberto, tivera que viajar urgentemente para Porto Alegre para arranjar uma solução para a alta dos preços que ocorria na capital. O resultado foi a revogação da tabela de preços do dia 11 de novembro, o que causou reações extremadas dos comerciantes da capital.<sup>244</sup>

Voltando às declarações de Darci Gross, é importante ressaltar que elas permitem que se formulem questões sobre outros pontos, demonstrando também a insuficiência das medidas do governo Vargas para prevenir o aumento abusivo de preços no comércio de Porto Alegre. Comparando suas declarações com o discurso do presidente no 1º de maio, fica claro que havia um outro interesse por parte do Estado em reduzir o custo de vida dos trabalhadores, garantindo o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro no âmbito urbano. Havia também a necessidade de buscar legitimidade política através de medidas intervencionistas que garantissem uma melhoria do padrão de vida dos trabalhadores.

Essas medidas também possuem um caráter político, que vai além da questão econômica: difundir a ideia de que o Estado Novo, mais uma vez, velava pelos trabalhadores. No discurso citado acima, Vargas afirmava que as medidas para controlar os preços poderiam passar por “paternalistas”. Entretanto, segundo o discurso do sindicalista, nenhuma solução fora encontrada. Como poderia se sustentar, então, que as medidas do governo Vargas, no âmbito do custo de vida dos trabalhadores, teriam um caráter paternalista se elas não conseguiam concretizar seus objetivos?

O próprio termo “paternalista” merece aqui ser melhor discutido. Há pelo menos dois sentidos que podem ser aproveitados do conceito para o que se quer qualificar como “ações paternalistas” por parte do governo Vargas, dos interventores estaduais e das superintendências municipais. Um deles apoiado nos trabalhos de Edward Thompson acerca do uso dos costumes por parte dos plebeus ingleses do século XVIII em relação às autoridades jurídicas. O outro, apoiado na relação de paternalismo empresarial que Michelle Perrot examina no caso da formação do operariado francês.

Para Thompson, o termo “paternalismo” é “frouxo”, pois tem uma especificidade histórica muito restrita. E, principalmente, que é o que interessa nesse caso, é que ele é um termo que “tende a apresentar um modelo da ordem social visto de

---

<sup>244</sup> “Como repercutiu no comércio local a revogação da tabela de preços de 11 de novembro”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/12/1943, p. 4. Ver também: “Revogada a tabela baixada pela assistência da mobilização econômica a 11 do corrente”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/11/1943, p. 8.

cima”.<sup>245</sup> Logo, seguindo a linha de raciocínio do autor, ao falar de paternalismo é preciso ressaltar dois pontos: o primeiro é que se trata de um termo capaz de confundir o real com o ideal (especialmente por ser o ideal de um grupo específico). O segundo ponto é que o paternalismo não existe como um modelo genérico e sim como uma relação que possui particularidades específicas para compreender “a mediação institucional das relações sociais”.

Quanto ao primeiro ponto, observa-se que a posição do governo nessas medidas era de afirmar que estava “lutando a boa luta” em prol dos trabalhadores, como salientou Darci Gross na sua entrevista para o *Correio do Povo* mencionada acima. Ainda não há estudos sobre como os políticos da Era Vargas encararam a questão do custo de vida e como isso alterou suas relações com os trabalhadores.<sup>246</sup> Entretanto, alguns indícios surgem em discursos das próprias autoridades. Alberto Pasqualini, em entrevista no *Correio do Povo* sobre sua reunião na CAERGS, em 1º de junho de 1944, por exemplo, ressaltava que:

“A comissão de abastecimento deve fazer todos os esforços para poder manter os preços que atualmente vigoram no Rio Grande do Sul. [...] A função da comissão é de defender os consumidores, ou melhor, os interesses do povo; [...] Não devemos permitir a exploração, a especulação, os lucros exagerados.”<sup>247</sup>

Essa postura de “defender os interesses do povo” por parte de Pasqualini é bastante reveladora sobre a questão que Thompson desenvolve acerca do paternalismo. A defesa dos “interesses do povo” revela-se como um ideal, uma meta dentro das políticas do Estado para sanar o problema do custo de vida. No entanto, no aspecto prático, o presidente do Sindicato dos Comerciários defende de que nada adianta os sindicatos se manifestarem, pois o governo nada poderia fazer em relação às suas reclamações. É nesse limite entre o ideal e o real que o próprio conceito de paternalismo parece indicar, por um lado, a legitimidade das práticas do Estado Novo, mas por outro os limites dessa legitimidade, o fato dela não se configurar em algo mais concreto. Como o próprio Thompson afirma, referindo-se às relações dos camponeses ingleses

<sup>245</sup> THOMPSON, Edward. *Patrícios e Plebeus*. IN: THOMPSON. *Costumes em comum...*, p. 32.

<sup>246</sup> Um artigo interessante para perceber essa articulação na cidade de São Paulo durante a década de 1950 é o de FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acessos ao mesmo tempo” – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). IN: FORTES, Alexandre (et. all). *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas. Ed. Unicamp, p. 145-180.

<sup>247</sup> “Resultados da reunião das comissões de abastecimento”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/06/1944, p. 10.

com os juristas do século XVIII, há aqui também, no governo Vargas, um estilo hegemônico estudado e elaborado, “um papel teatral” que era exercido ao mesmo tempo em que havia um “contrateatro”. Em outras palavras, trata-se de uma constante vigilância entre trabalhadores e o Estado Novo, mostrando que a relação paternalista presente nas medidas para enfrentar o custo de vida vão muito mais além da fórmula “paternalismo e deferência.”

Michelle Perrot, por sua vez, destaca o paternalismo como uma relação cuja base familiar é determinante sobre as ações específicas do patronato. Para a historiadora, três aspectos caracterizam essa relação: 1) a presença física dos patrões nos locais de produção, 2) as relações sociais do trabalho são concebidas conforme o modelo familiar (ou seja, o patrão como um “pai” e os operários como seus “filhos”) e 3) os trabalhadores se identificam com a empresa que trabalham.<sup>248</sup>

É notório que enquanto Perrot trata dos anseios dos patrões em construir essa relação, ela também ressalta que, sem a adesão dos operários, o paternalismo empresarial soçobria sobre as intenções de seus articuladores. Como a historiadora ressalta,

“Bem entendido, essa adesão operária é absolutamente necessária para o funcionamento de um sistema paternalista: quando ela deixa de existir, o paternalismo se esboroa e torna-se urgente encontrar um outro tipo de relação. Enquanto tal, o paternalismo é um sistema de gestão da mão-de-obra bastante sutil, que seria preciso apreciar em todas as suas dimensões: sociológicas, psicológicas, políticas, simbólicas...”<sup>249</sup>

Ainda que tal definição pareça mais restrita ao processo produtivo, creio que ela também se apresenta interessante para se pensar as medidas do empresariado diante da escassez que atingia os trabalhadores em Porto Alegre. Os grandes industriais aceitaram algumas das medidas do Estado prevendo uma espécie de “ganho político” com a solução da carestia. A ideia já fora avaliada por Alexandre Fortes, referindo-se especificamente ao caráter étnico do paternalismo presente nas indústrias Renner e Varig em Porto Alegre.<sup>250</sup> Mas talvez o termo possa ser preciso para compreender inclusive como a burguesia porto-alegrense se aproximou das diferentes instâncias do

<sup>248</sup> PERROT, Michelle. Op. cit. p. 61.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>250</sup> Ver o capítulo 5 da obra *Nós do Quarto Distrito...* FORTES, Alexandre. Op. cit. p. 177-240. A questão da etnicidade ocupa um papel central em seu trabalho, tanto no que se refere aos operários do Quarto Distrito como no que diz respeito aos empresários que tinham seus estabelecimentos nessa região.

poder político para solucionar o problema do alto custo de vida dos trabalhadores sem estar, necessariamente, vinculado às etnias dos representantes do patronato. Assim, pode-se dizer que havia entre o empresariado um duplo objetivo muito semelhante ao do Estado: em parte, reduzir o custo da reprodução da sua mão-de-obra e em parte, legitimar-se perante os trabalhadores como solucionador do problema da escassez.

Os mecanismos de legitimação das empresas partiam de dois patamares distintos, pois diferente do Estado, os empresários não tinham como criar medidas repressivas para dar conta do problema do custo de vida. Logo, recorriam a ações de tipo *assistencialista* por um lado e, por outro, de tipo *preventivo*. Creio que essa diferenciação é necessária para entender quais medidas visavam atingir os trabalhadores em médio-longo prazo (*preventivas*) e aquelas que pretendiam apenas angariar seu apoio com medidas de curto prazo (*assistencialista*).

Para esclarecer melhor as diferenças entre esses dois tipos de medidas, é necessário entender como se constituíram tais ações. No âmbito do assistencialismo de medidas, não faltavam empresas que, em épocas de festas, decidiam por “agrariar” seus funcionários com comemorações, banquetes, ou mesmo brinquedos para os filhos e assistência à saúde para as famílias. Um exemplo disso é uma interessante notícia do *Correio do Povo* enaltecendo as comemorações de Natal na empresa Siderúrgica Rio-Grandense, com o título “um Papai Noel de ‘Ferro’ com coração de ouro”. A empresa decidiu oferecer uma festa de Natal aos filhos dos operários, com mesas fartas de doces e salgados, incluindo aí a compra de 800 brinquedos para distribuir entre as crianças. A notícia relata, ainda, que a família dos diretores também estava presente e as fotos do jornal revelam, inclusive, o diretor da companhia, João Alberto Lahorgue, cercado pelos filhos dos operários.<sup>251</sup>

Seria difícil atribuir outras medidas à empresa, já que o jornal não noticiara, nos anos seguintes, outras medidas tão beneficentes por parte da siderúrgica. No entanto, a festa de Natal de 1942, ganhando tamanho destaque, sugere algumas possibilidades de análise. A primeira delas é, claro, de que a própria matéria, mesmo que sem a intenção, acabou sendo uma excelente peça de propaganda para a firma. Nesse sentido, o segundo ponto que pode ser analisado é a ação dos diretores da empresa para reforçar o apoio por parte dos funcionários. Dos três pontos citados por Michelle Perrot, tanto a presença dos diretores nos locais de trabalho – ainda que no momento da festa – como a formação de

---

<sup>251</sup> “Siderúrgica Rio-Grandense: um Papai Noel de ‘Ferro’ com coração de ouro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1942, p. 7.



um modelo familiar de gestão parecem se destacar na notícia do *Correio do Povo*. Mas e a identificação dos trabalhadores com a firma? Não se pode chegar a essa conclusão simplesmente pelo fato dos operários levarem seus filhos para a festa, ainda que certamente o trabalhador considerasse que a festa tinha um sentido para os seus filhos, já que com o seu escasso salário dificilmente conseguiria fazer alguma celebração de tamanho volume em casa.

Talvez esse seja o problema em analisar essa identificação dos trabalhadores com a empresa como um ponto essencial da análise de Perrot. Tal consideração é pertinente, mas indica, de certa forma, muito mais um desejo dos empresários do que uma relação realmente existente de adesão dócil do trabalhador ao seu patrão. Pensando dessa forma, pode se remeter novamente a Thompson e observar como a deferência pode ser uma arma política para “os de baixo” contra os “de cima”, permitindo um maior grau de vigilância e mesmo de cobrança nessa relação. Assim sendo, o grau de adesão dos trabalhadores ao paternalismo empresarial precisa ser tomado com cautela pelo historiador.

Um outro exemplo de tal consideração acerca dos interesses dos industriais na consolidação dessas relações paternalistas pode ser percebida através de outra notícia do *Correio do Povo*, de 18 de fevereiro de 1943, cuja manchete afirmava se tratar de “um belo gesto de um adiantado industrial”. O industrial não era ninguém menos que Walter Gerdau, dono da fábrica Gerdau, que oferecera um “lunch” em homenagem aos seus empregados mais antigos. O jornal ainda anunciava, com um certo orgulho, que “há muitos exemplos de homens que colaboram, diretamente para o engrandecimento do país, e que, certamente, deveriam ser imitados.” Na ocasião, sentado em uma mesa em forma de “U”, cercado pelos trabalhadores homenageados da firma, o sr. Gerdau ainda falara sobre “a aplicação das leis sociais que o governo de Getúlio Vargas promulgou e cuja finalidade é a perfeita união entre o capital e trabalho.”<sup>252</sup> Novamente, sem saber ao certo de que forma os trabalhadores se identificavam com a empresa e se realmente sentiam-se agradecidos pela homenagem de Walter Gerdau, o que fica claro aos historiadores é a intenção explícita da empresa em reforçar os laços entre patrão e operário no ambiente fabril – algo que, diga-se de passagem, é visível até mesmo nos dias de hoje, mesmo diante de todas as mudanças de matriz produtiva que o capitalismo vem passando.

---

<sup>252</sup> Todas informações acerca desse “lunch” fora retirado da notícia: “Belo gesto de um adiantado industrial”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/02/1943, p. 7.

Mas tais dúvidas não devem ignorar que, de fato, em certos momentos, poderiam existir casos de identificação dos trabalhadores com a empresa, ou no mínimo uma consideração diferenciada em relação ao patrão por parte dos seus empregados. Alexandre Fortes, citando o caso das indústrias Renner, ressalta que

“Provendo emprego relativamente seguro ao longo de várias décadas, (ela) implantou um amplo leque de benefícios aos seus trabalhadores e tornou-se um grande desafio para o movimento operário, cujas lideranças identificavam seu proprietário não apenas como inimigo de classe, mas como um concorrente na disputa pela lealdade dos trabalhadores.”<sup>253</sup>

As indústrias Renner são, de certa forma, um caso a parte no empresariado gaúcho e no seu impacto dentro do seio do próprio movimento operário, como aponta o autor. Havia, segundo ele, uma “disputa ideológica” entre a empresa e as organizações de trabalhadores. Segundo o *Pequeno manual dos empregados* que a indústria distribuía aos funcionários da firma já a partir de 1946, a fidelidade dos seus operários era revelada por uma postura de defesa à empresa, repudiando “todos os ataques dirigidos” a ela e à sua organização.<sup>254</sup> Diante desse ponto, é válido questionar como essa indústria articulou sua resposta à crise do custo de vida da qual seus trabalhadores, como tantos outros, passavam. Sem dúvida, elas representam exatamente o que aqui se refere como ações preventivas acerca do problema da escassez.

Essas medidas, de certa forma, acabam cruzando-se com as de caráter preventivo oriundas do Estado e colocadas em vigor por suas leis. No entanto, merecem uma atenção diferenciada pela própria reutilização do discurso de proteção ao trabalhador por parte da empresa. Os refeitórios da empresa, por exemplo, se orgulhavam de oferecer “boa e farta refeição com o máximo de higiene e asseio”, sem mencionar que a sua instalação ocorrera por conta das medidas do Estado Novo.<sup>255</sup> Outro caso de reutilização das leis sociais por parte das empresas pode ser visto, por exemplo, no que o manual fala sobre o pagamento das horas extras, afirmando que sempre que fosse necessário “trabalhar algumas horas além do horário diário normal”, pagava-se sobre o

---

<sup>253</sup> FORTES, Alexandre. Op. cit., p. 178. A militante comunista, Julieta Batistioli, empregada da fábrica Renner ressaltara, em entrevista a Francisco Carvalho Júnior, que as dificuldades na militância da fábrica eram marcadas pela adesão dos operários à Renner diante da comparação com outras firmas. Citado em *Ibidem*. p. 215.

<sup>254</sup> *Pequeno manual dos empregados*. Porto Alegre: A. J. Renner – Indústria do Vestuário, 1946, p. 29. Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>255</sup> Ver seção 1.3 do capítulo anterior.

salário correspondente às horas trabalhadas: “50% de aumento, de acordo com praxe antiga adotada pela empresa, já antes de vigorar a lei que estipula o mínimo de 25%”.<sup>256</sup>

Mas há um elemento que deve ser ressaltado no manual dos empregados da Renner. Há nele um detalhado texto acerca da cooperativa de consumo da fábrica. Em funcionamento a partir de 3 de setembro de 1944, tendo sua criação elogiada pelas páginas do *Correio do Povo* – que defendiam o ditado “uma mão lava a outra e as duas lavam a cara” – com o jornalista exaltando a sua organização composta já de início por mais de 500 empregados. Na ocasião da inauguração, foi o industrial A. J. Renner que cortara a fita, abrindo-a para o público. A notícia afirmava também que operários, suas famílias e representantes de órgãos de classe e do Estado estavam presentes na cerimônia. Entre alguns desses representantes estavam inclusive os diretores do Círculo Operário, indicando seu interesse nessa forma de organização, como pode ser visto já em um relatório da organização sobre o ano de 1944.<sup>257</sup> Por parte do Estado, é válido ressaltar que mesmo a Delegacia Regional do Trabalho mandou alguém em nome do delegado Paranaguá de Andrade.<sup>258</sup>

Funcionando próximo da unidade produtiva, a cooperativa tinha “um armazém de gêneros alimentícios, utensílios domésticos, fazendas e artigos de armarinho, medicamentos etc.” A partir dessa explicação, o manual prossegue descrevendo o seu funcionamento, ressaltando que o capital da cooperativa era resultante dos próprios funcionários da empresa através de quotas-partes – sendo que cada uma dessas quotas custava cerca de Cr\$ 100,00 (podendo ser paga em prestações mensais de Cr\$ 10,00). No entanto, o manual ainda demonstra, a título de exemplo, que se o funcionário gastasse Cr\$ 2.000,00 em um ano, ele receberia de volta 4% do valor, poupando então Cr\$ 80,00. Em suma, o próprio manual defendia a cooperativa de consumo como uma “união de consumidores com o fim de conseguir artigos de seu gasto e uso, nas melhores condições de qualidade, preço, de peso ou outras medidas”.<sup>259</sup> Bastava ao funcionário, depois de apresentar o capital para ingressar na cooperativa, oferecer uma fotografia 3x4 para fazer a sua ficha e a de sua família.

Até aí, a cooperativa parece ser apresentada pela empresa como uma iniciativa autônoma dos funcionários para enfrentar a escassez. No entanto, o manual prossegue

---

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>257</sup> *Relatório do Círculo Operário Porto Alegrense*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da imprensa oficial. 1945. p. 44.

<sup>258</sup> As referências acerca da inauguração foram retiradas da notícia: “Dos operários e para os operários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/09/1944, p. 11.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 10.

afirmando que as compras na cooperativa só podiam ser feitas à vista. Se o empregado, no entanto, não possuía dinheiro, quem fazia a compra é a própria empresa. Como enfatiza o texto, “assim o crédito é dado pela firma e não pela cooperativa, reservando-se aquela o direito de concedê-lo de acordo com a importância de quotas-partes subscritas pelo associado ou por intermédio de Cadernetas de Crédito fornecidas aos empregados.”<sup>260</sup> A partir desse texto, não é absurdo supor que boa parte da relação de deferência e identificação que muitos dos trabalhadores poderiam ter com a fábrica vem da interferência direta de seu capital na cooperativa de consumo. Sendo uma das principais credoras de seus próprios empregados, as indústrias Renner controlavam, dessa forma, inclusive os gastos mensais de suas famílias. Não seria de se estranhar que houvesse até mesmo uma espécie de vigília social quanto aos gastos familiares dos operários, em modelo semelhante do salário de 5 dólares de Henry Ford no início do século nos Estados Unidos.<sup>261</sup>

O manual dos empregados refletia exatamente essa preocupação com os gastos domésticos de tal forma que a cooperativa de crédito dos funcionários também era respaldada pela empresa. Segundo o livreto, havia

“um grande número dos (trabalhadores) que adotaram o sistema de depositar quinzenal, ou mensalmente, uma determinada quantia na cooperativa de crédito. [...] Todos os que trabalham e fazem jus a um salário podem economizar e devem fazê-lo, principalmente se têm família. [...] O tempo, a persistência, se encarregarão de transformar os algarismos em algo mais importante do que podem parecer à primeira vista. ‘Vinte centavos economizados durante o dia dão no fim do ano 73 cruzeiros mais os juros.’ O importante é não deixar de economizar, de guardar para o dia de amanhã aquilo que hoje podemos dispensar sem grandes sacrifícios.”<sup>262</sup>

Essa defesa da economia doméstica como algo ligado à poupança das rendas da família não era exatamente novidade entre os empresários porto-alegrenses. Mas a fábrica Renner sem dúvida trouxe a situação a outro patamar. A própria indústria do vestuário se transformara com a situação de penúria causada pela guerra. No dia 11 de abril o *Correio do Povo* noticiava com uma impactante manchete – “uma iniciativa

---

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 11-12.

<sup>261</sup> NEFFA, Julio César. *Los paradigmas productivos taylorista y fordista y su crisis. Una contribución a su estudio, desde el enfoque de la “Teoría de la Regulación”*. Buenos Aires. Asociación Trabajo y Sociedad PIETTE (CONICET) / Ed. Lumen, 1998. p. 120-126.

<sup>262</sup> *Pequeno manual...op. cit.*, p. 19-20.

patriótica partida do Rio Grande do Sul” – o lançamento dos calçados populares das lojas Renner, voltado para os trabalhadores. A notícia em si enfatiza o lançamento como demonstração de patriotismo para lidar com os problemas que o esforço de guerra cria na sociedade brasileira. Segundo a reportagem, a imprensa, sempre atenta em defender a “conduta nacional nesta fase da vida brasileira”, interessou-se em saber mais detalhes dessa medida de “grande expressão para a economia popular do Brasil – a do lançamento do calçado bom e barato para consumo das populações do país.”<sup>263</sup>

Na verdade, a preocupação das indústrias Renner parece, de fato, ser com os trabalhadores. Afinal, a redução do preço de calçados e roupas era importante inclusive para seus empregados. No entanto, nesse sentido o manual também revela que, por maior que seja a preocupação das indústrias com o vestir do seu operariado – apoiando-se principalmente na uniformidade dos artigos – também dependia dele a produção. Como argumenta o manual, defendendo o tema “qualidade pelo mínimo de custo”,

“Pois bem, devemos nos colocar na situação do consumidor, que adquire os artigos que aqui confeccionamos; ele também quer artigo bom por preço menor possível. Ora, nós trabalhamos numa indústria do vestuário, e devemos ter a consciência de produzir boa mão-de-obra e não concorrer para a elevação dos preços; se não trabalhamos com capricho, se nosso serviço tiver que ser feito duas vezes; se cometemos erros e causamos prejuízos; se desperdiçamos tempo durante os serviços; se não cooperamos com os colegas e os mestres; se faltamos seguidamente ao trabalho, enfim, se deixamos de fazer tudo pelo melhor e nos conformamos com a mediocridade – se assim procedermos, estaremos agravando o custo da mercadoria que produzimos.”<sup>264</sup>

Esse parágrafo, que explicita inclusive o grau de disciplina que se exigia para a exploração do capital sobre o trabalhador da indústria Renner, demonstra também a fórmula de redução de custos que a empresa defendia. Ao colocar os trabalhadores para realizar a montagem dos artigos que eles mesmo deveriam consumir, havia o constante lembrete de que a produção e o consumo caminhavam juntos. Se queriam consumir mais, deveriam produzir mais. Essa visão de A. J. Renner talvez seja exemplar sobre como o paternalismo empresarial, referente ao consumo, passava diretamente pela questão da produção.

---

<sup>263</sup> “Uma iniciativa patriótica partida do Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/04/1942, p. 5.

<sup>264</sup> *Pequeno manual...op. cit.*, p. 27.

O caráter paternalista às vezes se ressaltava por outros meios. Na *Revista Orientação Econômica e Financeira*, da qual um dos editores era o próprio A. J. Renner, às vezes acabava por tomar um caráter mais moralista. Em 1944, no seu editorial, ela defendia impostos mais altos aos botequins, vendas e pequenos armazéns, por serem “geradores de indisfarçáveis males sociais”.<sup>265</sup>

A revista, por si só, revela também um outro ponto acerca das ações preventivas por parte do empresariado e que elucidam algo ainda muito pouco claro que é a posição de classe. Anunciando, em seu primeiro número, se tratar de uma revista de estudos econômicos em “auxílio às classes produtoras”, a *Orientação Econômica e Financeira* passou a se preocupar desde o princípio com o problema da escassez econômica que atingia o Estado. A diversidade de diagnósticos e soluções sobre a crise, no entanto, revela que ela não constituía um órgão decisivo e sim, muito mais um veículo de opinião do empresariado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, ele sugeria ao Estado medidas *reguladoras, preventivas e repressivas*, provavelmente, devido às suas boas relações com os órgãos públicos.

Uma das suas mais interessantes propostas surgiu no editorial de maio de 1944, citado anteriormente. Nele havia a sugestão para que os trabalhadores tivessem chácaras onde trabalhariam na terra, sendo que ao mesmo tempo que aumentariam as calorias de sua dieta poderiam também achar uma “distração” além dos muros da fábrica.<sup>266</sup> E ainda assim, o artigo parece revelar uma posição bastante comum: três meses depois de sua publicação, o próprio governo do interventor Ernesto Dornelles defendera posição semelhante, prometendo conceder granjas aos ferroviários que trabalhavam na Viação Férrea do Estado para enfrentarem a alta do custo de vida.<sup>267</sup>

No entanto, o trabalho do antropólogo José Sérgio Leite Lopes demonstra que, por mais “radical” que possa parecer essa iniciativa, ela revela uma face muito específica da formação do mercado de trabalho no Brasil que incumbiu muitas vezes os próprios trabalhadores de arcarem com parte do seu custo de reprodução. Ao ter de trabalhar uma parte de seu tempo livre na terra para garantir sua subsistência, esses

---

<sup>265</sup> “Um aspecto do problema da carestia”. *Revista Orientação Econômica e Financeira*. n. 24, ano II, maio de 1944. p. 9.

<sup>266</sup> “Um aspecto do problema da carestia”. *Revista Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre. Ano II. n. 24, maio de 1944. p. 8-9.

<sup>267</sup> “Amparo aos ferroviários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/08/1944. p. 22.

trabalhadores fabris viviam uma extensão da jornada de trabalho em seus próprios lares.<sup>268</sup>

É difícil saber se houve efetivamente um processo de doação de terras por parte de Dornelles aos ferroviários gaúchos. No entanto, é revelador como a ideia exposta em editorial logo fez parte de um plano político para lidar com o custo de vida dos trabalhadores por parte do Estado. Essa interligação entre a burguesia gaúcha e poder político no período do Estado Novo acerca de seus projetos para os trabalhadores ainda necessita ser melhor analisada. No entanto, é possível perceber que havia preocupações comuns entre eles no que diz respeito ao custo de vida, de forma que Estado e burguesia não devem ser dissociados em suas práticas diante do proletariado que passava por uma situação de carestia.

Talvez seja importante ressaltar mais uma vez os limites dos discursos e práticas paternalistas que Estado e empresariado sustentavam. Em setembro de 1942, em edição especial em face da entrada do Brasil na guerra, a *Orientação Econômica e Financeira*, em um editorial chamado *Mais canhões, menos manteiga*, conclamava o povo brasileiro a uma época de sacrifícios e de “aperto dos cintos”.<sup>269</sup> Talvez o conselho editorial da revista, formado por economistas e industriários, não soubesse que a crise se avizinhava, ou simplesmente ignorasse que o problema do custo de vida já era sério o suficiente antes da guerra. Entretanto, a consigna de Benito Mussolini, ironicamente estampada no editorial da publicação, revelava um desdém que poderia colocar em xeque o próprio sistema de relações paternalistas que se configuraria. Ela evidenciava ao menos, a fragilidade dos caminhos tomados para conquistar a “deferência” dos trabalhadores porto-alegrenses enquanto eles experimentavam a escassez, que nada mais era do que outro lado da “batalha da produção”.

---

<sup>268</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1976. p. 116-118.

<sup>269</sup> “Mais canhões, menos manteiga”. *Revista Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre. Ano I. n. 5, setembro de 1942, p. 1-2.

### CAPÍTULO 3

#### AS TRINCHEIRAS DOS SOLDADOS-OPERÁRIOS

*“Se o operário soubesse  
 Reconhecer o valor que tem seu dia  
 Por certo que valeria  
 Duas vezes mais o seu salário  
 Mas como não quer reconhecer  
 É escravo sem ser  
 De qualquer usurário  
 Abafa-se a voz do oprimido  
 Com a dor e o gemido  
 Não se pode desabafar  
 Trabalho feito por minha mão  
 Só encontrei exploração  
 Em todo lugar”*  
 (“Samba do operário” – Cartola)

#### 3.1 - A economia moral de guerra dos operários através das “Queixas do Público”

Na seção 2.1, onde foi tratada a questão da escassez entre os operários, pôde se perceber que a “batalha do leite” foi uma espécie de gota d’água para os trabalhadores. Durante a crise do leite que iniciou em abril de 1943, o proletariado porto-alegrense começou a se manifestar diante da escassez de alimentos, do aumento de preços, da intensificação da jornada de trabalho e do desrespeito do patronato às novas leis trabalhistas. Uma verdadeira combinação de infelicidades parecia atingir os centros urbanos brasileiros. Mas o que os trabalhadores fizeram diante do que parecia ser uma caótica desestabilização na alimentação, no trabalho e no próprio lazer?

Na seção 1.1, por sua vez, foi visto que os trabalhadores ficaram bastante limitados em suas ações políticas tradicionais por conta de leis como a Lei de Segurança Nacional (promulgada em 1935), que limitava a própria política de greves. Nesse quadro, caberia examinar a hipótese de que os trabalhadores necessitavam estabelecer fundamentos novos para atuar politicamente e poder exigir seus direitos. Diante da conjuntura de escassez, não se pode esquecer que já em 1938 o governo Vargas promulgou uma lei que definia o que eram os crimes contra a economia popular. O Decreto-Lei nº 869 de novembro de 1938. Essa lei considerava crime destruir ou estocar mercadorias com o fim de garantir a alta de preços, assim como fraudar pesos e medidas de mercadorias, o que por si só já serviria para enquadrar os “atravessadores” do



capítulo anterior.<sup>270</sup> Mas a lei não foi considerada de imediato como uma opção de luta aos trabalhadores. Pelo contrário, a impressão que passa ao historiador dos dias de hoje é de que ela foi engavetada e esquecida pela burocracia do regime, ainda que fosse um interessante instrumento de controle do mercado de preços e resgatada somente no período da guerra.<sup>271</sup> A incorporação do assunto “tabelamento” nos discursos dos operários só passou a fazer sentido quando os próprios operários reivindicaram não apenas o tabelamento, mas um controle sobre o mercado que não implicasse uma “ávida busca por lucros” e nem fosse regido pela “lei de oferta e procura”.

Em agosto de 1942, antes mesmo da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, o jornal *Correio do Povo* recebia em sua seção intitulada “Queixas do Público” uma carta, assinada por Diúlio Brandão Olivaes, que discutia o problema da escassez que enfrentava o mercado porto-alegrense.<sup>272</sup> Diúlio começara sua carta enfatizando o caráter do povo brasileiro, que “tem manifestado uma extraordinária disciplina e uma compreensão exemplar dos acontecimentos”, mas que exatamente por isso “esse povo deve e carece ser defendido pelos poderes públicos, pelas autoridades administrativas e policiais.” Ser uma voz na defesa do povo diante da “série longa e objetiva de influências externas que produzem o encarecimento dos gêneros essenciais à subsistência”, entre as quais se destacavam “as manobras positivamente especuladoras da doutrina econômica do ‘altismo’”, essa era a missão da carta de Diúlio. Mas a carta prossegue, com um forte parágrafo acusador sobre os “altistas”:

“É mais um ‘ismo’ contra a tranqüilidade da população que deseja trabalhar, produzir, cooperar, viver e subsidiar a vida de família no lar. A doutrina altista age, apesar de tudo. Em nosso Estado, principalmente em nossa capital, ela atua em expansão horizontal e vertical. Nos períodos inquietantes da enchente, as autoridades exerceram uma vigilância brilhante, enérgica e radical: prendiam sistematicamente os contraventores das leis que defendem a economia

<sup>270</sup> Ver BRASIL. Congresso Nacional. Decreto-Lei n. 869 de 18 de novembro de 1938. O texto integral pode ser encontrado no endereço eletrônico: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=28104> . Última consulta: dia 10 de março de 2008, às 21:00h.

<sup>271</sup> Em um levantamento realizado nos relatórios do Arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul, foram encontrados apenas 3 processos-crimes em Porto Alegre que foram enquadrados na lei 869 no período que vai de 1942 a 1945. É possível que exista uma documentação maior ainda não localizada, ou mesmo que tenha havido casos onde os crimes foram enquadrados em outra lei. Mas também é possível que as denúncias policiais tenham se dirigido ao DOPS do Rio Grande do Sul, que teria criado a Seção de Ordem Econômica, uma sub-seção destinada a enfrentar crimes contra a economia popular.

<sup>272</sup> As informações a seguir são retiradas da seção “Queixas do Público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/08/1942. p. 5.

popular.<sup>273</sup> Pois agora, mais do que antes, está fazendo falta a ação repressora ao ‘altismo’ e às especulações feitas em nome da ‘guerra’, da ‘situação internacional’. Em São Paulo, a comissão de abastecimento tabelou os preços dos gêneros e entregou a fiscalização à polícia. Defraudada a lei, a prisão deve ser imediata e, como a consequência da prisão, o processo corretivo.”

Diante de tais acusações, Diúlio sugere que o mesmo que era feito em São Paulo fosse realizado em Porto Alegre também. Mas outra parte interessante de sua carta é que ele não distingue entre os “altistas” comerciantes varejistas, ou atacadistas, como revela outro parágrafo:

“Reconheço contudo, que é imprescindível a fixação de preços a começar pelo comércio atacadista, do qual, invariavelmente, se queixa o comércio a varejo apresentando-se como vítima das especulações. Em parte é verdade, mas em parte existe a ganância de lucros abusivos da parte do comércio direto com a população. Nos arrabaldes certos comerciantes a varejo se arvoram ditadores irrefreados de preços, aumentando-os a cada etapa semanal sem motivos plausíveis a alegar, senão o estribilho enervante de ‘guerra’, ‘acionamento’, ‘escassez’, ‘situação do mundo’ e por esse estalão além. O povo tudo suporta calmo, o que não impede, porém, de avocarmos, nós do povo, a intervenção direta, positiva e severa das autoridades locais, conforme se procede atualmente em São Paulo e na capital do país. Do contrário, sr. redator, não sabemos até onde vamos parar com a subida desbragada de preços.”

O interessante na carta de Diúlio é que ela parece se dividir em duas partes: o diagnóstico da situação atual, definida pelo termo “altismo”, e a outra parte, exigindo uma solução por parte das autoridades locais, para que pudessem intervir na situação e acabar com as especulações dos comerciantes.

No primeiro caso, Diúlio diz que o “altismo” é uma “doutrina” que rege as práticas comerciais da sociedade porto-alegrense, mais um “ismo” que atenta contra a tranquilidade do povo. Através dessa afirmação se pode compreender que talvez a ameaça do nazismo, do fascismo – ou mesmo do comunismo, diante da perseguição do Estado Novo – não parecia tão grave ao trabalhador quanto o “altismo”, esse sim, muito mais concreto em sua realidade e muito mais perigoso àqueles que desejavam apenas “trabalhar, produzir, cooperar, viver e subsidiar a vida da família no lar”. Mas no diagnóstico de Diúlio, essa tranquilidade não era possível porque os comerciantes da

---

<sup>273</sup> É importante esclarecer que em 1941, Porto Alegre foi vítima de uma forte enchente que alagou praticamente todo o Centro da cidade e diversos bairros do Quarto Distrito. Para mais informações, o capítulo 3 do livro de Alexandre Fortes se dedica ao processo de construção da memória coletiva acerca da enchente de 1941 no Quarto Distrito. Ver: FORTES, Alexandre. Op. cit. p. 99-116.

capital, fossem eles atacadistas ou varejistas, eram especuladores que aproveitavam-se da conjuntura da guerra, repetindo uma série de clichês para justificar o preço dos gêneros alimentícios, coisa que parecia tirá-lo do sério.

Porém, ao contrário da irritação que poderia transparecer na carta, Diúlio afirmava que o povo – do qual ele fazia parte – “tudo suportava calmo”. A grande questão que se coloca, no entanto, é que mesmo “calmo”, ele tinha de exigir uma intervenção das autoridades diante dessa situação. Mas ao invés de usar o espaço da carta para denunciar um ou outro comerciante em específico, Diúlio prefere generalizar ao máximo ao atribuir o “altismo” como algo que ocorria em todo o comércio, tal como demonstrado pela imprensa gaúcha na época, visto na seção 2.2. As autoridades podiam prender qualquer comerciante, mas o que tinha de ser combatido era o próprio “altismo”. A partir dessa meta, era importante enfatizar que suas ações durante as enchentes do ano anterior tinham sido exemplares, pois conseguiram enfrentar os comerciantes que desafiavam a “economia popular”.

Sem dúvida, retomar o papel das autoridades locais no período da enchente era importante, pois a própria narrativa da enchente era agora considerada uma história de superação dos porto-alegrenses, como indica um texto da *Revista Orientação Econômica e Financeira*, enfatizando que “heroicamente, grande parte do operariado e empregados, abandonando seus interesses particulares e suas famílias, lutou ainda para salvar o que fosse possível da fúria das águas”. E mesmo diante da calamidade da enchente, “as indústrias do bairro renasceram porém desse novo dilúvio e lá estão trabalhando os seus milhares de operários, colméia imensa e incansável cujo trabalho assegurou a reconstrução também de seus lares desfeitos pela catástrofe tremenda.”<sup>274</sup> Portanto, o apelo que Diúlio fazia na sua carta era de que em nova situação de dificuldade, motivada agora pela conjuntura da guerra, os porto-alegrenses (com a ajuda das autoridades) pudessem superar o “altismo”.

Recorrer às autoridades pode ter um duplo sentido para o observador atual. Por um lado, o trabalhador estaria fazendo valer a lei como forma de reforçar seus direitos, como forma de defender-se diante da opressão e da miséria em que se encontrava. Esse uso das leis em benefício dos próprios trabalhadores marca o período do Estado Novo e passa a fazer parte da realidade daqueles, especialmente com a criação das próprias leis trabalhistas, gerando no seio da classe o que John French definiu como uma

---

<sup>274</sup> Contribuição para a história do bairro fabril de Porto Alegre. *Orientação*. Porto Alegre. n. 1. Abril de 1943. p. 18-20. Citado em FORTES, Alexandre. Op. cit., p. 106-107.

“consciência legal dos trabalhadores”, termo ‘emprestado’ da tese de doutorado de Maria Célia Paoli.<sup>275</sup> Mas esse uso legal também tem um outro sentido. Na seção 1.1 foi ressaltado que os trabalhadores podiam também exigir do Estado obrigações e deveres, já que sua relação implicava uma suposta mutualidade. Um “pai” não poderia abandonar o seu “filho”, assim como o Estado não poderia abandonar os trabalhadores que tanto faziam por ele. Portanto, essa forma de exigir a participação das autoridades em uma questão como a escassez era um inteligente uso da própria hegemonia que o Estado buscava consolidar através do pacto trabalhista mas invertendo-a para exigir que o Estado também cumprisse seu papel.

Mas todas essas reflexões acerca da carta precisam ser melhor situadas no que diz respeito à própria escrita do texto. Não se sabe ao certo se Diúlio Brandão Oliveas fazia mesmo parte do “povo” como parecia ser salientado pela carta. E sequer pode se dizer que ele existia realmente com esse nome, podendo esse ser um pseudônimo para enviar a carta ao jornal. Além disso, se tratava de uma linguagem que sabia muito bem explorar a ironia e as metáforas. A “doutrina altista”, que tinha por sua vez como “ditadores” os comerciantes do varejo que aumentavam os preços com um “estribilho enervante” que repetia “guerra”, “escassez”, “acionamento” etc. Mas supondo que Diúlio não existisse, alguém criara um personagem que se identificava como “um do povo” e, como tal, sofrendo os mesmos problemas exigia uma solução.

As cartas aos jornais se mostravam um instrumento que permitia uma forma de comunicação com órgãos oficiais, inclusive como uma forma de consolidação da cidadania. Como aponta Eduardo Silva, em trabalho sobre cartas populares enviadas para *o Jornal do Brasil* no início do século XX, se pode ressaltar que elas eram dirigidas a dois tipos de ações do Estado: uma na qual era identificado o “Estado-regulador” (exigindo sua interferência), e a outra na qual era identificado o “Estado-chefe” (lamentando sua interferência).<sup>276</sup> Mas o uso destas cartas para os órgãos oficiais mostram algumas estratégias interessantes a serem analisadas.

A primeira, sem dúvida, é o recurso de escrever uma carta dirigida ao redator do jornal para exigir a prestação de contas das autoridades. Cobrar o papel do “Estado-regulador” faz parte de uma estratégia política, sem dúvida, mas cobrar esse papel através de uma carta endereçada ao jornal, revela outra preocupação. A questão não era

---

<sup>275</sup> FRENCH, John. Op. cit. p. 10.

<sup>276</sup> SILVA, Eduardo. Op. cit. p. 34.

simplesmente fazer uma exigência, mas garantir a legitimidade do jornal como “mediador” em um diálogo com o Estado.

Por outro lado, havia aqueles que não recorriam a essa mediação do jornal. Jorge Ferreira salienta, por exemplo, que também muitos trabalhadores enviaram cartas diretamente à Vargas e que esse fora provavelmente o maior número de correspondências que a Secretaria da Presidência da República teria recebido durante boa parte do período republicano.<sup>277</sup> Mas aqueles que preferiam confiar ao jornal o posto de mediador para exigir uma atitude das autoridades, podiam recorrer também a uma outra estratégia: o anonimato. Bastante recorrente nas cartas enviadas à redação do *Correio do Povo*, é no mínimo curioso ver a assinatura de algumas dessas cartas às “Queixas do Público”, do *Correio do Povo*. Elas eram assinadas por “um trabalhador”, “um operário”, “um prejudicado”, “um morador”, “uma vítima”, “um chefe de numerosa família”, “um pai de família”, “um porto-alegrense”, “um amigo das crianças”, “um marginal de 1ª classe”, ou mesmo alguns pseudônimos que merecem também atenção, como “João da Rua”, “Leite Furtado”, ou “Brasilino Brasil.” Independente do grau de criatividade na assinatura, basta dizer que das 54 cartas analisadas, 40 delas apelaram para algum recurso de anonimato – ainda que não se tenha certeza se as pessoas que assinavam as outras 14 cartas realmente existiam. Ainda que variasse a pauta de reclamações do momento, havia muito mais segurança em uma denúncia anônima do que em uma denúncia que pudesse ser rastreada e que inclusive sofresse alguma retaliação em âmbito pessoal. Portanto, quando se encontra uma carta do seu “Diúlio Brandão de Oliveas”, é compreensível essa desconfiança sobre a existência desse indivíduo. No entanto, o anonimato não parece ser um bom motivo para descartar as cartas do *Correio do Povo* como fontes para a pesquisa, ainda mais levando em consideração a originalidade que esse tipo de documentação tem em pesquisas sobre o movimento operário no período.<sup>278</sup>

Sendo assim, independente do questionamento que possa se levantar sobre “Diúlio Brandão de Oliveas”, no dia 4 de novembro do mesmo ano ele voltou a escrever

---

<sup>277</sup> FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...* p. 72-73. O primeiro capítulo do livro se dirige à uma análise das cartas enviadas, discutindo a cultura política dos trabalhadores no Estado Novo dentro da lógica da outorga e da cobrança.

<sup>278</sup> Na verdade, os poucos trabalhos que usam as cartas de jornais da grande imprensa como documentação de pesquisa remetem especialmente ao Brasil Império e à República Velha. Sobre a República Velha e as cartas mandadas para os jornais do período, ver: SILVA, Eduardo. Op. cit. Para uma abordagem sobre a escrita de cartas aos jornais durante o Império no Rio de Janeiro, ver: BASILLE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Jornais e cidade; a queixa do povo*. IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História e Imagem*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1998. p. 235-250.

ao *Correio do Povo*, agora com três reclamações bem específicas.<sup>279</sup> A primeira era a divulgação dos problemas de alagamento no bairro da Glória, “um dos mais assolados pelas moscas e pelos mosquitos” e que o Departamento Estadual de Saúde não havia feito nada. A segunda era uma retomada das reclamações contra o “problema torturante da subida de preços”, onde “aumenta-se o custo de vida sem nenhuma satisfação a autoridades e ao povo”. A reclamação do “seu Diúlio” apontava ainda que o grande problema não era tanto o aumento propriamente dito, mas a incerteza em saber quem era o responsável pelo aumento, já que para ele “os atacadistas atiram as responsabilidades para cima dos intermediários, estes a distribuem aos produtores, e os varejistas jogam-nas para cima dos atacadistas”. A terceira reclamação, no entanto, ia por outro sentido e é importante transcrevê-la literalmente:

“Torna-se inevitável, senhor redator, que o movimento de reajustamento dos salários, vencimentos e ordenados alcance todas as classes que trabalham, passando por escala desde os salários mínimos até aos que não atingem Cr\$ 1.000,00. Esse reajustamento deve ter por base, a partir dos vencimentos de Cr\$ 240,00 o acréscimo de 20% [e é] justo e comedido se considerarmos a situação econômico-social dos que trabalham. E somos até de opinião que os salários a partir de 240\$, ou Cr\$ 240,00 até Cr\$ 440,00 carecem do reajustamento de 30%, adotando-se a base de 20% para os vencimentos a partir de Cr\$ 400 até Cr\$ 900,00.”

O primeiro problema parecia revelar a moradia de “seu Diúlio”, o bairro da Glória, e os problemas que enfrentava ao lidar com alagamentos, moscas e mosquitos, em um ambiente pouco higiênico. Talvez esse comentário revele também o porquê de seu entusiasmo sobre a ação das autoridades na enchente de 1941, como explicitado na carta anterior. O segundo ponto, no entanto, é mais interessante para o objetivo do trabalho, ou seja, como se percebia a questão do aumento de preços entre os trabalhadores. Irritado com os comerciantes que se culpavam mutuamente pelos aumentos, a questão não era mais a “doutrina altista”, mas sim que enquanto cada um negava a responsabilidade pelos aumentos, sem dar satisfações ao povo, as autoridades sequer sabiam quem eram os verdadeiros culpados. E tudo continuava como desde a sua última carta de agosto, provavelmente até pior.

Mas é exatamente na parte em destaque que se acentua um caráter mais propositivo comparando com a última carta de Diúlio, pois fazia uma exigência em

---

<sup>279</sup> As citações a seguir são retiradas da seção “Queixas do Público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/11/1942. p. 2.

relação ao governo, na lógica do Estado-regulador que Eduardo Silva ressalta. Mas a solução precisava ser bastante específica para o problema do custo de vida: aumento de salários. E não um aumento vago e impreciso, mas um aumento com porcentagem definida e que contemplasse todos os trabalhadores! Estipulando um critério econômico para os aumentos, “seu Diúlio” desejava que o salário mínimo de Cr\$ 240,00 passasse a ser de Cr\$ 312,00. Não era exatamente um aumento suficiente para lidar com o custo de vida familiar como visto na seção 2.1, mas certamente um aumento considerável e que fora levemente reduzido no aumento de julho de 1943, onde o salário mínimo subiu para apenas Cr\$ 300,00.<sup>280</sup>

Difícil dizer quanto Diúlio Brandão de Oliveira ganhava com seu trabalho, ou sequer saber se ele era um operário, um profissional liberal, um empresário, um funcionário público etc. Suas informações sobre o custo de vida dos trabalhadores podiam vir das leituras do *Correio do Povo*, ou de vizinhos, de amigos, ou talvez da própria família e de sua experiência. Mas a sua preocupação, mesmo que estivesse restrita a um âmbito individual, visava atingir todas “as classes que trabalham”, mostrando um indicativo de solidariedade que poderia muito bem ser encontrado em pronunciamentos grevistas. Essa forma de solidariedade que envolvia uma preocupação direta com outros trabalhadores indica um caminho interessante de possível negação à ideologia da outorga do Estado Novo, vista na seção 1.1 do trabalho.

Essa construção ideológica dependia da idéia de que Vargas havia concedido os direitos aos trabalhadores sem eles terem clamado por esses mesmos direitos, numa clara política de esquecimento das lutas operárias da Primeira República.<sup>281</sup> Mas o problema que o governo tinha de lidar é que se ele podia negar as lutas do passado, não podia simplesmente negar as exigências do momento atual. No caso, o aumento salarial era uma exigência de Diúlio em relação ao Estado – sendo que é importante ressaltar que durante todo o período, o reajuste salarial do mínimo só ocorrera em julho de 1943 e depois em dezembro do mesmo ano. Ainda assim, a exigência ao “Estado-regulador” era anterior e não estava se cobrando que ele realizasse o seu papel simplesmente, mas sim que ele realizasse um novo papel que era poupar o operariado das angústias da inflação, elevando o seu salário. Dessa forma, a carta de Diúlio pode ser entendida como se a ideologia de outorga não houvesse plenamente convencido o trabalhador.

---

<sup>280</sup> Registro acerca dos índices do salário mínimo do período disponível no endereço eletrônico: [www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf](http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf). Consultado pela última vez em 10 de março de 2008, às 21:00h.

<sup>281</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 196.

Ainda que desprovido do uso dos canais tradicionais de luta por conta da repressão do Estado Novo, ele encontraria outras formas para reivindicar das autoridades oficiais os direitos que considerava possuir.

Talvez essa interpretação possa parecer um tanto exagerada, mas a tentativa de dialogar com o Estado pelas cartas e exigir mudanças – e não apenas o cumprimento de seus papéis na própria ordem hegemônica construída – possivelmente era mais frequente do que pode se supor em uma ordem autoritária. Assim, no dia 14 de fevereiro de 1943, novamente o tema do reajuste dos salários aparece na seção “Queixas do Público” do *Correio do Povo*. Assinada por “Policarpo Rodrigues”, a carta é bastante sucinta e merece ser transcrita:

“Senhor redator – quem lhe escreve é um operário humilde. Um sujeito que trabalha e que recebe[sic] ordenado insuficiente para a manutenção de sua família. Há tempos, foi iniciada uma campanha em prol do reajustamento dos salários. Falou-se em abono e outras coisas[sic] mais. E até agora nada saiu de concreto. Muitas firmas aumentaram os vencimentos de seus empregados, outras concederam abonos. Mas, a grande maioria continua na mesma. O empregado tem de acompanhar a alta de todos os gêneros, de tudo, enfim, sem reclamar. E, depois de tudo isso, tem de cumprir ainda com suas obrigações de guerra...”<sup>282</sup>

A carta constituía-se apenas de um parágrafo, mas revela outros aspectos importantes que as de Diúlio Brandão não pareciam contemplar. O primeiro deles é a afirmação da classe social por parte do autor. A afirmação do “seu Policarpo” sobre ser um “operário humilde” não é simplesmente um recurso para compadecer o redator do jornal e seus possíveis leitores sobre sua situação social. Ela é também um modo de afirmar a sua cidadania e, portanto, ter os seus direitos devidamente reconhecidos. Ângela de Castro Gomes ressalta que o paradoxo do Estado Novo foi transformar essa concepção, suspendendo direitos civis e políticos. No entanto, ao dar continuidade e mesmo ao ampliar a política de direitos sociais, a cidadania passou a se firmar através dos direitos do trabalho.<sup>283</sup> Logo, o autor da carta não era apenas um reclamante anônimo, mas um sujeito ciente de que era cidadão e que portanto, poderia por isso exigir um tratamento condizente com o esforço que fazia pelo país. Esforço esse que não era pouco, além de ter que ver todos os preços aumentarem, mas “sem reclamar”.

<sup>282</sup> “Queixas do Público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/02/1943. p. 2.

<sup>283</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho...* p. 33-34.



Todavia, ao invés de argumentar através da ideia da “calma”, presente na primeira carta de “seu Diúlio”, esta nova carta apenas dizia que os empregados estavam “sem reclamar”. Sem poder protestar, fazer dissídios, paralisações e greves, e sem poder contar com os sindicatos, realmente, a constatação parece óbvia: o operariado estava sem reclamar de sua condição de vida. Mas quando essa própria observação ganha o tom de uma queixa, é que pode se perceber um interessante e até irônico subterfúgio, como se o “seu Policarpo” estivesse, no final das contas, reclamando que o operário não podia sequer reclamar! E uma reclamação que teria que ser direta aos donos de empresas de Porto Alegre, os mesmos que em sua grande maioria ainda não haviam concedido nem aumentos e nem abonos. Mas como essas empresas não aceitariam reclamações individuais que não fossem reconhecidas por sindicatos, mais um motivo para lamentar, ou até mesmo desejar, o espaço de reclamação perdido.<sup>284</sup>

Ainda há um outro pequeno detalhe na carta de “seu Policarpo” que também permite uma rápida análise e que é a questão das “obrigações de guerra”. De fato, muitos operários contribuíram com uma parcela de seus salários para o Exército brasileiro em guerra, através de “campanhas patrióticas”, no mês de agosto de 1942 até boa parte do mês de outubro, como já foi analisado na seção 1.3 do trabalho.<sup>285</sup> Além disso, o governo começou a vender “bônus de guerra” aos civis para ajudar o Exército a levantar fundos no mesmo período, o que talvez pudesse se enquadrar nas “obrigações de guerra” referidas na carta. Há também mais uma possibilidade: que essas tais “obrigações de guerra” não fossem apenas monetárias, mas sim aquelas refletidas no trabalho, na intensificação da jornada nas fábricas.

Outra hipótese pode ser contemplada através de um outro operário que, em carta de 15 de abril, ressaltava que o seu salário diminuía por conta das taxas que pagava ao Instituto de Aposentadoria e Pensões, à Legião Brasileira de Assistência, à sua entidade de classe e o imposto de guerra, que equivalia a 3% de seu salário.<sup>286</sup> Enfim, o fato é que mesmo trabalhando e sofrendo com o custo de vida, o operário ainda tinha de

---

<sup>284</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit. p. 234-235.

<sup>285</sup> São várias as notícias sobre estas contribuições no jornal *Correio do Povo*. Entre elas, “O auxílio dos trabalhadores”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1942. p. 3. Também, “Com 460.521,600 de contribuições, foi encerrada ontem a campanha popular em prol dos abrigos anti-aéreos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/10/1942. p. 10. O sindicato dos metalúrgicos também foi responsável por uma campanha semelhante, tentando coletar dinheiro de seus associados para a compra de aviões para a FEB. Para mais, ver *Relatórios da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre (1942-1943-1944)*, Relatório de 1942, Sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre. Sem página.

<sup>286</sup> “Queixas do Público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/04/1943. p. 3.

enfrentar a guerra e seu alto custo no “front interno”, o que passou a fazer parte dos assuntos das cartas ao *Correio do Povo*.

É o que se pode constatar na carta intitulada “Esforço de Guerra”, de “Brasilino Brasil”. Esse original pseudônimo não foi a única parte criativa da carta de 05 de setembro de 1943. O “seu Brasilino” narrou uma irônica história para denunciar o que ele considerava uma “desigualdade” que existia no comércio da capital, o qual estaria transmitindo um falso discurso de apoio ao “esforço de guerra”, como aponta o texto abaixo:

“Sr. redator – Tenho um compadre muitíssimo mais mentiroso que o dr. Goebbels. Imagine só a história que ele me contou:

Mandou um dos seus 8 filhos menores ao armazém comprar um quilo de açúcar. O “bodegueiro” disse que não tinha. Ora, meu compadre, que além de mentiroso consumado, é muito violento, passou a mão em seu revólver e disse à sua consorte: ‘vou matar um bodegueiro’. E foi. O bodegueiro, ao ver o ciclone que se avizinhava, desta vez não negou o açúcar e vendeu em vez de um quilo, dois quilos. O meu compadre, já mais calmo, inquiriu do motivo da primeira recusa. O prudentíssimo varejista informou que, dada a dificuldade de obter o artigo no atacadista, não pôde vender assim à vontade e tem que reservar para os “amigos” (armados de revólver) e, para comover ainda mais o meu famigerado compadre, que, além de mentiroso e violento, é muito sentimental, contou-lhe esta história inverossímil:

‘Fui ao atacadista para comprar um saco de sal: ‘Não tem’, foi a resposta, para os circunstantes ouvirem. Agarrado, porém, fraternalmente por um braço, fui levado até o escritório onde me foi sussurrado ao ouvido: ‘Para você temos sal, porém você vai levar é erva-mate...’

‘Veja’, diz o varejista do meu compadre, ‘a erva custa o dobro do sal. Compro este pelo preço da erva e como é que vou ter lucro. Se denuncio um homem destes, não recebi mais nada e terei de fechar as portas e depois, quem me mata a fome?’

O meu compadre saiu pensando: ‘Mas como é isso se o meu patrão na fábrica, que nada tem que ver com secos e molhados, possui num girau, 15 sacos de sal e 20 sacos de açúcar e sua família se compõe apenas de 4 pessoas? Francamente, não entendo como possa faltar nos armazéns varejistas tais artigos para o uso coletivo.

Mas o meu compadre, além de mentiroso, violento e sentimental, é muito ingênuo... Pensa que nós vamos acreditar em tal história, quando sabemos de fonte segura que o ‘Comércio do Rio Grande do Sul colabora até o máximo para o Esforço de Guerra’.

Que acha o sr. redator, vamos mandar prender o meu compadre?’”

A carta de Brasilino Brasil é de uma irreverência que não pode deixar de ser ressaltada. Mas o tom da narrativa não esconde a facilidade com que o seu autor pode se

colocar em uma verdadeira posição de crítica contra varejistas, atacadistas e industriais. No entanto, a forma como a carta projeta essas críticas é que merece atenção. O personagem principal dessa vez não é o autor da carta, mas um “amigo seu”, operário, com 8 filhos, presumivelmente de ganhos reduzidos segundo os dados da seção 2.1. Precisando de açúcar, o amigo (que mente mais que Goebbels) resolve usar da violência para “convencer” o vendedor a lhe vender o produto, o que não tem muita dificuldade – ainda que não seja exatamente um assalto, já que o amigo teria pago pelo açúcar. Porém, ao perguntar para o vendedor o porquê da recusa inicial, tem de ouvir uma grave denúncia sobre o funcionamento do mercado negro da cidade. Só que no final da travessia, “o amigo” pensara sobre seu patrão, dono da fábrica em que trabalhava, que possuía mais sal e açúcar do que sua família precisava – o que revelava que talvez não faltassem alimentos, mas sim, gente com capital suficiente para comprar as mercadorias dos varejistas.

Contudo, é no final da carta que a crítica parece ter um endereço certo: as autoridades que garantiam que os comerciantes estavam colaborando o máximo para o “esforço de guerra”. Talvez a crítica fosse dirigida à Associação Comercial do Rio Grande do Sul, ao Sindicato dos Empregados do Comércio, ou mesmo ao Interventor Federal do Estado, Ernesto Dornelles. Era uma crítica a um discurso que tentava se consolidar através da supressão das dificuldades que os trabalhadores enfrentavam diante do comércio, um discurso problemático mas que precisava fazer sentido. As autoridades precisavam mostrar que, apesar dos problemas, tudo estava sob controle. Mas essa relação de hegemonia do discurso do Estado sobre os operários, não acarretaria, necessariamente, que os últimos acreditassem cegamente nesse discurso. Havia um preço para aceitar certos discursos e um que negasse as dificuldades que a classe enfrentava acabava por ter um custo muito alto. Edward Thompson, ao se referir à hegemonia política da “gentry” inglesa do século XVIII em relação aos pobres, salienta que ela pode definir os limites do politicamente possível, mas que o historiador deve se atentar também para o que essa hegemonia *não* acarreta. Não se tratava de uma deferência baseada apenas na imagem dessa “gentry” sobre si, mas de uma série de responsabilidades que os pobres também exigiam dela.<sup>287</sup>

Em Porto Alegre, a forma de desafiar esse discurso das autoridades poderia até mesmo se mostrar mais incisiva, como aponta uma carta de 15 de outubro de 1942,

---

<sup>287</sup> THOMPSON, E. P. *Patrícios e Plebeus*. IN: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...* p. 78.

assinada por “um Prejudicado”.<sup>288</sup> O “Prejudicado” em questão, na verdade aproveitava o espaço da seção para tentar estabelecer um diálogo com o seu sindicato, o Sindicato dos Empregados do Comércio, enviando-lhe uma polêmica e até mesmo longa carta aberta:

“Ao Sindicato dos Empregados do Comércio Nesta Capital – Senhores Membros da Diretoria:

Havendo essa benemérita associação de classe resolvido auxiliar os poderes públicos na fiscalização dos preços dos gêneros considerados de primeira necessidade e outros mais ou menos indispensáveis, para reprimir a impatriótica e também revoltante atitude dos que, despidos de quaisquer sentimentos de altruísmo, solidariedade humana, ou simplesmente de consciência, procuram locupletar-se com abusivos aumentos, é oportuno lembrar a esse Sindicato que alguns dos produtos tabelados pela Comissão de Abastecimento o foram por valores realmente altíssimos, sem qualquer justificativa plausível, [como] o álcool para queimar. Abastados contra os que para viver precisam ganhar duramente [com] o seu trabalho cotidiano.

[...] Senhores! Onde existe algum bom senso nessa maneira de raciocínio? O que deveria ser obrigatório, normal e razoável, é que o produto fosse vendido ao mesmo preço até a última garrafa, pois esse aumento beneficia apenas meia dúzia de privilegiados. Outro fato: por que estamos pagando o quilo de café, nem sempre de primeira, a 7 cruzeiros? O pão a tamanhos reduzidos e preços ‘agregados’? Quanto aos produtos farmacêuticos, as majorações absurdas são quilométricas e evidenciam apenas essa mesma conduta altista condenável por todos os títulos.

Já que essa gente não quer compreender e nem enquadrar-se à situação e, pelo contrário, procura tornar a vida mais difícil aos que vivem do próprio trabalho, intelectual, ou físico, honestamente e a custa de sacrifícios e privações, caberia ao poder público empregar medidas drásticas para evitar essas manobras e responsabilizar integralmente os autores de semelhantes fraudes à lei de economia popular. A Comissão tem o dever moral e a obrigação natural de defender o povo contra a ganância dos comerciantes, ou irá faltar totalmente em sua missão. Se o trabalhador não vê aumentados os seus vencimentos, porque não se restringem também os lucros do comércio? Será que o patriotismo só é exigível aos pobres?... É normal que numa situação como esta, os comerciantes ganhem livremente seus 30 ou 40% líquidos à custa dos sofrimentos do povo? É preciso, é indispensável, é urgente que se tomem outras providenciais de fato, enérgicas e que visem unicamente ao menos proteger um pouco o trabalhador. Diante do momento que se atravessa, é mister haver coesão; por parte dos laboriosos trabalhadores – a máquina de toda Civilização – ela sempre existiu numa quota de sofrimentos e renúncias, porém é forçoso reconhecer que o mesmo não sucede noutras classes.

Como medida preliminar, seria interessante fiscalizar rigorosamente todos os armazéns e quaisquer outras casas comerciais

<sup>288</sup> “Queixas do Público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/10/1942. p. 5.

e denunciar publicamente as fraudes descobertas, condenando-os ao boicote [sic] imediato. Vv. Ss. ponderariam ser [essa] uma medida revolucionária, ou pelo menos violenta? Porém, que fazem os manobristas da alta?... ‘Contra os grandes males, os grandes remédios’, e ninguém dirá que a ocorrência partiu de parte dos prejudicados. A atitude destes – de nós todos afinal – seria defensiva e jamais agressiva. Entretanto, faz-se mister a retribuição do golpe por golpe.

Outra providência: a Comissão, ou o Sindicato, deveriam distribuir fartamente tabelas de preços, afim de que o povo não seja lesado. Cada pessoa entrará sempre munida de ‘sua tabela’, a desmascarar prontamente as fraudes que se quiserem impingir.

Confio – e não falo em meu nome, mas de toda uma coletividade de sacrificados – em que alguma coisa há de se fazer e alguma coisa tem de ser feita.”

A extensa carta do “Prejudicado” revela uma crítica ao discurso das autoridades, mas não se pode negar que é uma crítica bastante propositiva. Para o autor da carta, o importante inclusive era formular soluções para o problema, reconhecendo no Sindicato dos Empregados do Comércio uma autoridade semelhante, ou mesmo equivalente à Comissão de Abastecimento Público. Sem saber exatamente se o “Prejudicado” era um comerciário, o fato é que o Sindicato dos Empregados do Comércio era um dos mais preocupados em realizar pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores porto-alegrenses no período (como já visto anteriormente na seção 2.1), portanto ele tinha uma certa legitimidade para ser o transmissor das sugestões presentes na carta. Entre elas: fiscalizar o comércio da capital, distribuir tabelas de preços e boicotar qualquer um de seus transgressores. E essa última, o “Prejudicado” admitia que podia ser considerada até mesmo uma medida revolucionária – ou mesmo violenta. Mas ao invés de negar essas características, a sua resposta é bastante interessante, alegando que as manobras dos comerciantes também seriam violentas e que “contra os grandes males, os grandes remédios”.

É inevitável a semelhança do argumento da carta com o poema “Sobre a violência”, de Bertolt Brecht, onde o dramaturgo alemão afirma que a corrente do rio é tida como violenta, mas que nada se fala sobre a opressão de suas margens.<sup>289</sup> Pode parecer aos olhos de hoje que o boicote não seja exatamente um instrumento violento, mas para um período onde se buscava harmonizar ao máximo as relações entre capital e trabalho – inclusive no próprio âmbito da reprodução dessa mão-de-obra, talvez para os próprios trabalhadores defender o “boicote” como solução tivesse, sim, uma

---

<sup>289</sup> Ver: BRECHT, Bertolt. *Sobre a violência*. IN: BRECHT, Bertolt. *Poemas (1913-1956)*. São Paulo. Editora 34, 2000. p. 140.

radicalidade inerente. Mas caso qualquer autoridade viesse a cobrar do autor que essa solução era intransigente (ou até mesmo “revolucionária”), o seu argumento seria a própria violência com que o comércio na capital oprimia os trabalhadores e a sua reação seria apenas defensiva, “retribuindo golpe por golpe”.

Porém, talvez não seja apenas esse o elemento que poderia ser uma afronta às autoridades do período. Porque não se trata de um boicote individual, mas de um boicote da classe considerada mais coesa entre todas: os trabalhadores. Ainda que não exatamente com essas palavras, o “Prejudicado” estava defendendo uma ação classista ao se referir “aos que vivem do próprio trabalho, intelectual ou físico”. A ação individual estaria restrita ao uso das tabelas oficiais para censurar os comerciantes, mas somente uma ação coletiva de boicote seria realmente efetiva. É exatamente em uma ação organizada de classe frente às autoridades é que se poderá atingir os lucros do comércio da capital. Lucros que precisam ser contidos, pois se os salários não sobem e o custo de vida só aumenta, isto é sinal de que apenas um grupo estaria realmente lucrando com a guerra.

O interessante é que com isso o autor despeja uma forte frase de efeito: “será que o patriotismo só se exige dos pobres?” Novamente, o que pode se perceber aqui são os limites do discurso que o Estado Novo construiu acerca da mobilização para a guerra. Se essa mobilização passava pela valorização do discurso nacional e pela noção de sacrifício, como observado na seção 1.1, ela também podia ser reinterpretada e ressignificada pelas próprias pessoas que tinham de se sujeitar a ela. A partir daí, essas pessoas poderiam exigir o mesmo compromisso de outras pessoas, grupos e inclusive de classes sociais, como aponta a carta. Se o lucro era um atributo pejorativo em tempos de guerra – quando inclusive se costumava dizer que a indústria rio-grandense era honesta pois não havia magnatas entre os industriais, então havia um limite do lucro e da especulação que poderia ser criticado pelos pobres.<sup>290</sup>

Pode parecer repetitivo acentuar constantemente as estratégias usadas nas cartas para cobrar determinados papéis sociais das autoridades por parte exatamente de indivíduos que se reivindicam da classe trabalhadora – e portanto, “credores” dentro do pacto trabalhista que estava sendo instituído. A ideia de que uma relação hegemônica – e que, portanto, estabelece limites na ação política dos atores sociais – é unilateral não se sustenta. As cartas revelam exatamente visões sobre a sociedade que buscam, senão

---

<sup>290</sup> “Uma indústria sem magnatas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1942. p. 8.

transcender estes limites, ao menos contorná-los, fazendo exigências sobre os papéis das autoridades e do patronato. Acredito que esses documentos permitem uma diferente compreensão das mudanças históricas em que uma cultura hegemônica de uma classe pode ser subvertida pelos atores sociais que se colocam em posição antagônica.<sup>291</sup>

Na seção 2.1, por exemplo, ao discutir a questão do leite, pode se deduzir que nas conversas nas filas de distribuição e nos comentários entre vizinhos, amigos e família, a revolta ganhava tons definidos. Podia ser o planejamento de um furto, a raiva desencadeada no saque de um caminhão, a agressão de uma “multidão” contra um motorista, ofensas à empresa distribuidora, ou até mesmo as cartas mandadas para o *Correio do Povo*. Enfim, as formas de organizar uma espécie de “contra-hegemonia” não partiam de indivíduos que viviam livres da dominação de classe, mas sim de indivíduos que experienciavam essa dominação e ressignificavam os próprios elementos dela em seu benefício para reverter a situação.<sup>292</sup>

Durante os problemas com o abastecimento do leite, uma carta de 08 de julho de 1943 (e portanto, de quando o problema já teria sido parcialmente resolvido) pode ser bastante reveladora sobre as formas que essa “reinterpretação” adquiria.<sup>293</sup> Muitas vezes essas cartas reivindicavam valores morais como forma de enfrentar comerciantes e industriais. Essa carta em especial, assinada por um “gaiato pobre” chamado José Luiz, morador de um “arrabalde” na capital, enfatizava que ele era uma entre tantas “crianças raquíticas” por conta da falta de leite que atingia Porto Alegre.

Mas a falta de leite tem uma explicação outra que não a escassez. Sem o líquido, as crianças da casa são alimentadas com feijão para tentar sanar a sua fome. Segundo José, “o leite é só para crianças ricas”, que desconhecem o “grãozinho preto tão nosso conhecido”. A partir daí, o apelo de José ganha um tom ainda mais emocional, jogando tanto com a miséria da condição infantil como com o patriotismo. Segundo ele:

“Quando tivermos idade de servir à nossa Pátria, nós os pobrezinhos seremos os primeiros a acorrer, quando ela nos chamar, mas seremos uns soldados fracos porque fomos mal alimentados na nossa infância. A Pátria não chama só os filhos ricos. ‘Nosso querido Brasil precisa de homens fortes’ e sem alimento as crianças não poderão, no futuro, ser uns soldados fortes para lutar.”

<sup>291</sup> Quanto a noção de subversão de uma cultura hegemônica por atores sociais em posição antagônica a essa cultura, ver: WOOD, Ellen. Op. cit. p. 96.

<sup>292</sup> *Ibidem*, p. 97-98.

<sup>293</sup> A versão completa da carta pode ser encontrada em “Queixas do Público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/07/1943. p. 3.

Novamente o apelo em torno da guerra se faz presente na carta, mas dessa vez o que parece um discurso patriótico é também uma interessante forma de denunciar a miséria das crianças de Porto Alegre. Esse tipo de recurso retórico já havia sido observado antes, na carta de Policarpo Rodrigues. Mas, entre falar sobre as condições de vida dos trabalhadores e as condições de vida dos seus filhos vai uma diferença. Ao colocar as crianças como centro da argumentação, o apelo “moral” que se faz é diferenciado e, provavelmente, mais desesperador para o próprio autor da carta.

Por esse lado, pode se pensar se a condição familiar não seria uma forma de argumentação mais “moralista”, com um apelo mais emocional e que, portanto, seria mais capaz de denunciar as condições da classe trabalhadora. Mas nesse caso específico, não é qualquer família, pois ela depende de certas peculiaridades, como ser composta por um casal e um elevado número de filhos. Apenas em setembro de 1943, diante da inflação que atingia o Brasil, é que é concedido o primeiro abono familiar no Rio Grande do Sul, visando as famílias que tivessem mais de 5 filhos com menos de 18 anos para sustentar.<sup>294</sup> A idéia de uma família com crianças desnutridas teria impellido o Estado a pensar em uma forma de enfrentar os diversos problemas de saúde que atingiam o Rio Grande do Sul e Porto Alegre, incluindo os elevados índices de mortalidade infantil na capital.<sup>295</sup>

Muitas vezes a família sequer precisava ser numerosa para que se fizesse uma denúncia semelhante. Assinada por “um Operário”, em 23 de abril de 1943, uma carta revelava a vida de um funcionário do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens que ganhava uma diária de Cr\$ 10,00 (somente nos dias úteis).<sup>296</sup> “Obrigado a viver no bairro Tristeza”, onde os aluguéis eram mais baratos, casado e com dois filhos para criar, o drama do operário ocorreu quando resolveu matricular a filha mais velha na escola. O problema é que sem dinheiro para comprar o material escolar e o uniforme da escola para a filha, ele fora conversar com a diretora da escola.

---

<sup>294</sup> “Concedido o primeiro abono familiar no Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1943. p. 6.

<sup>295</sup> Uma reportagem do *Correio do Povo*, com entrevistas com membros do Departamento Estadual de Saúde (DES), tratava desses índices. Somente em 1942, de 5.796 nascimentos registrados, 1.270 crianças morriam com menos de 1 ano de idade, gerando um índice de mortalidade infantil de 219 bebês mortos a cada 1000 nascimentos. Segundo o diretor do DES, uma série de condições psicológicas e econômico-sociais seriam responsáveis por esse índice, incluindo o salário insuficiente dos pais para garantir os alimentos dos filhos. Ainda assim, a matéria comemora que esse índice caíra nos últimos anos, de 279 por 1000 em 1937 para 219 por 1000 no ano de 1942. Ver: “A mortalidade infantil em Porto Alegre é muito alta, mas tem baixado nos últimos anos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/05/1943. p. 2.

<sup>296</sup> As informações abaixo são retiradas da seção “Queixas do Público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/04/1943. p. 3.



“Expondo isso mesmo à diretora daquele estabelecimento, tive como resposta que o material e o uniforme ‘só eram distribuídos às crianças reconhecidamente pobres, às que apresentassem fisionomias de fome’.

Pergunto, senhor redator, se um operário ganhando, em média, Cr\$ 260,00 mensais, para aluguel de casa, alimento, vestiário etc., de quatro pessoas, não é reconhecidamente pobre?”

A indignação do operário passava por dois pontos destacáveis: a questão familiar e a questão do reconhecer-se “pobre”. No primeiro, pode se perceber que da situação familiar “o Operário” consegue criar um recurso de argumentação que busca apelar não apenas por simpatia à sua situação, mas que envolve também a situação de seus filhos, que não podiam estudar com o baixo ordenado que ele recebia. A carta não tem, é claro, o mesmo apelo quanto à fome das crianças que aparece na carta de “José Luiz”, mas ainda assim, é na relação familiar, nas precárias condições de vida e nas dificuldades enfrentadas por conta do baixo salário que a carta se estrutura como forma de denúncia.

Outro ponto transparece, então, na discussão com a diretora, apresentada na carta. Quem poderá decidir se o trabalhador é “pobre” senão ele mesmo? A diretora, por sua vez, exigia que a fome transparecesse na fisionomia das crianças como critério central. No entanto, para o operário a pobreza se confirmava por outra via além de uma espécie de desnutrição crônica: o reduzido vencimento que o pai recebia pelo trabalho. Dessa forma, a fome não precisa ser tão evidente para que pais de família constatassem as dificuldades que a economia doméstica enfrentava no período.

É o que se pode perceber em uma carta semelhante do dia 20 de outubro de 1944, assinada apenas por “um Assíduo Leitor”.<sup>297</sup> Morador do bairro Rio Branco, pai de família, “com vasta prole para alimentar e educar” e com problemas em casa por conta da irregular distribuição de leite. Reclamando do entreposto do leite que existia na rua 24 de Outubro e que deveria atender todos os trabalhadores sindicalizados do seu bairro, o “Leitor” acusava a irregularidade das entregas que muitas vezes ocorriam dia sim, dia não. Mas além disso, há outra denúncia na carta, aparentemente mais grave:

“E é interessante se notar que, apesar de sermos sindicalizados, o leite nos é vendido pelo mesmo preço que pagam os outros consumidores e ainda temos que comprar vales de 15 litros de leite, sem o que não nos é dado direito à aquisição desse produto.

<sup>297</sup> A versão completa dessa carta pode ser encontrada na seção “Queixas do Público”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/10/1944. p. 4.

Posso adiantar-lhe que antes deste posto ter tomado a si o encargo de distribuição do referido alimento, era o mesmo entregue por uma leitaria e poucas vezes aconteciam tais irregularidades.”

Faltam dados quantitativos para saber o quão fora efetiva a campanha de sindicalização do Estado Novo nos primeiros anos em Porto Alegre. Porém, é possível assumir que um aspecto importante dela, a idéia de que o “trabalhador sindicalizado” possuía mais “direitos”, passou a se constituir como parte da “consciência de classe” dos trabalhadores. Podiam ser direitos trabalhistas, mas em outros casos, simplesmente o direito a receber leite mais barato do entreposto. Essa relação pode parecer extremamente “utilitarista” aos olhos de hoje, mas talvez tenha que se analisar a questão com mais cuidado. Não necessariamente o autor da carta estaria envolvido no sindicato para conseguir leite mais barato, mas alimentar a sua família era um cálculo que envolvia uma série de outras variáveis, inclusive atentar para a questão de como o sindicato podia ser uma espécie de “trampolim” para ser ouvido. Se o sindicato não era efetivo, o trabalhador poderia usar de outros recursos e repensar o próprio papel do sindicato (o que será devidamente analisado na seção 3.2).

Esse é talvez o ponto central que pode ser observado até aqui. Essas cartas, exemplos de muitas enviadas durante o período da guerra para a redação do *Correio do Povo*, mostram uma série de preocupações políticas e econômicas que refletem algumas das experiências presumíveis de trabalhadores de Porto Alegre e os significados que atribuíam a elas. Mas pode se dizer que elas constituem um conjunto de explicações próprias sobre a economia de guerra que, de fato, carregam uma visão moral sobre a economia? Ainda que isso não possa ser comprovado, a própria noção de “moralidade” que aparece implícita nas cartas se sustenta pelas experiências pessoais de trabalhadores de baixa renda. É certo que com tantos recursos retóricos, é difícil saber quem produzia esses textos. A própria escrita de cartas pode indicar algo que fazia parte da realidade de outras classes, já que o proletariado urbano era geralmente reconhecido por baixos índices de alfabetização. Entretanto, como será visto na seção a seguir, é também possível que existisse um grau de organização política para a escrita de algumas dessas cartas.

Diante de tal argumentação, surge a necessidade de explicar melhor de que “moralidade” está se tratando. “Moral” aqui não é entendida somente como a “moral familiar” citada anteriormente, mas como um termo que expressa um conjunto de significados próprios entre os trabalhadores. Em outras palavras, esse adjetivo significa

pensar sobre a “economia de guerra” não apenas como uma decisão de especialistas ministeriais, militares e empresários diante da “passividade” dos trabalhadores, que consideravam-se os principais responsáveis pelo “esforço de guerra”. O uso do termo remete aos trabalhadores, principais responsáveis por esse esforço e à idéia de economia moral como é desenvolvida por Thompson:

“Escrevi sobre ‘uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres’. (...) Poderia ter empregado, talvez, o termo ‘economia sociológica’, uma economia em seu significado original (*oeconomia*) como a organização adequada de uma família, em que cada parte está relacionada ao todo e cada membro reconhece as suas várias obrigações e deveres. Isso, na verdade, é tão ou mais ‘político’ do que ‘economia política’, mas os economistas clássicos venceram pelo cansaço.”<sup>298</sup>

Talvez seja importante ressaltar um ponto em especial sobre essa citação de Thompson. Na verdade, não se está lidando aqui com pressupostos de ação política “tradicionais” propriamente ditos, já que tais formas de reivindicação de direitos exigiam outros elementos como as greves, os protestos, os abaixo-assinados; todas elas formas de manifestação coletivas que foram consideradas crime diante do regime do Estado Novo.

Por outro lado, não se pode negar que, mesmo diante dos impedimentos coercitivos do Estado, tais elementos tradicionais não haviam sido extirpados dessa classe trabalhadora. A idéia de que existia uma “dupla consciência teórica” implica uma tensão entre a consciência da ação prática e a consciência do que lhe é legado pelo passado, (um dos pressupostos de constituição de uma classe social que se forma pela tensão entre experiência e tradição).<sup>299</sup> Entretanto, como a ação política tradicional estava temporariamente inviabilizada, os trabalhadores certamente não sabiam quando seria viável fazer uma greve novamente, ou simplesmente protestar em dissídios coletivos contra seus patrões.

A partir desse problema, surge a necessidade de criar outras formas de se manifestar sobre seus direitos, o que parte dessa tensão entre experiência e tradição. A

<sup>298</sup> THOMPSON, E. P. *Economia moral revisitada*. IN: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...* p. 212.

<sup>299</sup> GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere: volume I*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p. 103. Sobre essa discussão, ver também THOMPSON, Edward. *Introdução: costume e cultura*. IN: THOMPSON, Edward. *Costumes em comum...* p. 16-17.

criatividade da ação política, mesmo sendo individualizada como a de uma carta ao *Correio do Povo*, também joga com os pressupostos “morais” do que deveria ser a economia em todos os seus âmbitos (produção, distribuição e consumo). Mesmo o ato de escrever uma carta revela valores e opções de caráter classista tanto em seus diagnósticos dos problemas enfrentados como nas soluções a serem criadas.

### 3.2 – Usando leis como armas, sindicatos como trincheiras

Uma das principais questões da seção anterior foi a dificuldade em localizar precisamente o ponto de partida das cartas enviadas para o *Correio do Povo*. Mesmo que sejam textos cientes dos problemas que atingiam a classe trabalhadora de Porto Alegre, e que em alguns casos inclusive buscavam legitimar a experiência descrita com a afirmação de que elas realmente partiam de operários, não se pode confiar cegamente nas fontes. É difícil saber ao certo se o hábito da escrita de cartas para os jornais seria uma “novidade” dentre muitos trabalhadores sem saber ao certo o número de operários alfabetizados em Porto Alegre. No entanto, é possível analisar a escrita dessas cartas por outro ângulo, privilegiando aspectos políticos, especialmente os que se referem a possíveis ações do PCB.

Em seu livro de tom auto-biográfico, o metalúrgico Eloy Martins afirma que em 1941, já durante a entrada do Brasil na guerra, ele e mais dois operários da Cia. Geral de Indústrias ligados ao Partido Comunista compravam o *Correio do Povo* para saber as notícias dos “fronts” de batalha, debatendo-as depois do almoço.<sup>300</sup> É importante salientar que Martins era um militante comunista. O seu depoimento é revelador exatamente por dar alguma idéia ao historiador de hoje sobre a recepção do jornal em certos círculos, mas que parecem indicar que esses círculos estavam mais próximos do clandestino Partido Comunista do Brasil (PCB) do que dos próprios operários. Ainda assim, o próprio depoimento de Martins indica que outros simpatizantes se interessaram pelo debate e que, com a legalidade do PCB em 1945, ali já havia uma célula com mais de vinte participantes.

---

<sup>300</sup> MARTINS, Eloy. *Um depoimento político – 55 anos de PCB*. Porto Alegre. Gráfica Palotti, 1989. p. 73.

É válido lembrar que o PCB no período passava pela perseguição política já iniciada em 1935, quando a tentativa de insurreição da chamada “Intentona Comunista” foi contida e brutalmente reprimida pelo governo Vargas.<sup>301</sup> Com o Estado Novo, a perseguição ao PCB só tendeu a piorar, levando diversos militantes a prisões políticas do regime. Martins esclarece em sua auto-biografia que conseguiu escapar da perseguição política, mas que a dificuldade de organização era enorme e que medidas como essa reunião de comunistas para ler as notícias de domingo eram o máximo que se poderia organizar no período.

A informação de Martins cruza diretamente com outro dado sobre o PCB no período. Em agosto de 1943, buscando se rearticular politicamente, a Comissão Nacional de Organização Provisória do Partido resolveu organizar, no Vale da Paraíba, a Conferência da Mantiqueira, o primeiro encontro nacional do PCB desde que fora colocado sob a mira da perseguição política do governo Vargas. Nessa conferência, onde a liderança de Luiz Carlos Prestes é confirmada (mesmo que estivesse preso), os membros da comissão decidem reproduzir a política de União Nacional que era adotada pelos partidos comunistas europeus na luta contra o nazi-fascismo.

No entanto, a política de União Nacional implicava reconhecer o governo Vargas como representante legítimo da burguesia progressista que enfrentava o Eixo, dada a declaração de guerra de 1942. Somente dessa forma é que o PCB poderia começar a dar seus passos fora da clandestinidade. Porém, essa posição não era homogênea no partido. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, havia lideranças no partido que eram a favor da sua total desmobilização no período, especialmente levando em conta que muitos ainda lembravam que a repressão política do regime de Vargas enviara Olga Benário para a Alemanha nazista.<sup>302</sup> Dito de outra forma, permanecia ainda muito forte a noção de que o Estado Novo era ele mesmo um regime anticomunista com inúmeros elementos comprometidos com o nazi-fascismo.<sup>303</sup>

---

<sup>301</sup> Luiz Werneck Vianna também marca o início da perseguição política aos comunistas em 1935, mas seu enfoque é mais direcionado à questão sindical. Segundo o autor, a repressão sistemática de movimentos políticos ligados à ANL e ao PCB já havia sido iniciada em abril de 1935, onde o artigo 14 da Lei de Segurança Nacional possibilitava “entender como crime a simples percepção de que a sociedade se constituía em classes com interesses opostos”. Ver: VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit. p. 200.

<sup>302</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964*. IN: RIDENTI, Marcelo. AARÃO REIS FILHO, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil. Volume 5: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas. Ed. Unicamp, 2002. p. 70-71.

<sup>303</sup> Eloy Martins afirma em seu livro que quando as ordens do Comitê Central confluíram com a defesa incondicional do governo de Getúlio Vargas, ele e outros metalúrgicos ligados ao PCB preferiram

Entretanto, a política aprovada na Conferência da Mantiqueira era realmente de União Nacional e enfrentamento contra o Eixo. Dessa forma, a atividade de Eloy Martins e seus companheiros, de procurarem saber de que lado pendia a guerra e até mesmo de uma eventual “torcida” para as forças soviéticas pode ser emblemática para entender a posição oficial do PCB. Porém, um relatório do DOPS-RS sobre a situação do comunismo no estado, elaborado em maio de 1943, revela que essa política de certa forma já tinha alguns adeptos antes mesmo da conferência no Vale da Paraíba. Segundo esse relatório:

“Desde então (a entrada da Rússia na guerra), os elementos de maior destaque entre os intelectuais comunistas, iniciaram nova manobra no sentido de recompor os quadros dispersos e enfrentar a situação dentro de diretrizes diferentes e atividades absolutamente legais. A entrada da Rússia na guerra permitiu, desde logo, a propaganda pública, se bem que inteligentemente disfarçada.”<sup>304</sup>

Tal afirmação em um relatório anterior à Conferência da Mantiqueira já indicava que havia ao menos alguns membros que defendiam essa posição de União Nacional anteriormente, aproveitando-se da situação da guerra para se inserirem politicamente dentro da legalidade restrita que o Estado Novo proporcionava. E, diante dessa desconfiança do DOPS do Rio Grande do Sul, ele pôde então interceptar as correspondências entre São Paulo e Porto Alegre, visando captar algo da nova linha política que estava a ser construída pelo PCB. Uma das cartas interceptadas e apresentadas no relatório, de Tito Vézio ao jornalista e militante do partido em Porto Alegre, Justino Martins, revela as preocupações que existiam antes do ano de 1943 em construir essa linha política. A carta fora enviada no dia 23 de novembro de 1942, ou seja, pouco tempo após a entrada do Brasil na guerra, ainda sem enviar tropas para o cenário europeu.

“Gaúcho velho: duas linhas sobre um só assunto que muito nos interessa: a situação. Com relação aos amigos que você menciona – teríamos muito que falar sobre cada caso, mas acontece que o momento exige de cada um de nós uma exata compreensão do que deve fazer para utilizar convenientemente suas possibilidades sem cair muito pra cá – nem muito pra lá. É difícil realizar-se isso. É difícil

---

desligar a célula do partido até que a situação fosse devidamente esclarecida. Ver: MARTINS, Eloy. Op. cit. p. 74.

<sup>304</sup> Delegacia de Ordem Política e Social. *Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social de Porto Alegre sobre a situação do comunismo*. DOPS, Coleção Polícia Política, Setor Estados, Pasta 19B – APERJ, 4 de maio de 1943. p. 410.

evitar o direitismo de cada momento e é difícil evitar o “esquerdismo” se não cuidarmos de pensar muito e muito a cada hora e cada momento e diante de cada caso. Muito mais difícil é evitar este último perigo diante das vitórias estrondosas da URSS; mas, devemos considerar sempre a nossa situação particular e interna para podermos chegar pouco mais adiante sem perigo de derrapar. Os “reacionários” estão aí de olho em cima dos nossos menores gestos, a fim de assustarem a burguesia e os feudais com o velho espantalho. **Em resumo, as notícias de amigos nossos de responsabilidade, ligados àqueles de quem você me envia notícias são nesse sentido: de entrarmos resolutamente nas fileiras dos que desejam democracia, ingressarmos sinceramente, sem aquela prevenção, sem aquele fraseado de que a democracia está podre, etc. e tal;** nosso interesse está em que o Brasil participe de verdade na presente guerra contra o Eixo. O governo está, de fato, nessa estrada; mas os sabotadores se encontram até mesmo em cargos de responsabilidade e em todos os Estados principais. Fazem as maiores intrigas e procuram sempre tirar qualquer conteúdo ideológico à posição do Brasil. Por outro lado os elementos democráticos ou anti-fascistas ou progressistas parecem-nos um tanto tímidos. Daí a necessidade de você, que me parece mais dinâmico, orientar da melhor forma possível os amigos capazes de alcançar a responsabilidade do momento e encaminhá-lo no sentido de agir de acordo com os planos pré-estabelecidos, embora sem organização ilegal de nenhuma espécie, que seria perigosa e contra-producente no momento. Dar força e apoiar os bons elementos dispostas a dar sentido e conteúdo à luta e à guerra contra o fascismo; criar ambiente para a substituição dos perigosos, dos quinta-colunistas conhecidos, etc... **Muita gente tem confundido isso com dar apoio aberto ao governo, ou ao Estado Novo, ou a Vargas. Não está certo. O apoio é à declaração de guerra contra o Eixo e, internamente aos atos (raros, é verdade) contra os integralistas e demais quinta-colunistas.** Utilizar o rádio, a imprensa, todos os meios ao alcance. Nós sabemos que este governo continua fascista, está claríssimo. Mas, apoiando-o nos seus compromissos de guerra contra o Eixo é torná-lo ainda mais comprometido, é fazer justamente aquilo que não convém aos elementos reacionários que o integram. E, se conseguirmos insistir nessa tecla, de que esta guerra é por democracia, é contra os fatores do atraso, é contra a reação, etc., ainda mais estaremos lutando contra a estruturação fascista que querem dar-lhe.”<sup>305</sup>

Essa carta, que vai além das singelas “duas linhas” propostas por Tito Vézio, é um ótimo exemplo das tentativas de articulação de uma linha do PCB nesse momento de repressão política. Tentando defender a via da União Nacional, alguns pontos ficam claros na carta: a defesa da democracia, a ação por meios legais, o teor radicalmente anti-fascista etc. A Conferência da Mantiqueira estava a ser preparada gradualmente, visando constituir uma linha política para o partido que o destacasse na luta contra o fascismo, talvez até mesmo como o setor mais aguerrido no combate ao Eixo. Mas a

<sup>305</sup> *Ibidem*, p. 411-414. Grifos meus.

pergunta que aos poucos se colocava aos comunistas era o que fazer diante dos trabalhadores e de suas reivindicações econômicas nesse período.

Algumas análises dessa conjuntura trabalham com a teoria dos dois PCB. Por um lado, defendendo a União Nacional contra o fascismo e, depois da guerra, até mesmo lançando-se na campanha “queremista” de Getúlio Vargas. Por outro, articulando-se com a base e visando ampliar sua inserção política entre os trabalhadores, organizando comitês de fábricas por fora dos sindicatos “pelegos”, atrelados ao governo Vargas.<sup>306</sup> Esses dois PCB, no entanto, não eram entidades completamente separadas e, mesmo antes de formada a linha, pode-se supor que o tema das dificuldades econômicas dos trabalhadores fazia parte do horizonte político de muitos militantes do partido. No mesmo relatório do DOPS mencionado anteriormente há a reprodução de uma circular do Partido vindo de São Paulo para Porto Alegre, em dezembro de 1942. Nela, a parte de reivindicações econômicas revela uma proximidade da política anti-fascista com a defesa dos trabalhadores:

“Reivindicações econômicas – existe a parte da massa não politizada, à qual não podemos dirigir-nos com êxito, falando em guerra e em necessidade de ir combater o fascismo de armas na mão, etc. Devemos encontrar pontos de contato com essa massa através de uma atuação de elementos nossos amigos ou influenciados por nós, inteiramente saídos dessa massa e não levados a ela por imposição, fazendo-os dirigir movimentos de reivindicações também não impostos sob formas de luta tipicamente nossas que a massa não aceite. Devemos mandar que esta seja consultada e topar com as formas que esta esteja disposta a ensinar, sem que essa luta represente perigo de provocação ou prejudique a mobilização pela guerra. Depois de conquistada a confiança dessa massa em torno a tais elementos, será chegada a vez de começar a falar em política a fim de levá-la, aos poucos, a atos concretos em favor da guerra contra o Eixo. Essencialmente dar sempre conteúdo anti-fascista a tudo isto.”<sup>307</sup>

Ou seja, se por um lado defendia-se a luta contra o fascismo e a defesa da democracia burguesa, por outro as reivindicações econômicas dos trabalhadores eram, provavelmente, a melhor forma de conseguir construir uma “luta de massas” dentro das perspectivas que o partido ambicionava. É nessa linha tênue que o partido caminhava, mostrando que as duas vias do PCB faziam parte da realidade dos militantes no período, dificultando uma análise que conceba qualquer uma das duas como a única diretriz

<sup>306</sup> COSTA, Hélio da. Op. cit. p. 8.

<sup>307</sup> Delegacia de Ordem Política e Social. *Circular do PCB de SP para o RS*. DOPS, Coleção Polícia Política, Setor Estados, Pasta 19B – APERJ, 4 de maio de 1943. p. 415-419.



política. Mesmo com a Conferência da Mantiqueira e a defesa da União Nacional, os militantes do partido precisavam construir mecanismos de propaganda que chamassem trabalhadores e estudantes para atividades políticas. E no caso dos trabalhadores, as reivindicações econômicas eram a melhor forma de fazê-lo. Não seria surpreendente, portanto, que algumas das cartas dirigidas ao *Correio do Povo* fossem parte de alguma estratégia de propaganda de militantes do PCB que teriam escapado da repressão – incluindo aí os próprios intelectuais do partido. Ainda assim, essa é apenas uma hipótese.

Mas pode se perguntar como o partido poderia se aproximar dos trabalhadores tendo em vista a dificuldade imposta pela perseguição política do Estado Novo e sua capacidade de intervenção sindical. Nesse primeiro ponto, como já dito anteriormente, os comunistas estavam afastados da política sindical e, portanto, sem condições de atuar dentro das representações classistas como membros do PCB. Mesmo que resolvessem participar da vida política do sindicato, deveriam esconder ao máximo o fato de serem comunistas, o que certamente não seria tarefa simples diante das posições do partido contra Vargas antes de 1943 e da defesa apaixonada que as diretorias dos sindicatos faziam à figura de Getúlio.<sup>308</sup>

Porém, os efeitos da vigilância política parecem indicar que a repressão e o controle eram maiores do que a capacidade de organização política dos operários nos sindicatos. Em abril 1942, já estabelecida a perseguição ao PCB e visando construir o projeto político trabalhista, os representantes do governo Vargas se depararam com uma situação nada comum na capital gaúcha. A Delegacia Especial de Atentados à Propriedade estava sendo acionada pelo presidente do Sindicato dos Operários da Construção Civil de Porto Alegre, Ângelo Fagundes de Oliveira, por conta da violação da sede do sindicato por Luiz Assunção (procurador da Justiça do Trabalho), Gilberto Chrockatt de Sá (inspetor de imigração do Ministério do Trabalho) e o dr. Norival Paranaguá de Andrade (Delegado Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul). No entanto, o relatório elaborado pela referida delegacia isentava o representante do ministério do Trabalho, já que esse ficara do lado de fora esperando o procurador e o inspetor fazerem o seu trabalho.

---

<sup>308</sup> As comemorações do 1º de Maio em Porto Alegre parecem dar o tom do sentimento que existia pró-Getúlio. Mesmo que ele fosse uma manifestação elaborada pelo governo com a participação de sindicalistas, o grande número de participantes nos anos de 1942 a 1944 nos desfiles é uma amostra da política oficial em defesa do governo de Vargas. Em uma das fotos do acervo dos metalúrgicos, por exemplo, aparecem uma série de homens, mulheres e crianças carregando pelas ruas de Porto Alegre uma efígie de Getúlio Vargas, saudando-o como o “defensor dos trabalhadores”.

Os acusados, por sua vez, negavam que tivessem arrombado armários e portas do sindicato. De fato, ao fazerem a vistoria da entidade – provavelmente a mando do Delegado Regional do Trabalho – procuraram pelo secretário, Francisco da Silva Duarte para assinar uma ata sobre a ação da Delegacia do Trabalho no sindicato, que ele se recusou a fazer. As queixas dos diretores, por sua vez, eram de que além do arrombamento de arquivos, armários e gavetas e da apreensão de documentos, objetos pessoais também teriam sido apreendidos, como relógios e canetas. No entanto, o relatório elaborado sobre o caso enfatizava que a disputa entre o Sindicato de Operários da Construção Civil e Norival Paranágua de Andrade não era recente.<sup>309</sup>

Fica claro que a tentativa de desafiar o poder da Delegacia Regional do Trabalho era uma medida bastante ousada do Sindicato dos Operários da Construção Civil. Essa entidade sindical era uma das mais antigas de Porto Alegre, fundada em 1895 e, segundo relato da sua diretoria, já em junho de 1932 ela se adaptara a nova estrutura de leis trabalhistas fundadas pelo governo de Vargas. No entanto, em 05 de julho de 1939 o governo encaminhou a proposta unificação sindical de diversas entidades através do Decreto-Lei de nº 1402.<sup>310</sup> A partir de então, o Sindicato da Construção Civil e o Sindicato dos Pedreiros passaram por uma tentativa de unificação, encabeçada especialmente por Norival Paranaguá de Andrade. O problema é que a fusão visava submeter a primeira entidade ao Sindicato dos Pedreiros, em um processo que teria sido pouco transparente à diretoria do Sindicato dos Operários da Construção Civil. Em março de 1942, quando tudo já parecia certo para a fusão, acusações graves de fraude começavam a surgir contra o órgão dos trabalhadores da construção civil.

Tentando reverter o processo, Ângelo Fagundes de Oliveira conseguiu organizar uma reunião junto com os representantes da Delegacia Regional do Trabalho e a diretoria do Sindicato dos Pedreiros ainda em março do mesmo ano. No entanto, Norival Paranaguá logo fizera uso da palavra, afirmando para os presentes “que não perdesse(m) tempo com o interpelado (Francisco da Silva Duarte), pois que tratava-se de uma pessoa que era intruso no seio das classes e que não se podia prestar atenção e

---

<sup>309</sup> Essa e as demais referências ao processo-crime aberto pelo sindicato podem ser vistas através da seguinte referência: LUIZ ASSUNÇÃO e outros indiciados, nº 7018, maço 346, estante 29, Porto Alegre, APERS, agosto de 1942.

<sup>310</sup> Para ver o decreto-lei na íntegra, pode se conferir o endereço eletrônico: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=7165> . Último acesso: 01/12/2008. Essa legislação é comentada em LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. OLIVEIRA, Antônio. *O Estado Novo e o sindicato corporativista (1937-1945)*. IN: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro. Access Editora, 1992. p. 140-141.

que tudo aquilo era inútil”. Em outras palavras, o presidente do sindicato estava sendo acusado de não ser um trabalhador e, sim, um estranho à categoria. Todo esse clima de tensão acabou levando a discussões que fizeram com que a reunião fosse remarcada para outra data.

A disputa parecia praticamente perdida pelo Dr. Norival Paranaguá de Andrade. A brecha legal possível usada pelo sindicato para se manter alheio ao controle do Estado Novo colocara inclusive autoridades contra a Delegacia Regional do Trabalho. Nos autos do processo, todos os envolvidos alegavam que o sindicato realmente havia sido arrombado e que teria ocorrido furto de documentos e objetos pessoais. Os únicos depoimentos que negavam o furto e o arrombamento eram, é claro, dos representantes da Delegacia Regional do Trabalho.

No entanto, é possível perceber que um depoimento mudou a situação. Ao ser chamado para depor o tradicional militante operário José Vecchio (futura liderança entre os trabalhistas), a acusação do Sindicato dos Operários da Construção Civil parece perder força. Visando narrar o ocorrido entre o sindicato e o órgão do governo, Vecchio afirma que o desentendimento que gerou a proposta de unificação dos sindicatos tinha tido origem em questões políticas que os dividiram. Como presidente da União Sindical, entidade que abrigava diversos sindicatos próximos do governo (entre eles o Sindicato dos Operários Pedreiros), o depoimento de Vecchio certamente envolvia interesses políticos em jogo, tentando mostrar que a tentativa de unificação era coerente e que o Sindicato dos Operários da Construção Civil deveria então fundir-se ao Sindicato dos Pedreiros. De certa forma, ele acabava por legitimar as ações mais radicais por parte da Delegacia Regional do Trabalho, que estaria apenas cumprindo o Decreto-Lei nº1.402. No entanto, a mensagem que fica implícita com esse depoimento é que o interesse político de Vecchio era de manter o Sindicato dos Operários Pedreiros ligado diretamente à União Sindical, agregando ainda um número maior de trabalhadores com o processo de unificação das entidades dos trabalhadores.

A partir do depoimento de José Vecchio, o processo parece indicar uma reviravolta. A Delegacia Regional do Trabalho conseguiu o seu objetivo no final de setembro de 1942, cassando a carta sindical do Sindicato de Operários da Construção Civil. Dessa forma, o processo aberto pelo sindicato sobre invasão de propriedade e furto seria devidamente arquivado. O relatório da cassação inclui acusações que indicam irregularidade até mesmo na quantidade de rubricas nas atas. Além disso, questionava-se a orientação ideológica da diretoria, com uma acusação acompanhada de ofício do

DOPS sobre material do “Partido Trabalhista Rio Grandense”, encontrado entre as apreensões feitas no sindicato.<sup>311</sup> Chama a atenção, no entanto, que tais acusações surgem apenas posteriormente no processo, provavelmente com o fim de deslegitimar a acusação de invasão do Sindicato de Operários da Construção Civil.

Todo esse caso foi tratado pelos jornais de Porto Alegre de forma rápida e sucinta. O *Correio do Povo* trouxe à tona a versão de Norival Paranaguá de Andrade, ou seja, de que a dualidade sindical e as irregularidades do Sindicato dos Operários da Construção Civil estariam levando o Ministério do Trabalho à cassar a sua carta sindical.<sup>312</sup> O *Diário de Notícias* sequer noticiou a questão. Por um lado, há que se considerar que a lei de imprensa do Estado Novo colocava os jornais sob censura política e que uma matéria que se posicionasse a favor da diretoria do sindicato contra o Delegado Regional do Trabalho seria facilmente censurada. Por outro, não se pode esquecer que ambos os jornais eram ligados à burguesia gaúcha e que o interesse na vida sindical era tradicionalmente bastante reduzido. De fato, são pouquíssimas as notícias que remetem a confrontos entre sindicatos e órgãos do governo. Isso acaba gerando um problema ao pesquisador, pois as poucas notícias sobre as entidades de classe podem induzir que a conciliação fosse a linha dominante, quando na verdade tal aparência envolvia uma série de fatores: direções atreladas aos órgãos do Estado Novo, a censura à imprensa, a posição editorial do jornal etc.

No entanto, as questões referentes à censura aos jornais e a própria posição editorial não ajudam a perceber como os sindicatos funcionavam enquanto instrumentos políticos que estavam ligados ao governo, ainda que sem dúvida sejam importantes para compreender o papel da imprensa gaúcha durante o Estado Novo, em relação ao qual ainda há poucos trabalhos que reflitam sobre esse tema.<sup>313</sup> Mas, no que se refere ao atrelamento de direções sindicais ao Estado Novo, a situação já parece mais concreta se o enfoque for voltado para a documentação sindical.

---

<sup>311</sup> Não confundir o “Partido Trabalhista Rio Grandense” com o “Partido Trabalhista Brasileiro”. No que diz respeito ao primeiro, sua fundação seria datada de novembro de 1935. Seu programa em defesa dos direitos sociais do operariado em nada deixava a desejar às ambições dos setores populares do PTB posteriormente. No entanto, em 1942 estava já proibido o surgimento de partidos políticos no Brasil por conta da implementação do Estado Novo em 1937. Para mais, ver: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992. p. 446-449.

<sup>312</sup> “Solucionado um rumoroso caso trabalhista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/10/1942. p. 4.

<sup>313</sup> Excetuando o trabalho de Andréa Sanhudo Torres, desconhece-se outra pesquisa sobre o tema. Ver: TORRES, Andréa Sanhudo. Op. cit. 1999.

Um exemplo disso pode ser visto no livro de atas dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Elétrica de Porto Alegre, que revela que as eleições de diretoria de 1941 a 1944 contaram com a presença de um representante do DOPS e um representante da Delegacia Regional do Trabalho.<sup>314</sup> Tal situação forçosamente implicava que qualquer oposição que se organizasse internamente no sindicato e decidisse “disputar” as assembleias, teria de enfrentar o aparato repressivo do Estado Novo. Por mais que se queira discutir o grau de autonomia das organizações de trabalhadores no período e do próprio movimento operário, deve se ter em mente que essa autonomia era limitada ao extremo como proposta política e que tinha, ao que tudo indica, fins bastante práticos.<sup>315</sup>

Porém, o caso do Sindicato dos Operários da Construção Civil é bastante revelador exatamente por demonstrar que, por mais sufocante que fosse a pressão do Ministério do Trabalho e da Polícia Política, havia ainda formas de enfrentar o autoritarismo político através de subterfúgios, em muitos casos, possibilitados pela própria legislação do Estado Novo. Afinal, se o presidente e o secretário do sindicato conseguiram ameaçar a Delegacia Regional do Trabalho através das acusações de invasão de propriedade, arrombamento e furto, isso mostra que havia ainda alguma margem de manobra para agir. Pequena, é claro, dada às determinações políticas que existiam sobre a ação dos trabalhadores.

Mas talvez a ideia de uma “margem de manobra” implique um distanciamento entre a ação e as condições estruturais onde os trabalhadores estavam envolvidos. Sem dúvida esses agentes poderiam tentar agir de forma “desviante” e até mesmo visar um intenso questionamento da tentativa de controle de suas ações por parte do Estado (e, de certa forma, também por parte do capital sobre o trabalho). No entanto, como afirma o historiador Alex Callinicos, “as estruturas não apenas limitam a ação. Elas não agem apenas como limites inertes, restringindo as alternativas abertas aos agentes. Elas também são capacitadoras e se fazem presente nas ações de fato buscadas por

---

<sup>314</sup> Importante lembrar que o Sindicato dos Carris Urbanos de Porto Alegre, em 1942, foi vítima de uma intervenção da Delegacia Regional do Trabalho. Sem maiores detalhes divulgados pelos jornais da capital gaúcha, o que se sabe é que a eleição da diretoria fora revogada e que um dos funcionários do órgão fora designado para ser interventor no sindicato até nova eleição ser realizada. Ver: “Intervenção no Sindicato dos Carris Urbanos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/06/1944. p. 2.

<sup>315</sup> Gláucia Konrad, em sua tese de doutorado, aponta com precisão que o discurso governista do fim da luta de classes não encontrava correspondência diante das lutas que surgiam entre os operários no período. No entanto, esse enfoque da tentativa de controle sindical por parte das entidades do governo mostra que as medidas que o regime de Vargas instituiu para “harmonizar” capital e trabalho tinham uma burocracia política pronta para realizá-las, obrigando os trabalhadores a procurarem outros subterfúgios para defender seus direitos. Ver: KONRAD, Gláucia. Op. cit. p. 8.

indivíduos ou grupos”, o que permite que o autor chame determinadas ações de “capacidade estruturais”.<sup>316</sup> Tais ações, tentando fugir da repressão e do controle, eram parte integrante da própria conjuntura e não apenas uma oposição simples a ela.

Um exemplo disso está nas ações jurídicas dos sindicatos. É verdade que as leis trabalhistas ainda eram novidade no país e que a própria CLT só havia sido concluída em 1943 e apresentada ao operariado brasileiro como “grande conquista”. No entanto, como outros autores já demonstraram, havia um distanciamento real entre o que a lei representava ao operariado brasileiro e o que ela de fato era e seus efeitos jurídicos. Como afirma o historiador americano John French, “no fim as leis trabalhistas tornaram-se ‘reais’ nos locais de trabalho somente na medida em que os trabalhadores lutaram para transformar a lei, de um ideal imaginário, em uma realidade futura possível”.<sup>317</sup>

Todavia, as formas de exigir o cumprimento da lei partiam muitas vezes das estruturas sindicais que eram obrigadas a aceitar as “regras do jogo”, ou seja, os limites que o próprio Estado instituía ao defender o recurso legal. Uma discussão que remeta às leis trabalhistas do período deve ter em mente, por exemplo, que em 1935 se tornou impossível o dissídio coletivo no país, tentando com isso desmobilizar as categorias que faziam paralisações conjuntas.<sup>318</sup> Somada à proibição das greves instituía em 1937, tais leis deixavam uma margem muito pequena aos sindicatos para recorrerem legalmente contra os empresários. Essas condições não eram simplesmente ignoradas, pois aos sindicatos restavam então duas alternativas, caso não desejassem se preparar para enfrentamentos jurídicos: ignorar completamente a esfera legal, ou não entrar em conflito com a Delegacia Regional do Trabalho e com os empresários. Tais opções não constituíam alternativas muito razoáveis, tendo em vista que mesmo privados de suas formas tradicionais de organização para exigir melhores condições de trabalho e aumento de salários, os operários acabavam por exigir assistência jurídica para saber ao menos de seus direitos diante de situações onde a exploração era constatada por eles.

No ano de 1944, o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre – em relatório que era anualmente entregue ao DOPS-RS – divulgava diversos dados sobre o sindicato,

---

<sup>316</sup> “Structures do not simply constrain action. They do not simply act as inert limits, restricting the alternatives open to agents. They are also enabling and are thus present in the actions actually pursued by individuals or groups.” (tradução minha) CALLINICOS, Alex. Op. cit. p. 95-96.

<sup>317</sup> FRENCH, John. Op. cit. p. 10.

<sup>318</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. Op. cit. p. 85. O Decreto-Lei 5.821 de 16 de setembro de 1943 passa a permitir os dissídios apenas através dos sindicatos enquanto durasse o estado de guerra e foi uma importante forma de controle sobre as reivindicações dos trabalhadores no período.

desde a assistência médica e odontológica até mesmo a assistência jurídica. O ofício que abre essa parte é bastante significativa sobre a importância das ações trabalhistas na vida do sindicato:

“A assistência judiciária no presente exercício, a cargo do grande cauzidico[sic], e abnegado amigo dos trabalhadores, o advogado Dr. Francisco Tallaia O’Donnel, o qual vem dispensando a maior de suas atenções, aos associados deste Sindicato, o que bem poderá se notar, pelos quadros anexos, quer em número de reclamantes, como em importâncias ganhas por seu intermédio através da meritíssima Justiça do Trabalho, o qual em defesa dos reclamantes não tem medido sacrifícios, como poderá se ver com o seguinte resultado: reclamantes perante a Justiça do Trabalho *56 associados*, os quais tiveram em sua maioria, ganho de causa, na importância de Cr\$ 63.201,60.

Convém ressaltar aqui, que durante o exercício de 1944, só foi perdido ganho de causa um processo.

E também por intermédio desta Presidência, foram feitos *59 Conciliações*, em dissídios entre empregados e Empregadores, na importância de Cr\$ 41.226,00, o que vem perfazer um total geral de 119 reclamantes, na importância de Cr\$ 104.427,60 que reverteram a favor dos reclamantes, conforme poderá se ver pelos mapas anexos.

Quero deichar(sic) consignado neste relatório os meus agradecimentos, ao ilustre Consultor Jurídico e Procurador deste Sindicato, Dr. Francisco Tallaia O’Donnel, pela maneira brilhante, com que vem desempenhando seus esforços, no interesse dos trabalhadores, pela maneira com que vem distinguindo entre seus colegas, não medindo mesmo horas para atender reclamações, consultas, que lhes estão afetas, o que vem mantendo até com prolongamento de expediente. Sendo também que nesta assistência foram dispendidos[sic] pelo Sindicato Cr\$ 3.600,00 em honorários, e Cr\$ 2.223,10 em requerimentos, custos, etc.”<sup>319</sup>

Esse ofício é revelador da importância financeira das ações jurídicas. Parece haver um erro de cálculo ao afirmar que foram 119 reclamantes no ano, onde 59 conciliações e 56 ganhos de causa mais uma causa perdida configuram 116 casos. Mas ainda assim, a soma adquirida pelo sindicato em todos os casos fora de mais de Cr\$ 104.000,00, enquanto o advogado recebera Cr\$ 5.823,10 pelo serviço prestado. Não é à toa que a assistência jurídica, na figura do senhor Francisco Tallaia O’Donnel, fosse tão enaltecida no ofício. O mapa dos casos jurídicos do sindicato é ainda mais interessante, pois revela alguns dos problemas (genericamente) assim como as empresas envolvidas. As metalúrgicas Wallig & Cia Ltda., Alberto Bins, Cipriano Michelleto & Irmão, Zivi

---

<sup>319</sup> *Relatórios da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre (1942-1943-1944)*, Relatório de 1944, Sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre. Sem página. [paginação provisória feita por mim, p. 083]

& Cia eram algumas das empresas mais citadas, mas havia casos também da cervejaria Continental e das forjas Taurus. Os assuntos incluíam principalmente o “salário-doença” e “indenizações”, ainda que sem maiores informações para o leitor.

É verdade que a falta de detalhes acaba deixando o pesquisador curioso para saber como as entidade sindicais encaravam o ato de “recorrer à Justiça”. Mas os elogios à “meritíssima” Justiça do Trabalho e ao advogado trabalhista revelam que a sua importância era fundamental. A lei tinha, sim, um papel específico na luta dos trabalhadores e os sindicatos eram, de certa forma, seus principais mediadores. Não se pode cair em análises que avaliem o impacto legal como mera corruptela do regime de Vargas, pois a intencionalidade dos trabalhadores no recurso à lei se torna essencial para compreender as lutas que eles travam com o Estado e com a burguesia.

Para compreender melhor a importância da legislação trabalhista no período há um caso bastante interessante que ocorreu em Porto Alegre. No dia 15 de julho de 1943 um empregado da fábrica de vidros Sul Brasileira é detido pela tentativa de subtrair quatro garrafas vazias, “próprias para o condicionamento de leite”. O gerente da fábrica, desconfiado da situação, deu o “flagrante” no operário Manoel Santana de Souza. O valor ínfimo das garrafas (Cr\$ 12,00) fora tratado como um grave delito, sendo que as testemunhas do delito eram o gerente da fábrica, Fernando Daniel Targa e o apontador geral, Dario Jardim de Melo.<sup>320</sup>

O próprio operário confessara à polícia que cometera o ato “em um momento de fraqueza e, mesmo pensando que a direção da fábrica em que [...] trabalhava não se importaria com a falta de quatro garrafas vazias”. Argumentava ainda que durante os cinco anos que trabalhara na fábrica nunca fora acusado de nada e que esperava apenas que lhe descontassem o valor das garrafas de seu salário. Com 65 anos de idade, “seu Manoel” afirmava que nunca havia cometido nenhum crime e que creditava a situação à precipitação do gerente. No entanto, conforme o inquérito é relatado no processo, descobre-se que além de “seu Manoel” ser um cidadão de 65 anos, casado, nascido em Tubarão e residente no bairro Moinhos de Vento ele também era analfabeto.

Pode parecer um tanto quanto ingênuo da parte do operário argumentar que a empresa apenas descontasse seu salário, ou que o gerente fora apenas precipitado e que não era motivo de dar-lhe voz de prisão. A aparente ingenuidade que o argumento do

---

<sup>320</sup> As informações referentes ao furto de “seu Manoel” são retiradas do processo de MANOEL SANTANA DE SOUZA, nº 5555, maço 319, estante 29, Porto Alegre, APERS, julho de 1943. Grifos meus.



operário revela também um certo desconhecimento sobre os “códigos” legais, que seria bastante explorada por seu advogado de defesa designado, Luiz Luz. Em carta ao Ministério Público, o advogado, alegava que “seu Manoel” não furtara as garrafas e nem pretendia fazê-lo e que quando ia em direção ao escritório para dar baixa das garrafas o gerente lhe abordara e acusava-o de furto. A precipitação de Fernando Targa é que gerara todo o incidente.

O advogado então tenta mostrar de todas as formas a inocência de seu cliente, chamando testemunhas que lhe conheciam para garantir ao júri que “seu Manoel” sempre fora um homem honesto e honrado, incapaz de cometer um furto. No entanto, provavelmente percebendo que estava sem testemunhas sobre o flagrante dado pelo gerente da fábrica, o “dr. Luiz Luz” acabou fazendo valer, em uma de suas cartas ao Ministério Público e ao juiz do processo, uma perspectiva diferenciada para a apelação. A carta de Luz é um interessante exemplo da instrumentalização da recente legislação trabalhista por parte do operário e do advogado.

“Pelo denunciado  
Emérito julgador

É inacreditável que se mova a máquina da Justiça para instaurar um processo contra um pobre velho, já que é a pobreza quem mais aflige a vida honrada e sem defeitos de um cidadão de 65 anos de idade, como no caso dos autos.

Por mais que se queira descobrir um resquício de prova contra o acusado, não se encontra.

Senão vejamos:

Manoel Santana de Souza, operário, sexagenário, alquebrado já pelos anos que lhe vêm assoberbando a cruz pesada deste mundo tão cheio de misérias e tormentos, quis continuar, como na mocidade, uma vida honrada e sem mácula, trazendo para o seu lar o pão de cada dia. Assim, trabalhava ele na Companhia de Vidros Sul Brasileira, à rua Voluntários da Pátria.

Eis que um dia, o destino cruel, ou a malícia de um gerente inescrupuloso e desumano, atirou o acusado no fundo de um cárcere, tendo, para isso, encontrado a boa vontade da autoridade policial que, não obstante os muitos afazeres da Delegacia a seu cargo, teve tempo para mandar lavrar o auto de prisão em flagrante de fla.5.

E tudo isso foi feito porque o denunciado, segundo o tal gerente, TENTOU FURTAR QUATRO GARRAFAS VAZIAS.

Além de não estar provada a decantada tentativa, não houve flagrante, pois esta foi apenas um “*arranjo*” feito entre as pessoas que fazem parte do auto da fla. 5.

[...]

Vê-se assim quanta sinceridade existe nas declarações deste pobre velho.

Não queremos continuar abordando os requisitos que integram a tão falada tentativa, pois, estamos certos que o Eminente Julgador, melhor do que nós, resolverá como de Direito.

Mas, o fim visado pelo gerente Sr. Targa, foi outro bem diferente.

**O acusado trabalhava na fábrica há cinco anos. Talvez pela sua avançada idade, não interessasse mais os seus serviços. Então, o gerente lança mão de um meio tão baixo, quanto desprezível, para despedi-lo.**

A acusação maliciosa intentada contra Manoel Santana de Souza ficou sem efeito, diante da prova incontestável colhida na formação da culpa, corroborada pelos bons antecedentes do mesmo.

O denunciado, por seu defensor, pede vênia para lembrar ao culto e íntegro Magistrado que o irá julgar, que está recolhido à Casa de Correção, por ser apontado como autor de um crime que nunca cometeu, ou seja, o de TENTAR FURTAR QUATRO GARRAFAS VAZIAS!”

A carta não faz referência explícita à legislação trabalhista, mas a hipótese levantada pelo advogado, de que a acusação de furto era dirigida contra “seu Manoel” para poder demiti-lo (provavelmente por justa causa) é bastante reveladora. Havia, sim, essa possibilidade. O gerente realmente poderia estar interessado em livrar-se do operário sem que tivesse que pagar encargos trabalhistas. Além disso, o processo não parece indicar que o operário fosse sindicalizado, pois isso não é mencionado nenhuma vez nos autos. E diante de uma suposição feita acerca dos direitos trabalhistas que envolveriam a proteção do empregado, a questão fica em aberto no meio do processo.<sup>321</sup> Sem qualquer amparo possível, o advogado percebeu que essa poderia ser uma abordagem interessante para evitar que o acusado fosse responsabilizado pelo furto. “Seu Manoel”, por sua vez, parecia admitir o crime, mas não parece ter lhe ocorrido que a acusação poderia ser parte de um “plano” do gerente para demiti-lo. Talvez desconhecesse as recentes leis trabalhistas, o que tornaria o trabalho do seu advogado ainda mais central na tentativa de fazê-lo compreender que estavam lhe prejudicando em face de um direito adquirido. Entretanto, a acusação foi levada adiante e Manoel Santana de Souza foi julgado e condenado a um ano de prisão.

---

<sup>321</sup> Pode se deduzir que aos sindicatos não parecia interessante a ideia de que trabalhadores não sindicalizados tivessem os mesmos direitos que os sindicalizados. Um memorando do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre para o Ministério do Trabalho é revelador sobre algumas das posições existentes no movimento operário sobre a proteção de leis trabalhistas para trabalhadores não sindicalizados. A posição da entidade era bastante clara: os trabalhadores deveriam se sindicalizar para ter acesso à legislação trabalhista, ou de outra forma haveria imenso prejuízo ao Estado Novo. Ver: “A Justiça do Trabalho não faz distinção entre o trabalhador sindicalizado e o não sindicalizado”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/11/1943. p. 5.

Nesse sentido, não se pode ignorar o papel dos sindicatos durante a implementação da legislação trabalhista. De fato, eles foram mecanismos de difusão das leis. Mesmo que dentro dos limites do Estado Novo, da restrição às greves e aos dissídios coletivos, eles possuíam condições de organizar o enfrentamento jurídico na Justiça do Trabalho. Alguns pesquisadores como Kazumi Munakata afirmam que por trás dessa necessidade de recorrer ao direito trabalhista estava o espírito de “transformar uma questão política, de correlação de forças entre o trabalhador e o patrão, numa questão jurídica e técnica, com suas regras e normas só acessíveis aos especialistas”.<sup>322</sup> É dentro dessa capacidade de atuação legal por parte dos trabalhadores que surge o conceito de “consciência legal dos trabalhadores” desenvolvido por Maria Célia Paoli e utilizado por John French. Pela possibilidade de agir no âmbito legal é que os sindicatos possuíam, de certa forma, um reconhecimento dos trabalhadores.

Mas e quando os sindicatos não conseguiam conquistar essa legitimidade? Quando as pautas dos trabalhadores parecem indicar caminhos opostos aos que a direção do sindicato pretendia seguir? Não se pode ignorar que os trabalhadores sindicalizados muitas vezes tinham privilégios em relação aos não-sindicalizados, especialmente no que diz respeito às formas de conseguir alimentos mais baratos.<sup>323</sup> Mas isso não era suficiente para uma situação onde a carestia era um problema sério, que atingia o orçamento familiar do proletariado. Mesmo que pleiteassem um aumento salarial, como era o caso dos comerciários em setembro de 1943, o sindicato tinha muito pouco poder para pressionar o patronato para conseguir os salários. O máximo que poderia ser feito era um “apelo” por escrito às associações dos empregadores para que reajustassem o salário de seus empregados.<sup>324</sup>

Quando o “apelo institucional” não atendia suas pretensões salariais, a quem e de que forma poderiam recorrer os trabalhadores? Um editorial do *Correio do Povo* de

<sup>322</sup> MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981. Citado em LOBO e OLIVEIRA. Op. cit. p. 105.

<sup>323</sup> Um exemplo desse favorecimento é o caso da distribuição da leite em 1944, onde as cotas exigidas para trabalhadores sindicalizados eram maiores do que as previstas pela CAERGS. Ver a parte 2.3 desse trabalho.

<sup>324</sup> “O sindicato dos comerciários fará novo apelo em prol do reajustamento dos salários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/09/1943. p. 9. Gláucia Konrad afirma que “as federações e sindicatos de trabalhadores de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, diante do quadro de crise econômica, agravado pela conjuntura de guerra, pediram a intervenção do governo do estado para que fosse decretada a melhoria dos salários.” Ver: KONRAD, Gláucia. Op. cit. p. 161. Nesse quadro também, vale ressaltar que em julho de 1943 o Sindicato dos Bancários enviou um memorando à presidência da República pleiteando reajuste salarial, de tal forma que o seu memorando ganhou posteriormente a assinatura de diversas entidades de classe. Ver: “Vencimentos dos bancários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/07/1943. p. 2. Ver também: “Unem-se as classes trabalhadoras em face da crise”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/07/1943. p. 2.

julho de 1943 revelava que uma das formas mais comuns das queixas relativas a infrações da legislação trabalhista era o anonimato, “que nem sempre é covardia”, segundo o próprio jornal. Tentando justificar as formas através das quais os trabalhadores faziam as denúncias sem irem diretamente à Justiça do Trabalho, o editorial ainda afirmava que “não faltam aqueles que resistem à lei, buscam fugir-lhes aos efeitos, tratam de desviar-lhe a incidência, inventam expedientes de toda ordem para se furtar ao seu cumprimento, desrespeitando-a e afrontando-a com toda desfaçatez.”<sup>325</sup> Sem ir à Justiça do Trabalho e, portanto, sem recorrer ao sindicato de sua categoria, o trabalhador acabava por preferir outras formas de crítica que podem parecer menos eficientes num primeiro momento, mas que revelam uma insatisfação que essa documentação mais institucional nem sempre consegue captar.<sup>326</sup>

Tudo indica que, quando o confronto dependia de uma situação onde seus direitos deveriam ser colocados de forma mais enfática e, principalmente, coletiva, houvesse um divórcio entre trabalhadores e lideranças sindicais. Não era uma ruptura radical, mas não é de se surpreender que os sindicatos fossem menos importantes em determinadas conjunturas do que outras formas de organização como células de fábricas e oficinas, tais como aquelas que Eloy Martins desenvolvera entre os mecânicos, citada anteriormente. É a partir da idéia de uma relação sindical flexibilizada pelas próprias circunstâncias que envolveram a luta dos trabalhadores que se pode compreender o novo momento de ascenso do movimento operário de Porto Alegre nas greves de abril de 1945.

### 3.3 – Criando novas armas: as greves de abril de 1945

---

<sup>325</sup> “Trabalho e fiscalização”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/07/1942. p. 4. Entretanto, um elemento que o jornal parecia desconsiderar é que existia a possibilidade de os trabalhadores terem de arcar com parte do custo do processo, o que seria proibitivo para muitos deles.

<sup>326</sup> Há aqui uma pequena consideração a fazer de um caso específico de debate sobre representação sindical encontrado na seção de cartas do *Correio do Povo*. Na edição de 25 de julho de 1943 uma carta da seção “Queixas do Público” afirma que o Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre tinha uma força política única, com grande número de filiados e uma renda pujante, mas que nada fazia para enfrentar o problema do custo de vida dos trabalhadores. A carta, assinada por um grupo de comerciários, é contestada diretamente pelo Sindicato dos Empregados do Comércio no dia 04 de agosto do mesmo ano, afirmando que o órgão estava sempre lutando pelos trabalhadores, para defendê-los dos exploradores e atuando junto com entidades do poder público para enfrentar a questão, desqualificando os interlocutores que tinham escrito a carta anterior. Ver: “Queixas do público – os comerciários e o seu sindicato”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/07/1943. p. 5. Ver também: “Queixas do público – O SEC contesta um missivista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/08/1943. p. 2.

Nas duas últimas seções do trabalho, o eixo central da discussão foi a ação dos operários para contestar o esforço de guerra no qual estavam inseridos. De nenhuma forma isso passou pela contestação da importância da guerra e da centralidade do combate ao Eixo. Porém, cientes de que Estado e burguesia aproveitaram também o momento para intensificar o seu controle, os trabalhadores demonstraram que situações como o aumento da jornada de trabalho, ou a escassez de gêneros alimentícios no mercado de Porto Alegre revelavam uma espécie de desprezo aos “soldados-operários”. É diante desse momento específico que uma semana em abril ganha destaque nesta pesquisa, pois é na segunda semana desse mês que o movimento operário porto-alegrense saiu às ruas para enfrentar tanto a repressão política da ditadura como o patronato. Em suma, as greves desse período representam tanto uma certa continuidade nas formas de resistência à exploração decorrente do “esforço de guerra” como também uma espécie de “salto qualitativo” diante das formas de protesto sutis ao longo da existência dos “soldados-operários”.

No entanto, antes de adentrar na análise das greves que eclodiram em abril, é necessário fazer uma referência à idéia de “criar uma nova arma”, que consta no subtítulo. A greve é um instrumento histórico do movimento operário desde suas próprias origens. O economista Karl Polanyi, nos anos 1940, definiu a greve como o instrumento de negociação por excelência por parte dos trabalhadores, pois é através dessa forma de associação que eles poderiam negociar questões como o seu próprio salário e a jornada de trabalho.<sup>327</sup> Porém, durante o Estado Novo, como já foi observado, a greve fora tornada ilegal e essa alternativa de luta se tornou quase impossível ao movimento operário.<sup>328</sup> Ainda que permitindo a organização dos trabalhadores através da sindicalização de formato corporativista, discutido na seção 1.1 desse trabalho, a restrição da greve era essencial ao projeto político de “cooperação” entre trabalho e capital.

Mesmo defendendo tal organização operária em seus órgãos de representação classista, o projeto trabalhista não considerava, em seus primórdios, o direito de greve. Luiz Werneck Vianna foi um dos autores que melhor apresentou os problemas que eram colocados pela repressão política e controle do trabalho no período. Segundo ele, a Lei

---

<sup>327</sup> POLANYI, Karl. Op. cit. p. 180-181.

<sup>328</sup> Entretanto, há registro de greves curtas e localizadas ao longo do Estado Novo e mesmo durante a guerra, especialmente na cidade de São Paulo, como poderá ser visto adiante nessa mesma seção. Ver: COSTA, Hélio da. Op. cit. capítulo 1: A luta dos trabalhadores no final do Estado Novo. p. 11-52.

de Segurança Nacional de abril de 1935 era extremamente restritiva à greve de qualquer funcionário público, sendo que para trabalhadores do setor de abastecimento, ela só era permitida por “motivos pertinentes às condições de seu trabalho”.<sup>329</sup> A legislação de 1935 abriu espaço para que, em 1937, a nova Constituição afirmasse que a greve era um recurso anti-social. Dessa forma, o argumento de Vianna sustenta que capital e trabalho defrontavam-se com um Estado que estaria se colocando acima dos interesses particulares, chamando as partes negociadoras “ao cumprimento do bem comum”.<sup>330</sup>

O “bem comum”, como se sabe, era extremamente limitador das capacidades de negociação por parte dos trabalhadores. Nas palavras do autor:

“A linguagem corporativa reduziu-se aos pronunciamentos dos dirigentes políticos do Estado, e até isto por um lapso de tempo breve. Os institutos corporativos, contra a intenção visível do legislador, foram esvaziados de sua filosofia “colaboracionista”, convertendo-se em instrumentos de crua dominação de classes. Na prática, agia o Capital num meio que acabava por ser calidamente liberal, protegido por um discurso que elevava a otimização dos seus lucros a uma função do poder público.”<sup>331</sup>

Portanto, se por um lado pode se afirmar que a lei tenta tornar uma determinada relação de dominação de classes como neutra ou inexistente, por outro ela é, na sua aplicação, parcial. No caso, como afirma Vianna, ela permitia ao capital um espaço de atuação maior, ainda que restrito aos próprios limites impostos pelo governo. É nesse conflito entre o que a legislação pretende ser e o que ela realmente se revela que os trabalhadores podiam atuar tanto pelas vias legais, como buscando confrontar esse campo com ações ilegais, como é o caso das greves.

Se os trabalhadores poderiam “recriar suas armas” e fazer da greve novamente um direito, é preciso entender como foi feita a recuperação dessa tradição do movimento operário no período. E, de fato, tomando emprestada a crítica de Marx à metáfora de Victor Hugo, as greves de abril em Porto Alegre não foram um “raio no céu azul”. O descontentamento já existia e grupos organizados, como os comunistas vistos anteriormente, já consideravam que deveria haver uma forma de canalizar os problemas da economia doméstica dos trabalhadores para a reorganização política do partido e para sua legitimação como força anti-fascista.

---

<sup>329</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit. p. 200.

<sup>330</sup> *Ibid.* p. 218.

<sup>331</sup> *Ibid.* p. 222.

No entanto, se os comunistas eram capazes de se organizar – ainda que de forma muito restrita e sob a intensa vigilância do DOPS – não seria possível pensar que existiam formas de organização entre outros grupos políticos no interior da classe trabalhadora? A situação do período propiciava inclusive que se pensasse novamente em mecanismos de organização menos formais. Em fevereiro de 1945 Vargas já acenava com a liberalização política do regime, provavelmente diante de pressões que se colocavam pelo próprio esforço de guerra em prol das “democracias ocidentais”. A possibilidade do surgimento de oposição à ditadura de Vargas e a suspensão da lei de censura no mesmo mês garantiam um clima de oportunidade para a reorganização política de grupos civis, inclusive os trabalhadores. Somado a esses movimentos, o Brasil participara da Conferência de Chapultepec, em fevereiro/março de 1945, ratificando as decisões que “consagravam direitos sociais, entre os quais o reconhecimento do direito de associação dos trabalhadores, do contrato coletivo e do direito de greve.” Anunciava-se, assim, as mudanças constitucionais de 1946 onde a greve deixaria de ser um delito para se tornar um direito.<sup>332</sup>

Entretanto, em algumas cidades já haviam movimentações operárias antes mesmo da gradual abertura política do regime do Estado Novo. Em São Paulo, por exemplo, Hélio da Costa analisou algumas das movimentações dos operários durante os anos da guerra. Em 1942 houve uma greve na periferia de São Paulo, em uma usina que atrasara o salário de seus empregados. Em 1943 e 1944 atos semelhantes se repetiram, com paralisações e abaixo-assinados de operários que protestavam contra suas condições de trabalho, ou que exigiam um reajuste salarial conforme seu custo de vida, ou mesmo que exigiam apenas o que lhes era legalmente garantido, como a exigência de um “abono de Natal” em dinheiro e não em espécie.<sup>333</sup> Porém, tais iniciativas passaram por fora dos sindicatos de classe, o que colocava esses trabalhadores em risco. Em um depoimento coletado pelo historiador, um dos operários do período, Ronaldo Fratti, falara sobre a greve geral que teria ocorrido em 1944:

Houve uma pressão muito grande pelo décimo terceiro salário, por exemplo, em Santo André. Acabou tendo greve geral dos químicos e têxteis, que eram as categorias que mais precisavam disso,

---

<sup>332</sup> MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial...* p. 81.

<sup>333</sup> Sobre isso, Costa fala que as indústrias Pirelli garantiam esse abono através apenas da boa vontade do empregador, podendo variar de uma lata de marmelada até mesmo a uma cesta de alimentos. Ver COSTA, Hélio da. Op. cit. p. 12-15.

tinham salários mais baixos (...); houve 430 prisões, não cabia nas prisões, então encheram o pátio.<sup>334</sup>

Entretanto, mesmo com movimentações políticas nos anos anteriores, Hélio da Costa afirma que as greves que ocorreram em abril de 1945 em São Paulo foram diferentes das anteriores. Possivelmente por terem sido amplamente difundidas, mas, principalmente pelo clima político do início do ano de 1945. Com a guerra na Europa prestes a terminar e com o regime Vargas defendendo o enfrentamento contra o nazifascismo em nome das democracias ocidentais, a situação era realmente diferenciada. O “esforço de guerra” não era mais argumento suficiente para sufocar as tentativas de organização do movimento operário e mesmo o apelo patriótico, que membros do governo e líderes sindicais poderiam fazer, tinha limites.<sup>335</sup>

Mas ao que tudo indica, São Paulo não era a única cidade onde havia agitações por parte dos operários durante os anos de esforço de guerra. Antônio de Oliveira e Eulália Maria Lahmeyer Lobo afirmam que em 1944, na cidade do Rio de Janeiro, já havia uma retomada dos comunistas nos sindicatos, procurando organizar campanhas salariais dentre os trabalhadores.<sup>336</sup> Ainda que o estudo não aponte mobilizações grevistas, ou mesmo abaixo-assinados, ele parece confluir com a ideia que Hélio da Costa sugere para o caso de São Paulo: diante da dificuldade de organizar os trabalhadores para formas mais diretas de ação política no enfrentamento com o patronato, restava a eles organizarem-se por fora dos sindicatos, em comitês ou células.

No Rio Grande do Sul também há casos de agitações operárias antes de abril de 1945, como pode se ver na categoria dos mineiros da região de São Jerônimo e Butiá. Na pesquisa de Gláucia Konrad, a autora revela que desde 1934 essa categoria fora bastante atuante e estava constantemente mobilizada para discutir suas condições de trabalho e os seus salários, inclusive exigindo o cumprimento da legislação trabalhista conforme as leis foram se consolidando.<sup>337</sup> Em 1943, houvera intervenção militar em muitas minas da região, provavelmente para lidar com os protestos de mineiros que eram acusados do crime de “deserção” pelo Consórcio Administrador de Empresas de

---

<sup>334</sup> *Ibidem*. p. 15.

<sup>335</sup> Hélio da Costa, em entrevista com Armando Mazzo, relata uma situação onde o coordenador do esforço de guerra fora visitar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e criticar a greve da categoria. Enaltecendo o “esforço de guerra” para a defesa do Exército Brasileiro, o coordenador foi interrompido pelas lideranças sindicais que afirmavam que ele deveria usar o adjetivo “glorioso” antes de se referir ao Exército Brasileiro para poder criticar os trabalhadores. *Ibidem*. p. 20.

<sup>336</sup> LOBO e OLIVEIRA. Op. cit. p. 180-181.

<sup>337</sup> KONRAD, Gláucia. Op. cit. p. 137-143.



Mineração.<sup>338</sup> Além disso, Alexandre Fortes cita, em sua pesquisa sobre o Quarto Distrito de Porto Alegre, durante a Era Vargas, o caso de uma greve dos metalúrgicos em 1944, retirada de uma entrevista realizada por Maria Elizabeth Grimberg, em 1982, com o líder sindical José César Mesquita.

No entanto, essa greve carece de documentação mais sólida para ser analisada. Segundo Fortes, no final de novembro de 1944 os metalúrgicos desencadearam uma paralisação que durara 15 dias, reivindicando um aumento salarial de 1\$000 por dia.<sup>339</sup> Tal valor seria equivalente a Cr\$ 1,00 por dia, o que somado ao salário mínimo de Cr\$ 380,00 teria um acréscimo de mais de Cr\$ 24,00. O problema, no entanto, é que não há outros documentos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos que comprovem a existência dessa paralisação. Os escassos materiais oficiais do sindicato sobre esse período revelam apenas que José César Mesquita encabeçou a diretoria sindical eleita em setembro de 1944, mas que não tomou posse até pelo menos 1945.<sup>340</sup> Nas suas memórias, o militante comunista Eloy Martins tampouco faz referência a essa greve de 1944. Sem outros materiais que informem sobre essa greve, não há como saber sua duração e seu impacto. Entretanto, o silêncio de materiais do próprio sindicato pode revelar uma semelhança da situação de Porto Alegre com a de São Paulo, levantando a hipótese de que talvez essa greve tenha ocorrido à margem da entidade de classe.

Mas como se davam essas formas de organização que, aparentemente, teriam de ser tão subterrâneas? Diz-se aparentemente, é claro, pela falta de documentos sobre elas. Geralmente a documentação encontrada limita-se às memórias de militantes, que organizaram células clandestinas do PCB, ou comissões de fábrica por fora dos sindicatos.

Ainda assim, a greve dos ferroviários gaúchos, que começara no dia 5 de abril, revelou uma forma de organização bastante interessante, baseada no telégrafo da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Ao que tudo indica, a greve teve origem na cidade de Santa Maria na madrugada e rapidamente espalhou-se para Porto Alegre e Bagé pela movimentação secreta do sistema de telégrafos dos ferroviários. Dessa forma, a greve

---

<sup>338</sup> Agradeço à colega Clarice Gontarski Esperança pelas referências à intervenção da Justiça Militar na região carbonífera do Rio Grande do Sul durante o período do “esforço de guerra”.

<sup>339</sup> FORTES, Alexandre. Op. cit. p. 377.

<sup>340</sup> *Diretorias do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre*. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Porto Alegre, 2 de julho de 1971. A cartilha “60 anos na Luta”, produzida para comemorar o sexagésimo aniversário do sindicato tampouco faz referência a essa greve, mesmo que entre os consultados estejam nomes como o de Júlio César de Mesquita e o de Eloy Martins.

poderia se tornar geral entre todos os trabalhadores da categoria, o que realmente ocorreu.<sup>341</sup>

No entanto, na mesma notícia o *Correio do Povo* divulga que “a greve surgiu de um movimento espontâneo entre a classe, já que havia reivindicado aumento de vencimentos sem ser atendida em suas pretensões.” De fato, não faltavam notícias sobre os problemas que os ferroviários enfrentavam com o custo de vida e o excessivo trabalho desempenhado por eles, como foi demonstrado na seção 2.1. Mas, mesmo assim, um sistema tão eficiente de comunicação secreta, que conseguiu conectar os principais centros de articulação da categoria para a greve, faz com que o historiador se coloque um tanto quanto cético sobre a “espontaneidade” do movimento. A partir das notícias da imprensa, por outro lado, pode se deduzir duas importantes influências que marcaram a erupção da greve dos ferroviários: a greve das docas de Santos e a passeata pela anistia dos presos políticos um dia antes.

No primeiro caso, o *Correio* afirma em poucas linhas que “essa parede encontrou eco e ganhou vulto ao irromper, com resultados práticos, a greve nas docas do porto de Santos”. De fato, a greve de Santos irrompera no dia 2 de abril e fora noticiada pela imprensa gaúcha alguns dias depois, enaltecendo os 4 mil trabalhadores portuários que cruzaram os braços de forma “ordeira”.<sup>342</sup> A greve de Santos sem dúvida foi uma das mais fortes agitações da classe trabalhadora naquele mês. Entre paralisações e negociações, mais de um mês de greve se passou. Os movimentos nas docas foram marcados por disputas com o sindicato – que não autorizava a greve – assim como com a intensa repressão tanto da Superintendência da Companhia como do próprio DOPS-SP. Sem dúvida, o fôlego inicial do movimento operário nos portos de Santos se tornou exemplar para muitos trabalhadores do país e os ferroviários gaúchos não foram exceção. Porém, como demonstra Fernando Teixeira da Silva na pesquisa acerca dos trabalhadores portuários de Santos de 1937 a 1960, muitos dos grevistas eram membros do PCB, o que coloca em discussão o suposto “apartidarismo” do movimento, assim como a sua espontaneidade.<sup>343</sup>

---

<sup>341</sup> Essas e as demais informações remetem à notícia: “Paralisado, desde a manhã de ontem, todo o tráfego ferroviário do Estado”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/04/1945. p. 8.

<sup>342</sup> A imagem positiva da greve, no entanto, deve ser avaliada com cautela. Vindo do *Diário de Notícias*, empresa da Diários Associados, de Assis Chateaubriand, ela expressava mais esse suposto apoio na intenção de fazer oposição ao regime Vargas do que por solidariedade às pautas dos próprios trabalhadores marítimos. Ver: “Em greve pacífica justificada com um quadro de necessidades, mais de quatro mil operários da Cia. Docas de Santos”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/04/1945. p. 3.

<sup>343</sup> SILVA, Fernando Teixeira. Op. cit. p. 88 a 97.

Essa greve, sem dúvida, teve grande influência no movimento dos ferroviários do Rio Grande do Sul. Cabe, então, perguntar também qual teria sido a influência do PCB. Tal tema é complexo, pois como será visto mais adiante, existem indícios de que de fato, os comunistas tinham um peso político forte entre a categoria. Mas até que ponto a influência do partido ajuda a explicar a greve? Num primeiro momento, deve se lembrar que no dia anterior à paralisação dos ferroviários, 4 de abril, uma passeata pela anistia dos presos políticos fora organizada na capital gaúcha. Lá a bandeira da União Soviética aparecia logo na frente da manifestação, sendo flagrada pelas fotos dos jornais da cidade. Segundo o *Diário de Notícias*, a primeira bandeira soviética a aparecer no Rio Grande do Sul desde o Estado Novo fora confeccionada por alguns notórios membros do PCB, como Gilda Marinho e Décio Freitas. Ainda que não se tratassem de militantes operários, certamente identifica a tentativa do PCB de fazer-se presente na sociedade civil. Com a imprensa gaúcha tomando a passeata como marco da democracia que estava “nascendo” no Brasil, é possível que esse mesmo pensamento existisse entre os operários, que poderiam constatar um clima mais favorável para a ação política.<sup>344</sup>

Entretanto, apesar desse momento de exposição dos comunistas na grande imprensa, os principais organizadores da greve negaram a participação de elementos estranhos no movimento. No dia 6 de abril, segundo dia de greve, em uma assembléia na cidade de Santa Maria, os principais líderes operários fizeram declarações afirmando o caráter “não-político” do movimento, atribuído especialmente por Giacomo Silva.<sup>345</sup> De fato, não faltaram ferroviários afirmando que não havia “infiltrados” e muito menos “provocadores” no movimento, inclusive com a comissão dos grevistas estabelecendo restrições ao consumo de álcool. Porém, pode se entender que o principal temor por parte dos militantes era de que a greve fosse concebida como atividade comunista, o que explicaria a necessidade de tornar o movimento “espontâneo” em seus discursos. Tal temor é esclarecido pelo telegrama do interventor federal no Rio Grande do Sul, o tenente coronel Ernesto Dornelles:

“Em face do desenvolvimento que vem tendo, o movimento grevista deixou de se revestir da forma de reivindicação para transformar-se em motivo de perturbação da ordem e ameaça à segurança social, caso em que o governo tomará medidas radicais para

---

<sup>344</sup> “Em perfeita ordem, o povo de Porto Alegre reuniu-se num vibrante comício pró-anistia”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/04/1945. p. 8. Ver também: “Tem sua história essa bandeira soviética”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/04/1945. p. 10.

<sup>345</sup> “Em Santa Maria o diretor da Viação Férrea”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1945. p. 5 e 8.

restabelecer a tranqüilidade pública, responsabilizando todos os agitadores. Deveis advertir os aos cabeças do movimento aí sobre o possível agravamento que uma conduta irrefletida trará à situação e à margem a exploração política, que estão dando aos agitadores, com prejuízo para as reivindicações dos operários. Qualquer anormalidade provocada com esses intuítos será rigorosamente apurada a fim de que os culpados sejam devidamente punidos.”

O tom ameaçador do telegrama não soava como mera retórica política aos operários, que já conheciam o sistema de repressão do Estado Novo para saber que não se tratava de blefe. Logo, evitar que “provocadores” e “agitadores” fossem encontrados no movimento não significava excluir comunistas e demais grupos políticos do movimento, mas sim impedir que fossem identificados com a classe. Dito de outra forma, o recurso retórico da defesa da espontaneidade era fundamental para a própria sobrevivência do movimento. De fato, quando a greve já estava terminada, no dia 7, por iniciativa das negociações do diretor da companhia, o tenente coronel José Diogo Brochado da Rocha, as lideranças grevistas chegaram a pedir para os ferroviários não participarem dos comícios pró-anistia, encabeçada pelo PCB.<sup>346</sup> Ou seja, no caso gaúcho, é muito provável que o “espontaneismo” da greve, ou a ausência de ligação com o PCB, fosse uma estratégia para enfrentar a repressão que se verificava sobre o partido e seus membros.

Os ferroviários alcançaram muitas de suas reivindicações, sendo que a questão salarial foi a que envolveu boa parte das negociações de Brochado da Rocha com a Viação Férrea. Algumas das suas principais conquistas foram o atendimento às pretensões de ter uma definição jurídica da categoria, o abono familiar de funcionário público e a garantia que não haveria retaliação ao movimento, sendo essa particularmente importante diante das ameaças que pairavam sobre eles vindas do próprio interventor federal. Essas ameaças questionavam a retórica de greves apolíticas, o que deve levar o pesquisador a colocar em dúvida as aparentes evidências como as que parecem apontar para o “espontaneismo” do movimento.

Um bom exemplo dos riscos de uma leitura excessivamente crédula das fontes pode ser visto na greve dos transviários de Porto Alegre, que certamente recebeu a influência da greve dos ferroviários. No dia 5 de abril de 1945, quando começou o movimento grevista na capital gaúcha, os funcionários da Cia. Carris Porto-Alegrense de Transportes Urbanos demonstraram um diferente método de articulação, segundo a

---

<sup>346</sup> “Com a volta dos ferroviários ao trabalho, embora pendente de solução o aumento de salários, cessou a greve na Viação Férrea do Rio Grande do Sul”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/04/1945. p. 20.

matéria do jornal *Correio do Povo*. Cerca de 1.100 operários da empresa pararam o serviço às 17 horas e marcharam em direção à sede do jornal, posando para uma foto em que apareciam inúmeros braços levantados com o número 4 simbolizado nos dedos (referindo-se aos 40% de aumento salarial que reivindicavam). O *Correio* explicava a situação da seguinte forma:

“Desde o meio-dia que a cidade foi sacudida com o boato da greve. Pela manhã, tal atitude fora já tomada pelos funcionários da Viação Férrea, numa “parede” de extensão estadual que paralisou todo o tráfego ferroviário. A repercussão da greve ferroviária tinha que ser, naturalmente, intensa e tornou-se desde logo motivo de grande curiosidade e interesse popular. Mormente, no seio das classes trabalhadoras, refletiu-se a atitude extrema da classe ferroviária. Entre os funcionários da Carris, a greve que explodiu no mesmo dia, foi um movimento quase espontâneo, cuja raiz pode ser facilmente encontrada na repercussão do gesto ferroviário. Pela manhã, ao partirem os bondes normalmente da estação do Parque Farroupilha, nada se cogitara. Mas a idéia da greve correu como um rastilho, ao longo das linhas em tráfego, e empolgou logo um grupo numeroso de adesistas, que viram chegado o momento duma reivindicação de melhor salário. Foi estabelecida uma margem de aumento, com o acordo unânime – 40%. Concordaram na exigência de dois fardamentos. A partir do meio-dia, os simpatizantes da greve foram aumentando – e como tudo sempre se sabe com antecedência em nossa terra, já corria pela cidade o boato de que os bondes iam parar... Houve até quem fizesse “blague”:

- Você sabe? Os bondes já estão parando?
- Não diga...?
- Estão, sim! Basta apertar na campainha...<sup>347</sup>

A piada do periódico pode parecer infame, mas a sua descrição do princípio da greve dos motoneiros e trocadores de bonde é digna de maior atenção. Tudo indica que a decisão pela greve ocorrera pela influência da greve dos ferroviários e que acabou motivando inúmeros trabalhadores da empresa ao longo da manhã. A narrativa parece ser corroborada ainda pelo próprio Sindicato dos Empregados de Carris Urbanos. O presidente, Sr. Arnaldo de Souza, declarou ao *Correio do Povo* que:

“Às 15 horas, mais ou menos, a diretoria do sindicato teve conhecimento do movimento que se preparava entre os que trabalham na Carris Porto-Alegrense. Imediatamente dirigi-me à Delegacia Regional do Trabalho, afim de pôr o Sr. Norival Paranaguá de Andrade à par do que acontecia, tendo solicitado a intervenção daquele órgão junto à Prefeitura Municipal e à diretoria da Cia. Carris

<sup>347</sup> “Declaram-se em greve os ferroviários do Estado e o operariado da Carris”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/04/1945. p. 4 e 8.

Porto- Alegrense, para conseguir o aumento de salário e pleiteado e outras reivindicações dos transviários.

Ouvidos, o prefeito e a diretoria da Carris consideraram justas as pretensões. E, quando ainda os representantes do sindicato se encontravam na Prefeitura, fomos informados de que irrompera o movimento grevista.

[...]

Ficará o sindicato aguardando todas as reclamações, encaminhando-as a quem de direito, lamentando que os interessados não tivessem procurado a sua entidade para pleitear seus direitos.”

Fica a dúvida: quanto de espontaneidade realmente havia nessa greve? Se fosse apenas a influência da greve dos ferroviários, como ela teria se tornado intensa em cerca de apenas um turno, a ponto de no meio-dia ocorrerem reuniões para decidir as pretensões dos operários? E, ao mesmo tempo, por que o sindicato não notara as movimentações grevistas entre os trabalhadores? Essas duas aparentes contradições nos relatos publicados pelo jornal possibilitam algumas interpretações. A primeira, acerca do grau de organização dos empregados da Carris, fica um pouco mais clara diante da notícia do jornal *Folha da Tarde*, que fazia oposição direta ao Estado Novo desde a liberação da censura. Interessado em apresentar a greve como fruto da pobreza a que “a ditadura de Vargas condenara o operariado”, a cobertura do jornal revela que o “segredo” para a rápida difusão das notícias sobre a greve dos ferroviários e da paralisação da categoria dependeram de um sistema de bilhetes que eram repassados a cada bonde que chegava nas estações.<sup>348</sup> Sem dúvida, tal mecanismo de difusão era possível e, de certa forma, ele também conseguiria “driblar” os representantes dos sindicatos. Mas quem os escreveu? O que informavam? Falavam apenas da greve? Indicavam algum nome? Foram apreendidos por alguém dos aparatos de repressão? Todas essas indagações ficam sem resposta, mas certamente ajudam a problematizar um pouco mais como se davam os momentos anteriores do chamamento à greve sem cair na idéia de que “espontaneamente” mais de mil operários resolveram paralisar seu trabalho.

Por sua vez, as reivindicações não indicavam nenhuma estrutura organizativa prévia. De fato, pelo que consta na cobertura do *Correio do Povo*, os grevistas não tinham uma posição unânime sobre suas demandas. Essas só se formaram como pauta

---

<sup>348</sup> “A fome ronda os lares do povo, como herança trágica de 8 anos de Estado Novo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06/04/1945. p. 8. Apesar disso, a visão do jornal sobre as greves mudara rapidamente ao perceber a efervescência do movimento grevista e sua difusão. Em um editorial escrito no dia seguinte, o jornal clamava que tanto partidários do General Eurico Gaspar Dutra como do Brigadeiro Eduardo Gomes não deveriam permitir a “desordem nos meios operários”. Ver: “A quem pode interessar a desordem?” *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/04/1945. p. 4.

quando o próprio prefeito solicitou que os funcionários apresentassem as suas propostas através de uma comissão de greve. Aparentemente, as reivindicações dos grevistas eram simples de atender, pois se resumiam a uma jornada de trabalho de oito horas por dia, a concessão de dois fardamentos por ano e um aumento salarial de 40%, todas elas sendo divulgadas por uma comissão dos próprios grevistas. No entanto, a Cia. Carris alegava que a questão salarial era praticamente impossível de ser solucionada e, conseqüentemente, a jornada de trabalho não poderia ser reduzida para oito horas. Não apenas os gastos seriam muito desproporcionais aos ganhos da empresa, mas também sua sede ficava no Rio de Janeiro, limitando a ação da direção gaúcha. Mesmo a questão dos uniformes não era de fácil solução, pois o diretor da Carris, Dario Gastal, afirmara que a companhia não podia simplesmente “dar” dois uniformes aos seus funcionários. Contando todos os gastos, ele advertia que o custo para a empresa seria de mais de Cr\$ 200.000,00, um preço alto que deveria então ser repassado aos seus próprios funcionários. O prefeito da capital, vendo que a empresa não estava disposta a fazer acordos, dirigiu-se então aos trabalhadores em greve e o fez lembrando que o aumento do salário mínimo estava prometido pelo governo federal já no dia 1º de maio, portanto, menos de um mês em diante. Para a sua surpresa, no entanto, os trabalhadores desejavam o aumento imediato.

As negociações mediadas pelo prefeito de Porto Alegre geraram tensão entre a Carris e os trabalhadores? Difícil dizer ao certo, mas nesse momento, qualquer proposta que não contemplasse o aumento de salário em 40%, a garantia dos uniformes e a redução da jornada de trabalho era rejeitada pelos grevistas. Sem esse entendimento, o que fizeram os operários? Eram já 20:30 da noite quando muitos deles “se aglomeraram” na frente da redação do *Correio do Povo*. Em uma espécie de comício organizado no momento, muitos oradores decidiram falar. O jornal, no entanto, não teve interesse em reproduzir os discursos na folha, mas resumiu-os em alguns pontos: os operários declaravam que a greve era o “único recurso capaz de modificar uma situação insustentável, situação essa criada pela alta alarmante do custo de vida e agravada pelos baixos salários pagos pela Cia. Carris.” Outro manifestante, por sua vez, veio declarar que os trabalhadores da Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul eram solidários aos transviários e defendiam suas reivindicações, mas não entrariam em greve “por uma razão muito simples e humana”, ou seja, para garantir o abastecimento de energia elétrica aos hospitais. E diante de outros oradores que ainda teriam falado aos grevistas, a representação dos trabalhadores decidiu que o *Correio* deveria designar um

representante para servir de portador da resposta dos grevistas ao prefeito de Porto Alegre.

Por fim, uma nova reunião foi feita de onde saiu um ofício que retirava a reivindicação da redução da jornada de trabalho, mas que exigia que os trabalhadores das oficinas da empresa pudessem ter acesso gratuito aos bondes. Mas, o mais interessante exposto no documento era o último parágrafo, onde afirmava que “os operários da Carris, em greve, repelem qualquer tentativa de serem responsabilizados companheiros isolados pelo movimento de reivindicação iniciado espontaneamente e com o concurso do povo.” De certa forma, esse pequeno anúncio traz luz à questão da espontaneidade, pois mesmo que se tome a eclosão da greve como um ato “voluntarista”, a necessidade de atingir seus objetivos colocava o movimento na obrigação de defender todos os grevistas, assumindo uma postura coletiva e organizada.

O historiador inglês Alex Callinicos vê em tais situações uma interação entre desejos e poderes, onde a noção de possibilidade apresenta-se conforme o objetivo dos agentes sociais.<sup>349</sup> No caso específico dos trabalhadores da Carris, o paradigma da greve espontânea parece se apresentar como o principal desejo dos organizadores do movimento. No entanto, a possibilidade de defender tal posição não é tão simples, pois a perseguição individual, que faz parte da ação policial repressiva, exigia que se saísse em defesa dos companheiros. A partir daí, talvez a retórica da espontaneidade poderia estar em risco, mas a organicidade que o movimento adquiria com a luta permitiria a defesa de indivíduos envolvidos para não sofrerem retaliações.

Toda essa situação, que marcou o primeiro dia de greve dos funcionários da Cia. Carris, é bastante significativa. Em primeiro lugar, a intervenção direta do prefeito Antônio Brochado da Rocha na “parede” fora bastante enaltecida pelos jornais. A tentativa de mediar as relações entre os trabalhadores e a companhia dos bondes marca um caminho oficial de lidar com o problema, mas que foge dos canais tradicionais das reivindicações trabalhistas – a dizer, a relação direta entre os sindicatos e a Delegacia Regional do Trabalho. Nesse caso, ao invés dos trabalhadores recorrerem à autoridade, era ela que corria para o pátio da Carris buscando solucionar o problema. Invertendo a lógica anterior, os operários da companhia é que estavam ditando “o ritmo do momento”. De todas as greves ocorridas na capital a partir desse dia, essa foi a única

---

<sup>349</sup> CALLINICOS, Alex. Op. cit. p. 149-150.



onde a intervenção da prefeitura fora tão intensa a ponto do próprio prefeito sair de seu gabinete para auxiliar nas negociações.

Em segundo lugar, volta-se ao problema da espontaneidade da greve. É difícil aceitar que tal movimentação tão coordenada a ponto de levar a paralisação de tantos operários tenha sido um ato espontâneo, onde os trabalhadores haviam se levantado apenas pelo drama do custo de vida. Sendo esse um problema comum a todo o período da guerra e que atingia tantas outras categorias, essa explicação diz muito pouco para o historiador hoje. Porém – e esse é um “grande” porém – o próprio ofício feito pela comissão dos representantes dos trabalhadores em greve afirmava que esse movimento de reivindicação havia sido “iniciado espontaneamente”. Diante desse impasse, pode se considerar que esse era um recurso retórico (e talvez até mesmo prático) para enfrentar a perseguição política comum ao Estado Novo. Se o governo soubesse que algum grupo político, como os comunistas, por exemplo, fazia parte da agitação grevista na Carris, a retaliação poderia ser violenta. Esse temor existia e provavelmente era motivado dentre os próprios operários paralisados. Portanto, afirmar que a greve surgira espontaneamente das condições de vida desses trabalhadores pode não ser real, mas pode ajudar a revelar uma realidade daquele momento que era o receio de que a repressão policial atingisse violentamente os organizadores do movimento.

Mas então, como terminou a greve dos funcionários da Carris? Nesse ponto, ganha destaque a intervenção do prefeito de Porto Alegre nas negociações, que assumiu um papel bastante ativo e que acabava considerando legítima a greve, mas pensava em solucionar o problema o mais rápido possível. Depois da assembleia, deu uma entrevista à imprensa onde afirmava que os bondes seriam postos em circulação rapidamente e que os grevistas não sofreriam nenhuma hostilidade.<sup>350</sup> E de fato, a greve terminou em 24 horas, com as reivindicações dos operários sendo plenamente atendidas. De manhã, a comissão dos grevistas foi até o jornal *Folha da Tarde*, onde encontrou-se com o seu diretor, Arlindo Pasqualini. Chamando o prefeito e o chefe do DOPS-RS, Darcy Vignoli, Pasqualini propôs encarregar-se da mediação do conflito. A pressão vinda de vários lados fez com que a diretoria da Carris cedesse a pretensões dos operários, mas afirmando que somente poderiam confirmar o acordo quando a matriz do Rio de Janeiro se pronunciasse sobre ele. No entanto, isso foi suficiente para que a prefeitura então tomasse as rédeas da situação e promettesse que os operários seriam atendidos em suas

---

<sup>350</sup> “Circularão bondes hoje – afirma o prefeito”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/04/1945. p. 8.

reivindicações, terminando a greve.<sup>351</sup> No editorial do dia 7 de abril, o *Correio* tecia elogios ao prefeito da capital por ter solucionado a greve, elogiando também a mediação dos “companheiros” do jornal *Folha da Tarde*, pertencente ao mesmo grupo de notícias do *Correio do Povo*.<sup>352</sup>

Na verdade, as pretensões dos operários foram inclusive registradas pelo *Correio do Povo* em uma nota onde publicava na íntegra o documento que colocara fim à greve, assinalando alguns pontos que eram reivindicados pelos trabalhadores da Cia. Carris:

“Com a mediação do jornal *Folha da Tarde*, representada pelo seu diretor jornalista Arlindo Pasqualini, aceita pela assembléia dos trabalhadores da Cia. Carris Porto Alegre, pela Prefeitura Municipal e pela Companhia empregadora, ficou resolvido o imediato retorno dos bondes ao tráfego, mediante as seguintes condições:

- Observância rigorosa do preceito legal que garante salário igual para trabalho igual, garantida a fiscalização com o auxílio da reportagem da *Folha da Tarde*.

- Concessão imediata de passagens gratuitas para os operários empregados nas oficinas e via permanente, para vinda e volta do trabalho;

- Intangibilidade dos abonos e mais partes em que está dividido o salário atual;

- Dois fardamentos por ano;

- O aumento de Cr\$ 150,00 mensais será dividido em salário-hora, na base de 200 horas mensais, ou seja, Cr\$ 0,75 por hora, mantendo-se o acréscimo de 25% já assegurado por lei no caso das horas de trabalho extraordinárias.

- O atual comitê continuará funcionando, para prosseguir pleiteando a satisfação plena dos interesses da classe que representam plenamente reconhecida pela Prefeitura e pela Companhia;

- O presente acordo será regulamentado para os casos especiais e particulares, que porventura surgirem, por uma comissão provisória integrada por um representante indicado pelo comitê, um representante da Prefeitura e um representante da *Folha da Tarde*, comprometendo-se com a Companhia a acatar e observar na prática as sugestões indicadas pela comissão.

Dessa forma, os trabalhadores pretendem dar uma demonstração viva do seu espírito conciliador e ordeiro, esperando que sua cooperação ao restabelecimento dos transportes coletivos na nossa cidade seja acompanhada pelo mesmo espírito de transigência da parte da Companhia.

Porto Alegre, 6 de Abril de 1945<sup>353</sup>

<sup>351</sup> “Atendidos em suas pretensões, voltaram ao trabalho os empregados da Carris, normalizando-se o tráfego de bondes”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1945. p. 8.

<sup>352</sup> “Imprensa, administração e povo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1945. p. 4.

<sup>353</sup> Neste documento constam as assinaturas de Antônio Brochado da Rocha, Arlindo Pasqualini, João Pereira de Paula Dias, João Oscar de Oliveira, João Gregório do Nascimento, Oscar Artur Becker, Otacílio Ferreira Pinheiro, Antônio Pereira, Antônio da Silva Andrade, Marcos Silveira e Valdemar Herbstrith. Ver: “Íntegra do documento que pôs fim à greve”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1945. p. 5. Exceto os dois primeiros nomes, todos os outros eram de operários que organizaram

Ao que tudo indica, o aumento pleiteado foi conseguido.<sup>354</sup> Os dois uniformes por ano e a passagem gratuita nos bondes também foram garantidos. Mas os indicativos de fiscalização eram, talvez, as conquistas mais importantes, pois em nenhum momento se colocava o sindicato como responsável por essa fiscalização. De fato, nem o sindicato, nem a Delegacia Regional do Trabalho e nem mesmo o DOPS tinham qualquer responsabilidade na fiscalização do cumprimento do acordo estabelecido com a greve. E isso certamente poderia ser considerado uma vitória, já que além de estabelecer as bases para um novo momento da organização política da categoria, ainda tinha a garantia do próprio prefeito de Porto Alegre.

Embora possa parecer um certo exagero afirmar que uma vitória política foi construída sem participação do sindicato, é importante salientar que em junho de 1943 ocorrera uma intervenção da Delegacia Regional do Trabalho no Sindicato dos Trabalhadores nos Carris Urbanos de Porto Alegre.<sup>355</sup> Mesmo que não se saiba ao certo as razões da intervenção, seus efeitos certamente foram sentidos até os dias daquela greve. Por isso, não seria absurdo supor que essa instância representante da categoria ainda estava sob forte vigilância do órgão regional do Ministério do Trabalho.

Porém, o clima de euforia que parece ter atingido os trabalhadores naquelas breves – mas intensas – 24 horas de greve gerou também problemas para o seu mediador político principal, o prefeito Antônio Brochado da Rocha. Diante da vitória dos grevistas, a prefeitura deveria empenhar, caso necessário, um empréstimo para cobrir o aumento dos trabalhadores até que a Cia. Carris conseguisse, então, pagar seu corpo de funcionários. No entanto, quando a Companhia acenou com um possível aumento no preço das passagens dos bondes, a situação política tornou-se novamente tensa. Brochado da Rocha enviou um ofício à diretoria da empresa, reproduzido pelo *Correio do Povo*, afirmando que era um erro o aumento da passagem e reiterando que a prefeitura iria colaborar o máximo possível para que a empresa, que “se encontrava com saldo”, não tivesse um prejuízo que a paralisasse completamente.<sup>356</sup> De fato, a situação da Carris em Porto Alegre nos anos seguintes seria bastante tensa em relação à

---

dias depois o Comitê da União dos Operários da Cia. Carris Portoalegrense. Ver: “O comitê dos empregados da Carris preocupados em cumprir integralmente o acordo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/04/1945. p. 5.

<sup>354</sup> Ainda que não se saiba ao certo qual o salário dos funcionários, o aumento de Cr\$ 150,00 para o salário mínimo da época é referente a uma proporção de 39,47% em relação ao salário de Cr\$ 380,00.

<sup>355</sup> “Intervenção no Sindicato dos Carris Urbanos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/06/1943. p. 2.

<sup>356</sup> “Não é o aumento geral da passagem de bonde o remédio indicado no momento”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/04/1945. p. 20.

prefeitura, incluindo aí as ameaças de encampação da empresa, concretizadas na prefeitura de Leonel Brizola.<sup>357</sup>

Mas chama a atenção que, quanto à rápida resolução da greve dos trabalhadores da Carris, o movimento paredista de Porto Alegre não tivera a mesma sorte e ainda se estendeu ao longo de uma semana inteira nas mais diversas categorias. De certa forma, é inevitável pensar que ocorre uma espécie de “efeito dominó” sobre as organizações do movimento operário da época, onde a influência da greve de uma categoria poderia impulsionar a greve de outras. Em menos de uma semana, eram poucos os trabalhadores assalariados que não debatiam se deveriam entrar em greve. Entre aqueles que aderiram ao movimento paredista estavam metalúrgicos, bancários, lixeiros, portuários, tintureiros, marceneiros, industriários, obreiros, entre outros. O maior destaque, no entanto, era dado pela imprensa as duas primeiras categorias.

Os metalúrgicos, por sua vez, organizaram-se visitando as direções das fábricas em que trabalhavam em uma espécie de comitiva que insuflaria a greve entre membros da categoria. Em alguns casos, o *Correio do Povo* revela o sucesso da iniciativa, como na Companhia Siderúrgica Rio-grandense, onde a diretoria aceitou renegociar os salários dos seus trabalhadores, ou mesmo na empresa Wallig, em que os diretores aceitaram a negociação dos vencimentos através de abonos provisórios aos seus empregados. Em outras, no entanto, como na fábrica de Alberto Bins, foram recebidos pelo chefe do Estado Maior da Brigada Militar, o tenente coronel Valter Barcelos, que declarara estar ali para garantir a segurança dos trabalhadores não integrados no movimento grevista, mas não teria deixado a comissão de grevistas chegar à fábrica. Sem dúvida a intimidação surtira efeito, pois os 160 operários da firma continuaram trabalhando.<sup>358</sup> Tal iniciativa, por sua vez, fora explicada pelo próprio Alberto Bins que não aceitara o pedido de aumento de salário “porque este era feito por uma comissão de operários escolhidos entre elementos grevistas”. Segundo ele, o apelo “deveria ter partido de comissões designadas pelos sindicatos de classe e não por elementos estranhos às direções dessas entidades”. Em tempos de guerra, onde o empresariado valorizava ao extremo a importância da disciplina dos “soldados-operários”, o exemplo de Alberto Bins revela o choque entre a exigência do patronato com a realidade dos trabalhadores.

---

<sup>357</sup> Prefeitura de Porto Alegre. *História da Carris*. Porto Alegre. 1995. p. 32 a 60.

<sup>358</sup> “Generaliza-se a parede a diversas classes trabalhistas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1945. p. 8.

Mas seriam realmente os grevistas elementos “estranhos” às direções sindicais? A declaração de Alberto Bins mostra exatamente um dos principais problemas que surgiu dentro de grande parte das greves do período: a organização por meio de comitês de fábrica, por fora dos sindicatos de classe. Porém, isso não quer dizer que tais trabalhadores fossem estranhos à entidade representativa. No dia 8 de abril, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos de Porto Alegre comprara um espaço no jornal *Correio do Povo* e outro no *Diário de Notícias* para anunciar que garantiriam a negociação salarial. Além disso, destaca-se também uma assembléia realizada no dia 26 de abril de 1945, no sindicato da categoria, para debater a proposta de aumento salarial conseguida com as greves.<sup>359</sup> Numa reunião acalorada e com muitos participantes, estavam presentes também o Delegado Regional do Trabalho, Norival Paranágua de Andrade e um representante da Delegacia de Ordem Política e Social. Revela-se, segundo a ata, que alguns dos membros da comissão grevista estavam integrados no sindicato, como o caso de José César de Mesquita, que havia sido eleito em 1944 para a direção da entidade, mas que ainda não assumira a posse. A figura de Mesquita revela que esse afastamento total dos sindicatos por parte das comissões não os tornavam elementos externos à classe e, portanto, poderiam ser reconhecidos pelos sindicatos.

Além disso, a assembleia fora reveladora acerca da repressão policial e da intolerância patronal, que contraria a ideia de “greves pacíficas” vistas com o olhar paternalista das autoridades. Um dos operários, Henrique Venâncio Dionísio, funcionário da companhia Cipriano Micheleto & Irmão, pediu que fosse lavrada na ata um mote de protesto, pois o irmão do dono da firma usara de “coação juntamente com os policiais para que os operários pegassem no serviço”. O representante do DOPS, por sua vez, pedira para desconsiderar tal afirmação, pois “desconhecia qualquer ordem da chefia de polícia de se coagir os operários e os trabalhadores”. No entanto, mesmo que não houvesse uma ordem escrita, tal condição não era de todo inviável, tendo em vista o caso de Alberto Bins e a defesa feita pela Brigada Militar.

Henrique Dionísio, por sua vez, talvez visando não ser identificado com nenhum grupo político, ainda falou “que na greve não houve interferência de políticos e tinham sido levados àquele ato, unicamente por causa da aflitiva situação que os trabalhadores

---

<sup>359</sup> As informações acerca da assembléia são retiradas da Ata nº 18 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de 04 de agosto de 1942. *Livro de atas do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre*. p. 30-32.

atravessam no momento”. Declarando a greve “apolítica” e mencionando a condição dos operários da fábrica, o orador ainda afirmara que “os trabalhadores daquela firma estavam com Getúlio Vargas”, criticando aqueles que chamavam Vargas de “ditador”. Segundo suas palavras, “Ditador, quem dera fosse um ditador, porque se o fosse estamos certos que ele responsabilizaria os verdadeiros responsáveis pela aflitiva situação que atravessam os trabalhadores.” Talvez o pronunciamento do operário tenha um certo exagero, mas mesmo que reflita uma opinião pessoal, ele é feito em um momento onde duas autoridades do governo estavam presentes e, portanto, indicava um certo sentido de coação. Não seria, como visto em outras greves, a repetição da idéia de greves pacíficas e “apolíticas” como uma forma retórica para evitar essa imposição pela força da polícia e demais autoridades? Mas também ele não poderia indicar que, diante da condição de “soldado-operário” que a guerra impôs, era justo exigir o cumprimento de seus direitos e melhores salários? Em outras palavras, não está presente uma ambigüidade que coloca essa suposta deferência como uma forma de se defender dos abusos que o contexto da guerra produzira?

A outra greve que ganhou destaque nas páginas dos jornais de Porto Alegre, a greve dos bancários, também fora marcada por intensos debates e pela atenção especial do DOPS. Os grevistas formaram um movimento de centenas de militantes, todos eles saindo na metade do expediente das empresas de crédito que trabalhavam. No entanto, o capitão Darci Vignolli, chefe do DOPS, determinara que a Guarda-Civil passasse a guarnecer a frente dos estabelecimentos atingidos pelo movimento grevista. O presidente do Sindicato dos Bancários, Carlos Ferreira de Azevedo, inclusive convocara uma reunião de emergência com os diretores dos principais bancos para estudar as medidas que os grevistas exigiam. Assim como outros movimentos grevistas de abril de 1945 em Porto Alegre, o dos bancários também parece ter ocorrido à revelia do seu sindicato.<sup>360</sup>

Porém, as suas reivindicações eram diferenciadas em relação às de outras categorias, que tinham apenas no aumento de salários o seu eixo de mobilização. Das sete exigências publicadas pelo *Correio do Povo*, três delas referiam-se aos vencimentos dos trabalhadores (aumento dos salários, abonos familiares, gratificações mínimas). As outras quatro falavam sobre a organização de quadros de trabalho, a reivindicação de

---

<sup>360</sup> “Estende-se a classe bancária ao movimento grevista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1945. p. 5.

“sábado inglês”<sup>361</sup> para todos, o retorno imediato de funcionários mandados para o interior por “castigo” e a garantia de não haver retaliação aos grevistas. Tais preocupações são, de fato, interessantes para avaliar os próprios pontos de mobilização da greve e indicam um grau de organização diferenciado. Não se pode esquecer que no ano de 1943, ainda com a repressão política em seu auge, os sindicatos dos bancários buscaram pleitear o aumento de salários para a sua categoria em telegrama enviado à Getúlio Vargas, como visto anteriormente na seção 3.2.

Outros elementos indicam o quão organizados estavam os bancários. A sua greve, assim como a dos ferroviários, também se estendeu em âmbito estadual. Além disso, no dia seguinte ao que ela fora declarada, os grevistas fizeram uma comunicação pela imprensa afirmando que os seus companheiros deveriam se precaver contra “informações oriundas de fontes que não merecem crédito”.<sup>362</sup> No dia 11 de abril a paralisação terminou com grandes vitórias para os bancários: o documento que afirmava suas exigências aos bancos foi aceito “in totum” pelos empregadores, que talvez estivessem temendo o rápido grau de disseminação da greve por várias cidades do Rio Grande do Sul.<sup>363</sup> Exemplar pela organização da categoria, demonstrada pela imprensa local, lamenta-se no entanto que não se conheça ainda uma documentação mais extensa sobre essa greve.

As outras atividades grevistas da cidade não receberam cobertura tão extensa da imprensa, mas através das poucas informações observa-se que tiveram diferentes apreciações. Na fábrica da Souza Cruz, os operários paredistas entraram em confronto com os chamados “fura-greves” e chegaram a ser censurados pelo Delegado Regional do Trabalho (segundo os operários, havia “descaso às leis trabalhistas na fábrica”); os motoristas de ônibus exigiram uma pauta semelhante a dos transviários<sup>364</sup>; operários da indústria do sabão exigiam um aumento de 40% nos seus vencimentos, assim como os 800 operários da Cervejaria Continental, que também exigiram mais uma hora e meia de almoço; os lixeiros entraram em greve através de frases secretas transmitidas entre eles; na fábrica AutoRubber a direção se recusou a negociar afirmando que a greve fora organizada por grupos “estranhos à classe”; na construção civil os operários grevistas

---

<sup>361</sup> O “sábado inglês” se refere à jornada de trabalho inglesa, onde nesse dia ela ficava restrita à metade das horas da jornada integral.

<sup>362</sup> “Prossegue a greve dos bancários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/04/1945. p. 3.

<sup>363</sup> “Cessou a greve dos bancários e metalúrgicos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/04/1945. p. 5.

<sup>364</sup> Importante ressaltar aqui que os motoristas de ônibus referidos não eram funcionários da Companhia Carris, que retirara os ônibus das ruas em 1942 diante da escassez de gasolina e somente no final de 1945 começou a restabelecer sua frota automotiva em Porto Alegre.

acabaram recorrendo ao sindicato para mediar suas já tensas relações com o chefe da polícia política, Darci Vignolli; os portuários desejavam voltar a ser mensalistas, exigindo aumentos salariais e mesmo a redução de sua exaustiva jornada de trabalho que ia até 16 horas diárias em certos casos.<sup>365</sup>

O caso dos portuários revela ainda outros problemas, pois os estivadores se solidarizaram aos seus colegas, mas não entraram em greve. No entanto, eles aproveitaram o momento para fazer um manifesto onde reivindicavam: o aumento salarial de 40%, o aumento no preço para a tonelagem do sal, a garantia de transporte do trigo e demais cereais quando ensacados, a exigência de material de proteção, a atribuição sindical de designar contra-mestres, o acréscimo do pagamento à tonelagem carregada, acréscimo salarial para horas-extras (como finais de semana, feriados e trabalho noturno), acréscimo salarial para os horários de refeição, a definição do horário de trabalho e solicitação prévia em finais de semana; uma remuneração extra para casos de “desencalhe”, refeições suficientes e de boa qualidade quando os estivadores tivessem que dormir em embarcações. Esse longo manifesto revela a quantidade de problemas e até mesmo as distinções de trabalho que existiam dentro dos diferentes ofícios que o trabalho portuário exigia, como o grau de vigilância e repressão existentes. Os guindasteiros grevistas inclusive reclamaram ao *Correio do Povo* sobre represálias que a direção do porto estava exercendo, colocando-os para realizar trabalhos mais perigosos.<sup>366</sup>

Na verdade, diante do que foi designado pela imprensa porto-alegrense como um “surto grevista”, algumas considerações podem ser debatidas. A primeira delas é que a idéia da greve “espontânea” e “apolítica” provinha dos próprios operários, mas que antes de crer fielmente nas suas palavras, deve se ter em mente – como já fora mencionado antes –, que caracterizar a paralisação de tal forma era também evitar a perseguição policial que ainda se fazia bastante presente durante todo o período, seja nas ruas, nas fábricas, ou nas próprias reuniões de sindicato.

Isso pode levar também a concluir sobre uma outra questão: qual o papel dos sindicatos nesse momento de efervescência política? Diante de todas as greves

---

<sup>365</sup> Ver: “Generaliza-se a parede a diversas classes trabalhistas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/04/1945. p. 8. Ver também: “O surto grevista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/04/1945. p. 4. “As reivindicações das classes trabalhistas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/04/1945. p. 4. “Reduzida a greve a pequenos grupos isolados”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/04/1945. p. 3. “Esperada hoje em Santa Maria a solução da greve dos ferroviários”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 08/04/1945. p. 8.

<sup>366</sup> Ver: “Diminui a intensidade do surto grevista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/04/1945. p. 6. Para uma avaliação sobre o trabalho portuário e todas suas variações, assim como a militância operária organizada por ele durante o Estado Novo, ver: SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit. capítulos 2 e 3.



noticiadas pela imprensa gaúcha, nenhuma indicava a articulação das entidades de classe. Ao contrário, o mais comum era ver que os sindicatos sequer desconfiavam das mobilizações grevistas que estavam ocorrendo. Ainda assim, em muitos casos as suas diretorias se propunham a agir na mediação entre os trabalhadores paralisados e a classe patronal. Tal situação gerava uma espécie de contradição sobre o papel dos sindicatos: para articular a greve, não serviam aos interesses de boa parte dos trabalhadores. Por outro lado, para negociar aumentos e lutar dentro de uma certa institucionalidade, eram a opção mais adequada para muitos deles.<sup>367</sup>

Em alguns casos essa dicotomia parece ficar mais clara. O Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre era uma entidade de classe bastante ativa. Seus diretores faziam parte do conselho consultivo da CAERGS, organizavam pesquisas sobre o custo de vida da categoria e as divulgavam nos jornais. Enfim, a sua atividade política, dentro dos limites da legalidade do Estado Novo, indica uma certa posição onde podiam fazer reivindicações salariais sem qualquer temor de retaliações por parte da polícia política. Porém, diante das greves, os líderes do sindicato podiam refletir que o distanciamento com boa parte dos trabalhadores que era comum entre outras categorias levou à greve e ao enfraquecimento da estrutura política da entidade.<sup>368</sup>

Tudo indica que essa reflexão fosse realmente feita e não apenas entre o Sindicato dos Empregados do Comércio, mas também pelo Sindicato Patronal dos Comerciantes. No dia 12 de abril, representantes das duas entidades de classe se reuniram em assembléia com um único objetivo: negociar os aumentos salariais dos comerciários antes de qualquer movimentação grevista eclodir entre a categoria. O jornal *Correio do Povo* descrevia certo momento da assembléia da seguinte forma:

---

<sup>367</sup> Tal posição é defendida por Hélio da Costa no caso das greves de São Paulo também, mas em seu trabalho evidencia-se uma agitação operária formada por uma relação mais “orgânica” com o PCB que não se pode comparar com a situação de Porto Alegre. Ainda assim, tal avaliação sobre a diferença entre a ação em comissões de fábrica com a ação sindical parece ser extremamente pertinente para o caso dos trabalhadores da capital gaúcha. Ver: COSTA, Hélio da. Op. cit. Capítulo 1.

<sup>368</sup> Esse enfraquecimento precisa ser devidamente relativizado. Daniel Aarão dos Reis afirma que já em 1944 os comunistas faziam um chamado para ocuparem sindicatos, aproveitando-se daquela conjuntura. Por outro lado, foram muitos os comunistas que participaram das greves por fora dos sindicatos no período. Nesse limiar de tensão política, afirmar que os sindicatos se enfraqueceram pode parecer incorreto; o que parece ter enfraquecido, de fato, foram as direções sindicais que eram atreladas à estrutura política do Estado Novo, ou que ao menos colaboravam diretamente com instituições como a Delegacia Regional do Trabalho, o Ministério do Trabalho e, é claro, o DOPS. REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit. p. 73-74.

“As entidades da classe reivindicadora, medindo a extensão do perigo e os graves inconvenientes que uma greve dos comerciários de todo o Estado pudesse acarretar não só às classes patronais como ainda à boa marcha da vida pública, avocaram a si a solução da questão, propondo entrar em entendimentos com as entidades comerciais, numa tentativa de resolver amigavelmente o impasse.”<sup>369</sup>

É difícil saber até que ponto a concepção de “união”, tão repetida nos discursos que foram reproduzidos pelo jornal, realmente fora levada à prática. No entanto, a greve realmente foi impedida e o aumento foi conseguido. O Sindicato dos Empregados do Comércio, por sua vez, fizera um apelo por intermédio do *Correio* para mostrar que entendia os reclames de sua categoria e que desejava não apenas o aumento salarial, ou a introdução da chamada “semana inglesa”, mas principalmente a “estabilização imediata dos gêneros de primeira necessidade” por parte do governo.<sup>370</sup> De fato, a carta aberta que o sindicato escrevera falava sobre a necessidade dos próprios comerciários denunciarem a majoração abusiva de preços. Dessa forma, a entidade poderia se legitimar tanto pela incorporação da pauta do aumento salarial como também reforçar a sua principal meta durante os anos da guerra, que era debater o alto custo de vida dos trabalhadores. Isso acaba indicando que a ameaça das greves por si só teria sido o principal fator que colocara o sindicato na obrigação de conseguir um acordo com o patronato.

Mas existia então uma função “desmobilizadora” dos sindicatos no período? Isso é questionável e deveria ser avaliado conforme cada caso particular. Entretanto, um ofício publicado no *Correio do Povo* a pedido de sindicalistas cariocas é bastante revelador em como essa relação entre sindicato e governo poderia implicar um potencial de refreamento das lutas do movimento operário. O manifesto enaltecia o esforço dos operários na guerra, afirmando que a sua incansável luta teria ajudado a derrubar o fascismo. No entanto, ele fazia um apelo a toda a classe trabalhadora para “não abandonar aquela orientação de ordem e de disciplina” que teria lhes assegurado o título de “soldados da produção”. No final do manifesto ainda havia a sugestão de que os trabalhadores recorressem ao Ministério do Trabalho, demonstrando o espírito de colaboração comum à classe.<sup>371</sup> Durante esse período de greves, esse talvez tenha sido o

<sup>369</sup> “Terão aumento os empregados no comércio”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/04/1945. p. 4.

<sup>370</sup> “Efetiva colaboração dos comerciários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/04/1945. p. 3.

<sup>371</sup> “Apelo do operariado carioca aos trabalhadores do Brasil”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/04/1945. p. 5.

único texto de âmbito nacional produzido pelo movimento operário, ainda que a sua posição fosse totalmente contrária às paralisações.

Por fim, pode se lançar a seguinte pergunta: até que ponto esse movimento de efervescência dos trabalhadores em abril havia sido realmente vitorioso? E por mais questionável que seja essa hipótese, não são apenas os trabalhadores que apresentam indícios de que suas conquistas foram vitoriosas. Os poderes públicos atrelados à estrutura política do Estado Novo acabaram percebendo, a partir de abril, que o movimento operário ainda estava em disputa e que o projeto trabalhista de Vargas tinha um alcance restrito na conquista da deferência dos trabalhadores. Algumas autoridades, como Alberto Pasqualini, defenderam a greve, mas entendiam que as reivindicações de aumento salarial eram apenas paliativos e que a solução para a prosperidade do operariado estava no aumento de produção.<sup>372</sup> Outras, como o ministro João Alberto, não aceitavam a existência das greves, por considerar que elas afetavam a vida econômica do país e, é claro, a produção de guerra do Brasil.<sup>373</sup>

Há alguns casos de depoimentos que merecem mais atenção. Um deles é de um juiz do Ministério do Trabalho, Djalma de Castilho Maya, presidente do Conselho Regional do Trabalho. Considerando as greves injustificáveis, o juiz também as via como ilícitas, pois foram realizadas sem a orientação dos sindicatos classistas. A partir daí, o jurista elabora um longo texto defendendo que os dissídios coletivos fossem resolvidos dentro da Justiça do Trabalho e, para isso, argumenta que são os Tribunais Regionais do Trabalho que devem agir como mediadores das alegadas “crises políticas” que levam às greves. Sobre essas, Maya argumentava ainda que as paralisações feitas “com honestidade em sua origem” têm seu lado “simpático”, desde que não fossem contaminadas por “subalternas paixões” e “tendências de ordem política”.<sup>374</sup>

De certa forma, o argumento do juiz do Trabalho era da defesa da legalidade construída pelo Estado Novo, ou seja, as greves são ilegais e os dissídios só poderiam ser resolvidos com a mediação da Justiça do Trabalho e isso valia mesmo para as greves mais “simpáticas”. Na verdade, toda essa argumentação era praticamente a mesma que o Delegado Regional do Trabalho, Norival Paranaguá de Andrade, havia usado alguns dias antes, afirmando que as greves eram “recursos anti-sociais” e que os trabalhadores

---

<sup>372</sup> “A lição das greves”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/04/1945. p. 4.

<sup>373</sup> Um detalhe interessante nas declarações do ministro é que ele afirmara a outros ministros e militares presentes que as greves não partem de elementos “das esquerdas”, que segundo seu entendimento vinham colaborando com o governo de Vargas. Para mais, ver: “O ministro João Alberto e os movimentos grevistas”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/04/1945. p. 20.

<sup>374</sup> “Ponto de vista do juiz do Trabalho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/04/1945. p. 8.

deveriam recorrer a quem efetivamente lhes representava, ou seja, os sindicatos de classe.<sup>375</sup> Certamente existia o receio de que num futuro próximo os sindicatos perdessem força e os movimentos grevistas voltassem a ativa no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. E era sem dúvida um receio bastante fundamentado.

Se havia realmente um projeto político do Estado Novo que visava a adesão dos trabalhadores, os empresários tinham como contrapartida a garantia de que não seriam ameaçados pelo operariado. O que as greves de abril de 1945 demonstram, por outro lado, é que esse projeto político tinha limites. Mesmo os trabalhadores que não se aproximavam do PCB simpatizaram com as paralisações e reivindicações, em muitos casos até mesmo aderindo a elas. Não foram poucos os sindicatos que, a partir desse cenário, passaram a ter de negociar suas posições tanto com os trabalhadores como com as entidades patronais, tudo isso graças ao impacto das manifestações. É a partir das greves de abril que os operários conseguem manter um papel atuante na rearticulação de um movimento sindical mais autônomo, organizado não pelo Estado, mas sim pelos próprios trabalhadores e essa, sem dúvida, foi uma de suas maiores vitórias no período.

Mas, além disso, é também a demonstração de que o “esforço de guerra” que construiu milhares de “soldados-operários” não foi tomado como um “destino inevitável”, e sim como um caminho a ser negociado e disputado, que envolveu a própria concepção que os trabalhadores sustentavam sobre seus deveres como cidadãos. À medida que o desenrolar da greve caminhava para a vitória, não seria absurdo pensar que os operários também desejavam sair vitoriosos de suas batalhas no “front” de Porto Alegre”. Exigindo o reconhecimento pelo seu esforço, foram às ruas demonstrar que a “batalha da produção” também deveria valorizar os seus “soldados-operários”.

---

<sup>375</sup> “Fala o delegado do Trabalho sobre o movimento grevista”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/04/1945. p. 5.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Meu samba é a voz do povo  
Se alguém gostou  
Eu posso cantar de novo  
Eu sou a flor que o vento jogou no chão  
Mas ficou um galho  
Pra outra flor brotar  
A minha flor o vento pode levar  
Mas o meu perfume fica boiando no ar”  
 (“A voz do povo” – João do Vale)*

Gostaria de encerrar esse trabalho retomando algumas das principais considerações que foram expostas ao longo dos capítulos da dissertação. No entanto, estou ciente de que a pesquisa, tal como foi apresentada, seguiu uma certa ordem cronológica e que talvez fosse interessante, antes de retomar tais análises, dar uma espécie de fechamento ao período histórico trabalhado. Por isso, o leitor não se surpreenda em encontrar algumas citações numa seção onde, via de regra, elas não devem aparecer.

Na verdade, abril de 1945, como foi visto no último capítulo, foi um mês central para o operariado porto-alegrense. Não apenas as greves realizadas permitiram uma rearticulação do movimento e possibilitaram que se estabelecessem novas relações entre trabalhadores e sindicatos. Além disso, a perspectiva de abertura democrática já estava consolidada e as campanhas pela anistia (especialmente do PCB) estavam em desenvolvimento. Começavam também a se articular oposições civis ao regime, assim como a lei de censura já não tinha mais peso sobre os jornais brasileiros. Os principais defensores do projeto trabalhista, entre políticos ligados ao governo e trabalhadores sindicalizados, já haviam começado as articulações para um partido de âmbito nacional que influenciaria enormemente o cenário político brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).<sup>376</sup> De fato, em maio do mesmo ano, o advogado Jaime Boa Vista inaugurou, em Porto Alegre, o “Movimento Pró-Candidatura do Sr. Getúlio Vargas”, considerado o primeiro movimento oficial em defesa da política do “queremos Getúlio”, que apoiava a eleição de Vargas para o final do ano de 1945.<sup>377</sup>

---

<sup>376</sup> Segundo Maria Celina D’Araujo, a data oficial da criação do PTB é 26 de março de 1945, em iniciativa diretamente ligada aos ministros Agamenon Magalhães (Ministro da Justiça) e Alexandre Marcondes Filho (Ministro do Trabalho), contando também com a colaboração decisiva de José Segadas Viana, diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT). Ver: D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1996. p. 26-27.

<sup>377</sup> *Ibidem*. p. 25-26.

Diante desse cenário de efervescência política no Brasil é possível entender porque a guerra ficou deslocada de inúmeras análises sobre o período. Afinal, no mês de maio, os jornais já declaravam seu fim diante da “queda de Berlim” e do suicídio de Adolf Hitler. As notícias sobre as batalhas na Europa e no Pacífico perdiam espaço em relação às notícias acerca da política nacional. Os comícios da vitória e a ansiedade pelo retorno dos pracinhas chegaram a fazer parte do momento e, é claro, a luta pela democracia era enaltecida com o retorno dos soldados que combateram o Eixo. Na manhã do dia 3 de maio, com a tomada de Berlim anunciada nos jornais, uma passeata popular (ou “passeata proletária”, como afirmava o *Correio do Povo*) ocorreu no centro de Porto Alegre, com direito a “vivas” a Getúlio Vargas, aos Estados Unidos, à União Soviética e à democracia.<sup>378</sup> Talvez essa fosse a última vez que haveria tamanha pluralidade nas posições políticas em uma passeata em Porto Alegre por um longo tempo. Tal momento seria uma espécie de anúncio oficial do “fim da guerra”, onde ela estaria definitivamente deixando de assombrar os brasileiros (ainda que, é claro, o conflito continuasse até agosto do ano de 1945 quando ocorre a rendição japonesa). Contudo, a queda de Berlim permitiu que esse capítulo da mobilização total dos “soldados-operários” fosse encerrado, terminando também com a “economia de guerra” e, é claro, a “batalha da produção”.

Admito que essa perspectiva sobre o final da guerra parece excessivamente otimista. Entretanto, alguns dos efeitos desse período não foram facilmente resolvidos com o fim do conflito mundial. A economia doméstica, como se pode perceber pelos relatórios do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, se tornara um assunto ainda mais agravante ao longo dos anos seguintes da década de 1940.<sup>379</sup> A inflação continuou aumentando em índices cada vez maiores, de forma que o custo de vida dos trabalhadores seguiu em alta. Mesmo com o final da guerra, a economia doméstica dos operários não se recuperara, já que o salário mínimo continuou estagnado diante da inflação.<sup>380</sup>

Por outro lado, o final da guerra e as greves de abril marcaram uma mudança nas relações políticas do Estado Novo com os sindicatos diante do fim da desmobilização

---

<sup>378</sup> “A população de Porto Alegre, empolgada pela queda de Berlim, entrega-se a entusiásticas manifestações de júbilo patriótico”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/05/1945. p. 10.

<sup>379</sup> Ver: *Relatório do Departamento Estadual de Estatística*. “Custo de Vida em Porto Alegre, 1938-1948.” Porto Alegre. DEE-RS, 1948. Sem página.

<sup>380</sup> Nesse sentido, é somente em 1951, com a proposta de aumento salarial de 100% feita pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, que o salário mínimo é pensado diante da carestia contínua que afetava os operários. Entretanto, como se sabe, a inflação continuou a aumentar diante da medida de Jango.

dos “soldados-operários”. E, de fato, os efeitos dessa medida podem ser vistos já no 1º de Maio de 1945, onde duas situações contraditórias ocorreram em meio às festividades dos operários. A primeira é que havia sido realizada uma passeata que não se sabe ao certo quem a organizava. O seu propósito era a celebração de Getúlio Vargas e do ex-prefeito de Porto Alegre, Antônio Brochado da Rocha, com diversos operários carregando cartazes com mensagens de apoio aos políticos. Segundo a matéria do jornal *Correio do Povo*, alguns carregavam inscrições que diziam: “com o sincero agradecimento à Folha da Tarde”, “esta manifestação é espontânea”, “reeleição de Vargas”, “sinceros agradecimentos ao dr. Brochado da Rocha”, “gaúcho não trai o Brasil”, entre tantos outros. Essa manifestação parece ter sido marcada por um caráter mais oficial – se é que se pode dizer isso – diante do discurso pronunciado, nos mesmos termos, por Djalma de Castilhos Maia, então presidente do Conselho Regional da Justiça do Trabalho. Pode se perguntar, a partir desse dado, se os organizadores dessa celebração não tinham relações amistosas com a Justiça do Trabalho.<sup>381</sup>

Porém, a notícia traz também uma outra perspectiva sobre o 1º de Maio, ao evidenciar uma diferente comemoração que ocorreu na data. Em uma nota pequena o jornal afirmava que “o operariado das Cias. Carris e Energia Elétrica, por sua vez”, havia realizado uma “concorrida festividade” no campo do Grêmio Esportivo Força e Luz, “enquanto diversos sindicatos levaram a efeito sessões solenes em suas sedes.”<sup>382</sup> É bastante provável que entre tais entidades que a nota se referia, estivesse o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos de Porto Alegre, assim como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil – o qual aparentemente teria recuperado a sua carta sindical<sup>383</sup>, cassada diante da polêmica de fusão com o Sindicato dos Operários Pedreiros, como visto anteriormente na seção 3.2. Tais entidades de classe já haviam afirmado, em meados de abril, que não participariam das solenidades do 1º de Maio, portanto, somados aos operários da Carris e da CEE-RS, é bastante possível que eles tenham reduzido o contingente típico das festividades do dia dos trabalhadores.

Tal informação é relevante pois demonstra uma certa necessidade de se afastar do caráter extremamente institucional que os sindicatos tiveram de acatar nas festividades do Primeiro de Maio durante o Estado Novo. Como Ângela de Castro

---

<sup>381</sup> “Brilhantes comemorações do “dia do trabalho” nesta capital”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/05/1945. p. 2.

<sup>382</sup> *Ibidem*. p. 2.

<sup>383</sup> “Vida sindical”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/04/1945. p. 3.

Gomes aponta no livro *A invenção do trabalhismo*, o “Dia do Trabalho” – junto com o aniversário de Vargas e o aniversário do Estado Novo – era considerado pelo projeto trabalhista como um momento privilegiado para a comunicação direta entre Getúlio e os trabalhadores brasileiros.<sup>384</sup> Se os operários de determinadas categorias não desejavam participar das comemorações oficiais, não creio que isso revela necessariamente um desprezo pela figura de Vargas ou uma oposição direta ao ditador. Revela, contudo, que certos grupos de operários não tinham interesse em estabelecer essa comunicação direta. É possível que esses grupos tenham existido antes do Estado Novo e mesmo durante a sua vigência. Porém, somente nesse período de crise do regime, onde a possibilidade de abertura democrática era concreta, é que eles puderam revelar essa falta de interesse em comunicar-se com Vargas. E não se trata somente de demonstrar isso em manifestações individuais, mas sim em deliberações sindicais, tornando essa a posição de seu órgão representativo.

É difícil saber ao certo se havia uma motivação política clara ao não comparecer em comemorações oficiais. Porém, era inegável que tal ação menosprezava os canais de ligação direta com o regime. E o fazia, certamente, diante dos olhares vigilantes do DOPS e da Delegacia Regional do Trabalho. Por mais que os trabalhadores e as lideranças sindicais afirmassem que apenas desejavam comemorar o dia entre sua categoria e com festividades próprias, eles estavam dando as costas a Vargas. Ao mesmo tempo, outros tantos sindicatos – possivelmente a maioria dos sindicatos de Porto Alegre – compeliavam seus filiados a fazerem cartazes de agradecimento para Getúlio e Brochado da Rocha e os estimulavam a participar das festividades oficiais do 1º de Maio. Entre trabalhadores que davam graças a Getúlio Vargas e outros que lhes davam as costas, existem duas formas de avaliação política que, apesar de contraditórias, não são mutuamente excludentes. Pelo contrário, elas se revelam complementares ao mesmo tempo em que são contraditórias, exemplificando a noção de Daniel James de “paradoxo da consciência de classe”, explicitada na Introdução.

Afirmo que tais posições são complementares pois não se pode duvidar da sinceridade e da dedicação com que muitos trabalhadores atenderam ao chamado de Vargas para se tornarem “soldados da produção”. De fato, como visto no primeiro capítulo, o Estado Novo estabeleceu três metas para que o proletariado se mobilizasse para a guerra: *disciplinarização*, *especialização* e *sindicalização*. E é possível que

---

<sup>384</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* p. 236.



nesses três âmbitos, muitos operários tenham atendido a esse chamado e se adequaram ao modelo de “soldado-operário” do regime Vargas. Entretanto, tal aceitação não passou por uma passividade amorfa. Se por um lado havia repressão e propaganda, que coagiam os trabalhadores a fazerem parte da “batalha da produção”, eles por sua vez viam nesse momento a possibilidade de expressar a sua cidadania. É preciso entender tal questão como uma forma de engajamento na guerra ao mesmo tempo em que eram reconhecidos como “cidadãos brasileiros” ao serem inseridos na legislação social do regime.

É inegável que tanto o Estado quanto a burguesia tinham em mente que com esse tripé a produção aumentaria enormemente e que a partir desse princípio “a guerra seria vencida”. Para sair vitoriosa da luta contra o Eixo era importante que a indústria brasileira se desenvolvesse ainda mais e, para isso, era necessário aumentar a produção em uma escala ainda maior. Apesar de divergências que podiam surgir no projeto de construção desse tripé, os empresários e os governantes convergiam com esse mesmo princípio: o aumento da produção. Fosse ele voltado para o desenvolvimento industrial, para a acumulação capital, ou para a vitória contra os países do Eixo, o certo é que esse imperativo de aumento da produção era fundamental para os objetivos brasileiros na chamada “economia de guerra”.

Mas é possível perceber contradições entre o discurso de mobilização para o aumento de produção diante das ações do proletariado. A forma como este se sentia parte do esforço de guerra muitas vezes passava por ações que não levavam diretamente ao aumento da produção. Essas ações poderiam ser manifestações pacíficas e nacionalistas, mas também poderiam ser violentas e xenófobas. Até certo ponto pode se afirmar que os trabalhadores não concebiam o seu papel na guerra como mera força de trabalho. Assim sendo, os operários de Porto Alegre acreditavam que poderiam ajudar muito mais na mobilização para a Segunda Guerra com as referidas manifestações, do que se seguissem simplesmente o papel designado pelo governo e pelo patronato através do tripé disciplina, especialização e sindicalização.

Além disso, a adesão ao “esforço de guerra” tinha um custo bastante considerável aos trabalhadores. Ser um “soldado-operário”, como se pôde ver no segundo capítulo, afetava os trabalhadores de Porto Alegre de tal forma que era possível questionar o quanto o envolvimento no esforço de produção levava-os a uma situação de pauperização. A dedicação ao esforço de guerra e o ato de atender ao chamado da “batalha da produção” envolvia, como visto anteriormente, ser vítima de uma inflação

galopante, do congelamento de salários e da falta de acesso aos mais básicos gêneros alimentícios. Nesse quadro, é bastante plausível que os trabalhadores desejassem mudar as condições em que eles estavam participando da guerra, pois o ônus se mostrava muito alto.

As formas com que esse custo se evidenciava aos trabalhadores tiveram um caráter muito particular, sendo que o comércio de Porto Alegre foi alvo das primeiras manifestações de descontentamento dos operários. Afinal, eram os comerciantes que tornavam esse “custo” palpável, com repercussões diretas no âmbito doméstico de famílias operárias. E de fato, os comerciantes também desejavam uma parte de seu quinhão do desenvolvimento econômico brasileiro. No capítulo 2, demonstramos como a guerra lhes trazia custos cada vez maiores e a forma que conheciam para continuar com margens de lucro satisfatórias era repassar preços ainda maiores para seus consumidores. Aqueles que não o faziam também podiam recorrer à alteração de produtos, fossem eles essenciais para a alimentação dos operários como o leite, ou o pão. Outros, por sua vez, preferiam simplesmente açambarcar as suas mercadorias, esperando que elas se valorizassem diante da escassez de gêneros nos armazéns, vendas e botequins. E tantos outros aproveitavam a situação para fazer vendas casadas, esperando que com isso pudessem aumentar seus lucros.

Os administradores públicos e a classe patronal, cientes dos efeitos gerados pela inflação, advertiam que somente o aumento da produção era a solução para o problema do aumento do custo de vida dos operários. No entanto, precisavam reduzir esse custo com medidas mais urgentes, como forma de garantir um valor mais baixo para a reprodução de mão-de-obra. Tabelamentos, restaurantes populares, repressão aos comerciantes fraudulentos, festas patronais e cooperativas de consumo... Não faltaram iniciativas que tentavam criar paliativos para a situação dramática que o operariado porto-alegrense vivenciava, além de tantas outras que não chegaram a ser concretizadas. Porém, eram apenas medidas provisórias e que não conseguiram conter o próprio fluxo inflacionário. Os operários, por mais que fossem favorecidos com essas medidas, não parecem ter experimentado uma redução significativa do custo de vida, o que significava dizer que muitas mercadorias ainda eram caras demais para quem recebia o ordenado mínimo estipulado pelo governo federal.

Parece claro que o “paradoxo da consciência de classe” é um referencial importante para compreender a própria situação paradoxal do proletariado urbano brasileiro na época, do qual o caso de Porto Alegre é extremamente significativo para

entender essa relação de práticas aparentemente contraditórias. Entre ser concebido como cidadão protegido pela legislação social e ser chamado para defender o Brasil diante da guerra contra o Eixo, os operários vivenciavam uma situação que misturava a repressão política com uma série de dificuldades econômicas. Tais contradições se refletem em posições políticas, pois os trabalhadores podiam apoiar o regime de Getúlio Vargas enquanto, ao mesmo tempo, desejavam consolidar o direito de protestar contra o altíssimo custo de vida ou o aumento da exploração patronal.

As cartas enviadas para o jornal *Correio do Povo*, analisadas na seção 3.1 da dissertação, conseguem captar alguns desses protestos. Trazendo a experiência de muitos dos operários à tona, elas revelavam uma insatisfação com a pauperização que se refletia em suas casas. Revelavam também as dificuldades que um governo autoritário colocava sobre qualquer forma de protesto político. E, por fim, evidenciavam também o papel ativo de um operariado que se via diante da carestia que aumentava a pobreza nos seus lares durante a guerra. As cartas, no entanto, são apenas uma parte de um quadro que envolve tanto denúncias policiais, protestos na imprensa e até mesmo motins e saques contra comerciantes e distribuidores.

Somado a esse quadro, há outro fator que demonstra o grau de organização política que os operários buscavam construir para superar as dificuldades do esforço de guerra. Se por um lado a organização sindical era um dos princípios básicos do tripé da formação dos “soldados-operários”, por outro, os sindicatos também possibilitavam que os trabalhadores demonstrassem suas insatisfações acerca dos problemas econômicos do período. Eram instituições que não só garantiam direitos básicos aos trabalhadores, mas possibilitavam que eles pudessem lutar pela sua ampliação e pelo seu cumprimento. Não se pode esquecer que existia uma constante vigilância nos sindicatos, mas que apesar disso, muitos trabalhadores viam essa estrutura como ponto central de suas ações políticas no Estado Novo. Entretanto, o problema se agravava quando o sindicato não conseguia responder pelas lutas e pelos problemas cotidianos de seus sindicalizados. Além disso, diante da repressão aos comunistas e a qualquer grupo político que se colocasse contra a ditadura de Vargas, as possibilidades de ação política eram muito restritas ao operariado. A recomendação de “apertar os cintos”, feita pelo governo e sindicatos oficiais, era a única solução aos problemas reais que muitos dos trabalhadores de Porto Alegre vivenciavam. Porém, quando deixaram de aceitar esse princípio, tiveram de buscar outras formas de agir.

Nesse contexto, as greves surgem como uma espécie de reação possível aos problemas econômicos decorrente da situação de empobrecimento dos operários diante da “economia de guerra”. Mas elas também são expressão da dificuldade e do perigo que significava envolver-se em manifestações que contrariavam a ideologia de harmonia entre capital e trabalho promovida pelo Estado Novo. Em suma, as greves também demonstravam uma espécie de duplo caráter, onde revelam tanto uma ação tradicional do movimento operário como as dificuldades impostas pela conjuntura de então, que congregava tanto a repressão política do regime de Vargas como o alto custo de vida dos operários.

Acredito que, com esse quadro geral, fica claro para o leitor que a guerra foi um evento significativo nas experiências de exploração vivenciadas pelos trabalhadores e nas formas de defesa que eles empregaram. E falo em “exploração” com um sentido mais amplo, que congrega principalmente a “insegurança estrutural” a que os trabalhadores se sentiam expostos. Talvez engajar-se como “soldado-operário” fosse uma tentativa de evitar essa sensação de “insegurança”, submetendo-se a uma disciplina ainda mais rígida de trabalho para poder garantir o mínimo necessário para sua família. No entanto, somente com a percepção de que a insegurança persistia e que a disciplina aumentava é que os trabalhadores poderiam se colocar diante de posições tão paradoxais em relação à guerra – que uma das cartas ao *Correio do Povo* em 15 de outubro de 1942, definiu com a seguinte frase: “será que o patriotismo só se exige dos pobres?”

Assim sendo, concebo que talvez a melhor maneira de compreender essa situação seja considerar que os problemas econômicos decorrentes da guerra e a situação política contraditória em que se encontrava o proletariado brasileiro permitiram uma reorganização da classe em movimentos que visavam retomar os sindicatos e as greves, aprofundando qualquer luta por direitos sociais e políticos. Em suma, creio que não é porque a ação política dos operários tem como eixo central os agravantes econômicos vivenciados, que tais ações deixavam de ser políticas. Essa inter-relação entre o político e o econômico revela que as próprias formas de definir os motivos de uma greve – assim como a sua organização – implicavam relações tanto políticas como econômicas entre os agentes. Creio que interpretações que tentem delimitar objetivamente o espaço da luta política e da luta econômica do operariado acabam por construir uma barreira que não se sustenta diante de algumas das evidências analisadas nessa pesquisa. Mesmo que se trate de objetivos diferentes, a articulação de qualquer luta operária é política, mas se constrói com bases no cotidiano dos agentes sociais.

Diante de uma historiografia que cada vez mais se preocupa com o período democrático de 1945 a 1964, creio que a posição de contradição em que a classe operária se encontrava torna-se fundamental para essa análise. Sendo assim, é central para as análises futuras a necessidade de avaliar como em cada contexto específico essas contradições eram resolvidas diante de lutas que emergiam nas relações entre o movimento e a própria classe. O propósito que acabou por orientar essa dissertação foi a necessidade de avaliar a origem de algumas dessas contradições. A partir desse ponto, creio que elas não se revelam como um ponto “insolúvel” aos agentes sociais. Ao meu ver, elas se apresentam num espaço onde as possibilidades de revolta e deferência ganharam contornos bem definidos nas relações estabelecidas pelos operários com a classe patronal e com o Estado. Dessa forma, tal olhar possibilita perceber uma classe que não está presa nem entre a heteronomia da fórmula da “manipulação das massas” e nem na autonomia absoluta da “verdadeira forma da consciência de classe”.

## BIBLIOGRAFIA

### a) Lista de Fontes

#### Fontes Impressas

*Correio do Povo*, janeiro de 1942 à maio de 1945. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

*Diário de Notícias*, março e abril de 1945. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

*Revista Orientação Econômica e Financeira*, de junho de 1942 à abril de 1945. Biblioteca Irmão José Otão da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH-UFRGS).

*História da Carris*. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho

#### Documentos oficiais

*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, de janeiro de 1942 à maio de 1945. Biblioteca Irmão José Otão da PUCRS. NPH-UFRGS.

*Boletim Municipal da Prefeitura*, de janeiro de 1942 à junho de 1945. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

*Processos criminais de Eduardo Corrêa de Melo, Manoel Santana de Souza e Luiz Assunção (e outros indiciados)*. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

*Pasta “Rio Grande do Sul” (9 volumes) da Delegacia de Ordem Política e Social*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

#### Endereços eletrônicos

*Sistema de Informações do Congresso Nacional*. Consultar endereço eletrônico: <http://legis.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

*Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.* Consultar endereço eletrônico: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

*Série Histórica do Salário Mínimo (07/1940 à 12/2009).* Consultar endereço eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região: [www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf](http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf)

### **Fontes sindicais**

*Relatórios da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre (1942-1943-1944).* Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

*Livro de atas do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre (1941-1947).* Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

*Diretorias do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre.* Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

### **b) Referências bibliográficas**

ACCURSO, Cláudio. *Estudo macroeconômico de uma região, Estado do Rio Grande do Sul (1939-1955)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Ed. Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BASILLE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Jornais e cidade; a queixa do povo*. IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História e Imagem*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. (org.). *Culturas de classe*. Campinas. Editora Unicamp, 2004.

BENSAID, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRECHT, Bertolt. *Sobre a violência*. IN: BRECHT, Bertolt. *Poemas (1913-1956)*. São Paulo. Editora 34, 2000.

CALLINICOS, Alex. *Making history: agency, structure and change in social theory*. Boston. Brill Leiden, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: volume 1, As artes de fazer*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1994.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato*. São Paulo: Ed. Scritta, 1995.

CYTRINOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. USP, 2000.

DAVIS, Natalie Zemon. *História de perdão – e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2000.

FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2007.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul. EDUCS, 2004.

FORTES, Alexandre. (et. alli) *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do trabalho*. Campinas. Ed. Unicamp, 1999.



FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

GERTZ, René. *O Estado Novo e o Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. Vértice e IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. IN: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *Reflexões em torno de populismo e trabalhismo*. IN: *Varia História*, nº 28. Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Ed. UFMG, dezembro de 2002.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado – Para além do socialismo*. São Paulo. Ed. Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História operária*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo – desde 1870*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octávio. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JAMES, Daniel. *Doña María: historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires. Ed. Manantial, 2004.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Campinas: Unicamp, 2006 (Tese de Doutorado).

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro. Access Editora, 1992.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1976.

LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987.

MACHADO, Dyonélio. *Os Ratos*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2004.

MARGLIN, Stephen. *Origem e funções do parcelamento de tarefas: para quem servem os patrões?* IN: GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1980.

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político – 55 anos de PCB*. Porto Alegre. Gráfica Palotti, 1989.

MARX, Karl. *O Capital – Livro 1, vol. 1: o processo de produção do capital*. Capítulo 3: Conceito de mais-valia relativa. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. *O Capital – Livro 2, vol. 1: as metamorfoses do capital e seu ciclo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson no Brasil*. IN: Revista Outubro – revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Ed. Alameda. n. 14, segundo semestre de 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.

NEFFA, Julio César. *Los paradigmas productivos taylorista y fordista y su crisis. Una contribución a su estudio, desde el enfoque de la “Teoría de la Regulación”*. Buenos Aires. Asociación Trabajo y Sociedad PIETTE (CONICET) / Ed. Lumen, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e O Ornitórrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre. EDUFRGS, 1992.

POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 2000.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1966.

PY, Tte. Cel. Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Livraria do Globo, 1942.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890 – 1930)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985.

RENNER, A. J. *Pequeno manual dos empregados*. Porto Alegre. A. J. Renner S. A., 1946.

RIDENTI, Marcelo. AARÃO REIS FILHO, Daniel (org.). *História do Marxismo no Brasil. Volume 5: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas. Ed. Unicamp, 2002.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os herdeiros de Sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963*. Campinas: Unicamp, 2002. Dissertação de mestrado.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Ed. Manole, 2003.

SILVA, Eduardo. *As queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998.

SILVA, Fernando Teixeira da: *A carga e a culpa*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

SKIDMORE, Thomas e SMITH, Peter. *História Contemporânea de América Latina*. Barcelona: Ed. Crítica, 1996.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: volume 1, A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: volume 2, A maldição de Adão*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, E. P.. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EdIPucrs, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1989.

VILLELA, Aníbal Villanova. WILSON, Suzigan. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro. IPEA/Inpesm 1975.

WEFFORT, Francisco. *Estado e massas no Brasil*. IN: Revista Civilização Brasileira, nº7, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, maio de 1966.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

## ANEXOS

Anexo 1 – Fotos do Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos<sup>385</sup>

(Foto 1 - Manifestação em defesa da entrada do Brasil na guerra em Porto Alegre, 1942)

---

<sup>385</sup> As fotos cedidas pelo Sindicato são usadas aqui apesar de sua datação ser bastante imprecisa, dependendo apenas de anotações nas fotos. Ainda assim, foram escolhidas apenas aquelas que possuíam pelo menos a indicação de ano.



(Foto 2 - Parada de 1º de maio de 1941 em Porto Alegre com alegoria sendo conduzida por operárias)



(Foto 3 - 12º aniversário do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos de Porto Alegre, 1943)



(Foto 4 – Reunião do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico de Porto Alegre, 1942)





(Foto 5 - Manifestação de trabalhadores à frente do Correio do Povo, 1942)

